

**UBIRATÃ**

PREFEITURA



# PROCESSO LICITATÓRIO

Número 5862/2022

PASTA XIII

MODALIDADE

Pregão Eletrônico

182/2022

SRP

FINALIDADE

Maternidade Saúde

(medicamentos, higiene, insumos, mobilização e etc.)

PROponentes

PRazos e Publicações

DE 18/10 A 17/11 ÀS 08:15 HORAS

LOCAL 24/10/22

HOMOLOGADO 21/12/22

OPR

VENCIMENTO

DIOE

OBSERVAÇÃO



## TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito de Ubatuba, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, resolve **HOMOLOGAR** a presente Licitação nos termos abaixo, conforme comprovações constantes nos autos do processo licitatório respectivo:

1. PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 5862/2022.

2. PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 182/2022.

3. OBJETO DA LICITAÇÃO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICOS E DE ENFERMAGEM, MATERIAIS DE LIMPEZA, HIGIENE E DESINFECÇÃO, CURATIVOS, EPIS, INSUMOS, INSTRUMENTAIS, MOBILIÁRIO, ELETRODOMÉSTICOS, EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE, DESTINADOS AS UNIDADES DE SAÚDE.**

4.1 FORNECEDOR (A) **CIRÚRGICA ASSIS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA**, inscrita no CNPJ nº 39.610.184/0001-47, estabelecida à Rua das Paineiras, no nº 171, CEP nº 85935-000, na cidade de Assis Chateaubriand, Estado do Paraná.

4.2 VALOR: R\$-9.983,00 (NOVE MIL E NOVECIENTOS E OITENTA E TRÊS REAIS).

5.1 FORNECEDOR (A) **MASTERMEDIC DISTRIBUIDORA LTDA**, inscrita no CNPJ nº 39.840.107/0001-83, estabelecida à Rua Teodoro Bernardo Schlickmann, no nº 328-A, CEP nº 88750-000, na cidade de Braço do Norte, Estado de Santa Catarina.

5.2 VALOR: R\$-56.084,83 (CINQUENTA E SEIS MIL E OITENTA E QUATRO REAIS E OITENTA E TRÊS CENTAVOS).

6.1 FORNECEDOR (A) **PATOMEDI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, inscrita no CNPJ nº 41.141.956/0001-90, estabelecida à Rua Mila, no nº 21, CEP nº 85507-520, na cidade de Pato Branco, Estado do Paraná.

6.2 VALOR: R\$-1.088,88 (UM MIL E OITENTA E OITO REAIS E OITENTA E OITO CENTAVOS).

7.1 FORNECEDOR (A) **HORIZONTE INDUSTRIA E COMÉRCIO DE APARELHOS MÉDICO HOSPITALAR LTDA-EPP**, inscrita no CNPJ nº 08.890.798/0001-04, estabelecida à Rua José Claudino dos Santos, no nº 245, CEP nº 07661-725, na cidade de Mairiporã, Estado de São Paulo.

7.2 VALOR: R\$-2.750,00 (DOIS MIL E SETECENTOS E CINQUENTA REAIS).

8.1 FORNECEDOR (A) **INOVAMED HOSPITALAR LTDA**, inscrita no CNPJ nº 12.889.035/0001-02, estabelecida à Rua Dr. João Caruso, no nº 2115, CEP nº 99706-250, na cidade de Erechim, Estado do Rio Grande do Sul.

8.2 VALOR: R\$-3.268,30 (TRÊS MIL E DUZENTOS E SESENTA E OITO REAIS E TRINTA CENTAVOS).

9.1 FORNECEDOR (A) **MEDSANTA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS MÉDICOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 36.757.380/0001-50, estabelecida à Avenida João Luiz Pozzobon, no nº 1728, CEP nº 97095-465, na cidade de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul.

9.2 VALOR: R\$-30.066,50 (TRINTA MIL E SESENTA E SEIS REAIS E CINQUENTA CENTAVOS).

10.1 FORNECEDOR (A) **DEBRIN BRASIL LTDA ME**, inscrita no CNPJ nº 00.658.540/0001-67, estabelecida à Rua Julio Aragão, no nº 426, CEP nº 08740-030, na cidade de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.

10.2 VALOR: R\$-1.177,10 (UM MIL E CENTO E SETENTA E SETE REAIS E DEZ CENTAVOS).

11.1 FORNECEDOR (A) **NUNES DE ALMEIDA LTDA ME**, inscrita no CNPJ nº 47.378.309/0001-83, estabelecida à Rua Dep. Benedito Lúcio Machado, no nº 72, CEP nº 86430-000, na cidade de Santo Antônio da Platina, Estado do Paraná.

11.2 VALOR: R\$-498,00 (QUATROCENTOS E NOVENTA E OITO REAIS).





12.1 FORNECEDOR (A) **MAGNUS MED COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES E MED. LTDA**, inscrita no CNPJ nº 30.881.804/0001-08, estabelecida à Rua Erechim, no nº 1454, CEP nº 85812-260, na cidade de Cascavel, Estado do Paraná.

12.2 VALOR: R\$-12.779,86 (DOZE MIL E SETECENTOS E SETENTA E NOVE REAIS E OITENTA E SEIS CENTAVOS).

13.1 FORNECEDOR (A) **PABLO LUIS MARTINS - ME**, inscrita no CNPJ nº 09.138.326/0001-54, estabelecida à Rua Salvador da Silva Porto, no nº 23, CEP nº 88106-692, na cidade de São José, Estado de Santa Catarina.

13.2 VALOR: R\$-2.040,40 (DOIS MIL E QUARENTA REAIS E QUARENTA CENTAVOS).

14.1 FORNECEDOR (A) **VIDA BIOTECNOLOGIA LTDA**, inscrita no CNPJ nº 11.308.834/0001-85, estabelecida à Av. José Candido da Silveira, no nº 2100, CEP nº 31035-536, na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

14.2 VALOR: R\$-11.600,00 (ONZE MIL E SEISCENTOS REAIS).

15.1 FORNECEDOR (A) **VIOLA MIX MÓVEIS - EIRELI**, inscrita no CNPJ nº 36.953.803/0001-08, estabelecida à Rua Francisco Escorsin, no nº 1256, CEP nº 87570-000, na cidade de Francisco Alves, Estado do Paraná.

15.2 VALOR: R\$-10.352,00 (DEZ MIL E TREZENTOS E CINQUENTA E DOIS REAIS).

14.1 FORNECEDOR (A) **AABA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS EIRELI**, inscrita no CNPJ nº 80.392.566/0001-45, estabelecida à Rua João Kubis, no nº 780, CEP nº 80230-000, na cidade de Almirante Tamandaré, Estado do Paraná.

14.2 VALOR: R\$-3.569,00 (TRÊS MIL E QUINHENTOS E SESSENTA E NOVE REAIS).

15.1 FORNECEDOR (A) **VUELO PHARMA LTDA**, inscrita no CNPJ nº 04.159.536/0001-05, estabelecida à Rua Carlos Muller, no nº 315, CEP nº 81280-380, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

15.2 VALOR: R\$-2.740,00 (DOIS MIL E SETECENTOS E QUARENTA REAIS).

16.1 FORNECEDOR (A) **SOMA/PR COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, inscrita no CNPJ nº 00.656.468/0001-39, estabelecida à Rua Anita Ribas, no nº 410, CEP nº 82520-610, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

16.2 VALOR: R\$-41.061,80 (QUARENTA E UM MIL E SESSENTA E UM REAIS E OITENTA CENTAVOS).

17.1 FORNECEDOR (A) **FUFA-SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA**, inscrita no CNPJ nº 07.164.711/0001-40, estabelecida à Rua Joaquim Nabuco, no nº 1595, CEP nº 88090-060, na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina.

17.2 VALOR: R\$-13.200,00 (TREZE MIL E DUZENTOS REAIS).

18.1 FORNECEDOR (A) **D MED DISTRIBUIDORA DE MATERIAL HOSPITALAR LTDA**, inscrita no CNPJ nº 38.049.999/0001-36, estabelecida à Rua Olavo Bilac, no nº 34, CEP nº 89887-000, na cidade de Palmitos, Estado de Santa Catarina.

18.2 VALOR: R\$-4.717,25 (QUATRO MIL E SETECENTOS E DEZESSETE REAIS E VINTE E CINCO CENTAVOS).

19.1 FORNECEDOR (A) **RGN INSTRUMENTOS E EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 22.654.814/0001-82, estabelecida à Rua Pascoal Bevilacqua, no nº 3885, CEP nº 15020-280, na cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo.

19.2 VALOR: R\$-11.345,27 (ONZE MIL E TREZENTOS E QUARENTA E CINCO REAIS E VINTE E SETE CENTAVOS).

20.1 FORNECEDOR (A) **JOSÉ DANTAS DINIZ FILHO EPP**, inscrita no CNPJ nº 22.077.847/0001-07, estabelecida à Rua Pc Venâncio Neiva, no nº 77, no Bairro Centro, CEP nº 58100-246, na cidade de Cabedelo, Estado do Paraíba.

20.2 VALOR: R\$-1.280,00 (UM MIL DUZENTOS E OITENTA REAIS).

21.1 FORNECEDOR (A) **STAR PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA LTDA**, inscrita no CNPJ nº 40.087.572/0001-74,



estabelecida à Rua Publio Pimentel, sala 01, no nº 2213, CEP nº 85806-125, na cidade de Cascavel, Estado do Paraná.

21.2 VALOR: R\$-18.320,00 (DEZOITO MIL E TREZENTOS E VINTE REAIS).

22.1 FORNECEDOR (A) **ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA**, inscrita no CNPJ nº 00.802.002/0001-02, estabelecida à Estrada Boa Esperança, no nº 2320, CEP nº 89163-554, na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina.

22.2 VALOR: R\$-21.897,98 (VINTE E UM MIL E OITOCENTOS E NOVENTA E SETE REAIS E NOVENTA E OITO CENTAVOS).

23.1 FORNECEDOR (A) **MC PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES - LTDA ME**, inscrita no CNPJ nº 21.870.007/0001-34, estabelecida à Av. Weimar Gonçalves Torres, no nº 1190 B, CEP nº 79820-081, na cidade de Dourados, Estado do Mato Grosso do Sul.

23.2 VALOR: R\$-55.508,00 (CINQUENTA E CINCO MIL QUINHENTOS E OITO REAIS).

24.1 FORNECEDOR (A) **KDN COMÉRCIO ATACADISTA LTDA**, inscrita no CNPJ nº 39.346.590/0001-44, estabelecida à Rua da Luz, no nº 51, CEP nº 86191-770, na cidade de Cambé, Estado do Paraná.

24.2 VALOR: R\$-1.879,60 (UM MIL E OITOCENTOS E SETENTA E NOVE REAIS E SESSENTA CENTAVOS).

25.1 FORNECEDOR (A) **AMARILDO BASEGGIO E CIA LTDA-DISPROBEL**, inscrita no CNPJ nº 82.291.311/0001-11, estabelecida à Rua Santo Antônio, no nº 151, CEP nº 85602-000, na cidade de Francisco Beltrão, Estado do Paraná.

25.2 VALOR: R\$-11.345,90 (ONZE MIL E TREZENTOS E QUARENTA E CINCO REAIS E NOVENTA CENTAVOS).

26.1 FORNECEDOR (A) **CIRURGICA CURITIBA COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS EIRELI**, inscrita no CNPJ nº 07.120.917/0001-79, estabelecida à Rua Jerônimo Alberti, no nº 156, CEP nº 83401-000, na cidade de Colombo, Estado do Paraná.

26.2 VALOR: R\$-88.307,00 (OITENTA E OITO MIL E TREZENTOS E SETE REAIS).

27.1 FORNECEDOR (A) **VALE COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES - EIRELI**, inscrita no CNPJ nº 32.635.445/0001-34, estabelecida à Av. Ladislao Gil Fernandez, no nº 1230, no Jardim Novo Versalhes, CEP nº 86870-000, na cidade de Ivaiporã, Estado do Paraná.

27.2 VALOR: R\$-30.725,51 (TRINTA MIL E SETECENTOS E VINTE E CINCO REAIS E CINQUENTA E UM CENTAVOS).

28.1 FORNECEDOR (A) **MEDEFE PRODUTOS MÉDICO - HOSPITALARES LTDA**, inscrita no CNPJ nº 25.463.374/0001-74, estabelecida à Rua Gouber Pinto Dionísio, no nº 55, CEP nº 81460-140, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

28.2 VALOR: R\$-212.784,55 (DUZENTOS E DOZE MIL E SETECENTOS E OITENTA E QUATRO REAIS E CINQUENTA E CINCO CENTAVOS).

29.1 FORNECEDOR (A) **A FAVARIN DISTRIBUIDORA LTDA**, inscrita no CNPJ nº 18.702.558/0001-84, estabelecida à Av. Osvaldo Cruz, no nº 1420, CEP nº 97095-470, na cidade de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul.

29.2 VALOR: R\$-539,00 (QUINHENTOS E TRINTA E NOVE REAIS).

30.1 FORNECEDOR (A) **CBS MÉDICO CIENTÍFICA S/A**, inscrita no CNPJ nº 48.791.685/0001-68, estabelecida à Rua Palmorino Mônaco, no nº 630, CEP nº 03043-000, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

30.2 VALOR: R\$-1.415,50 (UM MIL QUATROCENTOS E QUINZE REAIS E CINQUENTA CENTAVOS).

31.1 FORNECEDOR (A) **CMH - CENTRAL DE MEDICAMENTOS HOSPITALARES**, inscrita no CNPJ nº 23.228.076/0001-74, estabelecida à Rua Dr. Mario Clapier Urbinatti, no nº 1434, no Jd. Canadá, CEP nº 87080-120, na cidade de Maringá, Estado do Paraná.

31.2 VALOR: R\$-16.769,00 (DEZESSEIS MIL E SETECENTOS E SESSENTA E NOVE REAIS).



32.1 FORNECEDOR (A) **C. PARRA VIEIRA**, inscrita no CNPJ nº 10.641.724/0001-78, estabelecida à Rua José de Moura Bueno, no nº 345, CEP nº 84900-000, na cidade de Ibaiti, Estado do Paraná.

32.2 VALOR: R\$-5.205,00 (CINCO MIL E DUZENTOS E CINCO REAIS).

33.1 FORNECEDOR (A) **BIOSUL PRODUTOS DIAGNÓSTICOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 05.905.525/0001-90, estabelecida à Rua Mucuri, no nº 255, CEP nº 30150-190, na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

33.2 VALOR: R\$-16.430,00 (DEZESSEIS MIL E QUATROCENTOS E TRINTA REAIS).

34.1 FORNECEDOR (A) **OLIMPIO EQUIPAMENTOS HOSPITALARES**, inscrita no CNPJ nº 33.583.026/0001-69, estabelecida à Av. Alziro Zarur, no nº 308, CEP nº 87080-590, na cidade de Maringá, Estado do Paraná.

34.2 VALOR: R\$-6.060 (SEIS MIL E SESSENTA REAIS).

35.1 FORNECEDOR (A) **MACMED SOLUÇÕES EM SAÚDE LTDA**, inscrita no CNPJ nº 31.085.156/0001-46, estabelecida à Rua Estrada da Graciosa, no nº 1013, CEP nº 83413-200, na cidade de Colombo, Estado do Paraná.

35.2 VALOR: R\$-6.845,00 (SEIS MIL E OITOCENTOS E QUARENTA E CINCO REAIS).

36.1 FORNECEDOR (A) **NOELI VIEIRA DISTRIBUIDORA DE SOROS E EQUIPAMENTOS MÉDICOS EIRELI**, inscrita no CNPJ nº 01.733.345/0001-17, estabelecida à Rua Alvares Cabral, no nº 1000, no Bairro Petrópolis, CEP nº 99050-070, na cidade de Passo Fundo, Estado do Rio Grande do Sul.

36.2 VALOR: R\$-15.226,55 (QUINZE MIL E DUZENTOS E VINTE E SEIS REAIS E CINQUENTA E CINCO CENTAVOS).

37.1 FORNECEDOR (A) **TY BORTHOLIN COMERCIAL LTDA ME**, inscrita no CNPJ nº 05.291.541/0001-30, estabelecida à Rua dos Operários, no nº 148, CEP nº 13617-210, na cidade de Leme, Estado do São Paulo.

37.2 VALOR: R\$-3.527,40 (TRÊS MIL E QUINHENTOS E VINTE E SETE REAIS E QUARENTA CENTAVOS).

38.1 FORNECEDOR (A) **CLNA7 COMERCIAL LTDA**, inscrita no CNPJ nº 44.837.833/0001-87, estabelecida à Rua Ana Bertha Roskamp, no nº 453, CEP nº 81530-250, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

38.2 VALOR: R\$- 8.525,00 (OITO MIL E QUIENHENTOS E VINTE E CINCO REAIS).

39.1 FORNECEDOR (A) **RVC DISTRIBUIDORA, COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 36.495.092/0001-75, estabelecida à Av. Capitão Casa, no nº 1493, CEP nº 09812-000, na cidade de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo.

39.2 VALOR: R\$-418,50 (QUATROCENTOS E DEZOITO REAIS E CINQUENTA CENTAVOS).

40.1 FORNECEDOR (A) **LINECONTROL COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA**, inscrita no CNPJ nº 04.196.357/0001-48, estabelecida à Rua Tupinambas, no nº 501, CEP nº 09991-090, na cidade de Diadema, Estado do São Paulo.

40.2 VALOR: R\$- 22.006,00 (VINTE E DOIS MIL E SEIS REAIS).

41.1 FORNECEDOR (A) **PROTFLEX PRODUTOS INDUSTRIAIS EIRELI**, inscrita no CNPJ nº 09.505.300/0001-05, estabelecida à Rua Pedro Augusto Bossardi, no nº 743, CEP nº 83420-000, na cidade de Quatro Barras, Estado do Paraná.

41.2 VALOR: R\$-1.784,50 (UM MIL E SETECENTOS E OITENTA E QUATRO REAIS E CINQUENTA CENTAVOS).

42.1 FORNECEDOR (A) **MCW PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA**, inscrita no CNPJ nº 94.389.400/0001-84, estabelecida à BR RSC 287, KM 109+500, no nº SN, CEP nº 96880-000, na cidade de Vera Cruz, Estado do Rio





Grande do Sul.

42.2 VALOR: R\$-74.040,00 (SETENTA E QUATRO MIL E QUARENTA REAIS).

43.1 FORNECEDOR (A) **MARINGÁ HOSPITALAR DIST DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 07.396.733/0001-36, estabelecida à Rua das Torres, no nº 36, CEP nº 87120-000, na cidade de Floresta, Estado do Paraná.

43.2 VALOR: R\$-13.444,20 (TREZE MIL E QUATROCENTOS E QUARENTA E QUATRO REAIS E VINTE CENTAVOS).

44.1 FORNECEDOR (A) **LM FARMA INDÚSTRIA E COMÉRCIO L.T.D.A**, inscrita no CNPJ nº 57.532.343/0001-14, estabelecida à Rua Jaguarão, no nº 95, CEP nº 12238-410, na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo.

44.2 VALOR: R\$-17.750,00 (DEZESSETE MIL E SETECENTOS E CINQUENTA REAIS).

45.1 FORNECEDOR (A) **K F ANTONELLI LTDA**, inscrita no CNPJ nº 48.065.681/0001-00, estabelecida à Rua Vicente Machado, no nº 1305, CEP nº 85812-150, na cidade de Cascavel, Estado do Paraná.

45.2 VALOR: R\$-18.210,00 (DEZOITO MIL E DUZENTOS E DEZ REAIS).

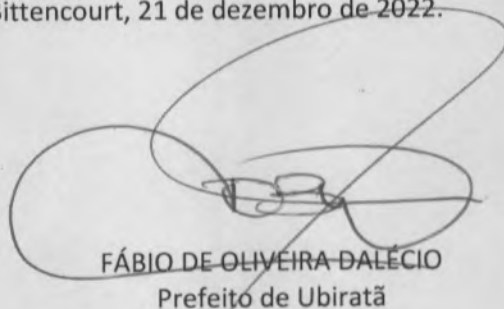
46.1 FORNECEDOR (A) **TS MEDICAL COMÉRCIO DE PRODUTOS E SERVIÇOS HOSPITALARES LTDA**, inscrita no CNPJ nº 27.066.602/0001-06, estabelecida à Rua Julio Eduardo Gineste, no nº 445, CEP nº 80310-410, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

46.2 VALOR: R\$-3.805,00 (TRÊS MIL E OITOCENTOS E CINCO REAIS).

47. DATA DA ADJUDICAÇÃO: 13/12/2022.

48. DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 21/12/2022.

Paço Municipal Prefeito Alberoni Bittencourt, 21 de dezembro de 2022.



FÁBIO DE OLIVEIRA DALECIO  
Prefeito de Ubatuba



# JORNAL OFICIAL ELETRÔNICO

MUNICÍPIO DE UBIRATÃ - PR

004088

SEXTA-FEIRA, 6 DE JANEIRO DE 2023

EDIÇÃO SEMANAL 1.689- ANO: XVIII

Página 2 de 8

www.ubirata.pr.gov.br

## PORTARIA Nº 9, DE 6 DE JANEIRO DE 2023

Exonera servidora.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE UBIRATÃ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º Exonerar, a pedido, a servidora Silvana Salvetti, ocupante do cargo de Assistente de Administração, Grupo Ocupacional Técnico Operacional e Administrativo, Classe XI, Grau B, Nível 4, lotada na Secretaria da Administração, com efeitos retroativos a 07/12/2022.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO DE OLIVEIRA DALÉCIO

## PORTARIA Nº 10, DE 6 DE JANEIRO DE 2023

Designa servidores para a função de chefia.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE UBIRATÃ, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 61 da Lei Orgânica Municipal, resolve:

Art. 1º Designar o servidor Adailton Nogueira dos Santos, ocupante do cargo de Pedreiro, lotado na Secretaria Municipal de Serviços Urbanos e Pavimentação, para exercer a função de Chefe de Setor de Manutenção da Divisão de Prédios Públicos, FG 06.

Art. 2º Designar o servidor Antônio Rafael da Silva, ocupante do cargo de Assistente de Administração, lotado na Secretaria Municipal da Administração, para exercer o cargo de Chefe de Setor de Unidade Seccional de Controle Interno, FG 06.

Art. 3º Designar o servidor José Carlos Lopes, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Diversos, lotado na Secretaria Municipal de Serviços Urbanos e Pavimentação, para exercer a função de Chefe de Setor de Manutenção da Divisão de Pavimentação, FG 06.

Art. 4º Designar a servidora Karla Tatiane Macário de Oliveira dos Santos, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Serviços Urbanos e Pavimentação, para exercer a função de Chefe de Setor de Jardinagem, Paisagismo e Arborização, FG 06.

Art. 5º Designar o servidor Walisson Ferreira dos Santos, ocupante do cargo de Jardineiro, lotado na Secretaria Municipal de Serviços Urbanos e Pavimentação, para exercer a função de Chefe de Setor de Coleta de Entulhos, FG 06.

Art. 6º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 02/01/2023.

FÁBIO DE OLIVEIRA DALÉCIO

## PROCESSOS LICITATÓRIOS

### TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito de Ubatuba, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, resolve HOMOLOGAR a presente Licitação nos termos abaixo, conforme comprovações constantes nos autos do processo licitatório respectivo:

1. PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 5862/2022.

2. PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 182/2022.

3. OBJETO DA LICITAÇÃO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICOS E DE ENFERMAGEM, MATERIAIS DE LIMPEZA, HIGIENE E DESINFECÇÃO, CURATIVOS, EPIS, INSUMOS, INSTRUMENTAIS, MOBILIÁRIO, ELETRODOMÉSTICOS, EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE, DESTINADOS AS UNIDADES DE SAÚDE.

4.1 FORNECEDOR (A) CIRÚRGICA ASSIS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA, inscrita no CNPJ nº 39.610.184/0001-47, estabelecida à Rua das Paineiras, no nº 171, CEP nº 85935-000, na cidade de Assis Chateaubriand, Estado do Paraná.

4.2 VALOR: R\$-9.983,00 (NOVE MIL E NOVECIENTOS E OITENTA E TRÊS REAIS).

5.1 FORNECEDOR (A) MASTERMEDIC DISTRIBUIDORA LTDA, inscrita no CNPJ nº 39.840.107/0001-83, estabelecida à Rua Teodoro Bernardo Schlickmann, no nº 328-A, CEP nº 88750-000, na cidade de Braço do Norte, Estado de Santa Catarina.

5.2 VALOR: R\$-56.084,83 (CINQUENTA E SEIS MIL E OITENTA E QUATRO REAIS E OITENTA E TRÊS CENTAVOS).

6.1 FORNECEDOR (A) PATOMEDI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ nº 41.141.956/0001-90, estabelecida à Rua Mila, no nº 21, CEP nº 85507-520, na cidade de Pato Branco, Estado do Paraná.

6.2 VALOR: R\$-1.088,88 (UM MIL E OITENTA E OITO REAIS E OITENTA E OITO CENTAVOS).

7.1 FORNECEDOR (A) HORIZONTE INDUSTRIA E COMÉRCIO DE APARELHOS MÉDICO HOSPITALAR LTDA-EPP, inscrita no CNPJ nº 08.890.798/0001-04, estabelecida à Rua José Claudino dos Santos, no nº 245, CEP nº 07661-725, na cidade de Mairiporã, Estado de São Paulo.

7.2 VALOR: R\$-2.750,00 (DOIS MIL E SETECENTOS E CINQUENTA REAIS).

8.1 FORNECEDOR (A) INOVAMED HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ nº 12.889.035/0001-02, estabelecida à Rua Dr. João Caruso, no nº 2115, CEP nº 99706-250, na cidade de Erechim, Estado do Rio Grande do Sul.

8.2 VALOR: R\$-3.268,30 (TRÊS MIL E DUZENTOS E SESENTA E OITO REAIS E TRINTA CENTAVOS).

9.1 FORNECEDOR (A) MEDSANTA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS MÉDICOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 36.757.380/0001-50, estabelecida à Avenida João Luiz Pozzobon, no nº 1728, CEP nº 97095-465, na cidade de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul.

9.2 VALOR: R\$-30.066,50 (TRINTA MIL E SESENTA E SEIS REAIS E CINQUENTA CENTAVOS).

10.1 FORNECEDOR (A) DEBRIN BRASIL LTDA ME, inscrita no CNPJ nº 00.658.540/0001-67, estabelecida à Rua Julio Aragão, no nº 426, CEP nº 08740-030, na cidade de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.

10.2 VALOR: R\$-1.177,10 (UM MIL E CENTO E SETENTA E SETE REAIS E DEZ CENTAVOS).

11.1 FORNECEDOR (A) NUNES DE ALMEIDA LTDA ME, inscrita no CNPJ nº 47.378.309/0001-83, estabelecida à Rua Dep. Benedito Lúcio Machado, no nº 72, CEP nº 86430-000, na cidade de Santo Antônio da Platina, Estado do Paraná.

11.2 VALOR: R\$-498,00 (QUATROCENTOS E NOVENTA E OITO REAIS).



Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICP-Brasil e Protocolado com Carimbo de Tempo SCT de acordo com a Medida Provisória 2200-2 do Art. 10º de 24.08.01 da ICP-Brasil

Arquivo Assinado Digitalmente por Município de Ubatuba. A Prefeitura Municipal Ubatuba - PR concede garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através de [www.ubirata.pr.gov.br](http://www.ubirata.pr.gov.br), no link Jornal Oficial Online.

Início



# JORNAL OFICIAL ELETRÔNICO

## MUNICÍPIO DE UBIRATÃ - PR

004089

SEXTA-FEIRA, 6 DE JANEIRO DE 2023

EDIÇÃO SEMANAL 1.689- ANO: XVIII

Página 3 de 8

www.ubirata.pr.gov.br

- 12.1 FORNECEDOR (A) MAGNUS MED COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES E MED. LTDA, inscrita no CNPJ nº 30.881.804/0001-08, estabelecida à Rua Erechim, no nº 1454, CEP nº 85812-260, na cidade de Cascavel, Estado do Paraná.
- 12.2 VALOR: R\$-12.779,86 (DOZE MIL E SETECENTOS E SETENTA E NOVE REAIS E OITENTA E SEIS CENTAVOS).
- 13.1 FORNECEDOR (A) PABLO LUIS MARTINS - ME, inscrita no CNPJ nº 09.138.326/0001-54, estabelecida à Rua Salvador da Silva Porto, no nº 23, CEP nº 88106-692, na cidade de São José, Estado de Santa Catarina.
- 13.2 VALOR: R\$-2.040,40 (DOIS MIL E QUARENTA REAIS E QUARENTA CENTAVOS).
- 14.1 FORNECEDOR (A) VIDA BIOTECNOLOGIA LTDA, inscrita no CNPJ nº 11.308.834/0001-85, estabelecida à Av. José Candido da Silveira, no nº 2100, CEP nº 31035-536, na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.
- 14.2 VALOR: R\$-11.600,00 (ONZE MIL E SEISCENTOS REAIS).
- 15.1 FORNECEDOR (A) VIOLA MIX MÓVEIS - EIRELI, inscrita no CNPJ nº 36.953.803/0001-08, estabelecida à Rua Francisco Escorsin, no nº 1256, CEP nº 87570-000, na cidade de Francisco Alves, Estado do Paraná.
- 15.2 VALOR: R\$-10.352,00 (DEZ MIL E TREZENTOS E CINQUENTA E DOIS REAIS).
- 16.1 FORNECEDOR (A) AABA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS EIRELI, inscrita no CNPJ nº 80.392.566/0001-45, estabelecida à Rua João Kubis, no nº 780, CEP nº 80230-000, na cidade de Almirante Tamandaré, Estado do Paraná.
- 16.2 VALOR: R\$-3.569,00 (TRÊS MIL E QUINHENTOS E SESSENTA E NOVE REAIS).
- 17.1 FORNECEDOR (A) VUELO PHARMA LTDA, inscrita no CNPJ nº 04.159.536/0001-05, estabelecida à Rua Carlos Muller, no nº 315, CEP nº 81280-380, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.
- 17.2 VALOR: R\$-2.740,00 (DOIS MIL E SETECENTOS E QUARENTA REAIS).
- 18.1 FORNECEDOR (A) SOMA/PR COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ nº 00.656.468/0001-39, estabelecida à Rua Anita Ribas, no nº 410, CEP nº 82520-610, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.
- 18.2 VALOR: R\$-41.061,80 (QUARENTA E UM MIL E SESSENTA E UM REAIS E OITENTA CENTAVOS).
- 19.1 FORNECEDOR (A) FUFA-SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ nº 07.164.711/0001-40, estabelecida à Rua Joaquim Nabuco, no nº 1595, CEP nº 88090-060, na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina.
- 19.2 VALOR: R\$-13.200,00 (TREZE MIL E DUZENTOS REAIS).
- 20.1 FORNECEDOR (A) D MED DISTRIBUIDORA DE MATERIAL HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ nº 38.049.999/0001-36, estabelecida à Rua Olavo Bilac, no nº 34, CEP nº 89887-000, na cidade de Palmitos, Estado de Santa Catarina.
- 20.2 VALOR: R\$-4.717,25 (QUATRO MIL E SETECENTOS E DEZESSETE REAIS E VINTE E CINCO CENTAVOS).
- 21.1 FORNECEDOR (A) RGN INSTRUMENTOS E EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 22.654.814/0001-82, estabelecida à Rua Pascoal Bevilacqua, no nº 3885, CEP nº 15020-280, na cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo.
- 21.2 VALOR: R\$-11.345,27 (ONZE MIL E TREZENTOS E QUARENTA E CINCO REAIS E VINTE E SETE CENTAVOS).
- 22.1 FORNECEDOR (A) JOSÉ DANTAS DINIZ FILHO EPP, inscrita no CNPJ nº 22.077.847/0001-07, estabelecida à Rua Pc Venâncio Neiva, no nº 77, no Bairro Centro, CEP nº 58100-246, na cidade de Cabadelo, Estado do Paraíba.
- 22.2 VALOR: R\$-1.280,00 (UM MIL DUZENTOS E OITENTA REAIS).
- 23.1 FORNECEDOR (A) STAR PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA LTDA, inscrita no CNPJ nº 40.087.572/0001-74, estabelecida à Rua Publio Pimentel, sala 01, no nº 2213, CEP nº 85806-125, na cidade de Cascavel, Estado do Paraná.
- 23.2 VALOR: R\$-18.320,00 (DEZOITO MIL E TREZENTOS E VINTE REAIS).
- 24.1 FORNECEDOR (A) ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ nº 00.802.002/0001-02, estabelecida à Estrada Boa Esperança, no nº 2320, CEP nº 89163-554, na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina.
- 24.2 VALOR: R\$-21.897,98 (VINTE E UM MIL E OITOCENTOS E NOVENTA E SETE REAIS E NOVENTA E OITO CENTAVOS).
- 25.1 FORNECEDOR (A) MC PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES - LTDA ME, inscrita no CNPJ nº 21.870.007/0001-34, estabelecida à Av. Weimar Gonçalves Torres, no nº 1190 B, CEP nº 79820-081, na cidade de Dourados, Estado do Mato Grosso do Sul.
- 25.2 VALOR: R\$-55.508,00 (CINQUENTA E CINCO MIL QUINHENTOS E OITO REAIS).
- 26.1 FORNECEDOR (A) KDN COMÉRCIO ATACADISTA LTDA, inscrita no CNPJ nº 39.346.590/0001-44, estabelecida à Rua da Luz, no nº 51, CEP nº 86191-770, na cidade de Cambé, Estado do Paraná.
- 26.2 VALOR: R\$-1.879,60 (UM MIL E OITOCENTOS E SETENTA E NOVE REAIS E SESSENTA CENTAVOS).
- 27.1 FORNECEDOR (A) AMARILDO BASEGGIO E CIA LTDA-DISPROBEL, inscrita no CNPJ nº 82.291.311/0001-11, estabelecida à Rua Santo Antônio, no nº 151, CEP nº 85602-000, na cidade de Francisco Beltrão, Estado do Paraná.
- 27.2 VALOR: R\$-11.345,90 (ONZE MIL E TREZENTOS E QUARENTA E CINCO REAIS E NOVENTA CENTAVOS).
- 28.1 FORNECEDOR (A) CIRURGICA CURITIBA COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS EIRELI, inscrita no CNPJ nº 07.120.917/0001-79, estabelecida à Rua Jerônimo Alberti, no nº 156, CEP nº 83401-000, na cidade de Colombo, Estado do Paraná.
- 28.2 VALOR: R\$-88.307,00 (OITENTA E OITO MIL E TREZENTOS E SETE REAIS).
- 29.1 FORNECEDOR (A) VALE COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES - EIRELI, inscrita no CNPJ nº 32.635.445/0001-34, estabelecida à Av. Ladislau Gil Fernandez, no nº 1230, no Jardim Novo Versalhes, CEP nº 86870-000, na cidade de Ivaiporã, Estado do Paraná.
- 29.2 VALOR: R\$-30.725,51 (TRINTA MIL E SETECENTOS E VINTE E CINCO REAIS E CINQUENTA E UM CENTAVOS).
- 30.1 FORNECEDOR (A) MEDEFE PRODUTOS MÉDICO - HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ nº 25.463.374/0001-74, estabelecida à Rua Gouber Pinto Dionísio, no nº 55, CEP nº 81460-140, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.
- 30.2 VALOR: R\$-212.784,55 (DUZENTOS E DOZE MIL E SETECENTOS E OITENTA E QUATRO REAIS E CINQUENTA E CINCO CENTAVOS).
- 31.1 FORNECEDOR (A) A FAVARIN DISTRIBUIDORA LTDA, inscrita no CNPJ nº 18.702.558/0001-84, estabelecida à Av. Osvaldo Cruz, no nº 1420, CEP nº 97095-470, na cidade de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul.
- 31.2 VALOR: R\$-539,00 (QUINHENTOS E TRINTA E NOVE REAIS).



Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICP-Brasil e Protocolado com Carimbo de Tempo SCT de acordo com a Medida Provisória 2200-2 do Art. 10º de 24.08.01 da ICP-Brasil

Arquivo Assinado Digitalmente por Município de Ubatuba. A Prefeitura Municipal Ubatuba - PR concede garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através de [www.ubirata.pr.gov.br](http://www.ubirata.pr.gov.br), no link Jornal Oficial Online.

Início





# JORNAL OFICIAL ELETRÔNICO

## MUNICÍPIO DE UBIRATÃ - PR

004990

SEXTA-FEIRA, 6 DE JANEIRO DE 2023

EDIÇÃO SEMANAL 1.689- ANO: XVIII

Página 4 de 8

www.ubirata.pr.gov.br

- 32.1 FORNECEDOR (A) CBS MÉDICO CIENTÍFICA S/A, inscrita no CNPJ nº 48.791.685/0001-68, estabelecida à Rua Palmorino Mônico, no nº 630, CEP nº 03043-000, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.
- 32.2 VALOR: R\$-1.415,50 (UM MIL QUATROCENTOS E QUINZE REAIS E CINQUENTA CENTAVOS).
- 33.1 FORNECEDOR (A) CMH - CENTRAL DE MEDICAMENTOS HOSPITALARES, inscrita no CNPJ nº 23.228.076/0001-74, estabelecida à Rua Dr. Mario Clapier Urbinatti, no nº 1434, no Jd. Canadá, CEP nº 87080-120, na cidade de Maringá, Estado do Paraná.
- 33.2 VALOR: R\$-16.769,00 (DEZESSEIS MIL E SETECENTOS E SESENTA E NOVE REAIS).
- 34.1 FORNECEDOR (A) C. PARRA VIEIRA, inscrita no CNPJ nº 10.641.724/0001-78, estabelecida à Rua José de Moura Bueno, no nº 345, CEP nº 84900-000, na cidade de Ibatia, Estado do Paraná.
- 34.2 VALOR: R\$-5.205,00 (CINCO MIL E DUZENTOS E CINCO REAIS).
- 35.1 FORNECEDOR (A) BIOSUL PRODUTOS DIAGNÓSTICOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 05.905.525/0001-90, estabelecida à Rua Mucuri, no nº 255, CEP nº 30150-190, na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.
- 35.2 VALOR: R\$-16.430,00 (DEZESSEIS MIL E QUATROCENTOS E TRINTA REAIS).
- 36.1 FORNECEDOR (A) OLÍMPIO EQUIPAMENTOS HOSPITALARES, inscrita no CNPJ nº 33.583.026/0001-69, estabelecida à Av. Alziro Zarur, no nº 308, CEP nº 87080-590, na cidade de Maringá, Estado do Paraná.
- 36.2 VALOR: R\$-6.060,00 (SEIS MIL E SESENTA REAIS).
- 37.1 FORNECEDOR (A) MACMED SOLUÇÕES EM SAÚDE LTDA, inscrita no CNPJ nº 31.085.156/0001-46, estabelecida à Rua Estrada da Graciosa, no nº 1013, CEP nº 83413-200, na cidade de Colombo, Estado do Paraná.
- 37.2 VALOR: R\$-6.845,00 (SEIS MIL E OITOCENTOS E QUARENTA E CINCO REAIS).
- 38.1 FORNECEDOR (A) NOELI VIEIRA DISTRIBUIDORA DE SOROS E EQUIPAMENTOS MÉDICOS EIRELI, inscrita no CNPJ nº 01.733.345/0001-17, estabelecida à Rua Alvares Cabral, no nº 1000, no Bairro Petrópolis, CEP nº 99050-070, na cidade de Passo Fundo, Estado do Rio Grande do Sul.
- 38.2 VALOR: R\$-15.226,55 (QUINZE MIL E DUZENTOS E VINTE E SEIS REAIS E CINQUENTA E CINCO CENTAVOS).
- 39.1 FORNECEDOR (A) TY BORTHOLIN COMERCIAL LTDA ME, inscrita no CNPJ nº 05.291.541/0001-30, estabelecida à Rua dos Operários, no nº 148, CEP nº 13617-210, na cidade de Leme, Estado do São Paulo.
- 39.2 VALOR: R\$-3.527,40 (TRÊS MIL E QUINHENTOS E VINTE E SETE REAIS E QUARENTA CENTAVOS).
- 40.1 FORNECEDOR (A) CLNA7 COMERCIAL LTDA, inscrita no CNPJ nº 44.837.833/0001-87, estabelecida à Rua Ana Bertha Roskamp, no nº 453, CEP nº 81530-250, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.
- 40.2 VALOR: R\$- 8.525,00 (OITO MIL E QUINHENTOS E VINTE E CINCO REAIS).
- 41.1 FORNECEDOR (A) RVC DISTRIBUIDORA, COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 36.495.092/0001-75, estabelecida à Av. Capitão Casa, no nº 1493, CEP nº 09812-000, na cidade de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo.
- 41.2 VALOR: R\$-418,50 (QUATROCENTOS E DEZOITO REAIS E CINQUENTA CENTAVOS).
- 42.1 FORNECEDOR (A) LINECONTROL COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ nº 04.196.357/0001-48, estabelecida à Rua Tupinambás, no nº 501, CEP nº 09991-090, na cidade de Diadema, Estado do São Paulo.
- 42.2 VALOR: R\$- 22.006,00 (VINTE E DOIS MIL E SEIS REAIS).
- 43.1 FORNECEDOR (A) PROTFLEX PRODUTOS INDUSTRIAIS EIRELI, inscrita no CNPJ nº 09.505.300/0001-05, estabelecida à Rua Pedro Augusto Bossardi, no nº 743, CEP nº 83420-000, na cidade de Quatro Barras, Estado do Paraná.
- 43.2 VALOR: R\$-1.784,50 (UM MIL E SETECENTOS E OITENTA E QUATRO REAIS E CINQUENTA CENTAVOS).
- 44.1 FORNECEDOR (A) MCW PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ nº 94.389.400/0001-84, estabelecida à BR RSC 287, KM 109+500, no nº SN, CEP nº 96880-000, na cidade de Vera Cruz, Estado do Rio Grande do Sul.
- 44.2 VALOR: R\$-74.040,00 (SETENTA E QUATRO MIL E QUARENTA REAIS).
- 45.1 FORNECEDOR (A) MARINGÁ HOSPITALAR DIST DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 07.396.733/0001-36, estabelecida à Rua das Torres, no nº 36, CEP nº 87120-000, na cidade de Floresta, Estado do Paraná.
- 45.2 VALOR: R\$-13.444,20 (TREZE MIL E QUATROCENTOS E QUARENTA E QUATRO REAIS E VINTE CENTAVOS).
- 46.1 FORNECEDOR (A) LM FARMA INDÚSTRIA E COMÉRCIO L.T.D.A, inscrita no CNPJ nº 57.532.343/0001-14, estabelecida à Rua Jaguarão, no nº 95, CEP nº 12238-410, na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo.
- 46.2 VALOR: R\$-17.750,00 (DEZESSETE MIL E SETECENTOS E CINQUENTA REAIS).
- 47.1 FORNECEDOR (A) K F ANTONELLI LTDA, inscrita no CNPJ nº 48.065.681/0001-00, estabelecida à Rua Vicente Machado, no nº 1305, CEP nº 85812-150, na cidade de Cascavel, Estado do Paraná.
- 47.2 VALOR: R\$-18.210,00 (DEZOITO MIL E DUZENTOS E DEZ REAIS).
- 48.1 FORNECEDOR (A) TS MEDICAL COMÉRCIO DE PRODUTOS E SERVIÇOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ nº 27.066.602/0001-06, estabelecida à Rua Julio Eduardo Gineste, no nº 445, CEP nº 80310-410, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.
- 48.2 VALOR: R\$-3.805,00 (TRÊS MIL E OITOCENTOS E CINCO REAIS).
49. DATA DA ADJUDICAÇÃO: 13/12/2022.
50. DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 21/12/2022.
- Paço Municipal Prefeito Alberoni Bittencourt, 21 de dezembro de 2022.
- FÁBIO DE OLIVEIRA DALÉCIO
- Prefeito de Ubatuba

### TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito de Ubatuba, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, resolve ADJUDICAR e HOMOLOGAR a presente Licitação nos termos abaixo, conforme comprovações constantes nos autos do processo licitatório respectivo:



Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICP-Brasil e Protocolado com Carimbo de Tempo SCT de acordo com a Medida Provisória 2200-2 do Art. 10º de 24.08.01 da ICP-Brasil

Arquivo Assinado Digitalmente por Município de Ubatuba. A Prefeitura Municipal Ubatuba - PR concede garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através de [www.ubirata.pr.gov.br](http://www.ubirata.pr.gov.br), no link Jornal Oficial Online.

Início



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 455/2022

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 5862/2022

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 182/2022

O **MUNICÍPIO DE UBIRATÃ**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 76.950.096/0001-10, com sede administrativa a Avenida Nilza de Oliveira Pipino, nº 1852, centro, na cidade de Ubatuba, Estado do Paraná, CEP nº 85.440-000, representado pelo Prefeito Fábio de Oliveira Dalécio, e a empresa **PATOMEDI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, inscrita no CNPJ nº 41.141.956/0001-90, estabelecida à Rua Mila, no nº 21, CEP nº 85507-520, na cidade de Pato Branco, Estado do Paraná, Telefone nº (46) 3225-5767, e-mail (patomedidistribuidora@gmail.com), doravante designada como FORNECEDORA, firmam a presente Ata de Registro de Preços que se regerá pelas condições estabelecidas no Processo Licitatório nº 5862/2022, Pregão Eletrônico nº 182/2022 e de acordo com as cláusulas a seguir:

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O objeto do presente instrumento é **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICOS E DE ENFERMAGEM, MATERIAIS DE LIMPEZA, HIGIENE E DESINFECÇÃO, CURATIVOS, EPIS, INSUMOS, INSTRUMENTAIS, MOBILIÁRIO, ELETRODOMÉSTICOS, EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE, DESTINADOS AS UNIDADES DE SAÚDE.**

**2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO DETALHAMENTO DO OBJETO**

2.1. A execução do objeto da Ata de Registro de Preços se dará na seguinte especificação, quantidade máxima estimada, valores unitários e totais:

| LOTE | ITEM | DESCRIÇÃO  | QTD | UN  | V. UNIT | V. TOTAL | MARCA   |
|------|------|--|-----|-----|---------|----------|---------|
| 1    | 135  | Imobilizador de cabeça, head block, adulto, impermeável, confeccionado em poliuretano injetado ou polietileno de alta densidade revestido de espuma 5mm, anatômico, base com regulagem com velcro, com dois cintos tirantes de fixação para testa e queixo, com orifício auricular, lavável, radiopaco, cor amarela. CATMAT 454732 | 6   | UN. | 85,48   | 512,88   | RESGATE |
| 1    | 176  | Manta térmica, produzida em polietileno aluminizado, não deformável, a prova de água, comprimento: 2,10m e largura: 1,40m. CATMAT 470275   | 100 | UN. | 5,76    | 576,00   | RESGATE |

**3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR GLOBAL REGISTRADO**

3.1. O valor global registrado é de **R\$-1.088,88 (UM MIL E OITENTA E OITO REAIS E OITENTA E OITO CENTAVOS).**

3.2. No valor previsto estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.



#### 4. CLÁUSULA QUARTA - DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A validade do registro será de 12 (doze) meses, contada a partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, sem possibilidade de prorrogação.

#### 5. CLÁUSULA QUINTA - DAS CONTRATAÇÕES DECORRENTES DO REGISTRO

5.1. As contratações decorrentes do registro serão formalizadas por meio de nota de empenho de despesa, autorização de compra, ordem de execução de serviço ou outro instrumento equivalente, conforme prevê o art. 62 da Lei Federal nº 8.666/93.

#### 6. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1. O fornecimento do objeto será de acordo com a necessidade do Município, de maneira fracionada.

6.1.1. A Secretaria de Saúde enviará Autorização de Compra para a FORNECEDORA no e-mail indicado em sua proposta e os produtos deverão ser entregues no prazo máximo de 15 dias, na Farmácia Municipal anexa ao Centro de Saúde, localizado na Avenida Carmem Ribeiro Pitombo, 90, Centro de Ubatuba-PR;

6.1.2. No caso de recusa do objeto, o prazo para substituição será a metade do prazo inicialmente estipulado para entrega, sujeitando-se a FORNECEDORA às penalidades previstas na Ata de Registro de Preços.

6.1.3. Os prazos mencionados poderão ser alterados na forma que dispõe o art. 57, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93.

6.2. O objeto deverá ser entregue em perfeitas condições, novo, sem uso, devidamente lacrado em embalagem própria, original do fabricante e sem violação, conforme especificação, prazo e local constante no presente Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal, quando couber.

6.3. O objeto deverá ser entregue em veículo próprio da FORNECEDORA, podendo ser ainda através de serviços postais, transportadoras ou outros serviços de entrega, vedada a entrega através de veículos oficiais e/ou servidores do município.

6.3.1. A FORNECEDORA se sujeita ao recebimento provisório do objeto pelo Município para fins de conferência, independente da forma de entrega, cabendo exclusivamente à FORNECEDORA a retirada/substituição do objeto recusado.

6.4. A FORNECEDORA deverá arcar com todas as despesas referentes à entrega do objeto, como transporte, mão de obra, encargos sociais, pedágio, entre outras.

6.5. O objeto deverá ser entregue com declaração da garantia, sob pena de recusa, sendo responsabilidade da FORNECEDORA a substituição e/ou manutenção do objeto durante o período de garantia, sem ônus adicionais ao município.

6.5.1. Para os itens em que não constar tempo de garantia, deverá ser considerado o mínimo legal de três meses;

#### 7. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1. Após a entrega de cada pedido, o objeto será recebido provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade com a especificação; e definitivamente, após verificação da qualidade e consequente aceitação.



7.2. O Município se reserva ao direito de não aceitar objeto que não estiver em conformidade com as exigências apresentadas no presente Termo de Referência.

7.2.1. O motivo da recusa será fundamentado pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços através de notificação, encaminhada por escrito à FORNECEDORA, através do e-mail o qual foi encaminhada a Ordem de Compras.

7.3. A FORNECEDORA é obrigada a substituir, por conta própria, no todo ou em parte, objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, ainda que tenha sido recebido definitivamente.

7.3.1. No caso de não aceitação do objeto, seja no recebimento provisório ou definitivo, os ônus com a substituição correrão exclusivamente por conta da FORNECEDORA, independente da forma de entrega.

7.4. O objeto que por ventura venha a ser recusado deverá ser substituído no prazo estipulado, sob pena de aplicação das penalidades previstas no presente Termo de Referência.

## 8. CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

### 8.1. São direitos do MUNICÍPIO:

8.1.1. Receber a prestação do objeto nas condições previstas;

8.1.2. Rejeitar, no todo ou em parte, a prestação do objeto que estiver em desacordo com as condições descritas na Ata de Registro de Preços;

8.1.3. Fiscalizar a execução da Ata de Registro de Preços;

8.1.4. Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

### 8.2. São obrigações do MUNICÍPIO:

8.2.1. Promover, através de seus representantes, o acompanhamento e a fiscalização da Ata de Registro de Preços, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à FORNECEDORA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte daquele;

8.2.2. Cumprir os prazos previstos na Ata de Registro de Preços;

8.2.3. Efetuar o pagamento ajustado, após o recebimento definitivo do objeto solicitado;

8.2.4. Auxiliar no esclarecimento de dúvidas que surjam ao longo da execução da Ata de Registro de Preços;

8.2.5. Decidir sobre eventuais dificuldades na realização do objeto da Ata de Registro de Preços;

8.2.6. Manter, sempre por escrito ou por e-mail, com a FORNECEDORA, os entendimentos sobre o objeto.

### 8.3. São obrigações da FORNECEDORA:

8.3.1. Cumprir todas as obrigações constantes na Ata de Registro de Preços e sua proposta, assumindo exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

8.3.2. Responsabilizar-se por danos ocasionados ao MUNICÍPIO ou a terceiros, causados durante a execução da Ata de Registro de Preços;

8.3.3. Responder por quaisquer compromissos assumidos com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto;

8.3.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078 de 1990);

8.3.5. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado na Ata de Registro de Preços, o objeto com avarias ou defeitos;

8.3.6. Manter contatos com o MUNICÍPIO, sempre por escrito, ressalvados os entendimentos verbais determinados pela urgência do objeto;

8.3.7. Comunicar o MUNICÍPIO, com antecedência, os motivos que impossibilitem o cumprimento dos prazos previstos para execução do objeto, com a devida comprovação;

8.3.8. Manter durante toda a execução da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e apresentá-las no prazo de máximo de 05 (cinco) dias úteis quando solicitada pelo MUNICÍPIO;

8.3.9. Apresentar cópia autêntica do ato constitutivo, estatuto ou contrato social, sempre que houver alteração;

8.3.10. Indicar preposto para representá-la durante a execução da Ata de Registro de Preços;

8.3.11. Prestar os esclarecimentos julgados necessários, bem como informar e manter atualizado (s) o (s) número (s) de telefone, endereço eletrônico (e-mail) e o nome da pessoa autorizada para contatos;

8.3.12. Não utilizar de quaisquer tipos de propaganda visual em benefício de candidato, partido político ou coligação, em veículos ou por funcionários empregados durante a execução dos serviços contratados, sob pena de aplicação das sanções previstas na Lei Eleitoral 9.504/1997, multa e cancelamento da Ata de Registro de Preços;

8.3.13. Providenciar a assinatura dos Termos Aditivos e remetê-los ao MUNICÍPIO no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados de seu recebimento, sob pena de aplicação das sanções previstas.

## 9. CLÁUSULA NONA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

9.1. O pagamento será efetuado após recebimento de cada pedido, no prazo de até trinta dias contados do recebimento da Nota Fiscal pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

9.2. A fatura deverá ser emitida pela empresa, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas e no próprio instrumento de contrato. O faturamento deverá ser realizado em nome do MUNICÍPIO DE UBIRATÃ, CNPJ Nº 76.950.096/0001-10.

9.3. As despesas para atender a contratação estão programadas em dotação orçamentária prevista no orçamento do Município para o exercício de 2022, na classificação abaixo:



| Órgão | Despesa | Categoria    | Descrição                                | Fonte | Valor      |
|-------|---------|--------------|--|-------|------------|
| 0602  | 3068    | 339030210000 | MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIGIEN | 303   | 22.014,00  |
| 0605  | 3080    | 339030210000 | MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIGIEN | 494   | 70.272,14  |
| 0602  | 4213    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 18.362,50  |
| 0602  | 4216    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 25.302,50  |
| 0603  | 4219    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 8.592,00   |
| 0603  | 4220    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 48.432,50  |
| 0605  | 4226    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 21.464,16  |
| 0605  | 4228    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 21.288,43  |
| 0606  | 4231    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 61.515,75  |
| 0605  | 8224    | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 494   | 20.319,55  |
| 0605  | 8225    | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 494   | 6.426,80   |
| 0605  | 8226    | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 494   | 305.716,10 |
| 0606  | 8228    | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 494   | 48.168,51  |
| 0606  | 8230    | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 494   | 156.861,89 |
| 0602  | 8258    | 339030280000 | MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA         | 494   | 4.002,60   |
| 0605  | 8270    | 339030280000 | MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA         | 494   | 227.872,40 |
| 0603  | 9481    | 339032990100 | Outros Materiais para Distribuição Gratu | 384   | 239.130,00 |
| 0603  | 9482    | 339032990100 | Outros Materiais para Distribuição Gratu | 494   | 5.065,40   |
| 0604  | 10996   | 449052420000 | MOBILIÁRIO EM GERAL                      | 494   | 4.486,28   |
| 0605  | 11001   | 449052120000 | APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS        | 494   | 3.584,68   |
| 0606  | 11005   | 449052420000 | MOBILIÁRIO EM GERAL                      | 494   | 1.677,66   |
| 0606  | 11006   | 449052120000 | APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS        | 494   | 2.220,76   |
| 0606  | 11007   | 449052340000 | MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVE | 494   | 14.200,98  |
| 0605  | 11015   | 449052420000 | MOBILIÁRIO EM GERAL                      | 494   | 4.032,32   |
| 0605  | 11022   | 449052080000 | APARELHOS, EQUIP., UT. MÉDICOS-ODONTO.,  | 494   | 41.478,60  |
| 0602  | 11035   | 449052040000 | APARELHOS DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO        | 494   | 3.656,35   |
| 0605  | 11040   | 449052340000 | MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVE | 494   | 15.997,33  |
| 0605  | 11088   | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 303   | 11.005,00  |

9.4. Para liberação do pagamento à FORNECEDORA, as notas fiscais deverão ser entregues ao Fiscal obrigatoriamente acompanhadas dos seguintes documentos:

9.4.1. Prova de Regularidade com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional;

9.4.2. Prova de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

9.4.3. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

## 10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA

10.1. Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo MUNICÍPIO, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo





pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX / 100) / 365$$

EM =  $I \times N \times VP$ , onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = N. de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

## 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

11.1. Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bens registrados.

11.2. Na hipótese do preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a FORNECEDORA será convocada para que promova a redução dos preços.

11.2.1. Em não sendo reduzido o preço, a FORNECEDORA será liberada do compromisso assumido, podendo o MUNICÍPIO convocar os demais fornecedores classificados para, nas mesmas condições, oferecer igual oportunidade de negociação, ou revogar a ata de registro de preços ou parte dela.

11.3. Na hipótese do preço de mercado tornar-se superior ao registrado, e a FORNECEDORA não puder cumprir as obrigações assumidas, este poderá solicitar revisão dos preços, mediante requerimento fundamentado encaminhado diretamente ao Gestor da Ata de Registro de Preços, a ser protocolado antes do pedido de fornecimento, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação relevante nos preços praticados no mercado.

11.3.1. Procedente o pedido, o MUNICÍPIO poderá efetuar a revisão do preço registrado no valor pleiteado pela FORNECEDORA, caso este esteja de acordo com os valores praticados pelo mercado, ou apresentar contraproposta de preço, compatível com o vigente no mercado, para a garantia do equilíbrio econômico-financeiro.

11.3.2. Caso não aceite a contraproposta de preço apresentada pelo MUNICÍPIO, a FORNECEDORA será liberada do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

11.3.3. Não sendo acatado o pedido de revisão, este será indeferido pelo MUNICÍPIO e a FORNECEDORA continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na Ata de Registro de Preços, sob pena de cancelamento do registro do preço da FORNECEDORA e de aplicação das penalidades administrativas previstas.

11.3.4. Na hipótese do cancelamento do registro do preço do fornecedor, prevista no subitem anterior, o MUNICÍPIO poderá convocar os demais fornecedores, na ordem de classificação, para que manifestem interesse em assumir a execução do objeto pelo preço registrado.

## 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

12.1. Caberá a gestão da Ata de Registro de Preços ao servidor Orlando Francisco Vieira da Silva, lotado na Secretaria de Saúde.

12.2. Caberá a fiscalização da Ata de Registro de Preços ao servidor Henrique Cardoso Gonçalves, lotado na Secretaria de Saúde, e na sua ausência, ficará a cargo do servidor Rodrigo Salustiano da Silva, lotado na Secretaria de Saúde.

12.3. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da FORNECEDORA pelos danos causados ao MUNICÍPIO ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos.

12.4. A ação ou omissão total ou parcial da fiscalização do MUNICÍPIO não elide nem diminui a responsabilidade da FORNECEDORA quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes, responsabilizando esta quanto a quaisquer irregularidades.

12.5. As comunicações entre MUNICÍPIO e FORNECEDORA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

12.6. Caberá ao gestor e ao fiscal as atribuições constantes na Portaria nº 05/2022.

### 13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

13.1.1. Advertência;

13.1.2. Multa;

13.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Ubatuba;

13.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

13.2. As multas poderão ser:

13.2.1. De caráter moratório, pelo atraso injustificado na entrega ou execução do objeto da Ata de Registro de Preços, nos seguintes percentuais:

13.2.1.1. 2% (dois por cento) ao dia, incidente sobre o valor correspondente à parcela, etapa ou pedido único em que ocorreu o fato, até o limite máximo de 30 (trinta) dias.

A. Extrapolado o limite máximo de 30 (trinta) dias, o percentual da multa será calculado em dobro.

13.2.1.2. 5% (cinco por cento) pelo descumprimento de qualquer outra cláusula da Ata de Registro de Preços durante sua execução, incidente sobre o valor correspondente à parcela, etapa ou pedido único em que ocorreu o fato.

13.2.2. De caráter compensatório, sem prejuízo das multas moratórias, nos seguintes percentuais:

13.2.2.1. 10% (Dez por cento), incidente sobre o valor correspondente à parcela, etapa ou pedido único em que ocorreu o fato, pela inexecução parcial do objeto;

13.2.2.2. 15% (Quinze por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços, pela sua inexecução total.



13.3. A FORNECEDORA poderá ser suspensa temporariamente de participar em licitação e impedida de contratar com o Município de Ubatuba pelo prazo máximo de 02 (dois) anos, sem prejuízo das demais penalidades previstas, quando:

- 13.3.1. Abandonar a execução da Ata de Registro de Preços;
- 13.3.2. Incorrer em inexecução da Ata de Registro de Preços; e
- 13.3.3. Demais hipóteses previstas em lei.

13.4. A FORNECEDORA poderá ser declarada inidônea para licitar ou contratar com a administração pública pelo prazo máximo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das demais penalidades previstas, quando:

- 13.4.1. Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, a execução da Ata de Registro de Preços;
- 13.4.2. Agir, comprovadamente, de má-fé na relação pactuada;
- 13.4.3. Demais hipóteses previstas em lei.

13.5. Estendem-se os efeitos da penalidade de suspensão do direito de contratar com o Município de Ubatuba ou da declaração de inidoneidade:

13.5.1. Às pessoas físicas que constituíram a pessoa jurídica, as quais permanecem impedidas de licitar com a Administração Pública enquanto perdurarem as causas da penalidade, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;

13.5.2. Às pessoas jurídicas que tenham sócios comuns com as pessoas físicas referidas no subitem anterior.

13.6. As sanções previstas poderão ser aplicadas concomitantemente com a sanção de advertência.

13.7. A FORNECEDORA deverá efetuar o pagamento do valor correspondente à multa no prazo e forma estipulados no termo de aplicação de penalidade, podendo ainda ser descontado de pagamentos a que a mesma tenha direito.

13.7.1. Não havendo o pagamento, o valor devido será inscrito em dívida ativa para futura execução fiscal.

13.8. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

13.9. Concomitante às penalidades previstas, a FORNECEDORA se sujeita ao descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 05 (cinco) anos, para efeito do previsto no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02.

13.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13.11. A aplicação das penalidades previstas fica condicionada a ampla defesa e contraditório no devido processo legal, sem prejuízo da defesa prévia.

## 14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS





14.1. O presente registro de preços poderá ser cancelado, sem prejuízo das penalidades previstas, quando o fornecedor:

14.1.1. For liberado;

14.1.2. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

14.1.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

14.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

14.1.5. Por razões de interesse público, devidamente justificado.

14.2. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

14.2.1. Por razão de interesse público; ou

14.2.2. A pedido do fornecedor.

14.3. No caso de cancelamento do registro de preços, poderão ser convocados, a critério da Administração, os demais licitantes classificados.

14.4. O cancelamento da Ata de Registro de Preços fica condicionado à ampla defesa e contraditório no devido processo legal, sem prejuízo da defesa prévia.

## **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VINCULAÇÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

15.1. Ficam vinculados a Ata de Registro de Preços, dela fazendo parte integrante, independentemente de suas transcrições parciais ou totais, o Edital de licitação respectivo e seus anexos e a proposta final da FORNECEDORA.

## **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

16.1. A presente Ata de Registro de Preços rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 10.520/02, Lei nº 8.078/90 e por outras normas de direito público ou privado que melhor tutelem o interesse público.

## **17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS**

17.1. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal nº 8.666/93, e dos princípios gerais de direito.

## **18. CLÁSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO**

# UBIRATÃ

PREFEITURA



004100

2LB

18.1. Fica eleito o foro da Comarca de Ubatuba, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas da Ata de Registro de Preços.

Assim ajustadas, firmam as partes o presente instrumento, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas, para todos os fins de direito.

Ubatuba - Paraná, 21 de dezembro de 2022.

MUNICÍPIO DE UBIRATÃ

Prefeito de Ubatuba

DALCI

DAMBROS:54651549934

Assinado de forma digital por

DALCI DAMBROS:54651549934

Dados: 2023.01.09 11:20:58 -03'00'

PATOMEDI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

Representante legal da empresa



**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 467/2022**  
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 5862/2022**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 182/2022**

O **MUNICÍPIO DE UBIRATÃ**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 76.950.096/0001-10, com sede administrativa a Avenida Nilza de Oliveira Pipino, nº 1852, centro, na cidade de Ubatuba, Estado do Paraná, CEP nº 85.440-000, representado pelo Prefeito Fábio de Oliveira Dalécio, e a empresa **VUELO PHARMA LTDA**, inscrita no CNPJ nº 04.159.536/0001-05, estabelecida à Rua Carlos Muller, no nº 315, CEP nº 81280-380, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, Telefone nº (41) 3657-7611, e-mail (licita@vuelopharma.com), doravante designada como FORNECEDORA, firmam a presente Ata de Registro de Preços que se regerá pelas condições estabelecidas no Processo Licitatório nº 5862/2022, Pregão Eletrônico nº 182/2022 e de acordo com as cláusulas a seguir:

## 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICOS E DE ENFERMAGEM, MATERIAIS DE LIMPEZA, HIGIENE E DESINFECÇÃO, CURATIVOS, EPIS, INSUMOS, INSTRUMENTAIS, MOBILIÁRIO, ELETRODOMÉSTICOS, EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE, DESTINADOS AS UNIDADES DE SAÚDE.**

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO DETALHAMENTO DO OBJETO

2.1. A execução do objeto da Ata de Registro de Preços se dará na seguinte especificação, quantidade máxima estimada, valores unitários e totais:

| LOTE | ITEM | DESCRIÇÃO  | QT<br>D | UN | V. UNIT | V. TOTAL | MARCA             |
|------|------|--|---------|----|---------|----------|-------------------|
| 1    | 232  | Solução polimérica para proteção cutânea, não alcoólica, formadora de película de proteção com duração de 72 horas, uniforme, incolor e transparente, resistente a água e permeável a gases, não citotóxica, não irritativa, de secagem rápida, hipoalergênica, embalagem spray de 25 a 30 ml. CATMAT 484804 | 40      | FR | 68,50   | 2.740,00 | SPRAY<br>BARREIRA |

## 3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR GLOBAL REGISTRADO

3.1. O valor global registrado é de **R\$-2.740,00 (DOIS MIL E SETECENTOS E QUARENTA REAIS).**

3.2. No valor previsto estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

## 4. CLÁUSULA QUARTA - DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A validade do registro será de 12 (doze) meses, contada a partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, sem possibilidade de prorrogação.

## 5. CLÁUSULA QUINTA - DAS CONTRATAÇÕES DECORRENTES DO REGISTRO



5.1. As contratações decorrentes do registro serão formalizadas por meio de nota de empenho de despesa, autorização de compra, ordem de execução de serviço ou outro instrumento equivalente, conforme prevê o art. 62 da Lei Federal nº 8.666/93.

## 6. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1. O fornecimento do objeto será de acordo com a necessidade do Município, de maneira fracionada.

6.1.1. A Secretaria de Saúde enviará Autorização de Compra para a FORNECEDORA no e-mail indicado em sua proposta e os produtos deverão ser entregues no prazo máximo de 15 dias, na Farmácia Municipal anexa ao Centro de Saúde, localizado na Avenida Carmem Ribeiro Pitombo, 90, Centro de Ubatuba-PR;

6.1.2. No caso de recusa do objeto, o prazo para substituição será a metade do prazo inicialmente estipulado para entrega, sujeitando-se a FORNECEDORA às penalidades previstas na Ata de Registro de Preços.

6.1.3. Os prazos mencionados poderão ser alterados na forma que dispõe o art. 57, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93.

6.2. O objeto deverá ser entregue em perfeitas condições, novo, sem uso, devidamente lacrado em embalagem própria, original do fabricante e sem violação, conforme especificação, prazo e local constante no presente Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal, quando couber.

6.3. O objeto deverá ser entregue em veículo próprio da FORNECEDORA, podendo ser ainda através de serviços postais, transportadoras ou outros serviços de entrega, vedada a entrega através de veículos oficiais e/ou servidores do município.

6.3.1. A FORNECEDORA se sujeita ao recebimento provisório do objeto pelo Município para fins de conferência, independente da forma de entrega, cabendo exclusivamente à FORNECEDORA a retirada/substituição do objeto recusado.

6.4. A FORNECEDORA deverá arcar com todas as despesas referentes à entrega do objeto, como transporte, mão de obra, encargos sociais, pedágio, entre outras.

6.5. O objeto deverá ser entregue com declaração da garantia, sob pena de recusa, sendo responsabilidade da FORNECEDORA a substituição e/ou manutenção do objeto durante o período de garantia, sem ônus adicionais ao município.

6.5.1. Para os itens em que não constar tempo de garantia, deverá ser considerado o mínimo legal de três meses;

## 7. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1. Após a entrega de cada pedido, o objeto será recebido provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade com a especificação; e definitivamente, após verificação da qualidade e consequente aceitação.

7.2. O Município se reserva ao direito de não aceitar objeto que não estiver em conformidade com as exigências apresentadas no presente Termo de Referência.

7.2.1. O motivo da recusa será fundamentado pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços através de notificação, encaminhada por escrito à FORNECEDORA, através do e-mail o qual foi encaminhada a Ordem de Compras.



7.3. A FORNECEDORA é obrigada a substituir, por conta própria, no todo ou em parte, objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, ainda que tenha sido recebido definitivamente.

7.3.1. No caso de não aceitação do objeto, seja no recebimento provisório ou definitivo, os ônus com a substituição correrão exclusivamente por conta da FORNECEDORA, independente da forma de entrega.

7.4. O objeto que por ventura venha a ser recusado deverá ser substituído no prazo estipulado, sob pena de aplicação das penalidades previstas no presente Termo de Referência.

## 8. CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

### 8.1. São direitos do MUNICÍPIO:

8.1.1. Receber a prestação do objeto nas condições previstas;

8.1.2. Rejeitar, no todo ou em parte, a prestação do objeto que estiver em desacordo com as condições descritas na Ata de Registro de Preços;

8.1.3. Fiscalizar a execução da Ata de Registro de Preços;

8.1.4. Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

### 8.2. São obrigações do MUNICÍPIO:

8.2.1. Promover, através de seus representantes, o acompanhamento e a fiscalização da Ata de Registro de Preços, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à FORNECEDORA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte daquele;

8.2.2. Cumprir os prazos previstos na Ata de Registro de Preços;

8.2.3. Efetuar o pagamento ajustado, após o recebimento definitivo do objeto solicitado;

8.2.4. Auxiliar no esclarecimento de dúvidas que surjam ao longo da execução da Ata de Registro de Preços;

8.2.5. Decidir sobre eventuais dificuldades na realização do objeto da Ata de Registro de Preços;

8.2.6. Manter, sempre por escrito ou por e-mail, com a FORNECEDORA, os entendimentos sobre o objeto.

### 8.3. São obrigações da FORNECEDORA:

8.3.1. Cumprir todas as obrigações constantes na Ata de Registro de Preços e sua proposta, assumindo exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

8.3.2. Responsabilizar-se por danos ocasionados ao MUNICÍPIO ou a terceiros, causados durante a execução da Ata de Registro de Preços;

8.3.3. Responder por quaisquer compromissos assumidos com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto;

8.3.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078 de 1990);

8.3.5. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado na Ata de Registro de Preços, o objeto com avarias ou defeitos;

8.3.6. Manter contatos com o MUNICÍPIO, sempre por escrito, ressalvados os entendimentos verbais determinados pela urgência do objeto;

8.3.7. Comunicar o MUNICÍPIO, com antecedência, os motivos que impossibilitem o cumprimento dos prazos previstos para execução do objeto, com a devida comprovação;

8.3.8. Manter durante toda a execução da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e apresentá-las no prazo de máximo de 05 (cinco) dias úteis quando solicitada pelo MUNICÍPIO;

8.3.9. Apresentar cópia autêntica do ato constitutivo, estatuto ou contrato social, sempre que houver alteração;

8.3.10. Indicar preposto para representá-la durante a execução da Ata de Registro de Preços;

8.3.11. Prestar os esclarecimentos julgados necessários, bem como informar e manter atualizado (s) o (s) número (s) de telefone, endereço eletrônico (e-mail) e o nome da pessoa autorizada para contatos;

8.3.12. Não utilizar de quaisquer tipos de propaganda visual em benefício de candidato, partido político ou coligação, em veículos ou por funcionários empregados durante a execução dos serviços contratados, sob pena de aplicação das sanções previstas na Lei Eleitoral 9.504/1997, multa e cancelamento da Ata de Registro de Preços;

8.3.13. Providenciar a assinatura dos Termos Aditivos e remetê-los ao MUNICÍPIO no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados de seu recebimento, sob pena de aplicação das sanções previstas.

## 9. CLÁUSULA NONA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

9.1. O pagamento será efetuado após recebimento de cada pedido, no prazo de até trinta dias contados do recebimento da Nota Fiscal pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

9.2. A fatura deverá ser emitida pela empresa, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas e no próprio instrumento de contrato. O faturamento deverá ser realizado em nome do MUNICÍPIO DE UBIRATÃ, CNPJ Nº 76.950.096/0001-10.

9.3. As despesas para atender a contratação estão programadas em dotação orçamentária prevista no orçamento do Município para o exercício de 2022, na classificação abaixo:

| Órgão | Despesa | Categoria    | Descrição                                | Fonte | Valor     |
|-------|---------|--------------|--|-------|-----------|
| 0602  | 3068    | 339030210000 | MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIGIEN | 303   | 22.014,00 |
| 0605  | 3080    | 339030210000 | MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIGIEN | 494   | 70.272,14 |
| 0602  | 4213    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 18.362,50 |
| 0602  | 4216    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 25.302,50 |





|      |       |              |  |     |            |
|------|-------|--------------|--|-----|------------|
| 0603 | 4219  | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494 | 8.592,00   |
| 0603 | 4220  | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494 | 48.432,50  |
| 0605 | 4226  | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494 | 21.464,16  |
| 0605 | 4228  | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494 | 21.288,43  |
| 0606 | 4231  | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494 | 61.515,75  |
| 0605 | 8224  | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 494 | 20.319,55  |
| 0605 | 8225  | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 494 | 6.426,80   |
| 0605 | 8226  | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 494 | 305.716,10 |
| 0606 | 8228  | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 494 | 48.168,51  |
| 0606 | 8230  | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 494 | 156.861,89 |
| 0602 | 8258  | 339030280000 | MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA         | 494 | 4.002,60   |
| 0605 | 8270  | 339030280000 | MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA         | 494 | 227.872,40 |
| 0603 | 9481  | 339032990100 | Outros Materiais para Distribuição Gratu | 384 | 239.130,00 |
| 0603 | 9482  | 339032990100 | Outros Materiais para Distribuição Gratu | 494 | 5.065,40   |
| 0604 | 10996 | 449052420000 | MOBILIÁRIO EM GERAL                      | 494 | 4.486,28   |
| 0605 | 11001 | 449052120000 | APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS        | 494 | 3.584,68   |
| 0606 | 11005 | 449052420000 | MOBILIÁRIO EM GERAL                      | 494 | 1.677,66   |
| 0606 | 11006 | 449052120000 | APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS        | 494 | 2.220,76   |
| 0606 | 11007 | 449052340000 | MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVE | 494 | 14.200,98  |
| 0605 | 11015 | 449052420000 | MOBILIÁRIO EM GERAL                      | 494 | 4.032,32   |
| 0605 | 11022 | 449052080000 | APARELHOS, EQUIP., UT. MÉDICOS-ODONTO.,  | 494 | 41.478,60  |
| 0602 | 11035 | 449052040000 | APARELHOS DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO        | 494 | 3.656,35   |
| 0605 | 11040 | 449052340000 | MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVE | 494 | 15.997,33  |
| 0605 | 11088 | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 303 | 11.005,00  |

9.4. Para liberação do pagamento à FORNECEDORA, as notas fiscais deverão ser entregues ao Fiscal obrigatoriamente acompanhadas dos seguintes documentos:

9.4.1. Prova de Regularidade com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional;

9.4.2. Prova de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

9.4.3. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

## 10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA

10.1. Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo MUNICÍPIO, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX / 100) / 365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;



EM = Encargos moratórios;

N = N. de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

11.1. Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bens registrados.

11.2. Na hipótese do preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a FORNECEDORA será convocada para que promova a redução dos preços.

11.2.1. Em não sendo reduzido o preço, a FORNECEDORA será liberada do compromisso assumido, podendo o MUNICÍPIO convocar os demais fornecedores classificados para, nas mesmas condições, oferecer igual oportunidade de negociação, ou revogar a ata de registro de preços ou parte dela.

11.3. Na hipótese do preço de mercado tornar-se superior ao registrado, e a FORNECEDORA não puder cumprir as obrigações assumidas, este poderá solicitar revisão dos preços, mediante requerimento fundamentado encaminhado diretamente ao Gestor da Ata de Registro de Preços, a ser protocolado antes do pedido de fornecimento, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação relevante nos preços praticados no mercado.

11.3.1. Procedente o pedido, o MUNICÍPIO poderá efetuar a revisão do preço registrado no valor pleiteado pela FORNECEDORA, caso este esteja de acordo com os valores praticados pelo mercado, ou apresentar contraproposta de preço, compatível com o vigente no mercado, para a garantia do equilíbrio econômico-financeiro.

11.3.2. Caso não aceite a contraproposta de preço apresentada pelo MUNICÍPIO, a FORNECEDORA será liberada do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

11.3.3. Não sendo acatado o pedido de revisão, este será indeferido pelo MUNICÍPIO e a FORNECEDORA continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na Ata de Registro de Preços, sob pena de cancelamento do registro do preço da FORNECEDORA e de aplicação das penalidades administrativas previstas.

11.3.4. Na hipótese do cancelamento do registro do preço do fornecedor, prevista no subitem anterior, o MUNICÍPIO poderá convocar os demais fornecedores, na ordem de classificação, para que manifestem interesse em assumir a execução do objeto pelo preço registrado.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO**

12.1. Caberá a gestão da Ata de Registro de Preços ao servidor Orlando Francisco Vieira da Silva, lotado na Secretaria de Saúde.

12.2. Caberá a fiscalização da Ata de Registro de Preços ao servidor Henrique Cardoso Gonçalves, lotado na Secretaria de Saúde, e na sua ausência, ficará a cargo do servidor Rodrigo Salustiano da Silva, lotado na Secretaria de Saúde.



12.3. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da FORNECEDORA pelos danos causados ao MUNICÍPIO ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos.

12.4. A ação ou omissão total ou parcial da fiscalização do MUNICÍPIO não elide nem diminui a responsabilidade da FORNECEDORA quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes, responsabilizando esta quanto a quaisquer irregularidades.

12.5. As comunicações entre MUNICÍPIO e FORNECEDORA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

12.6. Caberá ao gestor e ao fiscal as atribuições constantes na Portaria nº 05/2022.

### 13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

13.1.1. Advertência;

13.1.2. Multa;

13.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Ubiratã;

13.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

13.2. As multas poderão ser:

13.2.1. De caráter moratório, pelo atraso injustificado na entrega ou execução do objeto da Ata de Registro de Preços, nos seguintes percentuais:

13.2.1.1. 2% (dois por cento) ao dia, incidente sobre o valor correspondente à parcela, etapa ou pedido único em que ocorreu o fato, até o limite máximo de 30 (trinta) dias.

A. Extrapolado o limite máximo de 30 (trinta) dias, o percentual da multa será calculado em dobro.

13.2.1.2. 5% (cinco por cento) pelo descumprimento de qualquer outra cláusula da Ata de Registro de Preços durante sua execução, incidente sobre o valor correspondente à parcela, etapa ou pedido único em que ocorreu o fato.

13.2.2. De caráter compensatório, sem prejuízo das multas moratórias, nos seguintes percentuais:

13.2.2.1. 10% (Dez por cento), incidente sobre o valor correspondente à parcela, etapa ou pedido único em que ocorreu o fato, pela inexecução parcial do objeto;

13.2.2.2. 15% (Quinze por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços, pela sua inexecução total.





13.3. A FORNECEDORA poderá ser suspensa temporariamente de participar em licitação e impedida de contratar com o Município de Ubatuba pelo prazo máximo de 02 (dois) anos, sem prejuízo das demais penalidades previstas, quando:

13.3.1. Abandonar a execução da Ata de Registro de Preços;

13.3.2. Incorrer em inexecução da Ata de Registro de Preços; e

13.3.3. Demais hipóteses previstas em lei.

13.4. A FORNECEDORA poderá ser declarada inidônea para licitar ou contratar com a administração pública pelo prazo máximo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das demais penalidades previstas, quando:

13.4.1. Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, a execução da Ata de Registro de Preços;

13.4.2. Agir, comprovadamente, de má-fé na relação pactuada;

13.4.3. Demais hipóteses previstas em lei.

13.5. Estendem-se os efeitos da penalidade de suspensão do direito de contratar com o Município de Ubatuba ou da declaração de inidoneidade:

13.5.1. Às pessoas físicas que constituíram a pessoa jurídica, as quais permanecem impedidas de licitar com a Administração Pública enquanto perdurarem as causas da penalidade, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;

13.5.2. Às pessoas jurídicas que tenham sócios comuns com as pessoas físicas referidas no subitem anterior.

13.6. As sanções previstas poderão ser aplicadas concomitantemente com a sanção de advertência.

13.7. A FORNECEDORA deverá efetuar o pagamento do valor correspondente à multa no prazo e forma estipulados no termo de aplicação de penalidade, podendo ainda ser descontado de pagamentos a que a mesma tenha direito.

13.7.1. Não havendo o pagamento, o valor devido será inscrito em dívida ativa para futura execução fiscal.

13.8. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

13.9. Concomitante às penalidades previstas, a FORNECEDORA se sujeita ao descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 05 (cinco) anos, para efeito do previsto no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02.

13.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13.11. A aplicação das penalidades previstas fica condicionada a ampla defesa e contraditório no devido processo legal, sem prejuízo da defesa prévia.

## 14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS



14.1. O presente registro de preços poderá ser cancelado, sem prejuízo das penalidades previstas, quando o fornecedor:

14.1.1. For liberado;

14.1.2. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

14.1.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

14.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

14.1.5. Por razões de interesse público, devidamente justificado.

14.2. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

14.2.1. Por razão de interesse público; ou

14.2.2. A pedido do fornecedor.

14.3. No caso de cancelamento do registro de preços, poderão ser convocados, a critério da Administração, os demais licitantes classificados.

14.4. O cancelamento da Ata de Registro de Preços fica condicionado à ampla defesa e contraditório no devido processo legal, sem prejuízo da defesa prévia.

## **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VINCULAÇÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

15.1. Ficam vinculados a Ata de Registro de Preços, dela fazendo parte integrante, independentemente de suas transcrições parciais ou totais, o Edital de licitação respectivo e seus anexos e a proposta final da FORNECEDORA.

## **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

16.1. A presente Ata de Registro de Preços rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 10.520/02, Lei nº 8.078/90 e por outras normas de direito público ou privado que melhor tutelem o interesse público.

## **17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS**

17.1. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal nº 8.666/93, e dos princípios gerais de direito.

## **18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO**

# UBIRATÃ

PREFEITURA



004110

UB

18.1. Fica eleito o foro da Comarca de Ubatuba, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas da Ata de Registro de Preços.

Assim ajustadas, firmam as partes o presente instrumento, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas, para todos os fins de direito.

Ubatuba - Paraná, 21 de dezembro de 2022.

**MUNICÍPIO DE UBIRATÃ**

Prefeito de Ubatuba

THIAGO ROSSETTO  
MORESCHI:044031  
49928

Assinado de forma digital  
por THIAGO ROSSETTO  
MORESCHI:04403149928  
Dados: 2023.01.09  
11:22:47 -03'00'

**VUELO PHARMA LTDA**

Representante legal da empresa





ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 459/2022  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 5862/2022  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 182/2022

O MUNICÍPIO DE UBIRATÃ, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ n.º 76.950.096/0001-10, com sede administrativa a Avenida Nilza de Oliveira Pipino, nº 1852, centro, na cidade de Ubatuba, Estado do Paraná, CEP nº 85.440-000, representado pelo Prefeito Fábio de Oliveira Dalécio, e a empresa **MEDSANTA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS MÉDICOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 36.757.380/0001-50, estabelecida à Avenida João Luiz Pozzobon, no nº 1728, CEP nº 97095-465, na cidade de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul, Telefone nº (55) 3347-7000, e-mail (medsantadistribuidora@gmail.com), doravante designada como FORNECEDORA, firmam a presente Ata de Registro de Preços que se regerá pelas condições estabelecidas no Processo Licitatório nº 5862/2022, Pregão Eletrônico nº 182/2022 e de acordo com as cláusulas a seguir:

## 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICOS E DE ENFERMAGEM, MATERIAIS DE LIMPEZA, HIGIENE E DESINFECÇÃO, CURATIVOS, EPIS, INSUMOS, INSTRUMENTAIS, MOBILIÁRIO, ELETRODOMÉSTICOS, EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE, DESTINADOS AS UNIDADES DE SAÚDE.**

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO DETALHAMENTO DO OBJETO

2.1. A execução do objeto da Ata de Registro de Preços se dará na seguinte especificação, quantidade máxima estimada, valores unitários e totais:

| LOTE | ITEM | DESCRIÇÃO  | QTD | UN | V. UNIT | V. TOTAL | MARCA  |
|------|------|--|-----|----|---------|----------|--------|
| 1    | 1    | Abaixador de língua confeccionado em madeira, descartável, liso, formato convencional com extremidades arredondadas, tamanhos mínimos de 14 cm de comprimento x 1,4 cm de largura x 5mm de espessura, embalagem com 100 unidades. CATMAT 348807                  | 100 | PC | 4,29    | 429,00   | ESTILO |
| 1    | 7    | Agulha descartável 0,55x20mm/24G ¾", estéril, cânula siliconada, bisel trifacetado, com protetor plástico, canhão colorido no padrão universal, perfeito encaixe em seringas luer slip ou lock, embaladas individualmente, caixa com 100 unidades. CATMAT 439811 | 50  | CX | 7,45    | 372,50   | MEDIX  |
| 1    | 8    | Agulha descartável 0,6x25mm/23G 1, estéril, cânula siliconada, bisel trifacetado, com protetor plástico, canhão colorido no padrão universal, perfeito encaixe em seringas luer slip ou lock, embaladas individualmente, caixa com 100 unidades. CATMAT 439809   | 50  | CX | 7,45    | 372,50   | MEDIX  |
| 1    | 10   | Agulha descartável 13x0,45mm 26G   | 30  | CX | 7,45    | 223,50   | MEDIX  |



|   |    |  |     |     |      |        |          |
|---|----|--|-----|-----|------|--------|----------|
|   |    | 1/2, estéril, cânula siliconada, bisel trifacetado, com protetor plástico, canhão colorido no padrão universal, perfeito encaixe na seringa, embaladas individualmente, caixa com 100 unidades. CATMAT 439812  |     |     |      |        |          |
| 1 | 11 | Agulha descartável 25x0,7mm 22G 1, estéril, cânula siliconada, bisel trifacetado, com protetor plástico, canhão colorido no padrão universal, perfeito encaixe na seringa, embaladas individualmente, caixa com 100 unidades. CATMAT 439807  | 12  | CX  | 7,75 | 93,00  | MEDIX    |
| 1 | 12 | Agulha descartável 25x0,8mm 21G 1, estéril, cânula siliconada, bisel trifacetado, com protetor plástico, canhão colorido no padrão universal, perfeito encaixe na seringa, embaladas individualmente, caixa com 100 unidades. CATMAT 439804  | 12  | CX  | 7,75 | 93,00  | MEDIX    |
| 1 | 13 | Agulha descartável 40x1,2mm 18G 1 1/2, estéril, cânula siliconada, bisel trifacetado, com protetor plástico, canhão colorido no padrão universal, perfeito encaixe na seringa, embaladas individualmente, caixa com 100 unidades. CATMAT 439799  | 50  | CX  | 7,85 | 392,50 | MEDIX    |
| 1 | 33 | Bolsa coletora de urina sistema fechado, capacidade de 2000 ml, graduada, estéril, descartável. atóxica e apirogênica, fabricado em PVC, com tampa protetora do conector, conector universal, tubo extensor de no mínimo 100cm, clamp corta fluxo, suporte de fixação tipo cabide com cordão, válvula anti-refluxo, filtro Hidrófobo, tubo de drenagem, ponto de coleta de amostra com membrana auto cicatrizante. CATMAT 432133 | 250 | UN. | 3,90 | 975,00 | WILTEX   |
| 1 | 41 | Cateter intravenoso periférico 14G, cânula externa confeccionada em poliuretano radiopaco, flexível, confeccionado de forma resistente à torção, atóxico, ajustado a uma agulha introdutora vazada de aço inoxidável siliconizada com bisel trifacetado com adequada angulação e perfeita afiação, sem rebarbas ou resíduos de manufatura de aço. Deve possuir câmara de refluxo   | 50  | UN. | 0,66 | 33,00  | HEALCATH |



|   |    |   |     |     |      |        |          |
|---|----|---|-----|-----|------|--------|----------|
|   |    | sanguíneo com filtro que permita rápida visualização do sangue no momento da punção, com conector (canhão) translúcido, codificado em cores e com ranhuras para a fixação. Embalagem estéril individual, com proteção dupla, abertura em pétala. CATMAT 437181  |     |     |      |        |          |
| 1 | 42 | Cateter intravenoso periférico 16G, cânula externa confeccionada em poliuretano radiopaco, flexível, confeccionado de forma resistente à torção, atóxico, ajustado a uma agulha introdutora vazada de aço inoxidável siliconizada com bisel trifacetado com adequada angulação e perfeita afiação, sem rebarbas ou resíduos de manufatura de aço. Deve possuir câmara de refluxo sanguíneo com filtro que permita rápida visualização do sangue no momento da punção, com conector (canhão) translúcido, codificado em cores e com ranhuras para a fixação. Embalagem estéril individual, com proteção dupla, abertura em pétala. CATMAT 437182 | 80  | UN. | 0,68 | 54,40  | HEALCATH |
| 1 | 43 | Cateter intravenoso periférico 18G, cânula externa confeccionada em poliuretano radiopaco, flexível, confeccionado de forma resistente à torção, atóxico, ajustado a uma agulha introdutora vazada de aço inoxidável siliconizada com bisel trifacetado com adequada angulação e perfeita afiação, sem rebarbas ou resíduos de manufatura de aço. Deve possuir câmara de refluxo sanguíneo com filtro que permita rápida visualização do sangue no momento da punção, com conector (canhão) translúcido, codificado em cores e com ranhuras para a fixação. Embalagem estéril individual, com proteção dupla, abertura em pétala. CATMAT 43718  | 100 | UN. | 0,68 | 68,00  | HEALCATH |
| 1 | 44 | Cateter intravenoso periférico 20G, cânula externa confeccionada em poliuretano radiopaco, flexível, confeccionado de forma resistente à torção, atóxico, ajustado a uma  | 180 | UN. | 0,68 | 122,40 | HEALCATH |





|   |    |   |       |     |      |        |          |
|---|----|---|-------|-----|------|--------|----------|
|   |    | agulha introdutora vazada de aço inoxidável siliconizada com bisel trifacetado com adequada angulação e perfeita afiação, sem rebarbas ou resíduos de manufatura de aço. Deve possuir câmara de refluxo sanguíneo com filtro que permita rápida visualização do sangue no momento da punção, com conector (canhão) translúcido, codificado em cores e com ranhuras para a fixação. Embalagem estéril individual, com proteção dupla, abertura em pétala. CATMAT 437184  |       |     |      |        |          |
| 1 | 45 | Cateter intravenoso periférico 22G, cânula externa confeccionada em poliuretano radiopaco, flexível, confeccionado de forma resistente à torção, atóxico, ajustado a uma agulha introdutora vazada de aço inoxidável siliconizada com bisel trifacetado com adequada angulação e perfeita afiação, sem rebarbas ou resíduos de manufatura de aço. Deve possuir câmara de refluxo sanguíneo com filtro que permita rápida visualização do sangue no momento da punção, com conector (canhão) translúcido, codificado em cores e com ranhuras para a fixação. Embalagem estéril individual, com proteção dupla, abertura em pétala. CATMAT 437185 | 300   | UN. | 0,68 | 204,00 | HEALCATH |
| 1 | 88 | Dispositivo Asepto Scalp 21g, estéril, composto por tubo flexível de 30 cm fabricado em PVC transparente e atóxico, agulha em aço inox com bisel trifacetado com protetor plástico, conexão tipo Luer Lock, asas de sustentação em PVC na cor de codificação universal, embalado individualmente. CATMAT 437170   | 2.000 | UN. | 0,22 | 440,00 | MEDIX    |
| 1 | 89 | Dispositivo Asepto Scalp 23g, estéril, composto por tubo flexível de 30 cm fabricado em PVC transparente e atóxico, agulha em aço inox com bisel trifacetado com protetor plástico, conexão tipo Luer Lock, asas de sustentação em PVC na cor de codificação universal, embalado individualmente. CATMAT 437171   | 2.500 | UN. | 0,22 | 550,00 | MEDIX    |



|   |     |  |       |     |       |          |          |
|---|-----|--|-------|-----|-------|----------|----------|
| 1 | 90  | Dispositivo Asepto Scalp 25g, estéril, composto por tubo flexível de 30 cm fabricado em PVC transparente e atóxico, agulha em aço inox com bisel trifacetado com protetor plástico, conexão tipo Luer Lock, asas de sustentação em PVC na cor de codificação universal, embalado individualmente. CATMAT 437169                                    | 2.000 | UN. | 0,22  | 440,00   | MEDIX    |
| 1 | 94  | Embalagem para esterilização, tubular de 20 cm x 100 m, composta de papel grau cirurgico 60g/m <sup>2</sup> e poliéster/polipropileno, termo sensível, com indicador do processo de esterilização a vapor, altamente resistente, atóxico. CATMAT 442384  | 70    | UN. | 87,00 | 6.090,00 | POLLITEX |
| 1 | 98  | Equipo para alimentação enteral macro, estéril, atóxico, apirogênico, descartável, lanceta perfurante para conexão ao recipiente de solução, câmara flexível para visualização gotejamento, extensão em PVC azul de 1,5 m, controlador de fluxo tipo pinça rolete, conector escalonado. Embalagem individual com abertura em pétala. CATMAT 462239 | 1.200 | UN. | 1,15  | 1.380,00 | FARMATEX |
| 1 | 108 | Fio de sutura nylon 2-0, 45cm, não absorvível de origem sintética, monofilamento preto, liso e uniforme, com agulha em aço inox, 3/8CIR. TRG.3.0cm – Estéril, Tipo A, Classe IV, caixa com 24 envelopes individuais. CATMAT 281343   | 6     | CX  | 39,90 | 239,40   | MEDIX    |
| 1 | 109 | Fio de sutura nylon 3-0, 45cm, não absorvível de origem sintética, monofilamento preto, liso e uniforme, com agulha em aço inox, 3/8CIR. TRG.3.0cm – Estéril, Tipo A, Classe IV, caixa com 24 envelopes individuais. CATMAT 281343   | 8     | CX  | 39,90 | 319,20   | MEDIX    |
| 1 | 111 | Fio de sutura nylon 5-0, 45cm, não absorvível de origem sintética, monofilamento preto, liso e uniforme, com agulha em aço inox, 3/8CIR. TRG.2cm – Estéril, Tipo A, Classe IV, caixa com 24 envelopes individuais. CATMAT 281317   | 6     | CX  | 39,90 | 239,40   | MEDIX    |
| 1 | 112 | Fita cirúrgica microporosa 10cm x 10m, confeccionada em fibra de viscose com adesivo acrílico, hipoalergênica, fina, flexível,   | 1     | RL  | 9,20  | 9,20     | MISSNER  |



|   |     |   |     |     |       |        |           |
|---|-----|---|-----|-----|-------|--------|-----------|
|   |     | respirável, de alta fixação, não deve causar dano a pele no momento da remoção, embalagem tipo carretel com capa plástica protetora. CATMAT 437866  |     |     |       |        |           |
| 1 | 144 | Lâmina para bisturi 22, confeccionada em aço carbono, estéril, perfeito polimento, afiação e encaixe no cabo, caixa com 100 unidades. CATMAT 313630   | 10  | CX  | 27,00 | 270,00 | MEDIX     |
| 1 | 160 | Luva cirúrgica estéril 6,5, em látex natural, flexível, resistente, fina e homogênea, formato anatômico, alta sensibilidade tátil com as pontas dos dedos texturizadas, ambidestra ou com instrução de lado, lubrificação com pó bioabsorvível hipoalérgico, as bordas devem ser reforçadas e arrematadas com bainhas. Não deve haver presença de furos, emendas ou quaisquer outros defeitos que interfiram na perfeita utilização do produto. Embalagem em papel grau cirúrgico, contendo um par. CATMAT 310176 | 200 | PAR | 1,10  | 220,00 | LEMGRUBER |
| 1 | 161 | Luva cirúrgica estéril 7,5, em látex natural, flexível, resistente, fina e homogênea, formato anatômico, alta sensibilidade tátil com as pontas dos dedos texturizadas, ambidestra ou com instrução de lado, lubrificação com pó bioabsorvível hipoalérgico, as bordas devem ser reforçadas e arrematadas com bainhas. Não deve haver presença de furos, emendas ou quaisquer outros defeitos que interfiram na perfeita utilização do produto. Embalagem em papel grau cirúrgico, contendo um par. CATMAT 276341 | 300 | PAR | 1,10  | 330,00 | LEMGRUBER |
| 1 | 162 | Luva cirúrgica estéril 7,0, em látex natural, flexível, resistente, fina e homogênea, formato anatômico, alta sensibilidade tátil com as pontas dos dedos texturizadas, ambidestra ou com instrução de lado, lubrificação com pó bioabsorvível hipoalérgico, as bordas devem ser reforçadas e arrematadas com bainhas. Não deve haver presença de furos, emendas ou quaisquer   | 150 | PAR | 1,10  | 165,00 | LEMGRUBER |





|   |     |   |     |     |       |          |           |
|---|-----|---|-----|-----|-------|----------|-----------|
|   |     | outros defeitos que interfiram na perfeita utilização do produto. Embalagem em papel grau cirúrgico, contendo um par. CATMAT 276342   |     |     |       |          |           |
| 1 | 163 | Luva cirúrgica estéril 8.0, em látex natural, flexível, resistente, fina e homogênea, formato anatômico, alta sensibilidade tátil com as pontas dos dedos texturizadas, ambidestra ou com instrução de lado, lubrificação com pó bioabsorvível hipoalérgico, as bordas devem ser reforçadas e arrematadas com bainhas. Não deve haver presença de furos, emendas ou quaisquer outros defeitos que interfiram na perfeita utilização do produto. Embalagem em papel grau cirúrgico, contendo um par. CATMAT 276342 | 200 | PAR | 1,10  | 220,00   | LEMGRUBER |
| 1 | 164 | Luva para procedimento G, 100% latex natural, não estéril, descartável, ambidestra, alta sensibilidade tátil, resistente, formato anatômico, boa elasticidade e resistência, com tensão de ruptura mínima, totalmente impermeável a água, isenta de quaisquer defeitos, lubrificadas com pó bio absorvível, caixa com 100 unidades. CATMAT 349009   | 250 | CX  | 13,20 | 3.300,00 | TALGE     |
| 1 | 167 | Luva para procedimento M, 100% latex natural, não estéril, descartável, ambidestra, alta sensibilidade tátil, resistente, formato anatômico, boa elasticidade e resistência, com tensão de ruptura mínima, totalmente impermeável a água, isenta de quaisquer defeitos, lubrificadas com pó bio absorvível, caixa com 100 unidades. CATMAT 301842   | 500 | CX  | 13,20 | 6.600,00 | TALGE     |
| 1 | 170 | Luva para procedimento P, 100% latex natural, não estéril, descartável, ambidestra, alta sensibilidade tátil, resistente, formato anatômico, boa elasticidade e resistência, com tensão de ruptura mínima, totalmente impermeável a água, isenta de quaisquer defeitos, lubrificadas com pó bio absorvível, caixa com 100 unidades. CATMAT  | 260 | CX  | 13,20 | 3.432,00 | TALGE     |



|   |     |  |     |     |       |          |       |
|---|-----|--|-----|-----|-------|----------|-------|
|   |     | 301843   |     |     |       |          |       |
| 1 | 173 | Luva para procedimento PP, 100% latex natural, não estéril, descartável, ambidestra, alta sensibilidade tátil, resistente, formato anatômico, boa elasticidade e resistência, com tensão de ruptura mínima, totalmente impermeável a água, isenta de quaisquer defeitos, lubrificadas com pó bio absorvível, caixa com 100 unidades. CATMAT 342505 | 100 | CX  | 13,20 | 1.320,00 | TALGE |
| 1 | 224 | Seringa descartável, 3 ml, sem agulha, bico Luer Lock, estéril, confeccionadas em prolipropileno, boa transparência, siliconização interna com deslize perfeito, com anel de retenção entre êmbolo e cilindro, deve permitir boa leitura com escritas precisas. Embalagem individual. CATMAT 439625  | 250 | UN. | 0,15  | 37,50    | SR    |
| 1 | 233 | Sonda foley nº10, atóxica, estéril, descartável, fabrica em látex siliconizado, modelo 2 vias, com orifícios lisos e atraumáticos, com balao resistente a pressão, conectores universais. Embalagem individual. CATMAT 436000  | 40  | UN. | 3,00  | 120,00   | MEDIX |
| 1 | 234 | Sonda foley nº12, atóxica, estéril, descartável, fabrica em látex siliconizado, modelo 2 vias, com orifícios lisos e atraumáticos, com balao resistente a pressão, conectores universais. Embalagem individual. Embalagem individual. CATMAT 436001  | 50  | UN. | 2,40  | 120,00   | MEDIX |
| 1 | 235 | Sonda foley nº14, atóxica, estéril, descartável, fabrica em látex siliconizado, modelo 2 vias, com orifícios lisos e atraumáticos, com balao resistente a pressão, conectores universais. Embalagem individual. Embalagem individual. CATMAT 436002  | 40  | UN. | 2,40  | 96,00    | MEDIX |
| 1 | 236 | Sonda foley nº16, atóxica, estéril, descartável, fabrica em látex siliconizado, modelo 2 vias, com orifícios lisos e atraumáticos, com balao resistente a pressão, conectores universais. Embalagem individual. Embalagem individual.  | 100 | UN. | 2,40  | 240,00   | MEDIX |



|   |     |   |     |     |      |        |       |
|---|-----|---|-----|-----|------|--------|-------|
|   |     | CATMAT 435999   |     |     |      |        |       |
| 1 | 237 | Sonda foley nº18, atóxica, estéril, descartável, fabrica em látex siliconizado, modelo 2 vias, com orifícios lisos e atraumáticos, com balao resistente a pressão, conectores universais. Embalagem individual. Embalagem individual. CATMAT 436003 | 100 | UN. | 2,40 | 240,00 | MEDIX |
| 1 | 238 | Sonda foley nº20, atóxica, estéril, descartável, fabrica em látex siliconizado, modelo 2 vias, com orifícios lisos e atraumáticos, com balao resistente a pressão, conectores universais. Embalagem individual. Embalagem individual. CATMAT 436010 | 50  | UN. | 2,40 | 120,00 | MEDIX |
| 1 | 239 | Sonda foley nº22, atóxica, estéril, descartável, fabrica em látex siliconizado, modelo 2 vias, com orifícios lisos e atraumáticos, com balao resistente a pressão, conectores universais. Embalagem individual. Embalagem individual. CATMAT 436004 | 40  | UN. | 2,40 | 96,00  | MEDIX |

### 3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR GLOBAL REGISTRADO

3.1. O valor global registrado é de R\$-30.066,50 (TRINTA MIL E SESENTA E SEIS REAIS E CINQUENTA CENTAVOS).

3.2. No valor previsto estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

### 4. CLÁUSULA QUARTA - DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A validade do registro será de 12 (doze) meses, contada a partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, sem possibilidade de prorrogação.

### 5. CLÁUSULA QUINTA - DAS CONTRATAÇÕES DECORRENTES DO REGISTRO

5.1. As contratações decorrentes do registro serão formalizadas por meio de nota de empenho de despesa, autorização de compra, ordem de execução de serviço ou outro instrumento equivalente, conforme prevê o art. 62 da Lei Federal nº 8.666/93.

### 6. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1. O fornecimento do objeto será de acordo com a necessidade do Município, de maneira fracionada.





6.1.1. A Secretaria de Saúde enviará Autorização de Compra para a FORNECEDORA no e-mail indicado em sua proposta e os produtos deverão ser entregues no prazo máximo de 15 dias, na Farmácia Municipal anexa ao Centro de Saúde, localizado na Avenida Carmem Ribeiro Pitombo, 90, Centro de Ubatuba-PR;

6.1.2. No caso de recusa do objeto, o prazo para substituição será a metade do prazo inicialmente estipulado para entrega, sujeitando-se a FORNECEDORA às penalidades previstas na Ata de Registro de Preços.

6.1.3. Os prazos mencionados poderão ser alterados na forma que dispõe o art. 57, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93.

6.2. O objeto deverá ser entregue em perfeitas condições, novo, sem uso, devidamente lacrado em embalagem própria, original do fabricante e sem violação, conforme especificação, prazo e local constante no presente Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal, quando couber.

6.3. O objeto deverá ser entregue em veículo próprio da FORNECEDORA, podendo ser ainda através de serviços postais, transportadoras ou outros serviços de entrega, vedada a entrega através de veículos oficiais e/ou servidores do município.

6.3.1. A FORNECEDORA se sujeita ao recebimento provisório do objeto pelo Município para fins de conferência, independente da forma de entrega, cabendo exclusivamente à FORNECEDORA a retirada/substituição do objeto recusado.

6.4. A FORNECEDORA deverá arcar com todas as despesas referentes à entrega do objeto, como transporte, mão de obra, encargos sociais, pedágio, entre outras.

6.5. O objeto deverá ser entregue com declaração da garantia, sob pena de recusa, sendo responsabilidade da FORNECEDORA a substituição e/ou manutenção do objeto durante o período de garantia, sem ônus adicionais ao município.

6.5.1. Para os itens em que não constar tempo de garantia, deverá ser considerado o mínimo legal de três meses;

## **7. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO**

7.1. Após a entrega de cada pedido, o objeto será recebido provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade com a especificação; e definitivamente, após verificação da qualidade e consequente aceitação.

7.2. O Município se reserva ao direito de não aceitar objeto que não estiver em conformidade com as exigências apresentadas no presente Termo de Referência.

7.2.1. O motivo da recusa será fundamentado pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços através de notificação, encaminhada por escrito à FORNECEDORA, através do e-mail o qual foi encaminhada a Ordem de Compras.

7.3. A FORNECEDORA é obrigada a substituir, por conta própria, no todo ou em parte, objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, ainda que tenha sido recebido definitivamente.

7.3.1. No caso de não aceitação do objeto, seja no recebimento provisório ou definitivo, os ônus com a substituição correrão exclusivamente por conta da FORNECEDORA, independente da forma de entrega.

7.4. O objeto que por ventura venha a ser recusado deverá ser substituído no prazo estipulado, sob pena de aplicação das penalidades previstas no presente Termo de Referência.



## 8. CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

### 8.1. São direitos do MUNICÍPIO:

8.1.1. Receber a prestação do objeto nas condições previstas;

8.1.2. Rejeitar, no todo ou em parte, a prestação do objeto que estiver em desacordo com as condições descritas na Ata de Registro de Preços;

8.1.3. Fiscalizar a execução da Ata de Registro de Preços;

8.1.4. Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

### 8.2. São obrigações do MUNICÍPIO:

8.2.1. Promover, através de seus representantes, o acompanhamento e a fiscalização da Ata de Registro de Preços, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à FORNECEDORA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte daquele;

8.2.2. Cumprir os prazos previstos na Ata de Registro de Preços;

8.2.3. Efetuar o pagamento ajustado, após o recebimento definitivo do objeto solicitado;

8.2.4. Auxiliar no esclarecimento de dúvidas que surjam ao longo da execução da Ata de Registro de Preços;

8.2.5. Decidir sobre eventuais dificuldades na realização do objeto da Ata de Registro de Preços;

8.2.6. Manter, sempre por escrito ou por e-mail, com a FORNECEDORA, os entendimentos sobre o objeto.

### 8.3. São obrigações da FORNECEDORA:

8.3.1. Cumprir todas as obrigações constantes na Ata de Registro de Preços e sua proposta, assumindo exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

8.3.2. Responsabilizar-se por danos ocasionados ao MUNICÍPIO ou a terceiros, causados durante a execução da Ata de Registro de Preços;

8.3.3. Responder por quaisquer compromissos assumidos com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto;

8.3.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078 de 1990);

8.3.5. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado na Ata de Registro de Preços, o objeto com avarias ou defeitos;

8.3.6. Manter contatos com o MUNICÍPIO, sempre por escrito, ressaltados os entendimentos verbais determinados pela urgência do objeto;



8.3.7. Comunicar o MUNICÍPIO, com antecedência, os motivos que impossibilitem o cumprimento dos prazos previstos para execução do objeto, com a devida comprovação;

8.3.8. Manter durante toda a execução da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e apresentá-las no prazo de máximo de 05 (cinco) dias úteis quando solicitada pelo MUNICÍPIO;

8.3.9. Apresentar cópia autêntica do ato constitutivo, estatuto ou contrato social, sempre que houver alteração;

8.3.10. Indicar preposto para representá-la durante a execução da Ata de Registro de Preços;

8.3.11. Prestar os esclarecimentos julgados necessários, bem como informar e manter atualizado (s) o (s) número (s) de telefone, endereço eletrônico (e-mail) e o nome da pessoa autorizada para contatos;

8.3.12. Não utilizar de quaisquer tipos de propaganda visual em benefício de candidato, partido político ou coligação, em veículos ou por funcionários empregados durante a execução dos serviços contratados, sob pena de aplicação das sanções previstas na Lei Eleitoral 9.504/1997, multa e cancelamento da Ata de Registro de Preços;

8.3.13. Providenciar a assinatura dos Termos Aditivos e remetê-los ao MUNICÍPIO no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados de seu recebimento, sob pena de aplicação das sanções previstas.

## 9. CLÁUSULA NONA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

9.1. O pagamento será efetuado após recebimento de cada pedido, no prazo de até trinta dias contados do recebimento da Nota Fiscal pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

9.2. A fatura deverá ser emitida pela empresa, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas e no próprio instrumento de contrato. O faturamento deverá ser realizado em nome do MUNICÍPIO DE UBIRATÃ, CNPJ Nº 76.950.096/0001-10.

9.3. As despesas para atender a contratação estão programadas em dotação orçamentária prevista no orçamento do Município para o exercício de 2022, na classificação abaixo:

| Órgão | Despesa | Categoria    | Descrição                                | Fonte | Valor      |
|-------|---------|--------------|--|-------|------------|
| 0602  | 3068    | 339030210000 | MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIGIEN | 303   | 22.014,00  |
| 0605  | 3080    | 339030210000 | MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIGIEN | 494   | 70.272,14  |
| 0602  | 4213    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 18.362,50  |
| 0602  | 4216    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 25.302,50  |
| 0603  | 4219    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 8.592,00   |
| 0603  | 4220    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 48.432,50  |
| 0605  | 4226    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 21.464,16  |
| 0605  | 4228    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 21.288,43  |
| 0606  | 4231    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 61.515,75  |
| 0605  | 8224    | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 494   | 20.319,55  |
| 0605  | 8225    | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 494   | 6.426,80   |
| 0605  | 8226    | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 494   | 305.716,10 |





|      |       |              |  |     |            |
|------|-------|--------------|--|-----|------------|
| 0606 | 8228  | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 494 | 48.168,51  |
| 0606 | 8230  | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 494 | 156.861,89 |
| 0602 | 8258  | 339030280000 | MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA         | 494 | 4.002,60   |
| 0605 | 8270  | 339030280000 | MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA         | 494 | 227.872,40 |
| 0603 | 9481  | 339032990100 | Outros Materiais para Distribuição Gratu | 384 | 239.130,00 |
| 0603 | 9482  | 339032990100 | Outros Materiais para Distribuição Gratu | 494 | 5.065,40   |
| 0604 | 10996 | 449052420000 | MOBILIÁRIO EM GERAL                      | 494 | 4.486,28   |
| 0605 | 11001 | 449052120000 | APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS        | 494 | 3.584,68   |
| 0606 | 11005 | 449052420000 | MOBILIÁRIO EM GERAL                      | 494 | 1.677,66   |
| 0606 | 11006 | 449052120000 | APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS        | 494 | 2.220,76   |
| 0606 | 11007 | 449052340000 | MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVE | 494 | 14.200,98  |
| 0605 | 11015 | 449052420000 | MOBILIÁRIO EM GERAL                      | 494 | 4.032,32   |
| 0605 | 11022 | 449052080000 | APARELHOS, EQUIP., UT. MÉDICOS-ODONTO.,  | 494 | 41.478,60  |
| 0602 | 11035 | 449052040000 | APARELHOS DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO        | 494 | 3.656,35   |
| 0605 | 11040 | 449052340000 | MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVE | 494 | 15.997,33  |
| 0605 | 11088 | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 303 | 11.005,00  |

9.4. Para liberação do pagamento à FORNECEDORA, as notas fiscais deverão ser entregues ao Fiscal obrigatoriamente acompanhadas dos seguintes documentos:

9.4.1. Prova de Regularidade com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional;

9.4.2. Prova de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

9.4.3. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

## 10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA

10.1. Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo MUNICÍPIO, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX / 100) / 365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = N. de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

## 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

11.1. Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bens registrados.



11.2. Na hipótese do preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a FORNECEDORA será convocada para que promova a redução dos preços.

11.2.1. Em não sendo reduzido o preço, a FORNECEDORA será liberada do compromisso assumido, podendo o MUNICÍPIO convocar os demais fornecedores classificados para, nas mesmas condições, oferecer igual oportunidade de negociação, ou revogar a ata de registro de preços ou parte dela.

11.3. Na hipótese do preço de mercado tornar-se superior ao registrado, e a FORNECEDORA não puder cumprir as obrigações assumidas, este poderá solicitar revisão dos preços, mediante requerimento fundamentado encaminhado diretamente ao Gestor da Ata de Registro de Preços, a ser protocolado antes do pedido de fornecimento, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação relevante nos preços praticados no mercado.

11.3.1. Procedente o pedido, o MUNICÍPIO poderá efetuar a revisão do preço registrado no valor pleiteado pela FORNECEDORA, caso este esteja de acordo com os valores praticados pelo mercado, ou apresentar contraproposta de preço, compatível com o vigente no mercado, para a garantia do equilíbrio econômico-financeiro.

11.3.2. Caso não aceite a contraproposta de preço apresentada pelo MUNICÍPIO, a FORNECEDORA será liberada do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

11.3.3. Não sendo acatado o pedido de revisão, este será indeferido pelo MUNICÍPIO e a FORNECEDORA continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na Ata de Registro de Preços, sob pena de cancelamento do registro do preço da FORNECEDORA e de aplicação das penalidades administrativas previstas.

11.3.4. Na hipótese do cancelamento do registro do preço do fornecedor, prevista no subitem anterior, o MUNICÍPIO poderá convocar os demais fornecedores, na ordem de classificação, para que manifestem interesse em assumir a execução do objeto pelo preço registrado.

## 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

12.1. Caberá a gestão da Ata de Registro de Preços ao servidor Orlando Francisco Vieira da Silva, lotado na Secretaria de Saúde.

12.2. Caberá a fiscalização da Ata de Registro de Preços ao servidor Henrique Cardoso Gonçalves, lotado na Secretaria de Saúde, e na sua ausência, ficará a cargo do servidor Rodrigo Salustiano da Silva, lotado na Secretaria de Saúde.

12.3. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da FORNECEDORA pelos danos causados ao MUNICÍPIO ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos.

12.4. A ação ou omissão total ou parcial da fiscalização do MUNICÍPIO não elide nem diminui a responsabilidade da FORNECEDORA quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes, responsabilizando esta quanto a quaisquer irregularidades.

12.5. As comunicações entre MUNICÍPIO e FORNECEDORA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.



12.6. Caberá ao gestor e ao fiscal as atribuições constantes na Portaria nº 05/2022.

### 13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

13.1.1. Advertência;

13.1.2. Multa;

13.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Ubiratã;

13.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

13.2. As multas poderão ser:

13.2.1. De caráter moratório, pelo atraso injustificado na entrega ou execução do objeto da Ata de Registro de Preços, nos seguintes percentuais:

13.2.1.1. 2% (dois por cento) ao dia, incidente sobre o valor correspondente à parcela, etapa ou pedido único em que ocorreu o fato, até o limite máximo de 30 (trinta) dias.

A. Extrapolado o limite máximo de 30 (trinta) dias, o percentual da multa será calculado em dobro.

13.2.1.2. 5% (cinco por cento) pelo descumprimento de qualquer outra cláusula da Ata de Registro de Preços durante sua execução, incidente sobre o valor correspondente à parcela, etapa ou pedido único em que ocorreu o fato.

13.2.2. De caráter compensatório, sem prejuízo das multas moratórias, nos seguintes percentuais:

13.2.2.1. 10% (Dez por cento), incidente sobre o valor correspondente à parcela, etapa ou pedido único em que ocorreu o fato, pela inexecução parcial do objeto;

13.2.2.2. 15% (Quinze por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços, pela sua inexecução total.

13.3. A FORNECEDORA poderá ser suspensa temporariamente de participar em licitação e impedida de contratar com o Município de Ubiratã pelo prazo máximo de 02 (dois) anos, sem prejuízo das demais penalidades previstas, quando:

13.3.1. Abandonar a execução da Ata de Registro de Preços;

13.3.2. Incorrer em inexecução da Ata de Registro de Preços; e

13.3.3. Demais hipóteses previstas em lei.

13.4. A FORNECEDORA poderá ser declarada inidônea para licitar ou contratar com a administração pública pelo prazo máximo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das demais penalidades previstas, quando:







14.1.5. Por razões de interesse público, devidamente justificado.

14.2. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

14.2.1. Por razão de interesse público; ou

14.2.2. A pedido do fornecedor.

14.3. No caso de cancelamento do registro de preços, poderão ser convocados, a critério da Administração, os demais licitantes classificados.

14.4. O cancelamento da Ata de Registro de Preços fica condicionado à ampla defesa e contraditório no devido processo legal, sem prejuízo da defesa prévia.

## 15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VINCULAÇÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1. Ficam vinculados a Ata de Registro de Preços, dela fazendo parte integrante, independentemente de suas transcrições parciais ou totais, o Edital de licitação respectivo e seus anexos e a proposta final da FORNECEDORA.

## 16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

16.1. A presente Ata de Registro de Preços rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 10.520/02, Lei nº 8.078/90 e por outras normas de direito público ou privado que melhor tutelem o interesse público.

## 17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS

17.1. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal nº 8.666/93, e dos princípios gerais de direito.

## 18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

18.1. Fica eleito o foro da Comarca de Ubatuba, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas da Ata de Registro de Preços.

Assim ajustadas, firmam as partes o presente instrumento, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas, para todos os fins de direito.

Ubatuba - Paraná, 21 de dezembro de 2022.

**MUNICÍPIO DE UBIRATÃ**  
Prefeito de Ubatuba

MEDSANTA COMERCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS  
MED:36757380000150  
Assinado de forma digital por MEDSANTA COMERCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS  
MED:36757380000150  
Dados: 2023.01.09 11:21:30 -03'00'

**MEDSANTA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS MÉDICOS LTDA**  
Representante legal da empresa



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 474/2022

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 5862/2022

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 182/2022

O **MUNICÍPIO DE UBIRATÃ**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ n.º 76.950.096/0001-10, com sede administrativa a Avenida Nilza de Oliveira Pipino, nº 1852, centro, na cidade de Ubatuba, Estado do Paraná, CEP nº 85.440-000, representado pelo Prefeito Fábio de Oliveira Dalécio, e a empresa **JOSÉ DANTAS DINIZ FILHO EPP**, inscrita no CNPJ nº 22.077.847/0001-07, estabelecida à Rua PC Venâncio Neiva, no nº 77, no Bairro Centro, CEP nº 58100-246, na cidade de Cabadelo, Estado do Paraíba, Telefone nº (83) 03031-7061 e (83) 996542142, e-mail (dantasdiniz@gmail.com), doravante designada como FORNECEDORA, firmam a presente Ata de Registro de Preços que se regerá pelas condições estabelecidas no Processo Licitatório nº 5862/2022, Pregão Eletrônico nº 182/2022 e de acordo com as cláusulas a seguir:

### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICOS E DE ENFERMAGEM, MATERIAIS DE LIMPEZA, HIGIENE E DESINFECÇÃO, CURATIVOS, EPIS, INSUMOS, INSTRUMENTAIS, MOBILIÁRIO, ELETRODOMÉSTICOS, EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE, DESTINADOS AS UNIDADES DE SAÚDE.**

### 2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO DETALHAMENTO DO OBJETO

2.1. A execução do objeto da Ata de Registro de Preços se dará na seguinte especificação, quantidade máxima estimada, valores unitários e totais:

| LOTE | ITEM | DESCRIÇÃO   | QTD | UN  | V. UNIT | V. TOTAL | MARCA |
|------|------|---|-----|-----|---------|----------|-------|
| 1    | 31   | Bisturi descartável, nº11, lâmina em aço inox, afiada e polida, isenta de rebarbas e/ou sinais de oxidação, cabo em plástico, estéril, atóxico, apirogênico, com capa protetora e trava de segurança, embalagem individual. CATMAT 412834 | 500 | UN. | 2,56    | 1.280,00 | INDEX |

### 3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR GLOBAL REGISTRADO

3.1. O valor global registrado é de **R\$-1.280,00 (UM MIL DUZENTOS E OITENTA REAIS).**

3.2. No valor previsto estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

### 4. CLÁUSULA QUARTA - DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A validade do registro será de 12 (doze) meses, contada a partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, sem possibilidade de prorrogação.

### 5. CLÁUSULA QUINTA - DAS CONTRATAÇÕES DECORRENTES DO REGISTRO

JOSE DANTAS  
DINIZ  
FILHO:0901866  
0400

Assinado de forma  
digital por JOSE DANTAS  
DINIZ  
FILHO:09018660400  
Dados: 2023.01.09  
11:32:57 -03'00'





5.1. As contratações decorrentes do registro serão formalizadas por meio de nota de empenho de despesa, autorização de compra, ordem de execução de serviço ou outro instrumento equivalente, conforme prevê o art. 62 da Lei Federal nº 8.666/93.

## 6. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1. O fornecimento do objeto será de acordo com a necessidade do Município, de maneira fracionada.

6.1.1. A Secretaria de Saúde enviará Autorização de Compra para a FORNECEDORA no e-mail indicado em sua proposta e os produtos deverão ser entregues no prazo máximo de 15 dias, na Farmácia Municipal anexa ao Centro de Saúde, localizado na Avenida Carmem Ribeiro Pitombo, 90, Centro de Ubatuba-PR;

6.1.2. No caso de recusa do objeto, o prazo para substituição será a metade do prazo inicialmente estipulado para entrega, sujeitando-se a FORNECEDORA às penalidades previstas na Ata de Registro de Preços.

6.1.3. Os prazos mencionados poderão ser alterados na forma que dispõe o art. 57, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93.

6.2. O objeto deverá ser entregue em perfeitas condições, novo, sem uso, devidamente lacrado em embalagem própria, original do fabricante e sem violação, conforme especificação, prazo e local constante no presente Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal, quando couber.

6.3. O objeto deverá ser entregue em veículo próprio da FORNECEDORA, podendo ser ainda através de serviços postais, transportadoras ou outros serviços de entrega, vedada a entrega através de veículos oficiais e/ou servidores do município.

6.3.1. A FORNECEDORA se sujeita ao recebimento provisório do objeto pelo Município para fins de conferência, independente da forma de entrega, cabendo exclusivamente à FORNECEDORA a retirada/substituição do objeto recusado.

6.4. A FORNECEDORA deverá arcar com todas as despesas referentes à entrega do objeto, como transporte, mão de obra, encargos sociais, pedágio, entre outras.

6.5. O objeto deverá ser entregue com declaração da garantia, sob pena de recusa, sendo responsabilidade da FORNECEDORA a substituição e/ou manutenção do objeto durante o período de garantia, sem ônus adicionais ao município.

6.5.1. Para os itens em que não constar tempo de garantia, deverá ser considerado o mínimo legal de três meses;

## 7. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1. Após a entrega de cada pedido, o objeto será recebido provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade com a especificação; e definitivamente, após verificação da qualidade e consequente aceitação.

7.2. O Município se reserva ao direito de não aceitar objeto que não estiver em conformidade com as exigências apresentadas no presente Termo de Referência.



7.2.1. O motivo da recusa será fundamentado pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços através de notificação, encaminhada por escrito à FORNECEDORA, através do e-mail o qual foi encaminhada a Ordem de Compras.

7.3. A FORNECEDORA é obrigada a substituir, por conta própria, no todo ou em parte, objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, ainda que tenha sido recebido definitivamente.

7.3.1. No caso de não aceitação do objeto, seja no recebimento provisório ou definitivo, os ônus com a substituição correrão exclusivamente por conta da FORNECEDORA, independente da forma de entrega.

7.4. O objeto que por ventura venha a ser recusado deverá ser substituído no prazo estipulado, sob pena de aplicação das penalidades previstas no presente Termo de Referência.

## **8. CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES**

### **8.1. São direitos do MUNICÍPIO:**

8.1.1. Receber a prestação do objeto nas condições previstas;

8.1.2. Rejeitar, no todo ou em parte, a prestação do objeto que estiver em desacordo com as condições descritas na Ata de Registro de Preços;

8.1.3. Fiscalizar a execução da Ata de Registro de Preços;

8.1.4. Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

### **8.2. São obrigações do MUNICÍPIO:**

8.2.1. Promover, através de seus representantes, o acompanhamento e a fiscalização da Ata de Registro de Preços, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à FORNECEDORA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte daquele;

8.2.2. Cumprir os prazos previstos na Ata de Registro de Preços;

8.2.3. Efetuar o pagamento ajustado, após o recebimento definitivo do objeto solicitado;

8.2.4. Auxiliar no esclarecimento de dúvidas que surjam ao longo da execução da Ata de Registro de Preços;

8.2.5. Decidir sobre eventuais dificuldades na realização do objeto da Ata de Registro de Preços;

8.2.6. Manter, sempre por escrito ou por e-mail, com a FORNECEDORA, os entendimentos sobre o objeto.

### **8.3. São obrigações da FORNECEDORA:**

8.3.1. Cumprir todas as obrigações constantes na Ata de Registro de Preços e sua proposta, assumindo exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

8.3.2. Responsabilizar-se por danos ocasionados ao MUNICÍPIO ou a terceiros, causados durante a execução da Ata de Registro de Preços;



- 8.3.3. Responder por quaisquer compromissos assumidos com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto;
- 8.3.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078 de 1990);
- 8.3.5. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado na Ata de Registro de Preços, o objeto com avarias ou defeitos;
- 8.3.6. Manter contatos com o MUNICÍPIO, sempre por escrito, ressalvados os entendimentos verbais determinados pela urgência do objeto;
- 8.3.7. Comunicar o MUNICÍPIO, com antecedência, os motivos que impossibilitem o cumprimento dos prazos previstos para execução do objeto, com a devida comprovação;
- 8.3.8. Manter durante toda a execução da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e apresentá-las no prazo de máximo de 05 (cinco) dias úteis quando solicitada pelo MUNICÍPIO;
- 8.3.9. Apresentar cópia autêntica do ato constitutivo, estatuto ou contrato social, sempre que houver alteração;
- 8.3.10. Indicar preposto para representá-la durante a execução da Ata de Registro de Preços;
- 8.3.11. Prestar os esclarecimentos julgados necessários, bem como informar e manter atualizado (s) o (s) número (s) de telefone, endereço eletrônico (e-mail) e o nome da pessoa autorizada para contatos;
- 8.3.12. Não utilizar de quaisquer tipos de propaganda visual em benefício de candidato, partido político ou coligação, em veículos ou por funcionários empregados durante a execução dos serviços contratados, sob pena de aplicação das sanções previstas na Lei Eleitoral 9.504/1997, multa e cancelamento da Ata de Registro de Preços;
- 8.3.13. Providenciar a assinatura dos Termos Aditivos e remetê-los ao MUNICÍPIO no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados de seu recebimento, sob pena de aplicação das sanções previstas.

## 9. CLÁUSULA NONA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 9.1. O pagamento será efetuado após recebimento de cada pedido, no prazo de até trinta dias contados do recebimento da Nota Fiscal pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.
- 9.2. A fatura deverá ser emitida pela empresa, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas e no próprio instrumento de contrato. O faturamento deverá ser realizado em nome do MUNICÍPIO DE UBIRATÃ, CNPJ Nº 76.950.096/0001-10.
- 9.3. As despesas para atender a contratação estão programadas em dotação orçamentária prevista no orçamento do Município para o exercício de 2022, na classificação abaixo:

| Órgão | Despesa | Categoria | Descrição | Fonte | Valor |
|-------|---------|-----------|-----------|-------|-------|
|-------|---------|-----------|-----------|-------|-------|





LB

|      |       |              |   |     |            |
|------|-------|--------------|---|-----|------------|
| 0602 | 3068  | 339030210000 | MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIGIEN    | 303 | 22.014,00  |
| 0605 | 3080  | 339030210000 | MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIGIEN    | 494 | 70.272,14  |
| 0602 | 4213  | 339030990100 | Materiais diversos para consumo             | 494 | 18.362,50  |
| 0602 | 4216  | 339030990100 | Materiais diversos para consumo             | 494 | 25.302,50  |
| 0603 | 4219  | 339030990100 | Materiais diversos para consumo             | 494 | 8.592,00   |
| 0603 | 4220  | 339030990100 | Materiais diversos para consumo             | 494 | 48.432,50  |
| 0605 | 4226  | 339030990100 | Materiais diversos para consumo             | 494 | 21.464,16  |
| 0605 | 4228  | 339030990100 | Materiais diversos para consumo             | 494 | 21.288,43  |
| 0606 | 4231  | 339030990100 | Materiais diversos para consumo             | 494 | 61.515,75  |
| 0605 | 8224  | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                         | 494 | 20.319,55  |
| 0605 | 8225  | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                         | 494 | 6.426,80   |
| 0605 | 8226  | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                         | 494 | 305.716,10 |
| 0606 | 8228  | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                         | 494 | 48.168,51  |
| 0606 | 8230  | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                         | 494 | 156.861,89 |
| 0602 | 8258  | 339030280000 | MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA            | 494 | 4.002,60   |
| 0605 | 8270  | 339030280000 | MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA            | 494 | 227.872,40 |
| 0603 | 9481  | 339032990100 | Outros Materiais para Distribuição Gratu    | 384 | 239.130,00 |
| 0603 | 9482  | 339032990100 | Outros Materiais para Distribuição Gratu    | 494 | 5.065,40   |
| 0604 | 10996 | 449052420000 | MOBILIÁRIO EM GERAL                         | 494 | 4.486,28   |
| 0605 | 11001 | 449052120000 | APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS           | 494 | 3.584,68   |
| 0606 | 11005 | 449052420000 | MOBILIÁRIO EM GERAL                         | 494 | 1.677,66   |
| 0606 | 11006 | 449052120000 | APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS           | 494 | 2.220,76   |
| 0606 | 11007 | 449052340000 | MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS<br>DIVE | 494 | 14.200,98  |
| 0605 | 11015 | 449052420000 | MOBILIÁRIO EM GERAL                         | 494 | 4.032,32   |
| 0605 | 11022 | 449052080000 | APARELHOS, EQUIP., UT. MÉDICOS-ODONTO.,     | 494 | 41.478,60  |
| 0602 | 11035 | 449052040000 | APARELHOS DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO           | 494 | 3.656,35   |
| 0605 | 11040 | 449052340000 | MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS<br>DIVE | 494 | 15.997,33  |
| 0605 | 11088 | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                         | 303 | 11.005,00  |

9.4. Para liberação do pagamento à FORNECEDORA, as notas fiscais deverão ser entregues ao Fiscal obrigatoriamente acompanhadas dos seguintes documentos:

9.4.1. Prova de Regularidade com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional;

9.4.2. Prova de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

9.4.3. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

## 10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA

10.1. Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo MUNICÍPIO, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:





$$I = (TX / 100) / 365$$

EM =  $I \times N \times VP$ , onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = N. de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

## 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

11.1. Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bens registrados.

11.2. Na hipótese do preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a FORNECEDORA será convocada para que promova a redução dos preços.

11.2.1. Em não sendo reduzido o preço, a FORNECEDORA será liberada do compromisso assumido, podendo o MUNICÍPIO convocar os demais fornecedores classificados para, nas mesmas condições, oferecer igual oportunidade de negociação, ou revogar a ata de registro de preços ou parte dela.

11.3. Na hipótese do preço de mercado tornar-se superior ao registrado, e a FORNECEDORA não puder cumprir as obrigações assumidas, este poderá solicitar revisão dos preços, mediante requerimento fundamentado encaminhado diretamente ao Gestor da Ata de Registro de Preços, a ser protocolado antes do pedido de fornecimento, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação relevante nos preços praticados no mercado.

11.3.1. Procedente o pedido, o MUNICÍPIO poderá efetuar a revisão do preço registrado no valor pleiteado pela FORNECEDORA, caso este esteja de acordo com os valores praticados pelo mercado, ou apresentar contraproposta de preço, compatível com o vigente no mercado, para a garantia do equilíbrio econômico-financeiro.

11.3.2. Caso não aceite a contraproposta de preço apresentada pelo MUNICÍPIO, a FORNECEDORA será liberada do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

11.3.3. Não sendo acatado o pedido de revisão, este será indeferido pelo MUNICÍPIO e a FORNECEDORA continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na Ata de Registro de Preços, sob pena de cancelamento do registro do preço da FORNECEDORA e de aplicação das penalidades administrativas previstas.

11.3.4. Na hipótese do cancelamento do registro do preço do fornecedor, prevista no subitem anterior, o MUNICÍPIO poderá convocar os demais fornecedores, na ordem de classificação, para que manifestem interesse em assumir a execução do objeto pelo preço registrado.

## 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

12.1. Caberá a gestão da Ata de Registro de Preços ao servidor Orlando Francisco Vieira da Silva, lotado na Secretaria de Saúde.



12.2. Caberá a fiscalização da Ata de Registro de Preços ao servidor Henrique Cardoso Gonçalves, lotado na Secretaria de Saúde, e na sua ausência, ficará a cargo do servidor Rodrigo Salustiano da Silva, lotado na Secretaria de Saúde.

12.3. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da FORNECEDORA pelos danos causados ao MUNICÍPIO ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos.

12.4. A ação ou omissão total ou parcial da fiscalização do MUNICÍPIO não elide nem diminui a responsabilidade da FORNECEDORA quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes, responsabilizando esta quanto a quaisquer irregularidades.

12.5. As comunicações entre MUNICÍPIO e FORNECEDORA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

12.6. Caberá ao gestor e ao fiscal as atribuições constantes na Portaria nº 05/2022.

### 13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

13.1.1. Advertência;

13.1.2. Multa;

13.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Ubatuba;

13.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

13.2. As multas poderão ser:

13.2.1. De caráter moratório, pelo atraso injustificado na entrega ou execução do objeto da Ata de Registro de Preços, nos seguintes percentuais:

13.2.1.1. 2% (dois por cento) ao dia, incidente sobre o valor correspondente à parcela, etapa ou pedido único em que ocorreu o fato, até o limite máximo de 30 (trinta) dias.

A. Extrapolado o limite máximo de 30 (trinta) dias, o percentual da multa será calculado em dobro.

13.2.1.2. 5% (cinco por cento) pelo descumprimento de qualquer outra cláusula da Ata de Registro de Preços durante sua execução, incidente sobre o valor correspondente à parcela, etapa ou pedido único em que ocorreu o fato.

13.2.2. De caráter compensatório, sem prejuízo das multas moratórias, nos seguintes percentuais:

13.2.2.1. 10% (Dez por cento), incidente sobre o valor correspondente à parcela, etapa ou pedido único em que ocorreu o fato, pela inexecução parcial do objeto;



13.2.2.2. 15% (Quinze por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços, pela sua inexecução total.

13.3. A FORNECEDORA poderá ser suspensa temporariamente de participar em licitação e impedida de contratar com o Município de Ubatuba pelo prazo máximo de 02 (dois) anos, sem prejuízo das demais penalidades previstas, quando:

13.3.1. Abandonar a execução da Ata de Registro de Preços;

13.3.2. Incurrir em inexecução da Ata de Registro de Preços; e

13.3.3. Demais hipóteses previstas em lei.

13.4. A FORNECEDORA poderá ser declarada inidônea para licitar ou contratar com a administração pública pelo prazo máximo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das demais penalidades previstas, quando:

13.4.1. Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, a execução da Ata de Registro de Preços;

13.4.2. Agir, comprovadamente, de má-fé na relação pactuada;

13.4.3. Demais hipóteses previstas em lei.

13.5. Estendem-se os efeitos da penalidade de suspensão do direito de contratar com o Município de Ubatuba ou da declaração de inidoneidade:

13.5.1. Às pessoas físicas que constituíram a pessoa jurídica, as quais permanecem impedidas de licitar com a Administração Pública enquanto perdurarem as causas da penalidade, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;

13.5.2. Às pessoas jurídicas que tenham sócios comuns com as pessoas físicas referidas no subitem anterior.

13.6. As sanções previstas poderão ser aplicadas concomitantemente com a sanção de advertência.

13.7. A FORNECEDORA deverá efetuar o pagamento do valor correspondente à multa no prazo e forma estipulados no termo de aplicação de penalidade, podendo ainda ser descontado de pagamentos a que a mesma tenha direito.

13.7.1. Não havendo o pagamento, o valor devido será inscrito em dívida ativa para futura execução fiscal.

13.8. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

13.9. Concomitante às penalidades previstas, a FORNECEDORA se sujeita ao descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 05 (cinco) anos, para efeito do previsto no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02.

13.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13.11. A aplicação das penalidades previstas fica condicionada a ampla defesa e contraditório no devido processo legal, sem prejuízo da defesa prévia.



**14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**

14.1. O presente registro de preços poderá ser cancelado, sem prejuízo das penalidades previstas, quando o fornecedor:

14.1.1. For liberado;

14.1.2. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

14.1.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

14.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

14.1.5. Por razões de interesse público, devidamente justificado.

14.2. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

14.2.1. Por razão de interesse público; ou

14.2.2. A pedido do fornecedor.

14.3. No caso de cancelamento do registro de preços, poderão ser convocados, a critério da Administração, os demais licitantes classificados.

14.4. O cancelamento da Ata de Registro de Preços fica condicionado à ampla defesa e contraditório no devido processo legal, sem prejuízo da defesa prévia.

**15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VINCULAÇÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

15.1. Ficam vinculados a Ata de Registro de Preços, dela fazendo parte integrante, independentemente de suas transcrições parciais ou totais, o Edital de licitação respectivo e seus anexos e a proposta final da FORNECEDORA.

**16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

16.1. A presente Ata de Registro de Preços rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 10.520/02, Lei nº 8.078/90 e por outras normas de direito público ou privado que melhor tutelem o interesse público.

**17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS**

17.1. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal nº 8.666/93, e dos princípios gerais de direito.



## 18. CLÁSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

18.1. Fica eleito o foro da Comarca de Ubatuba, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas da Ata de Registro de Preços.

Assim ajustadas, firmam as partes o presente instrumento, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas, para todos os fins de direito.

Ubatuba - Paraná, 21 de dezembro de 2022.

**MUNICÍPIO DE UBIRATÃ**

Prefeito de Ubatuba

Assinado de forma digital  
por JOSE DANTAS DINIZ  
FILHO:09018660400  
Dados: 2023.01.09  
11:36:16 -03'00'

**JOSÉ DANTAS DINIZ FILHO EPP**  
Representante legal da empresa



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 466/2022

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 5862/2022

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 182/2022

O **MUNICÍPIO DE UBIRATÃ**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 76.950.096/0001-10, com sede administrativa a Avenida Nilza de Oliveira Pipino, nº 1852, centro, na cidade de Ubatuba, Estado do Paraná, CEP nº 85.440-000, representado pelo Prefeito Fábio de Oliveira Dalécio, e a empresa **AABA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS EIRELI**, inscrita no CNPJ nº 80.392.566/0001-45, estabelecida à Rua João Kubis, no nº 780, CEP nº 80230-000, na cidade de Almirante Tamandaré, Estado do Paraná, Telefone nº (41) 3232-2161, e-mail (licitação@aaba.com.br), doravante designada como FORNECEDORA, firmam a presente Ata de Registro de Preços que se regerá pelas condições estabelecidas no Processo Licitatório nº 5862/2022, Pregão Eletrônico nº 182/2022 e de acordo com as cláusulas a seguir:

### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICOS E DE ENFERMAGEM, MATERIAIS DE LIMPEZA, HIGIENE E DESINFECÇÃO, CURATIVOS, EPIS, INSUMOS, INSTRUMENTAIS, MOBILIÁRIO, ELETRODOMÉSTICOS, EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE, DESTINADOS AS UNIDADES DE SAÚDE.**

### 2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO DETALHAMENTO DO OBJETO

2.1. A execução do objeto da Ata de Registro de Preços se dará na seguinte especificação, quantidade máxima estimada, valores unitários e totais:

| LOTE | ITEM | DESCRIÇÃO   | QTD | UN  | V. UNIT | V. TOTAL | MARCA     |
|------|------|---|-----|-----|---------|----------|-----------|
| 1    | 35   | Bolsa de Colostomia, sistema de uma peça, recortável de 19mm a 64mm, drenável, opaca, com clipe de fechamento, com filtro, suporte adesivo, protetor de pele. Embalagem individual com clipe. CATMAT 477942.  | 100 | UN. | 9,50    | 950,00   | COLOPLAST |
| 1    | 64   | Creme de barreira hidrofóbico, composto de água, parafina líquida, petrolato, cera microcristalina, oleato de glicerol, álcool de lanolina, ácido cítrico, citrato de magnésio, ciclometicone, glicerina, metilparabeno, propilparabeno e propilenoglicol, com protetor de pH que restaura o pH da pele, tubo 60ml. CATMAT 460513 | 60  | TB  | 43,65   | 2.619,00 | COLOPLAST |

### 3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR GLOBAL REGISTRADO

3.1. O valor global registrado é de **R\$-3.569,00 (TRÊS MIL E QUINHENTOS E SESSENTA E NOVE REAIS).**

3.2. No valor previsto estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais





incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

#### **4. CLÁUSULA QUARTA - DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. A validade do registro será de 12 (doze) meses, contada a partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, sem possibilidade de prorrogação.

#### **5. CLÁUSULA QUINTA - DAS CONTRATAÇÕES DECORRENTES DO REGISTRO**

5.1. As contratações decorrentes do registro serão formalizadas por meio de nota de empenho de despesa, autorização de compra, ordem de execução de serviço ou outro instrumento equivalente, conforme prevê o art. 62 da Lei Federal nº 8.666/93.

#### **6. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO**

6.1. O fornecimento do objeto será de acordo com a necessidade do Município, de maneira fracionada.

6.1.1. A Secretaria de Saúde enviará Autorização de Compra para a FORNECEDORA no e-mail indicado em sua proposta e os produtos deverão ser entregues no prazo máximo de 15 dias, na Farmácia Municipal anexa ao Centro de Saúde, localizado na Avenida Carmem Ribeiro Pitombo, 90, Centro de Ubatuba-PR;

6.1.2. No caso de recusa do objeto, o prazo para substituição será a metade do prazo inicialmente estipulado para entrega, sujeitando-se a FORNECEDORA às penalidades previstas na Ata de Registro de Preços.

6.1.3. Os prazos mencionados poderão ser alterados na forma que dispõe o art. 57, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93.

6.2. O objeto deverá ser entregue em perfeitas condições, novo, sem uso, devidamente lacrado em embalagem própria, original do fabricante e sem violação, conforme especificação, prazo e local constante no presente Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal, quando couber.

6.3. O objeto deverá ser entregue em veículo próprio da FORNECEDORA, podendo ser ainda através de serviços postais, transportadoras ou outros serviços de entrega, vedada a entrega através de veículos oficiais e/ou servidores do município.

6.3.1. A FORNECEDORA se sujeita ao recebimento provisório do objeto pelo Município para fins de conferência, independente da forma de entrega, cabendo exclusivamente à FORNECEDORA a retirada/substituição do objeto recusado.

6.4. A FORNECEDORA deverá arcar com todas as despesas referentes à entrega do objeto, como transporte, mão de obra, encargos sociais, pedágio, entre outras.

6.5. O objeto deverá ser entregue com declaração da garantia, sob pena de recusa, sendo responsabilidade da FORNECEDORA a substituição e/ou manutenção do objeto durante o período de garantia, sem ônus adicionais ao município.

6.5.1. Para os itens em que não constar tempo de garantia, deverá ser considerado o mínimo legal de três meses;

#### **7. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO**



7.1. Após a entrega de cada pedido, o objeto será recebido provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade com a especificação; e definitivamente, após verificação da qualidade e consequente aceitação.

7.2. O Município se reserva ao direito de não aceitar objeto que não estiver em conformidade com as exigências apresentadas no presente Termo de Referência.

7.2.1. O motivo da recusa será fundamentado pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços através de notificação, encaminhada por escrito à FORNECEDORA, através do e-mail o qual foi encaminhada a Ordem de Compras.

7.3. A FORNECEDORA é obrigada a substituir, por conta própria, no todo ou em parte, objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, ainda que tenha sido recebido definitivamente.

7.3.1. No caso de não aceitação do objeto, seja no recebimento provisório ou definitivo, os ônus com a substituição correrão exclusivamente por conta da FORNECEDORA, independente da forma de entrega.

7.4. O objeto que por ventura venha a ser recusado deverá ser substituído no prazo estipulado, sob pena de aplicação das penalidades previstas no presente Termo de Referência.

## 8. CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

### 8.1. São direitos do MUNICÍPIO:

8.1.1. Receber a prestação do objeto nas condições previstas;

8.1.2. Rejeitar, no todo ou em parte, a prestação do objeto que estiver em desacordo com as condições descritas na Ata de Registro de Preços;

8.1.3. Fiscalizar a execução da Ata de Registro de Preços;

8.1.4. Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

### 8.2. São obrigações do MUNICÍPIO:

8.2.1. Promover, através de seus representantes, o acompanhamento e a fiscalização da Ata de Registro de Preços, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à FORNECEDORA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte daquele;

8.2.2. Cumprir os prazos previstos na Ata de Registro de Preços;

8.2.3. Efetuar o pagamento ajustado, após o recebimento definitivo do objeto solicitado;

8.2.4. Auxiliar no esclarecimento de dúvidas que surjam ao longo da execução da Ata de Registro de Preços;

8.2.5. Decidir sobre eventuais dificuldades na realização do objeto da Ata de Registro de Preços;

8.2.6. Manter, sempre por escrito ou por e-mail, com a FORNECEDORA, os entendimentos sobre o objeto.

### 8.3. São obrigações da FORNECEDORA:

- 8.3.1. Cumprir todas as obrigações constantes na Ata de Registro de Preços e sua proposta, assumindo exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- 8.3.2. Responsabilizar-se por danos ocasionados ao MUNICÍPIO ou a terceiros, causados durante a execução da Ata de Registro de Preços;
- 8.3.3. Responder por quaisquer compromissos assumidos com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto;
- 8.3.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078 de 1990);
- 8.3.5. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado na Ata de Registro de Preços, o objeto com avarias ou defeitos;
- 8.3.6. Manter contatos com o MUNICÍPIO, sempre por escrito, ressalvados os entendimentos verbais determinados pela urgência do objeto;
- 8.3.7. Comunicar o MUNICÍPIO, com antecedência, os motivos que impossibilitem o cumprimento dos prazos previstos para execução do objeto, com a devida comprovação;
- 8.3.8. Manter durante toda a execução da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e apresentá-las no prazo de máximo de 05 (cinco) dias úteis quando solicitada pelo MUNICÍPIO;
- 8.3.9. Apresentar cópia autêntica do ato constitutivo, estatuto ou contrato social, sempre que houver alteração;
- 8.3.10. Indicar preposto para representá-la durante a execução da Ata de Registro de Preços;
- 8.3.11. Prestar os esclarecimentos julgados necessários, bem como informar e manter atualizado (s) o (s) número (s) de telefone, endereço eletrônico (e-mail) e o nome da pessoa autorizada para contatos;
- 8.3.12. Não utilizar de quaisquer tipos de propaganda visual em benefício de candidato, partido político ou coligação, em veículos ou por funcionários empregados durante a execução dos serviços contratados, sob pena de aplicação das sanções previstas na Lei Eleitoral 9.504/1997, multa e cancelamento da Ata de Registro de Preços;
- 8.3.13. Providenciar a assinatura dos Termos Aditivos e remetê-los ao MUNICÍPIO no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados de seu recebimento, sob pena de aplicação das sanções previstas.

## 9. CLÁUSULA NONA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 9.1. O pagamento será efetuado após recebimento de cada pedido, no prazo de até trinta dias contados do recebimento da Nota Fiscal pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.
- 9.2. A fatura deverá ser emitida pela empresa, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas e no próprio instrumento de contrato. O faturamento deverá ser realizado em nome do MUNICÍPIO DE UBIRATÃ, CNPJ Nº 76.950.096/0001-10.





9.3. As despesas para atender a contratação estão programadas em dotação orçamentária prevista no orçamento do Município para o exercício de 2022, na classificação abaixo:

| Órgão | Despesa | Categoria    | Descrição                                | Fonte | Valor      |
|-------|---------|--------------|--|-------|------------|
| 0602  | 3068    | 339030210000 | MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIGIEN | 303   | 22.014,00  |
| 0605  | 3080    | 339030210000 | MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIGIEN | 494   | 70.272,14  |
| 0602  | 4213    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 18.362,50  |
| 0602  | 4216    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 25.302,50  |
| 0603  | 4219    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 8.592,00   |
| 0603  | 4220    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 48.432,50  |
| 0605  | 4226    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 21.464,16  |
| 0605  | 4228    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 21.288,43  |
| 0606  | 4231    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 61.515,75  |
| 0605  | 8224    | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 494   | 20.319,55  |
| 0605  | 8225    | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 494   | 6.426,80   |
| 0605  | 8226    | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 494   | 305.716,10 |
| 0606  | 8228    | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 494   | 48.168,51  |
| 0606  | 8230    | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 494   | 156.861,89 |
| 0602  | 8258    | 339030280000 | MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA         | 494   | 4.002,60   |
| 0605  | 8270    | 339030280000 | MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA         | 494   | 227.872,40 |
| 0603  | 9481    | 339032990100 | Outros Materiais para Distribuição Gratu | 384   | 239.130,00 |
| 0603  | 9482    | 339032990100 | Outros Materiais para Distribuição Gratu | 494   | 5.065,40   |
| 0604  | 10996   | 449052420000 | MOBILIÁRIO EM GERAL                      | 494   | 4.486,28   |
| 0605  | 11001   | 449052120000 | APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS        | 494   | 3.584,68   |
| 0606  | 11005   | 449052420000 | MOBILIÁRIO EM GERAL                      | 494   | 1.677,66   |
| 0606  | 11006   | 449052120000 | APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS        | 494   | 2.220,76   |
| 0606  | 11007   | 449052340000 | MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVE | 494   | 14.200,98  |
| 0605  | 11015   | 449052420000 | MOBILIÁRIO EM GERAL                      | 494   | 4.032,32   |
| 0605  | 11022   | 449052080000 | APARELHOS, EQUIP., UT. MÉDICOS-ODONTO.,  | 494   | 41.478,60  |
| 0602  | 11035   | 449052040000 | APARELHOS DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO        | 494   | 3.656,35   |
| 0605  | 11040   | 449052340000 | MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVE | 494   | 15.997,33  |
| 0605  | 11088   | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 303   | 11.005,00  |

9.4. Para liberação do pagamento à FORNECEDORA, as notas fiscais deverão ser entregues ao Fiscal obrigatoriamente acompanhadas dos seguintes documentos:

9.4.1. Prova de Regularidade com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional;

9.4.2. Prova de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

9.4.3. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

## 10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA



10.1. Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo MUNICÍPIO, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX / 100) / 365$$

EM =  $I \times N \times VP$ , onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = N. de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

## 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

11.1. Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bens registrados.

11.2. Na hipótese do preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a FORNECEDORA será convocada para que promova a redução dos preços.

11.2.1. Em não sendo reduzido o preço, a FORNECEDORA será liberada do compromisso assumido, podendo o MUNICÍPIO convocar os demais fornecedores classificados para, nas mesmas condições, oferecer igual oportunidade de negociação, ou revogar a ata de registro de preços ou parte dela.

11.3. Na hipótese do preço de mercado tornar-se superior ao registrado, e a FORNECEDORA não puder cumprir as obrigações assumidas, este poderá solicitar revisão dos preços, mediante requerimento fundamentado encaminhado diretamente ao Gestor da Ata de Registro de Preços, a ser protocolado antes do pedido de fornecimento, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação relevante nos preços praticados no mercado.

11.3.1. Procedente o pedido, o MUNICÍPIO poderá efetuar a revisão do preço registrado no valor pleiteado pela FORNECEDORA, caso este esteja de acordo com os valores praticados pelo mercado, ou apresentar contraproposta de preço, compatível com o vigente no mercado, para a garantia do equilíbrio econômico-financeiro.

11.3.2. Caso não aceite a contraproposta de preço apresentada pelo MUNICÍPIO, a FORNECEDORA será liberada do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

11.3.3. Não sendo acatado o pedido de revisão, este será indeferido pelo MUNICÍPIO e a FORNECEDORA continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na Ata de Registro de Preços, sob pena de cancelamento do registro do preço da FORNECEDORA e de aplicação das penalidades administrativas previstas.

11.3.4. Na hipótese do cancelamento do registro do preço do fornecedor, prevista no subitem anterior, o MUNICÍPIO poderá convocar os demais fornecedores, na ordem de classificação, para que manifestem interesse em assumir a execução do objeto pelo preço registrado.

## 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO



12.1. Caberá a gestão da Ata de Registro de Preços ao servidor Orlando Francisco Vieira da Silva, lotado na Secretaria de Saúde.

12.2. Caberá a fiscalização da Ata de Registro de Preços ao servidor Henrique Cardoso Gonçalves, lotado na Secretaria de Saúde, e na sua ausência, ficará a cargo do servidor Rodrigo Salustiano da Silva, lotado na Secretaria de Saúde.

12.3. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da FORNECEDORA pelos danos causados ao MUNICÍPIO ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos.

12.4. A ação ou omissão total ou parcial da fiscalização do MUNICÍPIO não elide nem diminui a responsabilidade da FORNECEDORA quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes, responsabilizando esta quanto a quaisquer irregularidades.

12.5. As comunicações entre MUNICÍPIO e FORNECEDORA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

12.6. Caberá ao gestor e ao fiscal as atribuições constantes na Portaria nº 05/2022.

### 13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

13.1.1. Advertência;

13.1.2. Multa;

13.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Ubatuba;

13.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

13.2. As multas poderão ser:

13.2.1. De caráter moratório, pelo atraso injustificado na entrega ou execução do objeto da Ata de Registro de Preços, nos seguintes percentuais:

13.2.1.1. 2% (dois por cento) ao dia, incidente sobre o valor correspondente à parcela, etapa ou pedido único em que ocorreu o fato, até o limite máximo de 30 (trinta) dias.

A. Extrapolado o limite máximo de 30 (trinta) dias, o percentual da multa será calculado em dobro.

13.2.1.2. 5% (cinco por cento) pelo descumprimento de qualquer outra cláusula da Ata de Registro de Preços durante sua execução, incidente sobre o valor correspondente à parcela, etapa ou pedido único em que ocorreu o fato.

13.2.2. De caráter compensatório, sem prejuízo das multas moratórias, nos seguintes percentuais:

13.2.2.1. 10% (Dez por cento), incidente sobre o valor correspondente à parcela, etapa ou pedido único em que ocorreu o fato, pela inexecução parcial do objeto;



13.2.2.2. 15% (Quinze por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços, pela sua inexecução total.

13.3. A FORNECEDORA poderá ser suspensa temporariamente de participar em licitação e impedida de contratar com o Município de Ubatuba pelo prazo máximo de 02 (dois) anos, sem prejuízo das demais penalidades previstas, quando:

13.3.1. Abandonar a execução da Ata de Registro de Preços;

13.3.2. Incorrer em inexecução da Ata de Registro de Preços; e

13.3.3. Demais hipóteses previstas em lei.

13.4. A FORNECEDORA poderá ser declarada inidônea para licitar ou contratar com a administração pública pelo prazo máximo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das demais penalidades previstas, quando:

13.4.1. Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, a execução da Ata de Registro de Preços;

13.4.2. Agir, comprovadamente, de má-fé na relação pactuada;

13.4.3. Demais hipóteses previstas em lei.

13.5. Estendem-se os efeitos da penalidade de suspensão do direito de contratar com o Município de Ubatuba ou da declaração de inidoneidade:

13.5.1. Às pessoas físicas que constituíram a pessoa jurídica, as quais permanecem impedidas de licitar com a Administração Pública enquanto perdurarem as causas da penalidade, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;

13.5.2. Às pessoas jurídicas que tenham sócios comuns com as pessoas físicas referidas no subitem anterior.

13.6. As sanções previstas poderão ser aplicadas concomitantemente com a sanção de advertência.

13.7. A FORNECEDORA deverá efetuar o pagamento do valor correspondente à multa no prazo e forma estipulados no termo de aplicação de penalidade, podendo ainda ser descontado de pagamentos a que a mesma tenha direito.

13.7.1. Não havendo o pagamento, o valor devido será inscrito em dívida ativa para futura execução fiscal.

13.8. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

13.9. Concomitante às penalidades previstas, a FORNECEDORA se sujeita ao descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 05 (cinco) anos, para efeito do previsto no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02.

13.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13.11. A aplicação das penalidades previstas fica condicionada a ampla defesa e contraditório no devido processo legal, sem prejuízo da defesa prévia.

#### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**

14.1. O presente registro de preços poderá ser cancelado, sem prejuízo das penalidades previstas, quando o fornecedor:

14.1.1. For liberado;

14.1.2. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

14.1.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

14.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

14.1.5. Por razões de interesse público, devidamente justificado.

14.2. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

14.2.1. Por razão de interesse público; ou

14.2.2. A pedido do fornecedor.

14.3. No caso de cancelamento do registro de preços, poderão ser convocados, a critério da Administração, os demais licitantes classificados.

14.4. O cancelamento da Ata de Registro de Preços fica condicionado à ampla defesa e contraditório no devido processo legal, sem prejuízo da defesa prévia.

#### **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VINCULAÇÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

15.1. Ficam vinculados a Ata de Registro de Preços, dela fazendo parte integrante, independentemente de suas transcrições parciais ou totais, o Edital de licitação respectivo e seus anexos e a proposta final da FORNECEDORA.

#### **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

16.1. A presente Ata de Registro de Preços rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 10.520/02, Lei nº 8.078/90 e por outras normas de direito público ou privado que melhor tutelem o interesse público.

#### **17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS**

17.1. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal nº 8.666/93, e dos princípios gerais de direito.

#### **18. CLÁSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO**

**UBIRATÃ**

PREFEITURA



20B  
004147

18.1. Fica eleito o foro da Comarca de Ubatuba, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas da Ata de Registro de Preços.

Assim ajustadas, firmam as partes o presente instrumento, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas, para todos os fins de direito.

Ubatuba - Paraná, 21 de dezembro de 2022.

**MUNICÍPIO DE UBIRATÃ**

Prefeito de Ubatuba

**MARIO JOSE**

**TKATCHUK:74787**

**772953**

**AABA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS EIRELI**

Representante legal da empresa

Assinado de forma digital por

MARIO JOSE

TKATCHUK:74787772953

Dados: 2023.01.09 11:39:54

-03'00'





**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 469/2022**  
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 5862/2022**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 182/2022**

O **MUNICÍPIO DE UBIRATÃ**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 76.950.096/0001-10, com sede administrativa a Avenida Nilza de Oliveira Pipino, nº 1852, centro, na cidade de Ubatuba, Estado do Paraná, CEP nº 85.440-000, representado pelo Prefeito Fábio de Oliveira Dalécio, e a empresa **FUFA-SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA**, inscrita no CNPJ nº 07.164.711/0001-40, estabelecida à Rua Joaquim Nabuco, no nº 1595, CEP nº 88090-060, na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, Telefone nº (48) 3348-2626, e-mail (fufasc@fufasc.com.br), doravante designada como FORNECEDORA, firmam a presente Ata de Registro de Preços que se regerá pelas condições estabelecidas no Processo Licitatório nº 5862/2022, Pregão Eletrônico nº 182/2022 e de acordo com as cláusulas a seguir:

### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICOS E DE ENFERMAGEM, MATERIAIS DE LIMPEZA, HIGIENE E DESINFECÇÃO, CURATIVOS, EPIS, INSUMOS, INSTRUMENTAIS, MOBILIÁRIO, ELETRODOMÉSTICOS, EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE, DESTINADOS AS UNIDADES DE SAÚDE.**

### 2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO DETALHAMENTO DO OBJETO

2.1. A execução do objeto da Ata de Registro de Preços se dará na seguinte especificação, quantidade máxima estimada, valores unitários e totais:

| LOTE | ITEM | DESCRIÇÃO   | QTD   | UN  | V. UNIT | V. TOTAL | MARCA                 |
|------|------|---|-------|-----|---------|----------|-----------------------|
| 1    | 57   | Compressa de gaze de rayon embebida em óleo a base de AGE, TCM, Vitaminas A e E, Óleos de Copaíba e Melaleuca, tamanho mínimo de 7,5 cm x 7,5 cm, 10 ml de óleo, embalagem individual. CATMAT 3967099                               | 1.400 | UN. | 6,50    | 9.100,00 | PIELSANA GAZE         |
| 1    | 231  | Solução para limpeza de feridas composta por água purificada, 0,1% de polihexanida e 0,1% de betaína, não citotóxico, redutora de odores, baixo potencial alergênico, compatível com curativos comuns, frasco 350 ml. CATMAT 390804 | 100   | FR  | 41,00   | 4.100,00 | PIELSANA POLIHEXANIDA |

### 3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR GLOBAL REGISTRADO

3.1. O valor global registrado é de **R\$-13.200,00 (TREZE MIL E DUZENTOS REAIS).**

3.2. No valor previsto estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais



incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

#### **4. CLÁUSULA QUARTA - DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. A validade do registro será de 12 (doze) meses, contada a partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, sem possibilidade de prorrogação.

#### **5. CLÁUSULA QUINTA - DAS CONTRATAÇÕES DECORRENTES DO REGISTRO**

5.1. As contratações decorrentes do registro serão formalizadas por meio de nota de empenho de despesa, autorização de compra, ordem de execução de serviço ou outro instrumento equivalente, conforme prevê o art. 62 da Lei Federal nº 8.666/93.

#### **6. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO**

6.1. O fornecimento do objeto será de acordo com a necessidade do Município, de maneira fracionada.

6.1.1. A Secretaria de Saúde enviará Autorização de Compra para a FORNECEDORA no e-mail indicado em sua proposta e os produtos deverão ser entregues no prazo máximo de 15 dias, na Farmácia Municipal anexa ao Centro de Saúde, localizado na Avenida Carmem Ribeiro Pitombo, 90, Centro de Ubatuba-PR;

6.1.2. No caso de recusa do objeto, o prazo para substituição será a metade do prazo inicialmente estipulado para entrega, sujeitando-se a FORNECEDORA às penalidades previstas na Ata de Registro de Preços.

6.1.3. Os prazos mencionados poderão ser alterados na forma que dispõe o art. 57, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93.

6.2. O objeto deverá ser entregue em perfeitas condições, novo, sem uso, devidamente lacrado em embalagem própria, original do fabricante e sem violação, conforme especificação, prazo e local constante no presente Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal, quando couber.

6.3. O objeto deverá ser entregue em veículo próprio da FORNECEDORA, podendo ser ainda através de serviços postais, transportadoras ou outros serviços de entrega, vedada a entrega através de veículos oficiais e/ou servidores do município.

6.3.1. A FORNECEDORA se sujeita ao recebimento provisório do objeto pelo Município para fins de conferência, independente da forma de entrega, cabendo exclusivamente à FORNECEDORA a retirada/substituição do objeto recusado.

6.4. A FORNECEDORA deverá arcar com todas as despesas referentes à entrega do objeto, como transporte, mão de obra, encargos sociais, pedágio, entre outras.

6.5. O objeto deverá ser entregue com declaração da garantia, sob pena de recusa, sendo responsabilidade da FORNECEDORA a substituição e/ou manutenção do objeto durante o período de garantia, sem ônus adicionais ao município.

6.5.1. Para os itens em que não constar tempo de garantia, deverá ser considerado o mínimo legal de três meses;

#### **7. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO**

7.1. Após a entrega de cada pedido, o objeto será recebido provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade com a especificação; e definitivamente, após verificação da qualidade e consequente aceitação.

7.2. O Município se reserva ao direito de não aceitar objeto que não estiver em conformidade com as exigências apresentadas no presente Termo de Referência.

7.2.1. O motivo da recusa será fundamentado pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços através de notificação, encaminhada por escrito à FORNECEDORA, através do e-mail o qual foi encaminhada a Ordem de Compras.

7.3. A FORNECEDORA é obrigada a substituir, por conta própria, no todo ou em parte, objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, ainda que tenha sido recebido definitivamente.

7.3.1. No caso de não aceitação do objeto, seja no recebimento provisório ou definitivo, os ônus com a substituição correrão exclusivamente por conta da FORNECEDORA, independente da forma de entrega.

7.4. O objeto que por ventura venha a ser recusado deverá ser substituído no prazo estipulado, sob pena de aplicação das penalidades previstas no presente Termo de Referência.

## **8. CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES**

### **8.1. São direitos do MUNICÍPIO:**

8.1.1. Receber a prestação do objeto nas condições previstas;

8.1.2. Rejeitar, no todo ou em parte, a prestação do objeto que estiver em desacordo com as condições descritas na Ata de Registro de Preços;

8.1.3. Fiscalizar a execução da Ata de Registro de Preços;

8.1.4. Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

### **8.2. São obrigações do MUNICÍPIO:**

8.2.1. Promover, através de seus representantes, o acompanhamento e a fiscalização da Ata de Registro de Preços, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à FORNECEDORA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte daquele;

8.2.2. Cumprir os prazos previstos na Ata de Registro de Preços;

8.2.3. Efetuar o pagamento ajustado, após o recebimento definitivo do objeto solicitado;

8.2.4. Auxiliar no esclarecimento de dúvidas que surjam ao longo da execução da Ata de Registro de Preços;

8.2.5. Decidir sobre eventuais dificuldades na realização do objeto da Ata de Registro de Preços;

8.2.6. Manter, sempre por escrito ou por e-mail, com a FORNECEDORA, os entendimentos sobre o objeto.

### **8.3. São obrigações da FORNECEDORA:**



- 8.3.1. Cumprir todas as obrigações constantes na Ata de Registro de Preços e sua proposta, assumindo exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- 8.3.2. Responsabilizar-se por danos ocasionados ao MUNICÍPIO ou a terceiros, causados durante a execução da Ata de Registro de Preços;
- 8.3.3. Responder por quaisquer compromissos assumidos com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto;
- 8.3.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078 de 1990);
- 8.3.5. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado na Ata de Registro de Preços, o objeto com avarias ou defeitos;
- 8.3.6. Manter contatos com o MUNICÍPIO, sempre por escrito, ressalvados os entendimentos verbais determinados pela urgência do objeto;
- 8.3.7. Comunicar o MUNICÍPIO, com antecedência, os motivos que impossibilitem o cumprimento dos prazos previstos para execução do objeto, com a devida comprovação;
- 8.3.8. Manter durante toda a execução da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e apresentá-las no prazo de máximo de 05 (cinco) dias úteis quando solicitada pelo MUNICÍPIO;
- 8.3.9. Apresentar cópia autêntica do ato constitutivo, estatuto ou contrato social, sempre que houver alteração;
- 8.3.10. Indicar preposto para representá-la durante a execução da Ata de Registro de Preços;
- 8.3.11. Prestar os esclarecimentos julgados necessários, bem como informar e manter atualizado (s) o (s) número (s) de telefone, endereço eletrônico (e-mail) e o nome da pessoa autorizada para contatos;
- 8.3.12. Não utilizar de quaisquer tipos de propaganda visual em benefício de candidato, partido político ou coligação, em veículos ou por funcionários empregados durante a execução dos serviços contratados, sob pena de aplicação das sanções previstas na Lei Eleitoral 9.504/1997, multa e cancelamento da Ata de Registro de Preços;
- 8.3.13. Providenciar a assinatura dos Termos Aditivos e remetê-los ao MUNICÍPIO no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados de seu recebimento, sob pena de aplicação das sanções previstas.

## 9. CLÁUSULA NONA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 9.1. O pagamento será efetuado após recebimento de cada pedido, no prazo de até trinta dias contados do recebimento da Nota Fiscal pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.
- 9.2. A fatura deverá ser emitida pela empresa, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas e no próprio instrumento de contrato. O faturamento deverá ser realizado em nome do MUNICÍPIO DE UBIRATÃ, CNPJ Nº 76.950.096/0001-10.



9.3. As despesas para atender a contratação estão programadas em dotação orçamentária prevista no orçamento do Município para o exercício de 2022, na classificação abaixo:

| Órgão | Despesa | Categoria    | Descrição                                | Fonte | Valor      |
|-------|---------|--------------|--|-------|------------|
| 0602  | 3068    | 339030210000 | MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIGIEN | 303   | 22.014,00  |
| 0605  | 3080    | 339030210000 | MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIGIEN | 494   | 70.272,14  |
| 0602  | 4213    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 18.362,50  |
| 0602  | 4216    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 25.302,50  |
| 0603  | 4219    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 8.592,00   |
| 0603  | 4220    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 48.432,50  |
| 0605  | 4226    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 21.464,16  |
| 0605  | 4228    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 21.288,43  |
| 0606  | 4231    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 61.515,75  |
| 0605  | 8224    | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 494   | 20.319,55  |
| 0605  | 8225    | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 494   | 6.426,80   |
| 0605  | 8226    | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 494   | 305.716,10 |
| 0606  | 8228    | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 494   | 48.168,51  |
| 0606  | 8230    | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 494   | 156.861,89 |
| 0602  | 8258    | 339030280000 | MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA         | 494   | 4.002,60   |
| 0605  | 8270    | 339030280000 | MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA         | 494   | 227.872,40 |
| 0603  | 9481    | 339032990100 | Outros Materiais para Distribuição Gratu | 384   | 239.130,00 |
| 0603  | 9482    | 339032990100 | Outros Materiais para Distribuição Gratu | 494   | 5.065,40   |
| 0604  | 10996   | 449052420000 | MOBILIÁRIO EM GERAL                      | 494   | 4.486,28   |
| 0605  | 11001   | 449052120000 | APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS        | 494   | 3.584,68   |
| 0606  | 11005   | 449052420000 | MOBILIÁRIO EM GERAL                      | 494   | 1.677,66   |
| 0606  | 11006   | 449052120000 | APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS        | 494   | 2.220,76   |
| 0606  | 11007   | 449052340000 | MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVE | 494   | 14.200,98  |
| 0605  | 11015   | 449052420000 | MOBILIÁRIO EM GERAL                      | 494   | 4.032,32   |
| 0605  | 11022   | 449052080000 | APARELHOS, EQUIP., UT. MÉDICOS-ODONTO.,  | 494   | 41.478,60  |
| 0602  | 11035   | 449052040000 | APARELHOS DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO        | 494   | 3.656,35   |
| 0605  | 11040   | 449052340000 | MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVE | 494   | 15.997,33  |
| 0605  | 11088   | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 303   | 11.005,00  |

9.4. Para liberação do pagamento à FORNECEDORA, as notas fiscais deverão ser entregues ao Fiscal obrigatoriamente acompanhadas dos seguintes documentos:

9.4.1. Prova de Regularidade com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional;

9.4.2. Prova de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

9.4.3. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

## 10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA



10.1. Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo MUNICÍPIO, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX / 100) / 365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = N. de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

## 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

11.1. Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bens registrados.

11.2. Na hipótese do preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a FORNECEDORA será convocada para que promova a redução dos preços.

11.2.1. Em não sendo reduzido o preço, a FORNECEDORA será liberada do compromisso assumido, podendo o MUNICÍPIO convocar os demais fornecedores classificados para, nas mesmas condições, oferecer igual oportunidade de negociação, ou revogar a ata de registro de preços ou parte dela.

11.3. Na hipótese do preço de mercado tornar-se superior ao registrado, e a FORNECEDORA não puder cumprir as obrigações assumidas, este poderá solicitar revisão dos preços, mediante requerimento fundamentado encaminhado diretamente ao Gestor da Ata de Registro de Preços, a ser protocolado antes do pedido de fornecimento, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação relevante nos preços praticados no mercado.

11.3.1. Procedente o pedido, o MUNICÍPIO poderá efetuar a revisão do preço registrado no valor pleiteado pela FORNECEDORA, caso este esteja de acordo com os valores praticados pelo mercado, ou apresentar contraproposta de preço, compatível com o vigente no mercado, para a garantia do equilíbrio econômico-financeiro.

11.3.2. Caso não aceite a contraproposta de preço apresentada pelo MUNICÍPIO, a FORNECEDORA será liberada do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

11.3.3. Não sendo acatado o pedido de revisão, este será indeferido pelo MUNICÍPIO e a FORNECEDORA continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na Ata de Registro de Preços, sob pena de cancelamento do registro do preço da FORNECEDORA e de aplicação das penalidades administrativas previstas.

11.3.4. Na hipótese do cancelamento do registro do preço do fornecedor, prevista no subitem anterior, o MUNICÍPIO poderá convocar os demais fornecedores, na ordem de classificação, para que manifestem interesse em assumir a execução do objeto pelo preço registrado.

## 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO





12.1. Caberá a gestão da Ata de Registro de Preços ao servidor Orlando Francisco Vieira da Silva, lotado na Secretaria de Saúde.

12.2. Caberá a fiscalização da Ata de Registro de Preços ao servidor Henrique Cardoso Gonçalves, lotado na Secretaria de Saúde, e na sua ausência, ficará a cargo do servidor Rodrigo Salustiano da Silva, lotado na Secretaria de Saúde.

12.3. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da FORNECEDORA pelos danos causados ao MUNICÍPIO ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos.

12.4. A ação ou omissão total ou parcial da fiscalização do MUNICÍPIO não elide nem diminui a responsabilidade da FORNECEDORA quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes, responsabilizando esta quanto a quaisquer irregularidades.

12.5. As comunicações entre MUNICÍPIO e FORNECEDORA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

12.6. Caberá ao gestor e ao fiscal as atribuições constantes na Portaria nº 05/2022.

### 13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

13.1.1. Advertência;

13.1.2. Multa;

13.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Ubatuba;

13.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

13.2. As multas poderão ser:

13.2.1. De caráter moratório, pelo atraso injustificado na entrega ou execução do objeto da Ata de Registro de Preços, nos seguintes percentuais:

13.2.1.1. 2% (dois por cento) ao dia, incidente sobre o valor correspondente à parcela, etapa ou pedido único em que ocorreu o fato, até o limite máximo de 30 (trinta) dias.

A. Extrapolado o limite máximo de 30 (trinta) dias, o percentual da multa será calculado em dobro.

13.2.1.2. 5% (cinco por cento) pelo descumprimento de qualquer outra cláusula da Ata de Registro de Preços durante sua execução, incidente sobre o valor correspondente à parcela, etapa ou pedido único em que ocorreu o fato.

13.2.2. De caráter compensatório, sem prejuízo das multas moratórias, nos seguintes percentuais:

13.2.2.1. 10% (Dez por cento), incidente sobre o valor correspondente à parcela, etapa ou pedido único em que ocorreu o fato, pela inexecução parcial do objeto;



13.2.2.2. 15% (Quinze por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços, pela sua inexecução total.

13.3. A FORNECEDORA poderá ser suspensa temporariamente de participar em licitação e impedida de contratar com o Município de Ubatuba pelo prazo máximo de 02 (dois) anos, sem prejuízo das demais penalidades previstas, quando:

13.3.1. Abandonar a execução da Ata de Registro de Preços;

13.3.2. Incurrir em inexecução da Ata de Registro de Preços; e

13.3.3. Demais hipóteses previstas em lei.

13.4. A FORNECEDORA poderá ser declarada inidônea para licitar ou contratar com a administração pública pelo prazo máximo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das demais penalidades previstas, quando:

13.4.1. Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, a execução da Ata de Registro de Preços;

13.4.2. Agir, comprovadamente, de má-fé na relação pactuada;

13.4.3. Demais hipóteses previstas em lei.

13.5. Estendem-se os efeitos da penalidade de suspensão do direito de contratar com o Município de Ubatuba ou da declaração de inidoneidade:

13.5.1. Às pessoas físicas que constituíram a pessoa jurídica, as quais permanecem impedidas de licitar com a Administração Pública enquanto perdurarem as causas da penalidade, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;

13.5.2. Às pessoas jurídicas que tenham sócios comuns com as pessoas físicas referidas no subitem anterior.

13.6. As sanções previstas poderão ser aplicadas concomitantemente com a sanção de advertência.

13.7. A FORNECEDORA deverá efetuar o pagamento do valor correspondente à multa no prazo e forma estipulados no termo de aplicação de penalidade, podendo ainda ser descontado de pagamentos a que a mesma tenha direito.

13.7.1. Não havendo o pagamento, o valor devido será inscrito em dívida ativa para futura execução fiscal.

13.8. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

13.9. Concomitante às penalidades previstas, a FORNECEDORA se sujeita ao descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 05 (cinco) anos, para efeito do previsto no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02.

13.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à administração, observado o princípio da proporcionalidade.



13.11. A aplicação das penalidades previstas fica condicionada a ampla defesa e contraditório no devido processo legal, sem prejuízo da defesa prévia.

#### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**

14.1. O presente registro de preços poderá ser cancelado, sem prejuízo das penalidades previstas, quando o fornecedor:

14.1.1. For liberado;

14.1.2. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

14.1.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

14.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

14.1.5. Por razões de interesse público, devidamente justificado.

14.2. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

14.2.1. Por razão de interesse público; ou

14.2.2. A pedido do fornecedor.

14.3. No caso de cancelamento do registro de preços, poderão ser convocados, a critério da Administração, os demais licitantes classificados.

14.4. O cancelamento da Ata de Registro de Preços fica condicionado à ampla defesa e contraditório no devido processo legal, sem prejuízo da defesa prévia.

#### **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VINCULAÇÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

15.1. Ficam vinculados a Ata de Registro de Preços, dela fazendo parte integrante, independentemente de suas transcrições parciais ou totais, o Edital de licitação respectivo e seus anexos e a proposta final da FORNECEDORA.

#### **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

16.1. A presente Ata de Registro de Preços rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 10.520/02, Lei nº 8.078/90 e por outras normas de direito público ou privado que melhor tutelem o interesse público.

#### **17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS**

17.1. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal nº 8.666/93, e dos princípios gerais de direito.

#### **18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO**

# UBIRATÃ

PREFEITURA



004157

UB

18.1. Fica eleito o foro da Comarca de Ubatuba, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas da Ata de Registro de Preços.

Assim ajustadas, firmam as partes o presente instrumento, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas, para todos os fins de direito.

Ubatuba - Paraná, 21 de dezembro de 2022.

**MUNICÍPIO DE UBIRATÃ**

Prefeito de Ubatuba

JULIANO

FURTIM:971231451

00

Assinado de forma digital por  
JULIANO FURTIM:97123145100  
Dados: 2023.01.09 11:43:59  
-03'00'

**FUFA-SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA**

Representante legal da empresa





ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 480/2022

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 5862/2022

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 182/2022

O **MUNICÍPIO DE UBIRATÃ**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 76.950.096/0001-10, com sede administrativa a Avenida Nilza de Oliveira Pipino, nº 1852, centro, na cidade de Ubatuba, Estado do Paraná, CEP nº 85.440-000, representado pelo Prefeito Fábio de Oliveira Dalécio, e a empresa **CIRURGICA CURITIBA COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS EIRELI**, inscrita no CNPJ nº 07.120.917/0001-79, estabelecida à Rua Jerônimo Alberti, nº 156, CEP nº 83401-000, na cidade de Colombo, Estado do Paraná, Telefone nº (41) 3605-0702, e-mail (licitação@cirurgicacuritiba.com.br), doravante designada como FORNECEDORA, firmam a presente Ata de Registro de Preços que se regerá pelas condições estabelecidas no Processo Licitatório nº 5862/2022, Pregão Eletrônico nº 182/2022 e de acordo com as cláusulas a seguir:

### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICOS E DE ENFERMAGEM, MATERIAIS DE LIMPEZA, HIGIENE E DESINFECÇÃO, CURATIVOS, EPIS, INSUMOS, INSTRUMENTAIS, MOBILIÁRIO, ELETRODOMÉSTICOS, EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE, DESTINADOS AS UNIDADES DE SAÚDE.**

### 2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO DETALHAMENTO DO OBJETO

2.1. A execução do objeto da Ata de Registro de Preços se dará na seguinte especificação, quantidade máxima estimada, valores unitários e totais:

| LOTE | ITEM | DESCRIÇÃO  | QTD | UN  | V. UNIT | V. TOTAL  | MARCA          |
|------|------|--|-----|-----|---------|-----------|----------------|
| 1    | 67   | Curativo antimicrobiano constituído por uma camada de poliéster flexível, de baixa aderência, revestida com prata nanocristalina, permanência de até três dias no leito da ferida, tamanho 10 cm x 10 cm. Embalagem individual. CATMAT 485066  | 150 | UN. | 163,93  | 24.589,50 | SMITH e NEPHEW |
| 1    | 68   | Curativo antimicrobiano em não tecido absorvente, composto por uma mistura de fibras de celulose e etilsulfonato de celulose, nitrato de prata e cloreto de sódio, tamanho 10cm x 10cm. Embalagem individual. CATMAT 485066  | 150 | UN. | 111,45  | 16.717,50 | SMITH e NEPHEW |
| 1    | 70   | Curativo composto de tripla camada, sendo uma compressa absorvente de Sulfadiazina de Prata (SSD) contendo uma almofada intracelular, intercalada em uma camada perfurada adesiva de gel de silicone para contato com a ferida e uma película externa altamente permeável e à prova de água, tamanho 10 cm x 10 cm. CATMAT | 50  | UN. | 83,57   | 4.178,50  | SMITH e NEPHEW |



|   |    |  |     |     |        |           |                |
|---|----|--|-----|-----|--------|-----------|----------------|
|   |    | 484886   |     |     |        |           |                |
| 1 | 71 | Curativo composto de tripla camada, sendo uma compressa absorvente hidrocelular entre uma camada perfurada adesiva de gel de silicone para contato com a ferida e uma película externa altamente permeável e à prova de água, tamanho 12,5 cm x 12,5 cm. CATMAT 484897   | 100 | UN. | 50,00  | 5.000,00  | SMITH e NEPHEW |
| 1 | 72 | Curativo composto de uma camada absorvente de não tecido, contendo algodão e fibras de poliéster, sendo a camada de baixa aderência um filme de poliéster perfurado e a camada de apoio composta de um material de poliéster não-tecido perfurado, tamanho 10 cm x 10 cm. CATMAT 485084                          | 500 | UN. | 3,50   | 1.750,00  | SMITH e NEPHEW |
| 1 | 76 | Curativo em forma de pomada composto por cadexômero biodegradável (microgrânulos de amido modificado), polietilenoglicol, poloxâmero e iodo, indicado para feridas exsudativas e infectadas. Embalado individualmente em tubos de alumínio. Estéril. Tubo contendo 40g. CATMAT 485106contendo 40g. CATMAT 433414 | 50  | UN. | 363,19 | 18.159,50 | SMITH e NEPHEW |
| 1 | 77 | Curativo estéril, antisséptico, composto por tela de malha de algodão impregnada com parafina e solução de Acetato de Clorexidina BP a 0,5%, tamanho 10 x 10 cm, embalagem com 1 unidade. CATMAT 485079  | 400 | UN. | 44,78  | 17.912,00 | SMITH e NEPHEW |

### 3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR GLOBAL REGISTRADO

3.1. O valor global registrado é de R\$-88.307,00 (OITENTA E OITO MIL E TREZENTOS E SETE REAIS).

3.2. No valor previsto estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

### 4. CLÁUSULA QUARTA - DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A validade do registro será de 12 (doze) meses, contada a partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, sem possibilidade de prorrogação.



## 5. CLÁUSULA QUINTA - DAS CONTRATAÇÕES DECORRENTES DO REGISTRO

5.1. As contratações decorrentes do registro serão formalizadas por meio de nota de empenho de despesa, autorização de compra, ordem de execução de serviço ou outro instrumento equivalente, conforme prevê o art. 62 da Lei Federal nº 8.666/93.

## 6. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1. O fornecimento do objeto será de acordo com a necessidade do Município, de maneira fracionada.

6.1.1. A Secretaria de Saúde enviará Autorização de Compra para a FORNECEDORA no e-mail indicado em sua proposta e os produtos deverão ser entregues no prazo máximo de 15 dias, na Farmácia Municipal anexa ao Centro de Saúde, localizado na Avenida Carmem Ribeiro Pitombo, 90, Centro de Ubatuba-PR;

6.1.2. No caso de recusa do objeto, o prazo para substituição será a metade do prazo inicialmente estipulado para entrega, sujeitando-se a FORNECEDORA às penalidades previstas na Ata de Registro de Preços.

6.1.3. Os prazos mencionados poderão ser alterados na forma que dispõe o art. 57, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93.

6.2. O objeto deverá ser entregue em perfeitas condições, novo, sem uso, devidamente lacrado em embalagem própria, original do fabricante e sem violação, conforme especificação, prazo e local constante no presente Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal, quando couber.

6.3. O objeto deverá ser entregue em veículo próprio da FORNECEDORA, podendo ser ainda através de serviços postais, transportadoras ou outros serviços de entrega, vedada a entrega através de veículos oficiais e/ou servidores do município.

6.3.1. A FORNECEDORA se sujeita ao recebimento provisório do objeto pelo Município para fins de conferência, independente da forma de entrega, cabendo exclusivamente à FORNECEDORA a retirada/substituição do objeto recusado.

6.4. A FORNECEDORA deverá arcar com todas as despesas referentes à entrega do objeto, como transporte, mão de obra, encargos sociais, pedágio, entre outras.

6.5. O objeto deverá ser entregue com declaração da garantia, sob pena de recusa, sendo responsabilidade da FORNECEDORA a substituição e/ou manutenção do objeto durante o período de garantia, sem ônus adicionais ao município.

6.5.1. Para os itens em que não constar tempo de garantia, deverá ser considerado o mínimo legal de três meses;

## 7. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1. Após a entrega de cada pedido, o objeto será recebido provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade com a especificação; e definitivamente, após verificação da qualidade e consequente aceitação.

7.2. O Município se reserva ao direito de não aceitar objeto que não estiver em conformidade com as exigências apresentadas no presente Termo de Referência.



7.2.1. O motivo da recusa será fundamentado pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços através de notificação, encaminhada por escrito à FORNECEDORA, através do e-mail o qual foi encaminhada a Ordem de Compras.

7.3. A FORNECEDORA é obrigada a substituir, por conta própria, no todo ou em parte, objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, ainda que tenha sido recebido definitivamente.

7.3.1. No caso de não aceitação do objeto, seja no recebimento provisório ou definitivo, os ônus com a substituição correrão exclusivamente por conta da FORNECEDORA, independente da forma de entrega.

7.4. O objeto que por ventura venha a ser recusado deverá ser substituído no prazo estipulado, sob pena de aplicação das penalidades previstas no presente Termo de Referência.

## 8. CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

### 8.1. São direitos do MUNICÍPIO:

8.1.1. Receber a prestação do objeto nas condições previstas;

8.1.2. Rejeitar, no todo ou em parte, a prestação do objeto que estiver em desacordo com as condições descritas na Ata de Registro de Preços;

8.1.3. Fiscalizar a execução da Ata de Registro de Preços;

8.1.4. Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

### 8.2. São obrigações do MUNICÍPIO:

8.2.1. Promover, através de seus representantes, o acompanhamento e a fiscalização da Ata de Registro de Preços, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à FORNECEDORA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte daquele;

8.2.2. Cumprir os prazos previstos na Ata de Registro de Preços;

8.2.3. Efetuar o pagamento ajustado, após o recebimento definitivo do objeto solicitado;

8.2.4. Auxiliar no esclarecimento de dúvidas que surjam ao longo da execução da Ata de Registro de Preços;

8.2.5. Decidir sobre eventuais dificuldades na realização do objeto da Ata de Registro de Preços;

8.2.6. Manter, sempre por escrito ou por e-mail, com a FORNECEDORA, os entendimentos sobre o objeto.

### 8.3. São obrigações da FORNECEDORA:

8.3.1. Cumprir todas as obrigações constantes na Ata de Registro de Preços e sua proposta, assumindo exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

8.3.2. Responsabilizar-se por danos ocasionados ao MUNICÍPIO ou a terceiros, causados durante a execução da Ata de Registro de Preços;

8.3.3. Responder por quaisquer compromissos assumidos com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto;



8.3.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078 de 1990);

8.3.5. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado na Ata de Registro de Preços, o objeto com avarias ou defeitos;

8.3.6. Manter contatos com o MUNICÍPIO, sempre por escrito, ressalvados os entendimentos verbais determinados pela urgência do objeto;

8.3.7. Comunicar o MUNICÍPIO, com antecedência, os motivos que impossibilitem o cumprimento dos prazos previstos para execução do objeto, com a devida comprovação;

8.3.8. Manter durante toda a execução da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e apresentá-las no prazo de máximo de 05 (cinco) dias úteis quando solicitada pelo MUNICÍPIO;

8.3.9. Apresentar cópia autêntica do ato constitutivo, estatuto ou contrato social, sempre que houver alteração;

8.3.10. Indicar preposto para representá-la durante a execução da Ata de Registro de Preços;

8.3.11. Prestar os esclarecimentos julgados necessários, bem como informar e manter atualizado (s) o (s) número (s) de telefone, endereço eletrônico (e-mail) e o nome da pessoa autorizada para contatos;

8.3.12. Não utilizar de quaisquer tipos de propaganda visual em benefício de candidato, partido político ou coligação, em veículos ou por funcionários empregados durante a execução dos serviços contratados, sob pena de aplicação das sanções previstas na Lei Eleitoral 9.504/1997, multa e cancelamento da Ata de Registro de Preços;

8.3.13. Providenciar a assinatura dos Termos Aditivos e remetê-los ao MUNICÍPIO no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados de seu recebimento, sob pena de aplicação das sanções previstas.

## 9. CLÁUSULA NONA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

9.1. O pagamento será efetuado após recebimento de cada pedido, no prazo de até trinta dias contados do recebimento da Nota Fiscal pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

9.2. A fatura deverá ser emitida pela empresa, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas e no próprio instrumento de contrato. O faturamento deverá ser realizado em nome do MUNICÍPIO DE UBIRATÃ, CNPJ Nº 76.950.096/0001-10.

9.3. As despesas para atender a contratação estão programadas em dotação orçamentária prevista no orçamento do Município para o exercício de 2022, na classificação abaixo:

| Órgão | Despesa | Categoria    | Descrição                                | Fonte | Valor     |
|-------|---------|--------------|--|-------|-----------|
| 0602  | 3068    | 339030210000 | MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIGIEN | 303   | 22.014,00 |
| 0605  | 3080    | 339030210000 | MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIGIEN | 494   | 70.272,14 |
| 0602  | 4213    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 18.362,50 |



|      |       |              |  |     |            |
|------|-------|--------------|--|-----|------------|
| 0602 | 4216  | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494 | 25.302,50  |
| 0603 | 4219  | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494 | 8.592,00   |
| 0603 | 4220  | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494 | 48.432,50  |
| 0605 | 4226  | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494 | 21.464,16  |
| 0605 | 4228  | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494 | 21.288,43  |
| 0606 | 4231  | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494 | 61.515,75  |
| 0605 | 8224  | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 494 | 20.319,55  |
| 0605 | 8225  | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 494 | 6.426,80   |
| 0605 | 8226  | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 494 | 305.716,10 |
| 0606 | 8228  | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 494 | 48.168,51  |
| 0606 | 8230  | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 494 | 156.861,89 |
| 0602 | 8258  | 339030280000 | MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA         | 494 | 4.002,60   |
| 0605 | 8270  | 339030280000 | MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA         | 494 | 227.872,40 |
| 0603 | 9481  | 339032990100 | Outros Materiais para Distribuição Gratu | 384 | 239.130,00 |
| 0603 | 9482  | 339032990100 | Outros Materiais para Distribuição Gratu | 494 | 5.065,40   |
| 0604 | 10996 | 449052420000 | MOBILIÁRIO EM GERAL                      | 494 | 4.486,28   |
| 0605 | 11001 | 449052120000 | APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS        | 494 | 3.584,68   |
| 0606 | 11005 | 449052420000 | MOBILIÁRIO EM GERAL                      | 494 | 1.677,66   |
| 0606 | 11006 | 449052120000 | APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS        | 494 | 2.220,76   |
| 0606 | 11007 | 449052340000 | MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVE | 494 | 14.200,98  |
| 0605 | 11015 | 449052420000 | MOBILIÁRIO EM GERAL                      | 494 | 4.032,32   |
| 0605 | 11022 | 449052080000 | APARELHOS, EQUIP., UT. MÉDICOS-ODONTO.,  | 494 | 41.478,60  |
| 0602 | 11035 | 449052040000 | APARELHOS DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO        | 494 | 3.656,35   |
| 0605 | 11040 | 449052340000 | MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVE | 494 | 15.997,33  |
| 0605 | 11088 | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 303 | 11.005,00  |

9.4. Para liberação do pagamento à FORNECEDORA, as notas fiscais deverão ser entregues ao Fiscal obrigatoriamente acompanhadas dos seguintes documentos:

9.4.1. Prova de Regularidade com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional;

9.4.2. Prova de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

9.4.3. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

## 10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA

10.1. Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo MUNICÍPIO, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX / 100) / 365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;



TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = N. de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

## 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

11.1. Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bens registrados.

11.2. Na hipótese do preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a FORNECEDORA será convocada para que promova a redução dos preços.

11.2.1. Em não sendo reduzido o preço, a FORNECEDORA será liberada do compromisso assumido, podendo o MUNICÍPIO convocar os demais fornecedores classificados para, nas mesmas condições, oferecer igual oportunidade de negociação, ou revogar a ata de registro de preços ou parte dela.

11.3. Na hipótese do preço de mercado tornar-se superior ao registrado, e a FORNECEDORA não puder cumprir as obrigações assumidas, este poderá solicitar revisão dos preços, mediante requerimento fundamentado encaminhado diretamente ao Gestor da Ata de Registro de Preços, a ser protocolado antes do pedido de fornecimento, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação relevante nos preços praticados no mercado.

11.3.1. Procedente o pedido, o MUNICÍPIO poderá efetuar a revisão do preço registrado no valor pleiteado pela FORNECEDORA, caso este esteja de acordo com os valores praticados pelo mercado, ou apresentar contraproposta de preço, compatível com o vigente no mercado, para a garantia do equilíbrio econômico-financeiro.

11.3.2. Caso não aceite a contraproposta de preço apresentada pelo MUNICÍPIO, a FORNECEDORA será liberada do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

11.3.3. Não sendo acatado o pedido de revisão, este será indeferido pelo MUNICÍPIO e a FORNECEDORA continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na Ata de Registro de Preços, sob pena de cancelamento do registro do preço da FORNECEDORA e de aplicação das penalidades administrativas previstas.

11.3.4. Na hipótese do cancelamento do registro do preço do fornecedor, prevista no subitem anterior, o MUNICÍPIO poderá convocar os demais fornecedores, na ordem de classificação, para que manifestem interesse em assumir a execução do objeto pelo preço registrado.

## 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

12.1. Caberá a gestão da Ata de Registro de Preços ao servidor Orlando Francisco Vieira da Silva, lotado na Secretaria de Saúde.

12.2. Caberá a fiscalização da Ata de Registro de Preços ao servidor Henrique Cardoso Gonçalves, lotado na Secretaria de Saúde, e na sua ausência, ficará a cargo do servidor Rodrigo Salustiano da Silva, lotado na Secretaria de Saúde.





12.3. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da FORNECEDORA pelos danos causados ao MUNICÍPIO ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos.

12.4. A ação ou omissão total ou parcial da fiscalização do MUNICÍPIO não elide nem diminui a responsabilidade da FORNECEDORA quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes, responsabilizando esta quanto a quaisquer irregularidades.

12.5. As comunicações entre MUNICÍPIO e FORNECEDORA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

12.6. Caberá ao gestor e ao fiscal as atribuições constantes na Portaria nº 05/2022.

### **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

13.1. Poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

13.1.1. Advertência;

13.1.2. Multa;

13.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Ubatuba;

13.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

13.2. As multas poderão ser:

13.2.1. De caráter moratório, pelo atraso injustificado na entrega ou execução do objeto da Ata de Registro de Preços, nos seguintes percentuais:

13.2.1.1. 2% (dois por cento) ao dia, incidente sobre o valor correspondente à parcela, etapa ou pedido único em que ocorreu o fato, até o limite máximo de 30 (trinta) dias.

A. Extrapolado o limite máximo de 30 (trinta) dias, o percentual da multa será calculado em dobro.

13.2.1.2. 5% (cinco por cento) pelo descumprimento de qualquer outra cláusula da Ata de Registro de Preços durante sua execução, incidente sobre o valor correspondente à parcela, etapa ou pedido único em que ocorreu o fato.

13.2.2. De caráter compensatório, sem prejuízo das multas moratórias, nos seguintes percentuais:

13.2.2.1. 10% (Dez por cento), incidente sobre o valor correspondente à parcela, etapa ou pedido único em que ocorreu o fato, pela inexecução parcial do objeto;

13.2.2.2. 15% (Quinze por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços, pela sua inexecução total.





13.3. A FORNECEDORA poderá ser suspensa temporariamente de participar em licitação e impedida de contratar com o Município de Ubatuba pelo prazo máximo de 02 (dois) anos, sem prejuízo das demais penalidades previstas, quando:

- 13.3.1. Abandonar a execução da Ata de Registro de Preços;
- 13.3.2. Incorrer em inexecução da Ata de Registro de Preços; e
- 13.3.3. Demais hipóteses previstas em lei.

13.4. A FORNECEDORA poderá ser declarada inidônea para licitar ou contratar com a administração pública pelo prazo máximo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das demais penalidades previstas, quando:

- 13.4.1. Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, a execução da Ata de Registro de Preços;
- 13.4.2. Agir, comprovadamente, de má-fé na relação pactuada;
- 13.4.3. Demais hipóteses previstas em lei.

13.5. Estendem-se os efeitos da penalidade de suspensão do direito de contratar com o Município de Ubatuba ou da declaração de inidoneidade:

- 13.5.1. Às pessoas físicas que constituíram a pessoa jurídica, as quais permanecem impedidas de licitar com a Administração Pública enquanto perdurarem as causas da penalidade, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;
- 13.5.2. Às pessoas jurídicas que tenham sócios comuns com as pessoas físicas referidas no subitem anterior.

13.6. As sanções previstas poderão ser aplicadas concomitantemente com a sanção de advertência.

13.7. A FORNECEDORA deverá efetuar o pagamento do valor correspondente à multa no prazo e forma estipulados no termo de aplicação de penalidade, podendo ainda ser descontado de pagamentos a que a mesma tenha direito.

- 13.7.1. Não havendo o pagamento, o valor devido será inscrito em dívida ativa para futura execução fiscal.

13.8. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

13.9. Concomitante às penalidades previstas, a FORNECEDORA se sujeita ao descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 05 (cinco) anos, para efeito do previsto no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02.

13.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13.11. A aplicação das penalidades previstas fica condicionada a ampla defesa e contraditório no devido processo legal, sem prejuízo da defesa prévia.

## 14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS



14.1. O presente registro de preços poderá ser cancelado, sem prejuízo das penalidades previstas, quando o fornecedor:

14.1.1. For liberado;

14.1.2. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

14.1.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

14.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

14.1.5. Por razões de interesse público, devidamente justificado.

14.2. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

14.2.1. Por razão de interesse público; ou

14.2.2. A pedido do fornecedor.

14.3. No caso de cancelamento do registro de preços, poderão ser convocados, a critério da Administração, os demais licitantes classificados.

14.4. O cancelamento da Ata de Registro de Preços fica condicionado à ampla defesa e contraditório no devido processo legal, sem prejuízo da defesa prévia.

## **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VINCULAÇÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

15.1. Ficam vinculados a Ata de Registro de Preços, dela fazendo parte integrante, independentemente de suas transcrições parciais ou totais, o Edital de licitação respectivo e seus anexos e a proposta final da FORNECEDORA.

## **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

16.1. A presente Ata de Registro de Preços rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 10.520/02, Lei nº 8.078/90 e por outras normas de direito público ou privado que melhor tutelem o interesse público.

## **17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS**

17.1. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal nº 8.666/93, e dos princípios gerais de direito.

## **18. CLÁSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO**

# UBIRATÃ

PREFEITURA



004168  
263

18.1. Fica eleito o foro da Comarca de Ubatuba, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas da Ata de Registro de Preços.

Assim ajustadas, firmam as partes o presente instrumento, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas, para todos os fins de direito.

Ubatuba - Paraná, 21 de dezembro de 2022.

**MUNICÍPIO DE UBIRATÃ**

Prefeito de Ubatuba

**ELISABETH BULKA**

**TKATCHUK:677320**

**97904**

**CIRURGICA CURITIBA COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS EIRELI**

Representante legal da empresa

Assinado de forma digital por

ELISABETH BULKA

TKATCHUK:67732097904

Dados: 2023.01.09 11:55:51

-03'00'



**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 486/2022**  
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 5862/2022**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 182/2022**

O **MUNICÍPIO DE UBIRATÃ**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ n.º 76.950.096/0001-10, com sede administrativa a Avenida Nilza de Oliveira Pipino, nº 1852, centro, na cidade de Ubatuba, Estado do Paraná, CEP nº 85.440-000, representado pelo Prefeito Fábio de Oliveira Dalécio, e a empresa **C. PARRA VIEIRA**, inscrita no CNPJ nº 10.641.724/0001-78, estabelecida à Rua José de Moura Bueno, no nº 345, CEP nº 84900-000, na cidade de Ibaiti, Estado do Paraná, Telefone nº (43) 3546-1236, e-mail (vector\_brasil@hotmail.com), doravante designada como FORNECEDORA, firmam a presente Ata de Registro de Preços que se regerá pelas condições estabelecidas no Processo Licitatório nº 5862/2022, Pregão Eletrônico nº 182/2022 e de acordo com as cláusulas a seguir:

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O objeto do presente instrumento é **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICOS E DE ENFERMAGEM, MATERIAIS DE LIMPEZA, HIGIENE E DESINFECÇÃO, CURATIVOS, EPIS, INSUMOS, INSTRUMENTAIS, MOBILIÁRIO, ELETRODOMÉSTICOS, EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE, DESTINADOS AS UNIDADES DE SAÚDE.**

**2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO DETALHAMENTO DO OBJETO**

2.1. A execução do objeto da Ata de Registro de Preços se dará na seguinte especificação, quantidade máxima estimada, valores unitários e totais:

| LOTE | ITEM | DESCRIÇÃO  | QTD   | UN | V. UNIT | V. TOTAL | MARCA     |
|------|------|--|-------|----|---------|----------|-----------|
| 1    | 178  | Mascara descartável tripla, 100% polipropileno, branca, com elástico, com pregas/dobras horizontais, com filtro bacteriológico superior a 95%, com clipe nasal revestido e perfeito ajuste anatômico ao rosto, soldada eletronicamente, atóxica, não estéril, caixa com 50 unidades. CATMAT 485312 | 1.000 | CX | 4,68    | 4.680,00 | SP ODONTO |
| 1    | 207  | Propé confeccionado em não tecido 100% polipropileno, gramatura mínima de 20g, tamanho único, soldado eletronicamente, sanfonado, hipoalergênico e atóxico, pacote com 100 unidades. CATMAT 436854   | 70    | PC | 7,50    | 525,00   | ANADONA   |

**3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR GLOBAL REGISTRADO**

3.1. O valor global registrado é de **R\$-5.205,00 (CINCO MIL E DUZENTOS E CINCO REAIS).**

3.2. No valor previsto estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais





incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

#### **4. CLÁUSULA QUARTA - DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. A validade do registro será de 12 (doze) meses, contada a partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, sem possibilidade de prorrogação.

#### **5. CLÁUSULA QUINTA - DAS CONTRATAÇÕES DECORRENTES DO REGISTRO**

5.1. As contratações decorrentes do registro serão formalizadas por meio de nota de empenho de despesa, autorização de compra, ordem de execução de serviço ou outro instrumento equivalente, conforme prevê o art. 62 da Lei Federal nº 8.666/93.

#### **6. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO**

6.1. O fornecimento do objeto será de acordo com a necessidade do Município, de maneira fracionada.

6.1.1. A Secretaria de Saúde enviará Autorização de Compra para a FORNECEDORA no e-mail indicado em sua proposta e os produtos deverão ser entregues no prazo máximo de 15 dias, na Farmácia Municipal anexa ao Centro de Saúde, localizado na Avenida Carmem Ribeiro Pitombo, 90, Centro de Ubatuba-PR;

6.1.2. No caso de recusa do objeto, o prazo para substituição será a metade do prazo inicialmente estipulado para entrega, sujeitando-se a FORNECEDORA às penalidades previstas na Ata de Registro de Preços.

6.1.3. Os prazos mencionados poderão ser alterados na forma que dispõe o art. 57, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93.

6.2. O objeto deverá ser entregue em perfeitas condições, novo, sem uso, devidamente lacrado em embalagem própria, original do fabricante e sem violação, conforme especificação, prazo e local constante no presente Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal, quando couber.

6.3. O objeto deverá ser entregue em veículo próprio da FORNECEDORA, podendo ser ainda através de serviços postais, transportadoras ou outros serviços de entrega, vedada a entrega através de veículos oficiais e/ou servidores do município.

6.3.1. A FORNECEDORA se sujeita ao recebimento provisório do objeto pelo Município para fins de conferência, independente da forma de entrega, cabendo exclusivamente à FORNECEDORA a retirada/substituição do objeto recusado.

6.4. A FORNECEDORA deverá arcar com todas as despesas referentes à entrega do objeto, como transporte, mão de obra, encargos sociais, pedágio, entre outras.

6.5. O objeto deverá ser entregue com declaração da garantia, sob pena de recusa, sendo responsabilidade da FORNECEDORA a substituição e/ou manutenção do objeto durante o período de garantia, sem ônus adicionais ao município.

6.5.1. Para os itens em que não constar tempo de garantia, deverá ser considerado o mínimo legal de três meses;

#### **7. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO**



7.1. Após a entrega de cada pedido, o objeto será recebido provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade com a especificação; e definitivamente, após verificação da qualidade e consequente aceitação.

7.2. O Município se reserva ao direito de não aceitar objeto que não estiver em conformidade com as exigências apresentadas no presente Termo de Referência.

7.2.1. O motivo da recusa será fundamentado pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços através de notificação, encaminhada por escrito à FORNECEDORA, através do e-mail o qual foi encaminhada a Ordem de Compras.

7.3. A FORNECEDORA é obrigada a substituir, por conta própria, no todo ou em parte, objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, ainda que tenha sido recebido definitivamente.

7.3.1. No caso de não aceitação do objeto, seja no recebimento provisório ou definitivo, os ônus com a substituição correrão exclusivamente por conta da FORNECEDORA, independente da forma de entrega.

7.4. O objeto que por ventura venha a ser recusado deverá ser substituído no prazo estipulado, sob pena de aplicação das penalidades previstas no presente Termo de Referência.

## 8. CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

### 8.1. São direitos do MUNICÍPIO:

8.1.1. Receber a prestação do objeto nas condições previstas;

8.1.2. Rejeitar, no todo ou em parte, a prestação do objeto que estiver em desacordo com as condições descritas na Ata de Registro de Preços;

8.1.3. Fiscalizar a execução da Ata de Registro de Preços;

8.1.4. Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

### 8.2. São obrigações do MUNICÍPIO:

8.2.1. Promover, através de seus representantes, o acompanhamento e a fiscalização da Ata de Registro de Preços, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à FORNECEDORA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte daquele;

8.2.2. Cumprir os prazos previstos na Ata de Registro de Preços;

8.2.3. Efetuar o pagamento ajustado, após o recebimento definitivo do objeto solicitado;

8.2.4. Auxiliar no esclarecimento de dúvidas que surjam ao longo da execução da Ata de Registro de Preços;

8.2.5. Decidir sobre eventuais dificuldades na realização do objeto da Ata de Registro de Preços;

8.2.6. Manter, sempre por escrito ou por e-mail, com a FORNECEDORA, os entendimentos sobre o objeto.

### 8.3. São obrigações da FORNECEDORA:



- 8.3.1. Cumprir todas as obrigações constantes na Ata de Registro de Preços e sua proposta, assumindo exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- 8.3.2. Responsabilizar-se por danos ocasionados ao MUNICÍPIO ou a terceiros, causados durante a execução da Ata de Registro de Preços;
- 8.3.3. Responder por quaisquer compromissos assumidos com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto;
- 8.3.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078 de 1990);
- 8.3.5. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado na Ata de Registro de Preços, o objeto com avarias ou defeitos;
- 8.3.6. Manter contatos com o MUNICÍPIO, sempre por escrito, ressalvados os entendimentos verbais determinados pela urgência do objeto;
- 8.3.7. Comunicar o MUNICÍPIO, com antecedência, os motivos que impossibilitem o cumprimento dos prazos previstos para execução do objeto, com a devida comprovação;
- 8.3.8. Manter durante toda a execução da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e apresentá-las no prazo de máximo de 05 (cinco) dias úteis quando solicitada pelo MUNICÍPIO;
- 8.3.9. Apresentar cópia autêntica do ato constitutivo, estatuto ou contrato social, sempre que houver alteração;
- 8.3.10. Indicar preposto para representá-la durante a execução da Ata de Registro de Preços;
- 8.3.11. Prestar os esclarecimentos julgados necessários, bem como informar e manter atualizado (s) o (s) número (s) de telefone, endereço eletrônico (e-mail) e o nome da pessoa autorizada para contatos;
- 8.3.12. Não utilizar de quaisquer tipos de propaganda visual em benefício de candidato, partido político ou coligação, em veículos ou por funcionários empregados durante a execução dos serviços contratados, sob pena de aplicação das sanções previstas na Lei Eleitoral 9.504/1997, multa e cancelamento da Ata de Registro de Preços;
- 8.3.13. Providenciar a assinatura dos Termos Aditivos e remetê-los ao MUNICÍPIO no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados de seu recebimento, sob pena de aplicação das sanções previstas.

## 9. CLÁUSULA NONA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 9.1. O pagamento será efetuado após recebimento de cada pedido, no prazo de até trinta dias contados do recebimento da Nota Fiscal pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.
- 9.2. A fatura deverá ser emitida pela empresa, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas e no próprio instrumento de contrato. O faturamento deverá ser realizado em nome do MUNICÍPIO DE UBIRATÃ, CNPJ Nº 76.950.096/0001-10.





9.3. As despesas para atender a contratação estão programadas em dotação orçamentária prevista no orçamento do Município para o exercício de 2022, na classificação abaixo:

| Órgão | Despesa | Categoria    | Descrição                                | Fonte | Valor      |
|-------|---------|--------------|--|-------|------------|
| 0602  | 3068    | 339030210000 | MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIGIEN | 303   | 22.014,00  |
| 0605  | 3080    | 339030210000 | MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIGIEN | 494   | 70.272,14  |
| 0602  | 4213    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 18.362,50  |
| 0602  | 4216    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 25.302,50  |
| 0603  | 4219    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 8.592,00   |
| 0603  | 4220    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 48.432,50  |
| 0605  | 4226    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 21.464,16  |
| 0605  | 4228    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 21.288,43  |
| 0606  | 4231    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 61.515,75  |
| 0605  | 8224    | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 494   | 20.319,55  |
| 0605  | 8225    | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 494   | 6.426,80   |
| 0605  | 8226    | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 494   | 305.716,10 |
| 0606  | 8228    | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 494   | 48.168,51  |
| 0606  | 8230    | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 494   | 156.861,89 |
| 0602  | 8258    | 339030280000 | MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA         | 494   | 4.002,60   |
| 0605  | 8270    | 339030280000 | MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA         | 494   | 227.872,40 |
| 0603  | 9481    | 339032990100 | Outros Materiais para Distribuição Gratu | 384   | 239.130,00 |
| 0603  | 9482    | 339032990100 | Outros Materiais para Distribuição Gratu | 494   | 5.065,40   |
| 0604  | 10996   | 449052420000 | MOBILIÁRIO EM GERAL                      | 494   | 4.486,28   |
| 0605  | 11001   | 449052120000 | APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS        | 494   | 3.584,68   |
| 0606  | 11005   | 449052420000 | MOBILIÁRIO EM GERAL                      | 494   | 1.677,66   |
| 0606  | 11006   | 449052120000 | APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS        | 494   | 2.220,76   |
| 0606  | 11007   | 449052340000 | MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVE | 494   | 14.200,98  |
| 0605  | 11015   | 449052420000 | MOBILIÁRIO EM GERAL                      | 494   | 4.032,32   |
| 0605  | 11022   | 449052080000 | APARELHOS, EQUIP., UT. MÉDICOS-ODONTO.,  | 494   | 41.478,60  |
| 0602  | 11035   | 449052040000 | APARELHOS DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO        | 494   | 3.656,35   |
| 0605  | 11040   | 449052340000 | MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVE | 494   | 15.997,33  |
| 0605  | 11088   | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 303   | 11.005,00  |

9.4. Para liberação do pagamento à FORNECEDORA, as notas fiscais deverão ser entregues ao Fiscal obrigatoriamente acompanhadas dos seguintes documentos:

9.4.1. Prova de Regularidade com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional;

9.4.2. Prova de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

9.4.3. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

## 10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA





10.1. Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo MUNICÍPIO, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX / 100) / 365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = N. de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

## 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

11.1. Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bens registrados.

11.2. Na hipótese do preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a FORNECEDORA será convocada para que promova a redução dos preços.

11.2.1. Em não sendo reduzido o preço, a FORNECEDORA será liberada do compromisso assumido, podendo o MUNICÍPIO convocar os demais fornecedores classificados para, nas mesmas condições, oferecer igual oportunidade de negociação, ou revogar a ata de registro de preços ou parte dela.

11.3. Na hipótese do preço de mercado tornar-se superior ao registrado, e a FORNECEDORA não puder cumprir as obrigações assumidas, este poderá solicitar revisão dos preços, mediante requerimento fundamentado encaminhado diretamente ao Gestor da Ata de Registro de Preços, a ser protocolado antes do pedido de fornecimento, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação relevante nos preços praticados no mercado.

11.3.1. Procedente o pedido, o MUNICÍPIO poderá efetuar a revisão do preço registrado no valor pleiteado pela FORNECEDORA, caso este esteja de acordo com os valores praticados pelo mercado, ou apresentar contraproposta de preço, compatível com o vigente no mercado, para a garantia do equilíbrio econômico-financeiro.

11.3.2. Caso não aceite a contraproposta de preço apresentada pelo MUNICÍPIO, a FORNECEDORA será liberada do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

11.3.3. Não sendo acatado o pedido de revisão, este será indeferido pelo MUNICÍPIO e a FORNECEDORA continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na Ata de Registro de Preços, sob pena de cancelamento do registro do preço da FORNECEDORA e de aplicação das penalidades administrativas previstas.

11.3.4. Na hipótese do cancelamento do registro do preço do fornecedor, prevista no subitem anterior, o MUNICÍPIO poderá convocar os demais fornecedores, na ordem de classificação, para que manifestem interesse em assumir a execução do objeto pelo preço registrado.

## 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO



12.1. Caberá a gestão da Ata de Registro de Preços ao servidor Orlando Francisco Vieira da Silva, lotado na Secretaria de Saúde.

12.2. Caberá a fiscalização da Ata de Registro de Preços ao servidor Henrique Cardoso Gonçalves, lotado na Secretaria de Saúde, e na sua ausência, ficará a cargo do servidor Rodrigo Salustiano da Silva, lotado na Secretaria de Saúde.

12.3. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da FORNECEDORA pelos danos causados ao MUNICÍPIO ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos.

12.4. A ação ou omissão total ou parcial da fiscalização do MUNICÍPIO não elide nem diminui a responsabilidade da FORNECEDORA quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes, responsabilizando esta quanto a quaisquer irregularidades.

12.5. As comunicações entre MUNICÍPIO e FORNECEDORA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

12.6. Caberá ao gestor e ao fiscal as atribuições constantes na Portaria nº 05/2022.

### 13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

13.1.1. Advertência;

13.1.2. Multa;

13.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Ubatuba;

13.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

13.2. As multas poderão ser:

13.2.1. De caráter moratório, pelo atraso injustificado na entrega ou execução do objeto da Ata de Registro de Preços, nos seguintes percentuais:

13.2.1.1. 2% (dois por cento) ao dia, incidente sobre o valor correspondente à parcela, etapa ou pedido único em que ocorreu o fato, até o limite máximo de 30 (trinta) dias.

A. Extrapolado o limite máximo de 30 (trinta) dias, o percentual da multa será calculado em dobro.

13.2.1.2. 5% (cinco por cento) pelo descumprimento de qualquer outra cláusula da Ata de Registro de Preços durante sua execução, incidente sobre o valor correspondente à parcela, etapa ou pedido único em que ocorreu o fato.

13.2.2. De caráter compensatório, sem prejuízo das multas moratórias, nos seguintes percentuais:

13.2.2.1. 10% (Dez por cento), incidente sobre o valor correspondente à parcela, etapa ou pedido único em que ocorreu o fato, pela inexecução parcial do objeto;



13.2.2.2. 15% (Quinze por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços, pela sua inexecução total.

13.3. A FORNECEDORA poderá ser suspensa temporariamente de participar em licitação e impedida de contratar com o Município de Ubatuba pelo prazo máximo de 02 (dois) anos, sem prejuízo das demais penalidades previstas, quando:

13.3.1. Abandonar a execução da Ata de Registro de Preços;

13.3.2. Incorrer em inexecução da Ata de Registro de Preços; e

13.3.3. Demais hipóteses previstas em lei.

13.4. A FORNECEDORA poderá ser declarada inidônea para licitar ou contratar com a administração pública pelo prazo máximo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das demais penalidades previstas, quando:

13.4.1. Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, a execução da Ata de Registro de Preços;

13.4.2. Agir, comprovadamente, de má-fé na relação pactuada;

13.4.3. Demais hipóteses previstas em lei.

13.5. Estendem-se os efeitos da penalidade de suspensão do direito de contratar com o Município de Ubatuba ou da declaração de inidoneidade:

13.5.1. Às pessoas físicas que constituíram a pessoa jurídica, as quais permanecem impedidas de licitar com a Administração Pública enquanto perdurarem as causas da penalidade, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;

13.5.2. Às pessoas jurídicas que tenham sócios comuns com as pessoas físicas referidas no subitem anterior.

13.6. As sanções previstas poderão ser aplicadas concomitantemente com a sanção de advertência.

13.7. A FORNECEDORA deverá efetuar o pagamento do valor correspondente à multa no prazo e forma estipulados no termo de aplicação de penalidade, podendo ainda ser descontado de pagamentos a que a mesma tenha direito.

13.7.1. Não havendo o pagamento, o valor devido será inscrito em dívida ativa para futura execução fiscal.

13.8. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

13.9. Concomitante às penalidades previstas, a FORNECEDORA se sujeita ao descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 05 (cinco) anos, para efeito do previsto no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02.

13.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à administração, observado o princípio da proporcionalidade.



13.11. A aplicação das penalidades previstas fica condicionada a ampla defesa e contraditório no devido processo legal, sem prejuízo da defesa prévia.

#### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**

14.1. O presente registro de preços poderá ser cancelado, sem prejuízo das penalidades previstas, quando o fornecedor:

14.1.1. For liberado;

14.1.2. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

14.1.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

14.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

14.1.5. Por razões de interesse público, devidamente justificado.

14.2. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

14.2.1. Por razão de interesse público; ou

14.2.2. A pedido do fornecedor.

14.3. No caso de cancelamento do registro de preços, poderão ser convocados, a critério da Administração, os demais licitantes classificados.

14.4. O cancelamento da Ata de Registro de Preços fica condicionado à ampla defesa e contraditório no devido processo legal, sem prejuízo da defesa prévia.

#### **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VINCULAÇÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

15.1. Ficam vinculados a Ata de Registro de Preços, dela fazendo parte integrante, independentemente de suas transcrições parciais ou totais, o Edital de licitação respectivo e seus anexos e a proposta final da FORNECEDORA.

#### **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

16.1. A presente Ata de Registro de Preços rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 10.520/02, Lei nº 8.078/90 e por outras normas de direito público ou privado que melhor tutelem o interesse público.

#### **17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS**

17.1. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal nº 8.666/93, e dos princípios gerais de direito.

#### **18. CLÁSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO**



# UBIRATÃ

PREFEITURA



004178

23

18.1. Fica eleito o foro da Comarca de Ubatuba, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas da Ata de Registro de Preços.

Assim ajustadas, firmam as partes o presente instrumento, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas, para todos os fins de direito.

Ubatuba - Paraná, 21 de dezembro de 2022.

MUNICÍPIO DE UBIRATÃ  
Prefeito de Ubatuba

CRISTIANO  
PARRA  
VIEIRA:055  
17402992

Assinado digitalmente por CRISTIANO  
PARRA VIEIRA:05517402992  
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=AC  
CERTIFICA MINAS v5, OU=  
27808144000125, OU=  
Videoconferencia, OU=Certificado PF  
A1, CN=CRISTIANO PARRA  
VIEIRA:05517402992  
Razão: Eu sou o autor deste documento  
Localização:  
Data: 2023.01.09 13:35:33-03'00'  
Foxit PDF Reader Versão: 12.1.0

C. PARRA VIEIRA  
Representante legal da empresa



Assinado de  
forma digital por  
ADRIANO  
FAVARIN:780615  
55034  
Dados:  
2023.01.09  
12:54:23 -03'00'

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 483/2022  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 5862/2022  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 182/2022

O MUNICÍPIO DE UBIRATÃ, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 76.950.096/0001-10, com sede administrativa a Avenida Nilza de Oliveira Pipino, nº 1852, centro, na cidade de Ubatuba, Estado do Paraná, CEP nº 85.440-000, representado pelo Prefeito Fábio de Oliveira Dalécio, e a empresa A FAVARIN DISTRIBUIDORA LTDA, inscrita no CNPJ nº 18.702.558/0001-84, estabelecida à Av. Osvaldo Cruz, no nº 1420, CEP nº 97095-470, na cidade de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul, Telefone nº (55) 3307-0700, e-mail (afavarin.distribuidora@gmail.com), doravante designada como FORNECEDORA, firmam a presente Ata de Registro de Preços que se regerá pelas condições estabelecidas no Processo Licitatório nº 5862/2022, Pregão Eletrônico nº 182/2022 e de acordo com as cláusulas a seguir:

## 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICOS E DE ENFERMAGEM, MATERIAIS DE LIMPEZA, HIGIENE E DESINFECÇÃO, CURATIVOS, EPIS, INSUMOS, INSTRUMENTAIS, MOBILIÁRIO, ELETRODOMÉSTICOS, EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE, DESTINADOS AS UNIDADES DE SAÚDE.**

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO DETALHAMENTO DO OBJETO

2.1. A execução do objeto da Ata de Registro de Preços se dará na seguinte especificação, quantidade máxima estimada, valores unitários e totais:

| LOTE | ITEM | DESCRIÇÃO   | QTD | UN  | V. UNIT | V. TOTAL | MARCA |
|------|------|---|-----|-----|---------|----------|-------|
| 1    | 38   | Campo operatório Estéril, macio, altamente absorvente, quatro camadas, com cadarço, alça, filamento radiopaco, atóxica, apirogênica, tamanho 25cm x 28cm. Pacote com 5 unidades cada. CATMAT 462497   | 20  | UN. | 9,70    | 194,00   | AMED  |
| 1    | 46   | Cateter intravenoso periférico 24G, cânula externa confeccionada em poliuretano radiopaco, flexível, confeccionado de forma resistente à torção, atóxico, ajustado a uma agulha introdutora vazada de aço inoxidável siliconizada com bisel trifacetado com adequada angulação e perfeita afiação, sem rebarbas ou resíduos de manufatura de aço. Deve possuir câmara de refluxo sanguíneo com filtro que permita rápida visualização do sangue no momento da punção, com conector (canhão) translúcido, codificado em cores e com ranhuras para a fixação. Embalagem estéril individual, com proteção dupla, abertura em pétala. | 500 | UN. | 0,69    | 345,00   | MEDIX |



CATMAT 437186

### 3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR GLOBAL REGISTRADO

3.1. O valor global registrado é de R\$-539,00 (QUINHENTOS E TRINTA E NOVE REAIS).

3.2. No valor previsto estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

### 4. CLÁUSULA QUARTA - DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A validade do registro será de 12 (doze) meses, contada a partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, sem possibilidade de prorrogação.

### 5. CLÁUSULA QUINTA - DAS CONTRATAÇÕES DECORRENTES DO REGISTRO

5.1. As contratações decorrentes do registro serão formalizadas por meio de nota de empenho de despesa, autorização de compra, ordem de execução de serviço ou outro instrumento equivalente, conforme prevê o art. 62 da Lei Federal nº 8.666/93.

### 6. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1. O fornecimento do objeto será de acordo com a necessidade do Município, de maneira fracionada.

6.1.1. A Secretaria de Saúde enviará Autorização de Compra para a FORNECEDORA no e-mail indicado em sua proposta e os produtos deverão ser entregues no prazo máximo de 15 dias, na Farmácia Municipal anexa ao Centro de Saúde, localizado na Avenida Carmem Ribeiro Pitombo, 90, Centro de Ubatuba-PR;

6.1.2. No caso de recusa do objeto, o prazo para substituição será a metade do prazo inicialmente estipulado para entrega, sujeitando-se a FORNECEDORA às penalidades previstas na Ata de Registro de Preços.

6.1.3. Os prazos mencionados poderão ser alterados na forma que dispõe o art. 57, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93.

6.2. O objeto deverá ser entregue em perfeitas condições, novo, sem uso, devidamente lacrado em embalagem própria, original do fabricante e sem violação, conforme especificação, prazo e local constante no presente Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal, quando couber.

6.3. O objeto deverá ser entregue em veículo próprio da FORNECEDORA, podendo ser ainda através de serviços postais, transportadoras ou outros serviços de entrega, vedada a entrega através de veículos oficiais e/ou servidores do município.

6.3.1. A FORNECEDORA se sujeita ao recebimento provisório do objeto pelo Município para fins de conferência, independente da forma de entrega, cabendo exclusivamente à FORNECEDORA a retirada/substituição do objeto recusado.

6.4. A FORNECEDORA deverá arcar com todas as despesas referentes à entrega do objeto, como transporte, mão de obra, encargos sociais, pedágio, entre outras.

ADRIANO Assinado de  
FAVARIN: forma digital por  
7806155 ADRIANO  
5034 FAVARIN:7806155  
12:54:53 -03'00'



6.5. O objeto deverá ser entregue com declaração da garantia, sob pena de recusa, sendo responsabilidade da FORNECEDORA a substituição e/ou manutenção do objeto durante o período de garantia, sem ônus adicionais ao município.

6.5.1. Para os itens em que não constar tempo de garantia, deverá ser considerado o mínimo legal de três meses;

## 7. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1. Após a entrega de cada pedido, o objeto será recebido provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade com a especificação; e definitivamente, após verificação da qualidade e consequente aceitação.

7.2. O Município se reserva ao direito de não aceitar objeto que não estiver em conformidade com as exigências apresentadas no presente Termo de Referência.

7.2.1. O motivo da recusa será fundamentado pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços através de notificação, encaminhada por escrito à FORNECEDORA, através do e-mail o qual foi encaminhada a Ordem de Compras.

7.3. A FORNECEDORA é obrigada a substituir, por conta própria, no todo ou em parte, objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, ainda que tenha sido recebido definitivamente.

7.3.1. No caso de não aceitação do objeto, seja no recebimento provisório ou definitivo, os ônus com a substituição correrão exclusivamente por conta da FORNECEDORA, independente da forma de entrega.

7.4. O objeto que por ventura venha a ser recusado deverá ser substituído no prazo estipulado, sob pena de aplicação das penalidades previstas no presente Termo de Referência.

## 8. CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

### 8.1. São direitos do MUNICÍPIO:

8.1.1. Receber a prestação do objeto nas condições previstas;

8.1.2. Rejeitar, no todo ou em parte, a prestação do objeto que estiver em desacordo com as condições descritas na Ata de Registro de Preços;

8.1.3. Fiscalizar a execução da Ata de Registro de Preços;

8.1.4. Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

### 8.2. São obrigações do MUNICÍPIO:

8.2.1. Promover, através de seus representantes, o acompanhamento e a fiscalização da Ata de Registro de Preços, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à FORNECEDORA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte daquele;

8.2.2. Cumprir os prazos previstos na Ata de Registro de Preços;

8.2.3. Efetuar o pagamento ajustado, após o recebimento definitivo do objeto solicitado;

8.2.4. Auxiliar no esclarecimento de dúvidas que surjam ao longo da execução da Ata de Registro de Preços;





LB

8.2.5. Decidir sobre eventuais dificuldades na realização do objeto da Ata de Registro de Preços;

8.2.6. Manter, sempre por escrito ou por e-mail, com a FORNECEDORA, os entendimentos sobre o objeto.

**8.3. São obrigações da FORNECEDORA:**

8.3.1. Cumprir todas as obrigações constantes na Ata de Registro de Preços e sua proposta, assumindo exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

8.3.2. Responsabilizar-se por danos ocasionados ao MUNICÍPIO ou a terceiros, causados durante a execução da Ata de Registro de Preços;

8.3.3. Responder por quaisquer compromissos assumidos com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto;

8.3.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078 de 1990);

8.3.5. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado na Ata de Registro de Preços, o objeto com avarias ou defeitos;

8.3.6. Manter contatos com o MUNICÍPIO, sempre por escrito, ressalvados os entendimentos verbais determinados pela urgência do objeto;

8.3.7. Comunicar o MUNICÍPIO, com antecedência, os motivos que impossibilitem o cumprimento dos prazos previstos para execução do objeto, com a devida comprovação;

8.3.8. Manter durante toda a execução da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e apresentá-las no prazo de máximo de 05 (cinco) dias úteis quando solicitada pelo MUNICÍPIO;

8.3.9. Apresentar cópia autêntica do ato constitutivo, estatuto ou contrato social, sempre que houver alteração;

8.3.10. Indicar preposto para representá-la durante a execução da Ata de Registro de Preços;

8.3.11. Prestar os esclarecimentos julgados necessários, bem como informar e manter atualizado (s) o (s) número (s) de telefone, endereço eletrônico (e-mail) e o nome da pessoa autorizada para contatos;

8.3.12. Não utilizar de quaisquer tipos de propaganda visual em benefício de candidato, partido político ou coligação, em veículos ou por funcionários empregados durante a execução dos serviços contratados, sob pena de aplicação das sanções previstas na Lei Eleitoral 9.504/1997, multa e cancelamento da Ata de Registro de Preços;

8.3.13. Providenciar a assinatura dos Termos Aditivos e remetê-los ao MUNICÍPIO no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados de seu recebimento, sob pena de aplicação das sanções previstas.

**9. CLÁUSULA NONA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**



9.1. O pagamento será efetuado após recebimento de cada pedido, no prazo de até trinta dias contados do recebimento da Nota Fiscal pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

9.2. A fatura deverá ser emitida pela empresa, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas e no próprio instrumento de contrato. O faturamento deverá ser realizado em nome do MUNICÍPIO DE UBIRATÃ, CNPJ Nº 76.950.096/0001-10.

9.3. As despesas para atender a contratação estão programadas em dotação orçamentária prevista no orçamento do Município para o exercício de 2022, na classificação abaixo:

| Órgão | Despesa | Categoria    | Descrição                                | Fonte | Valor      |
|-------|---------|--------------|--|-------|------------|
| 0602  | 3068    | 339030210000 | MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIGIEN | 303   | 22.014,00  |
| 0605  | 3080    | 339030210000 | MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIGIEN | 494   | 70.272,14  |
| 0602  | 4213    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 18.362,50  |
| 0602  | 4216    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 25.302,50  |
| 0603  | 4219    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 8.592,00   |
| 0603  | 4220    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 48.432,50  |
| 0605  | 4226    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 21.464,16  |
| 0605  | 4228    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 21.288,43  |
| 0606  | 4231    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 61.515,75  |
| 0605  | 8224    | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 494   | 20.319,55  |
| 0605  | 8225    | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 494   | 6.426,80   |
| 0605  | 8226    | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 494   | 305.716,10 |
| 0606  | 8228    | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 494   | 48.168,51  |
| 0606  | 8230    | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 494   | 156.861,89 |
| 0602  | 8258    | 339030280000 | MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA         | 494   | 4.002,60   |
| 0605  | 8270    | 339030280000 | MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA         | 494   | 227.872,40 |
| 0603  | 9481    | 339032990100 | Outros Materiais para Distribuição Gratu | 384   | 239.130,00 |
| 0603  | 9482    | 339032990100 | Outros Materiais para Distribuição Gratu | 494   | 5.065,40   |
| 0604  | 10996   | 449052420000 | MOBILIÁRIO EM GERAL                      | 494   | 4.486,28   |
| 0605  | 11001   | 449052120000 | APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS        | 494   | 3.584,68   |
| 0606  | 11005   | 449052420000 | MOBILIÁRIO EM GERAL                      | 494   | 1.677,66   |
| 0606  | 11006   | 449052120000 | APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS        | 494   | 2.220,76   |
| 0606  | 11007   | 449052340000 | MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVE | 494   | 14.200,98  |
| 0605  | 11015   | 449052420000 | MOBILIÁRIO EM GERAL                      | 494   | 4.032,32   |
| 0605  | 11022   | 449052080000 | APARELHOS, EQUIP., UT. MÉDICOS-ODONTO.,  | 494   | 41.478,60  |
| 0602  | 11035   | 449052040000 | APARELHOS DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO        | 494   | 3.656,35   |
| 0605  | 11040   | 449052340000 | MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVE | 494   | 15.997,33  |
| 0605  | 11088   | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 303   | 11.005,00  |

9.4. Para liberação do pagamento à FORNECEDORA, as notas fiscais deverão ser entregues ao Fiscal obrigatoriamente acompanhadas dos seguintes documentos:

9.4.1. Prova de Regularidade com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional;



9.4.2. Prova de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

9.4.3. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

## 10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA

10.1. Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo MUNICÍPIO, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX / 100) / 365$$

EM =  $I \times N \times VP$ , onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = N. de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

## 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

11.1. Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bens registrados.

11.2. Na hipótese do preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a FORNECEDORA será convocada para que promova a redução dos preços.

11.2.1. Em não sendo reduzido o preço, a FORNECEDORA será liberada do compromisso assumido, podendo o MUNICÍPIO convocar os demais fornecedores classificados para, nas mesmas condições, oferecer igual oportunidade de negociação, ou revogar a ata de registro de preços ou parte dela.

11.3. Na hipótese do preço de mercado tornar-se superior ao registrado, e a FORNECEDORA não puder cumprir as obrigações assumidas, este poderá solicitar revisão dos preços, mediante requerimento fundamentado encaminhado diretamente ao Gestor da Ata de Registro de Preços, a ser protocolado antes do pedido de fornecimento, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação relevante nos preços praticados no mercado.

11.3.1. Procedente o pedido, o MUNICÍPIO poderá efetuar a revisão do preço registrado no valor pleiteado pela FORNECEDORA, caso este esteja de acordo com os valores praticados pelo mercado, ou apresentar contraproposta de preço, compatível com o vigente no mercado, para a garantia do equilíbrio econômico-financeiro.

11.3.2. Caso não aceite a contraproposta de preço apresentada pelo MUNICÍPIO, a FORNECEDORA será liberada do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

11.3.3. Não sendo acatado o pedido de revisão, este será indeferido pelo MUNICÍPIO e a FORNECEDORA continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na Ata de Registro de Preços, sob pena de cancelamento do registro do preço da FORNECEDORA e de aplicação das penalidades administrativas previstas.



11.3.4. Na hipótese do cancelamento do registro do preço do fornecedor, prevista no subitem anterior, o MUNICÍPIO poderá convocar os demais fornecedores, na ordem de classificação, para que manifestem interesse em assumir a execução do objeto pelo preço registrado.

## 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

12.1. Caberá a gestão da Ata de Registro de Preços ao servidor Orlando Francisco Vieira da Silva, lotado na Secretaria de Saúde.

12.2. Caberá a fiscalização da Ata de Registro de Preços ao servidor Henrique Cardoso Gonçalves, lotado na Secretaria de Saúde, e na sua ausência, ficará a cargo do servidor Rodrigo Salustiano da Silva, lotado na Secretaria de Saúde.

12.3. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da FORNECEDORA pelos danos causados ao MUNICÍPIO ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos.

12.4. A ação ou omissão total ou parcial da fiscalização do MUNICÍPIO não elide nem diminui a responsabilidade da FORNECEDORA quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes, responsabilizando esta quanto a quaisquer irregularidades.

12.5. As comunicações entre MUNICÍPIO e FORNECEDORA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

12.6. Caberá ao gestor e ao fiscal as atribuições constantes na Portaria nº 05/2022.

## 13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

13.1.1. Advertência;

13.1.2. Multa;

13.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Ubiratã;

13.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

13.2. As multas poderão ser:

13.2.1. De caráter moratório, pelo atraso injustificado na entrega ou execução do objeto da Ata de Registro de Preços, nos seguintes percentuais:

13.2.1.1. 2% (dois por cento) ao dia, incidente sobre o valor correspondente à parcela, etapa ou pedido único em que ocorreu o fato, até o limite máximo de 30 (trinta) dias.

A. Extrapolado o limite máximo de 30 (trinta) dias, o percentual da multa será calculado em dobro.





UB

13.2.1.2. 5% (cinco por cento) pelo descumprimento de qualquer outra cláusula da Ata de Registro de Preços durante sua execução, incidente sobre o valor correspondente à parcela, etapa ou pedido único em que ocorreu o fato.

13.2.2. De caráter compensatório, sem prejuízo das multas moratórias, nos seguintes percentuais:

13.2.2.1. 10% (Dez por cento), incidente sobre o valor correspondente à parcela, etapa ou pedido único em que ocorreu o fato, pela inexecução parcial do objeto;

13.2.2.2. 15% (Quinze por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços, pela sua inexecução total.

13.3. A FORNECEDORA poderá ser suspensa temporariamente de participar em licitação e impedida de contratar com o Município de Ubatuba pelo prazo máximo de 02 (dois) anos, sem prejuízo das demais penalidades previstas, quando:

13.3.1. Abandonar a execução da Ata de Registro de Preços;

13.3.2. Incurrir em inexecução da Ata de Registro de Preços; e

13.3.3. Demais hipóteses previstas em lei.

13.4. A FORNECEDORA poderá ser declarada inidônea para licitar ou contratar com a administração pública pelo prazo máximo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das demais penalidades previstas, quando:

13.4.1. Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, a execução da Ata de Registro de Preços;

13.4.2. Agir, comprovadamente, de má-fé na relação pactuada;

13.4.3. Demais hipóteses previstas em lei.

13.5. Estendem-se os efeitos da penalidade de suspensão do direito de contratar com o Município de Ubatuba ou da declaração de inidoneidade:

13.5.1. Às pessoas físicas que constituíram a pessoa jurídica, as quais permanecem impedidas de licitar com a Administração Pública enquanto perdurarem as causas da penalidade, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;

13.5.2. Às pessoas jurídicas que tenham sócios comuns com as pessoas físicas referidas no subitem anterior.

13.6. As sanções previstas poderão ser aplicadas concomitantemente com a sanção de advertência.

13.7. A FORNECEDORA deverá efetuar o pagamento do valor correspondente à multa no prazo e forma estipulados no termo de aplicação de penalidade, podendo ainda ser descontado de pagamentos a que a mesma tenha direito.

13.7.1. Não havendo o pagamento, o valor devido será inscrito em dívida ativa para futura execução fiscal.

13.8. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

13.9. Concomitante às penalidades previstas, a FORNECEDORA se sujeita ao descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 05 (cinco) anos, para efeito do previsto no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02.

13.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13.11. A aplicação das penalidades previstas fica condicionada a ampla defesa e contraditório no devido processo legal, sem prejuízo da defesa prévia.

#### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**

14.1. O presente registro de preços poderá ser cancelado, sem prejuízo das penalidades previstas, quando o fornecedor:

14.1.1. For liberado;

14.1.2. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

14.1.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

14.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

14.1.5. Por razões de interesse público, devidamente justificado.

14.2. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

14.2.1. Por razão de interesse público; ou

14.2.2. A pedido do fornecedor.

14.3. No caso de cancelamento do registro de preços, poderão ser convocados, a critério da Administração, os demais licitantes classificados.

14.4. O cancelamento da Ata de Registro de Preços fica condicionado à ampla defesa e contraditório no devido processo legal, sem prejuízo da defesa prévia.

#### **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VINCULAÇÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

15.1. Ficam vinculados a Ata de Registro de Preços, dela fazendo parte integrante, independentemente de suas transcrições parciais ou totais, o Edital de licitação respectivo e seus anexos e a proposta final da FORNECEDORA.

#### **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

16.1. A presente Ata de Registro de Preços rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 10.520/02, Lei nº 8.078/90 e por outras normas de direito público ou privado que melhor tutelem o interesse público.



**17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS**

17.1. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal nº 8.666/93, e dos princípios gerais de direito.

**18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO**

18.1. Fica eleito o foro da Comarca de Ubatuba, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas da Ata de Registro de Preços.

Assim ajustadas, firmam as partes o presente instrumento, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas, para todos os fins de direito.

Ubatuba - Paraná, 21 de dezembro de 2022.



**MUNICÍPIO DE UBIRATÃ**  
Prefeito de Ubatuba

ADRIANO  
FAVARIN:78  
061555034

Assinado de forma  
digital por ADRIANO  
FAVARIN:780615550  
34  
Dados: 2023.01.09  
12:59:05 -03'00'

A FAVARIN  
DISTRIBUIDOR  
A  
LTDA:1870255  
8000184

Assinado de forma  
digital por A FAVARIN  
DISTRIBUIDORA  
LTDA:1870255800018  
4  
Dados: 2023.01.09  
12:59:43 -03'00'

**A FAVARIN DISTRIBUIDORA LTDA**  
Representante legal da empresa



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 497/2022  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 5862/2022  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 182/2022

O **MUNICÍPIO DE UBIRATÃ**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 76.950.096/0001-10, com sede administrativa a Avenida Nilza de Oliveira Pipino, nº 1852, centro, na cidade de Ubatuba, Estado do Paraná, CEP nº 85.440-000, representado pelo Prefeito Fábio de Oliveira Dalécio, e a empresa **MARINGÁ HOSPITALAR DIST DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 07.396.733/0001-36, estabelecida à Rua das Torres, nº 36, CEP nº 87120-000, na cidade de Floresta, Estado do Paraná, Telefone nº (44) 3200-0845, e-mail (licitacao@maringahospitalar.com.br), doravante designada como FORNECEDORA, firmam a presente Ata de Registro de Preços que se regerá pelas condições estabelecidas no Processo Licitatório nº 5862/2022, Pregão Eletrônico nº 182/2022 e de acordo com as cláusulas a seguir:

## 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICOS E DE ENFERMAGEM, MATERIAIS DE LIMPEZA, HIGIENE E DESINFECÇÃO, CURATIVOS, EPIS, INSUMOS, INSTRUMENTAIS, MOBILIÁRIO, ELETRODOMÉSTICOS, EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE, DESTINADOS AS UNIDADES DE SAÚDE.**

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO DETALHAMENTO DO OBJETO

2.1. A execução do objeto da Ata de Registro de Preços se dará na seguinte especificação, quantidade máxima estimada, valores unitários e totais:

| LOTE | ITEM | DESCRIÇÃO   | QTD   | UN  | V. UNIT | V. TOTAL | MARCA       |
|------|------|---|-------|-----|---------|----------|-------------|
| 1    | 26   | Atadura crepe, 6 cm x 1,8m, 13 fios/cm², mínimo 80% algodão, bordas devidamente acabadas, alta elasticidade, sem desfiamento, alta resistência, macias e absorventes, devidamente enroladas, dermatologicamente testadas, esterilizáveis em autoclave, embalagem contendo 1 unidade. CATMAT 444343  | 1.000 | UN. | 0,32    | 320,00   | ERIMAR SOFT |
| 1    | 52   | Coletor de artigos perfuro cortantes, 1,5 litros, confeccionado com papelão ondulado, impermeável, revestido internamente com um saco e bandeja interna, fundo rígido, cinta lateral, alças para transporte, boca adaptável para dispensa de materiais de vários tamanhos, tampa de vedação completa, com trava de segurança. CATMAT 437163 | 50    | UN. | 3,75    | 187,50   | DESCARBOX   |
| 1    | 53   | Coletor de artigos perfuro cortantes, 13 a 15 litros, confeccionado com papelão ondulado, impermeável,  | 500   | UN. | 4,79    | 2.395,00 | DESCARBOX   |

*bela, amada e gentil*

Av. Nilza de Oliveira Pipino - 1852  
CEP 85.440-000 | Fone (44) 3543-8000  
[www.ubirata.pr.gov.br](http://www.ubirata.pr.gov.br)





|   |     |   |       |     |       |          |             |
|---|-----|---|-------|-----|-------|----------|-------------|
|   |     | revestido internamente com um saco e bandeja interna, fundo rígido, cinta lateral, alças para transporte, boca adaptável para dispensa de materiais de vários tamanhos, tampa de vedação completa, com trava de segurança. CATMAT 363482  |       |     |       |          |             |
| 1 | 55  | Coletor de artigos perfuro cortantes, 7 litros, confeccionado com papelão ondulado, impermeável, revestido internamente com um saco e bandeja interna, fundo rígido, cinta lateral, alças para transporte, boca adaptável para dispensa de materiais de vários tamanhos, tampa de vedação completa, com trava de segurança. CATMAT 363484               | 180   | UN. | 3,59  | 646,20   | DESCARBOX   |
| 1 | 59  | Compressa de gaze não estéril, 7,5 x 7,5cm fechada e 15 x 30cm aberta, hidrófila não estéril, confeccionada em 100% algodão, 13 fios, 08 camadas e 5 dobras, alvejadas, purificadas, cor branca, bordas voltadas para dentro, sem desfiamento, boa absorção. Embalagem com 500 unidades. CATMAT 407483  | 50,0  | PC  | 19,15 | 957,50   | ERIMAX SOFT |
| 1 | 83  | Detergente enzimático, concentrado, com no mínimo as quatro enzimas Protease, Amilase, Lipase e Carbohidrase, neutro, biodegradável, atóxico, não corrosivo, diluição de 1ml por litro de água, embalagem com 1 litro. CATMAT 328078  | 72    | UN. | 17,50 | 1.260,00 | PROLINK     |
| 1 | 96  | Equipo macrogotas para soro, estéril, descartável, apirogênico, com ponta perfurante com tampa protetora, câmara gotejadora flexível, tubo em PVC de 1,50 m, pinça rolete para dosagem de volume, conector luer, entrada de ar com filtro hiróforo e bacteriológico, injetor lateral com membrana autocicatrizante. Embalagem individual. CATMAT 442641 | 4.000 | UN. | 1,06  | 4.240,00 | MEDIX       |
| 1 | 223 | Seringa descartável, 20ml, sem agulha, bico Luer Slip, estéril, confeccionadas em prolipropileno,   | 3.800 | UN. | 0,46  | 1.748,00 | SR          |

*bela, amada e gentil*

Av. Nilza de Oliveira Pipino - 1852  
CEP 85.440-000 | Fone (44) 3543-8000  
[www.ubirata.pr.gov.br](http://www.ubirata.pr.gov.br)



|   |     |   |       |     |      |        |    |
|---|-----|---|-------|-----|------|--------|----|
|   |     | boa transparência, siliconização interna com deslize perfeito, com anel de retenção entre êmbolo e cilindro, deve permitir boa leitura com escritas precisas. Embalagem individual. CATMAT 439627   |       |     |      |        |    |
| 1 | 225 | Seringa descartável, 3ml, sem agulha, bico Luer Slip, estéril, confeccionadas em prolipropileno, boa transparência, siliconização interna com deslize perfeito, com anel de retenção entre êmbolo e cilindro, deve permitir boa leitura com escritas precisas. Embalagem individual. CATMAT 439625  | 6.000 | UN. | 0,14 | 840,00 | SR |
| 1 | 226 | Seringa descartável, 5 ml, sem agulha, bico Luer Lock, estéril, confeccionadas em prolipropileno, boa transparência, siliconização interna com deslize perfeito, com anel de retenção entre êmbolo e cilindro, deve permitir boa leitura com escritas precisas. Embalagem individual. CATMAT 439624 | 500   | UN. | 0,17 | 85,00  | SR |
| 1 | 227 | Seringa descartável, 5ml, sem agulha, bico Luer Slip, estéril, confeccionadas em prolipropileno, boa transparência, siliconização interna com deslize perfeito, com anel de retenção entre êmbolo e cilindro, deve permitir boa leitura com escritas precisas. Embalagem individual. CATMAT 439624  | 4.500 | UN. | 0,17 | 765,00 | SR |

### 3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR GLOBAL REGISTRADO

3.1. O valor global registrado é de R\$-13.444,20 (TREZE MIL E QUATROCENTOS E QUARENTA E QUATRO REAIS E VINTE CENTAVOS).

3.2. No valor previsto estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

### 4. CLÁUSULA QUARTA - DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A validade do registro será de 12 (doze) meses, contada a partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, sem possibilidade de prorrogação.

*bela, amada e gentil*

Av. Nilza de Oliveira Pipino - 1852  
CEP 85.440-000 | Fone (44) 3543-8000  
[www.ubirata.pr.gov.br](http://www.ubirata.pr.gov.br)



## 5. CLÁUSULA QUINTA - DAS CONTRATAÇÕES DECORRENTES DO REGISTRO

5.1. As contratações decorrentes do registro serão formalizadas por meio de nota de empenho de despesa, autorização de compra, ordem de execução de serviço ou outro instrumento equivalente, conforme prevê o art. 62 da Lei Federal nº 8.666/93.

## 6. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1. O fornecimento do objeto será de acordo com a necessidade do Município, de maneira fracionada.

6.1.1. A Secretaria de Saúde enviará Autorização de Compra para a FORNECEDORA no e-mail indicado em sua proposta e os produtos deverão ser entregues no prazo máximo de 15 dias, na Farmácia Municipal anexa ao Centro de Saúde, localizado na Avenida Carmem Ribeiro Pitombo, 90, Centro de Ubatuba-PR;

6.1.2. No caso de recusa do objeto, o prazo para substituição será a metade do prazo inicialmente estipulado para entrega, sujeitando-se a FORNECEDORA às penalidades previstas na Ata de Registro de Preços.

6.1.3. Os prazos mencionados poderão ser alterados na forma que dispõe o art. 57, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93.

6.2. O objeto deverá ser entregue em perfeitas condições, novo, sem uso, devidamente lacrado em embalagem própria, original do fabricante e sem violação, conforme especificação, prazo e local constante no presente Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal, quando couber.

6.3. O objeto deverá ser entregue em veículo próprio da FORNECEDORA, podendo ser ainda através de serviços postais, transportadoras ou outros serviços de entrega, vedada a entrega através de veículos oficiais e/ou servidores do município.

6.3.1. A FORNECEDORA se sujeita ao recebimento provisório do objeto pelo Município para fins de conferência, independente da forma de entrega, cabendo exclusivamente à FORNECEDORA a retirada/substituição do objeto recusado.

6.4. A FORNECEDORA deverá arcar com todas as despesas referentes à entrega do objeto, como transporte, mão de obra, encargos sociais, pedágio, entre outras.

6.5. O objeto deverá ser entregue com declaração da garantia, sob pena de recusa, sendo responsabilidade da FORNECEDORA a substituição e/ou manutenção do objeto durante o período de garantia, sem ônus adicionais ao município.

6.5.1. Para os itens em que não constar tempo de garantia, deverá ser considerado o mínimo legal de três meses;

## 7. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1. Após a entrega de cada pedido, o objeto será recebido provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade com a especificação; e definitivamente, após verificação da qualidade e consequente aceitação.

7.2. O Município se reserva ao direito de não aceitar objeto que não estiver em conformidade com as exigências apresentadas no presente Termo de Referência.

*bela, amada e gentil*

Av. Nilza de Oliveira Pipino - 1852  
CEP 85.440-000 | Fone (44) 3543-8000  
[www.ubirata.pr.gov.br](http://www.ubirata.pr.gov.br)



7.2.1. O motivo da recusa será fundamentado pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços através de notificação, encaminhada por escrito à FORNECEDORA, através do e-mail o qual foi encaminhada a Ordem de Compras.

7.3. A FORNECEDORA é obrigada a substituir, por conta própria, no todo ou em parte, objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, ainda que tenha sido recebido definitivamente.

7.3.1. No caso de não aceitação do objeto, seja no recebimento provisório ou definitivo, os ônus com a substituição correrão exclusivamente por conta da FORNECEDORA, independente da forma de entrega.

7.4. O objeto que por ventura venha a ser recusado deverá ser substituído no prazo estipulado, sob pena de aplicação das penalidades previstas no presente Termo de Referência.

## 8. CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

### 8.1. São direitos do MUNICÍPIO:

8.1.1. Receber a prestação do objeto nas condições previstas;

8.1.2. Rejeitar, no todo ou em parte, a prestação do objeto que estiver em desacordo com as condições descritas na Ata de Registro de Preços;

8.1.3. Fiscalizar a execução da Ata de Registro de Preços;

8.1.4. Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

### 8.2. São obrigações do MUNICÍPIO:

8.2.1. Promover, através de seus representantes, o acompanhamento e a fiscalização da Ata de Registro de Preços, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à FORNECEDORA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte daquele;

8.2.2. Cumprir os prazos previstos na Ata de Registro de Preços;

8.2.3. Efetuar o pagamento ajustado, após o recebimento definitivo do objeto solicitado;

8.2.4. Auxiliar no esclarecimento de dúvidas que surjam ao longo da execução da Ata de Registro de Preços;

8.2.5. Decidir sobre eventuais dificuldades na realização do objeto da Ata de Registro de Preços;

8.2.6. Manter, sempre por escrito ou por e-mail, com a FORNECEDORA, os entendimentos sobre o objeto.

### 8.3. São obrigações da FORNECEDORA:

8.3.1. Cumprir todas as obrigações constantes na Ata de Registro de Preços e sua proposta, assumindo exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

8.3.2. Responsabilizar-se por danos ocasionados ao MUNICÍPIO ou a terceiros, causados durante a execução da Ata de Registro de Preços;

*bela, amada e gentil*

Av. Nilza de Oliveira Pipino - 1852  
CEP 85.440-000 | Fone (44) 3543-8000  
[www.ubirata.pr.gov.br](http://www.ubirata.pr.gov.br)



8.3.3. Responder por quaisquer compromissos assumidos com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto;

8.3.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078 de 1990);

8.3.5. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado na Ata de Registro de Preços, o objeto com avarias ou defeitos;

8.3.6. Manter contatos com o MUNICÍPIO, sempre por escrito, ressalvados os entendimentos verbais determinados pela urgência do objeto;

8.3.7. Comunicar o MUNICÍPIO, com antecedência, os motivos que impossibilitem o cumprimento dos prazos previstos para execução do objeto, com a devida comprovação;

8.3.8. Manter durante toda a execução da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e apresentá-las no prazo de máximo de 05 (cinco) dias úteis quando solicitada pelo MUNICÍPIO;

8.3.9. Apresentar cópia autêntica do ato constitutivo, estatuto ou contrato social, sempre que houver alteração;

8.3.10. Indicar preposto para representá-la durante a execução da Ata de Registro de Preços;

8.3.11. Prestar os esclarecimentos julgados necessários, bem como informar e manter atualizado (s) o (s) número (s) de telefone, endereço eletrônico (e-mail) e o nome da pessoa autorizada para contatos;

8.3.12. Não utilizar de quaisquer tipos de propaganda visual em benefício de candidato, partido político ou coligação, em veículos ou por funcionários empregados durante a execução dos serviços contratados, sob pena de aplicação das sanções previstas na Lei Eleitoral 9.504/1997, multa e cancelamento da Ata de Registro de Preços;

8.3.13. Providenciar a assinatura dos Termos Aditivos e remetê-los ao MUNICÍPIO no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados de seu recebimento, sob pena de aplicação das sanções previstas.

## 9. CLÁUSULA NONA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

9.1. O pagamento será efetuado após recebimento de cada pedido, no prazo de até trinta dias contados do recebimento da Nota Fiscal pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

9.2. A fatura deverá ser emitida pela empresa, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas e no próprio instrumento de contrato. O faturamento deverá ser realizado em nome do MUNICÍPIO DE UBIRATÃ, CNPJ Nº 76.950.096/0001-10.

9.3. As despesas para atender a contratação estão programadas em dotação orçamentária prevista no orçamento do Município para o exercício de 2022, na classificação abaixo:

*bela, amada e gentil*

Av. Nilza de Oliveira Pipino - 1852  
CEP 85.440-000 | Fone (44) 3543-8000  
[www.ubirata.pr.gov.br](http://www.ubirata.pr.gov.br)



| Órgão | Despesa | Categoria    | Descrição                                | Fonte | Valor      |
|-------|---------|--------------|--|-------|------------|
| 0602  | 3068    | 339030210000 | MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIGIEN | 303   | 22.014,00  |
| 0605  | 3080    | 339030210000 | MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIGIEN | 494   | 70.272,14  |
| 0602  | 4213    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 18.362,50  |
| 0602  | 4216    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 25.302,50  |
| 0603  | 4219    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 8.592,00   |
| 0603  | 4220    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 48.432,50  |
| 0605  | 4226    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 21.464,16  |
| 0605  | 4228    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 21.288,43  |
| 0606  | 4231    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 61.515,75  |
| 0605  | 8224    | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 494   | 20.319,55  |
| 0605  | 8225    | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 494   | 6.426,80   |
| 0605  | 8226    | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 494   | 305.716,10 |
| 0606  | 8228    | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 494   | 48.168,51  |
| 0606  | 8230    | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 494   | 156.861,89 |
| 0602  | 8258    | 339030280000 | MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA         | 494   | 4.002,60   |
| 0605  | 8270    | 339030280000 | MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA         | 494   | 227.872,40 |
| 0603  | 9481    | 339032990100 | Outros Materiais para Distribuição Gratu | 384   | 239.130,00 |
| 0603  | 9482    | 339032990100 | Outros Materiais para Distribuição Gratu | 494   | 5.065,40   |
| 0604  | 10996   | 449052420000 | MOBILIÁRIO EM GERAL                      | 494   | 4.486,28   |
| 0605  | 11001   | 449052120000 | APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS        | 494   | 3.584,68   |
| 0606  | 11005   | 449052420000 | MOBILIÁRIO EM GERAL                      | 494   | 1.677,66   |
| 0606  | 11006   | 449052120000 | APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS        | 494   | 2.220,76   |
| 0606  | 11007   | 449052340000 | MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVE | 494   | 14.200,98  |
| 0605  | 11015   | 449052420000 | MOBILIÁRIO EM GERAL                      | 494   | 4.032,32   |
| 0605  | 11022   | 449052080000 | APARELHOS, EQUIP., UT. MÉDICOS-ODONTO.,  | 494   | 41.478,60  |
| 0602  | 11035   | 449052040000 | APARELHOS DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO        | 494   | 3.656,35   |
| 0605  | 11040   | 449052340000 | MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVE | 494   | 15.997,33  |
| 0605  | 11088   | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 303   | 11.005,00  |

9.4. Para liberação do pagamento à FORNECEDORA, as notas fiscais deverão ser entregues ao Fiscal obrigatoriamente acompanhadas dos seguintes documentos:

9.4.1. Prova de Regularidade com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional;

9.4.2. Prova de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

9.4.3. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

## 10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA

10.1. Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo MUNICÍPIO, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

*bela, amada e gentil*

Av. Nilza de Oliveira Pipino - 1852  
CEP 85.440-000 | Fone (44) 3543-8000  
[www.ubirata.pr.gov.br](http://www.ubirata.pr.gov.br)



$$I = (TX / 100) / 365$$

EM =  $I \times N \times VP$ , onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = N. de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

## 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

11.1. Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bens registrados.

11.2. Na hipótese do preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a FORNECEDORA será convocada para que promova a redução dos preços.

11.2.1. Em não sendo reduzido o preço, a FORNECEDORA será liberada do compromisso assumido, podendo o MUNICÍPIO convocar os demais fornecedores classificados para, nas mesmas condições, oferecer igual oportunidade de negociação, ou revogar a ata de registro de preços ou parte dela.

11.3. Na hipótese do preço de mercado tornar-se superior ao registrado, e a FORNECEDORA não puder cumprir as obrigações assumidas, este poderá solicitar revisão dos preços, mediante requerimento fundamentado encaminhado diretamente ao Gestor da Ata de Registro de Preços, a ser protocolado antes do pedido de fornecimento, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação relevante nos preços praticados no mercado.

11.3.1. Procedente o pedido, o MUNICÍPIO poderá efetuar a revisão do preço registrado no valor pleiteado pela FORNECEDORA, caso este esteja de acordo com os valores praticados pelo mercado, ou apresentar contraproposta de preço, compatível com o vigente no mercado, para a garantia do equilíbrio econômico-financeiro.

11.3.2. Caso não aceite a contraproposta de preço apresentada pelo MUNICÍPIO, a FORNECEDORA será liberada do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

11.3.3. Não sendo acatado o pedido de revisão, este será indeferido pelo MUNICÍPIO e a FORNECEDORA continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na Ata de Registro de Preços, sob pena de cancelamento do registro do preço da FORNECEDORA e de aplicação das penalidades administrativas previstas.

11.3.4. Na hipótese do cancelamento do registro do preço do fornecedor, prevista no subitem anterior, o MUNICÍPIO poderá convocar os demais fornecedores, na ordem de classificação, para que manifestem interesse em assumir a execução do objeto pelo preço registrado.

## 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

12.1. Caberá a gestão da Ata de Registro de Preços ao servidor Orlando Francisco Vieira da Silva, lotado na Secretaria de Saúde.

*bela, amada e gentil*

Av. Nilza de Oliveira Pipino - 1852  
CEP 85.440-000 | Fone (44) 3543-8000  
[www.ubirata.pr.gov.br](http://www.ubirata.pr.gov.br)





12.2. Caberá a fiscalização da Ata de Registro de Preços ao servidor Henrique Cardoso Gonçalves, lotado na Secretaria de Saúde, e na sua ausência, ficará a cargo do servidor Rodrigo Salustiano da Silva, lotado na Secretaria de Saúde.

12.3. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da FORNECEDORA pelos danos causados ao MUNICÍPIO ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos.

12.4. A ação ou omissão total ou parcial da fiscalização do MUNICÍPIO não elide nem diminui a responsabilidade da FORNECEDORA quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes, responsabilizando esta quanto a quaisquer irregularidades.

12.5. As comunicações entre MUNICÍPIO e FORNECEDORA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

12.6. Caberá ao gestor e ao fiscal as atribuições constantes na Portaria nº 05/2022.

### 13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

13.1.1. Advertência;

13.1.2. Multa;

13.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Ubatuba;

13.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

13.2. As multas poderão ser:

13.2.1. De caráter moratório, pelo atraso injustificado na entrega ou execução do objeto da Ata de Registro de Preços, nos seguintes percentuais:

13.2.1.1. 2% (dois por cento) ao dia, incidente sobre o valor correspondente à parcela, etapa ou pedido único em que ocorreu o fato, até o limite máximo de 30 (trinta) dias.

A. Extrapolado o limite máximo de 30 (trinta) dias, o percentual da multa será calculado em dobro.

13.2.1.2. 5% (cinco por cento) pelo descumprimento de qualquer outra cláusula da Ata de Registro de Preços durante sua execução, incidente sobre o valor correspondente à parcela, etapa ou pedido único em que ocorreu o fato.

13.2.2. De caráter compensatório, sem prejuízo das multas moratórias, nos seguintes percentuais:

13.2.2.1. 10% (Dez por cento), incidente sobre o valor correspondente à parcela, etapa ou pedido único em que ocorreu o fato, pela inexecução parcial do objeto;

*bela, amada e gentil*

Av. Nilza de Oliveira Pipino - 1852  
CEP 85.440-000 | Fone (44) 3543-8000  
[www.ubirata.pr.gov.br](http://www.ubirata.pr.gov.br)



13.2.2.2. 15% (Quinze por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços, pela sua inexecução total.

13.3. A FORNECEDORA poderá ser suspensa temporariamente de participar em licitação e impedida de contratar com o Município de Ubatuba pelo prazo máximo de 02 (dois) anos, sem prejuízo das demais penalidades previstas, quando:

13.3.1. Abandonar a execução da Ata de Registro de Preços;

13.3.2. Incurrir em inexecução da Ata de Registro de Preços; e

13.3.3. Demais hipóteses previstas em lei.

13.4. A FORNECEDORA poderá ser declarada inidônea para licitar ou contratar com a administração pública pelo prazo máximo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das demais penalidades previstas, quando:

13.4.1. Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, a execução da Ata de Registro de Preços;

13.4.2. Agir, comprovadamente, de má-fé na relação pactuada;

13.4.3. Demais hipóteses previstas em lei.

13.5. Estendem-se os efeitos da penalidade de suspensão do direito de contratar com o Município de Ubatuba ou da declaração de inidoneidade:

13.5.1. Às pessoas físicas que constituíram a pessoa jurídica, as quais permanecem impedidas de licitar com a Administração Pública enquanto perdurarem as causas da penalidade, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;

13.5.2. Às pessoas jurídicas que tenham sócios comuns com as pessoas físicas referidas no subitem anterior.

13.6. As sanções previstas poderão ser aplicadas concomitantemente com a sanção de advertência.

13.7. A FORNECEDORA deverá efetuar o pagamento do valor correspondente à multa no prazo e forma estipulados no termo de aplicação de penalidade, podendo ainda ser descontado de pagamentos a que a mesma tenha direito.

13.7.1. Não havendo o pagamento, o valor devido será inscrito em dívida ativa para futura execução fiscal.

13.8. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

13.9. Concomitante às penalidades previstas, a FORNECEDORA se sujeita ao descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 05 (cinco) anos, para efeito do previsto no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02.

13.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à administração, observado o princípio da proporcionalidade.

*bela, amada e gentil*

Av. Nilza de Oliveira Pipino - 1852  
CEP 85.440-000 | Fone (44) 3543-8000  
[www.ubirata.pr.gov.br](http://www.ubirata.pr.gov.br)

13.11. A aplicação das penalidades previstas fica condicionada a ampla defesa e contraditório no devido processo legal, sem prejuízo da defesa prévia.

#### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**

14.1. O presente registro de preços poderá ser cancelado, sem prejuízo das penalidades previstas, quando o fornecedor:

14.1.1. For liberado;

14.1.2. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

14.1.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

14.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

14.1.5. Por razões de interesse público, devidamente justificado.

14.2. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

14.2.1. Por razão de interesse público; ou

14.2.2. A pedido do fornecedor.

14.3. No caso de cancelamento do registro de preços, poderão ser convocados, a critério da Administração, os demais licitantes classificados.

14.4. O cancelamento da Ata de Registro de Preços fica condicionado à ampla defesa e contraditório no devido processo legal, sem prejuízo da defesa prévia.

#### **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VINCULAÇÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

15.1. Ficam vinculados a Ata de Registro de Preços, dela fazendo parte integrante, independentemente de suas transcrições parciais ou totais, o Edital de licitação respectivo e seus anexos e a proposta final da FORNECEDORA.

#### **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

16.1. A presente Ata de Registro de Preços rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 10.520/02, Lei nº 8.078/90 e por outras normas de direito público ou privado que melhor tutelem o interesse público.

#### **17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS**

17.1. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal nº 8.666/93, e dos princípios gerais de direito.

#### **18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO**

*bela, amada e gentil*

Av. Nilza de Oliveira Pipino - 1852  
CEP 85.440-000 | Fone (44) 3543-8000  
[www.ubirata.pr.gov.br](http://www.ubirata.pr.gov.br)

**UBIRATÃ**

PREFEITURA



28  
004200

18.1. Fica eleito o foro da Comarca de Ubatuba, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas da Ata de Registro de Preços.

Assim ajustadas, firmam as partes o presente instrumento, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas, para todos os fins de direito.

Ubatuba - Paraná, 21 de dezembro de 2022.

**MUNICÍPIO DE UBIRATÃ**

Prefeito de Ubatuba

LETICIA

BIANCHESI:0500623

4903

Assinado de forma digital por  
LETICIA BIANCHESI:05006234903  
Dados: 2023.01.09 14:10:58 -03'00'

**MARINGÁ HOSPITALAR DIST DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS LTDA**  
Representante legal da empresa

*bela, amada e gentil*

Av. Nilza de Oliveira Pipino - 1852  
CEP 85.440-000 | Fone (44) 3543-8000  
[www.ubirata.pr.gov.br](http://www.ubirata.pr.gov.br)



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 481/2022  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 5862/2022  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 182/2022

O **MUNICÍPIO DE UBIRATÃ**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ n.º 76.950.096/0001-10, com sede administrativa a Avenida Nilza de Oliveira Pipino, nº 1852, centro, na cidade de Ubatuba, Estado do Paraná, CEP nº 85.440-000, representado pelo Prefeito Fábio de Oliveira Dalécio, e a empresa **VALE COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES - EIRELI**, inscrita no CNPJ nº 32.635.445/0001-34, estabelecida à Av. Ladislao Gil Fernandez, no nº 1230, no Jardim Novo Versalhes, CEP nº 86870-000, na cidade de Ivaiporã, Estado do Paraná, Telefone nº (43) 3472-1605, e-mail (valemecamentos@hotmail.com), doravante designada como FORNECEDORA, firmam a presente Ata de Registro de Preços que se regerá pelas condições estabelecidas no Processo Licitatório nº 5862/2022, Pregão Eletrônico nº 182/2022 e de acordo com as cláusulas a seguir:

### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICOS E DE ENFERMAGEM, MATERIAIS DE LIMPEZA, HIGIENE E DESINFECÇÃO, CURATIVOS, EPIS, INSUMOS, INSTRUMENTAIS, MOBILIÁRIO, ELETRODOMÉSTICOS, EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE, DESTINADOS AS UNIDADES DE SAÚDE.**

### 2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO DETALHAMENTO DO OBJETO

2.1. A execução do objeto da Ata de Registro de Preços se dará na seguinte especificação, quantidade máxima estimada, valores unitários e totais:

| LOTE | ITEM | DESCRIÇÃO  | QTD | UN  | V. UNIT | V. TOTAL | MARCA      |
|------|------|--|-----|-----|---------|----------|------------|
| 1    | 17   | Álcool isopropílico, grau de pureza mínimo de 99,8%, limpo e incolor, frasco 1 litro. CATMAT 475010  | 100 | FR  | 36,22   | 3.622,00 | FACILIMPE  |
| 1    | 37   | Campo cirúrgico fenestrado, estéril, descartável, 40x40cm, fenestra centralizada de 7 cm, confeccionado em polipropileno atóxico e hipoalérgico, com barreira microbiana, embalagem individual. CATMAT 437909  | 50  | UN. | 3,60    | 180,00   | POLAR FIX  |
| 1    | 63   | Conjunto esponja-escova para assepsia, impregnada com 22 ml de clorexidina 2%. Embalagem individual. CATMAT 276877   | 250 | UN. | 3,23    | 807,50   | VIC PHARMA |
| 1    | 91   | Dispositivo para incontinência urinária masculino nº 5, em forma de preservativo, fabricado em látex natural, descartável, não estéril, formato anatômico, maleável e resistente e com anel de contorno na extremidade superior para vedação com extensor de no mínimo 100 cm, transparente, adaptável a qualquer coletor de urina. Embalagem individual. CATMAT | 100 | UN. | 2,03    | 203,00   | BIOSANI    |





|   |     |   |     |     |        |          |              |
|---|-----|---|-----|-----|--------|----------|--------------|
|   |     | 485174  |     |     |        |          |              |
| 1 | 97  | Equipo microgotas para soro, estéril, descartável, apirogênico, com ponta perfurante com tampa protetora, câmara gotejadora flexível, tubo em PVC de 1,50 m, pinça rolete para dosagem de volume, conector luer, entrada de ar com filtro hiróforo e bacteriológico, injetor lateral com membrana autocicatrizante. Embalagem individual. CATMAT 428801 | 100 | UN. | 1,55   | 155,00   | LABOR IMPORT |
| 1 | 102 | Especulo vaginal, tamanho G, estéril, com parafuso acoplado, valvas anatômicas de contornos lisos e regulares, formato anatômico e termicamente confortável, produzido em poliestireno cristal, deve permitir excelente transparência e transmissão luminosa. Embalagem individual. CATMAT 479747   | 150 | UN. | 1,53   | 229,50   | KOLPLAST     |
| 1 | 107 | Fio de sutura catgut 4-0, absorvível, de origem animal, de boa resistência, 70 a 75 cm, com agulha em aço inox, 3/8CIR.CIL.3cm. Estéril, Tipo A, Classe IV, caixa com 24 envelopes individuais. CATMAT 486940   | 4   | CX  | 110,44 | 441,76   | SHALON       |
| 1 | 126 | Garrote adulto para punção venosa em tecido elástico resistente, com trava e ajuste. CATMAT 445576  | 30  | UN. | 7,00   | 210,00   | LABOR IMPORT |
| 1 | 127 | Garrote infantil para punção venosa em tecido elástico resistente, com trava e ajuste. CATMAT 445577  | 15  | UN. | 9,49   | 142,35   | LABOR IMPORT |
| 1 | 129 | Gel condutor para ultrassonografia, composição não prejudicial ao transdutor, ph neutro, sem álcool, incolor, inodoro, textura consistente, não gorduroso, hipoalergênico, umectante e solúvel em água. Frasco ou Bag de 1kg. CATMAT 438929   | 100 | FR  | 8,99   | 899,00   | MULTIGEL     |
| 1 | 134 | Hipoclorito de sódio 1%, desinfetante e antisséptico, frasco 1 litro. CATMAT 457797   | 100 | FR  | 2,80   | 280,00   | PROLINK      |
| 1 | 139 | Kit nebulizador adulto para oxigênio, composto por extensão 1,5m com conector para oxigênio, máscara e copo dosador, atóxico, PVC. CATMAT 435418  | 30  | KIT | 8,40   | 252,00   | PROTEC       |
| 1 | 156 | Lancetas automáticas, acionamento   | 300 | CX  | 13,49  | 4.047,00 | MEDIC        |



|   |     |   |       |     |        |          |            |
|---|-----|---|-------|-----|--------|----------|------------|
|   |     | por contato, agulha 28G em aço inoxidável, agulha retrátil, estéril, corpo plástico, embalagem com 100 unidades. CATMAT 338605  |       |     |        |          |            |
| 1 | 194 | Pinça Kelly, 14cm, reta, confeccionada em aço inoxidável cirúrgico, autoclavável, 12 meses de garantia, embalagem individual. CATMAT 467833   | 50    | UN. | 26,95  | 1.347,50 | VITALGOLD  |
| 1 | 200 | Pinça para biopsia, microauricular, 8cm, reta, confeccionada em aço inoxidável cirúrgico, autoclavável, 10 anos de garantia, embalagem individual. CATMAT 480743  | 5     | UN. | 699,00 | 3.495,00 | ABC        |
| 1 | 209 | PVPI degermante, solução a base iodopolividona com 1% de iodo ativo, para antissepsia de pele, mãos e antebraços, hidrossolúvel, não deve irritar nem manchar a pele, eficaz contra bactérias não esporuladas, fungos e vírus, frasco 1 litro. CATMAT 398705  | 60    | FR  | 30,27  | 1.816,20 | VIC PHARMA |
| 1 | 210 | PVPI tópico, iodopolividona 10% em solução aquosa, uso tópico, eficaz contra bactérias não esporuladas, fungos e vírus, não deve irritar a pele, removível com água. Almotolia 100ml. CATMAT 398706   | 40    | FR  | 4,60   | 184,00   | VIC PHARMA |
| 1 | 211 | PVPI tópico, iodopolividona 10% em solução aquosa, uso tópico, eficaz contra bactérias não esporuladas, fungos e vírus, não deve irritar a pele, removível com água. Frasco 1 litro. CATMAT 398706  | 70    | FR  | 29,43  | 2.060,10 | VIC PHARMA |
| 1 | 229 | Seringa hipodérmica 1ml, luer slip, descartável, estéril, transparente, graduação Ui com escala nítida, siliconizada, com anel borracha na extremidade para vedação, embalagem individual. CATMAT 443469  | 1.000 | UN. | 0,16   | 160,00   | SR         |
| 1 | 246 | Sonda uretral, descartável, estéril, nº. 04, tubo confeccionado em PVC ou silicone transparente, flexível, atóxico em forma de cilindro reto e inteiro, com extremidade proximal arredondada, fechada, isenta de rebarbas com orifício lateral, extremidade distal com conector padrão moldado e fixo, deve apresentar superfície lisa, uniforme, | 500   | UN. | 0,51   | 255,00   | BIOSANI    |



|   |     |  |       |     |      |          |         |
|---|-----|--|-------|-----|------|----------|---------|
|   |     | livre de qualquer defeito prejudicial à sua utilização, comprimento aproximado de 40 cm. Embalagem individual. CATMAT 439069   |       |     |      |          |         |
| 1 | 247 | Sonda uretral, descartável, estéril, nº. 06, tubo confeccionado em PVC ou silicone transparente, flexível, atóxico em forma de cilindro reto e inteiriço, com extremidade proximal arredondada, fechada, isenta de rebarbas com orifício lateral, extremidade distal com conector padrão moldado e fixo, deve apresentar superfície lisa, uniforme, livre de qualquer defeito prejudicial à sua utilização, comprimento aproximado de 40 cm. Embalagem individual. CATMAT 437437 | 300   | UN. | 0,51 | 153,00   | BIOSANI |
| 1 | 249 | Sonda uretral, descartável, estéril, nº. 10, tubo confeccionado em PVC ou silicone transparente, flexível, atóxico em forma de cilindro reto e inteiriço, com extremidade proximal arredondada, fechada, isenta de rebarbas com orifício lateral, extremidade distal com conector padrão moldado e fixo, deve apresentar superfície lisa, uniforme, livre de qualquer defeito prejudicial à sua utilização, comprimento aproximado de 40 cm. CATMAT 438412                       | 6.500 | UN. | 0,51 | 3.315,00 | BIOSANI |
| 1 | 250 | Sonda uretral, descartável, estéril, nº. 12, tubo confeccionado em PVC ou silicone transparente, flexível, atóxico em forma de cilindro reto e inteiriço, com extremidade proximal arredondada, fechada, isenta de rebarbas com orifício lateral, extremidade distal com conector padrão moldado e fixo, deve apresentar superfície lisa, uniforme, livre de qualquer defeito prejudicial à sua utilização, comprimento aproximado de 40 cm. CATMAT 438413                       | 5.000 | UN. | 0,53 | 2.650,00 | BIOSANI |
| 1 | 251 | Sonda uretral, descartável, estéril, nº. 14, tubo confeccionado em PVC ou silicone transparente, flexível, atóxico em forma de cilindro reto e inteiriço, com extremidade proximal   | 2.000 | UN. | 0,59 | 1.180,00 | BIOSANI |



|   |     |  |     |     |      |        |         |
|---|-----|--|-----|-----|------|--------|---------|
|   |     | arredondada, fechada, isenta de rebarbas com orifício lateral, extremidade distal com conector padrão moldado e fixo, deve apresentar superfície lisa, uniforme, livre de qualquer defeito prejudicial à sua utilização, comprimento aproximado de 40 cm. Embalagem individual. CATMAT 438410  |     |     |      |        |         |
| 1 | 252 | Sonda uretral, descartável, estéril, nº. 16, tubo confeccionado em PVC ou silicone transparente, flexível, atóxico em forma de cilindro reto e inteiriço, com extremidade proximal arredondada, fechada, isenta de rebarbas com orifício lateral, extremidade distal com conector padrão moldado e fixo, deve apresentar superfície lisa, uniforme, livre de qualquer defeito prejudicial à sua utilização, comprimento aproximado de 40 cm. Embalagem individual. CATMAT 438411 | 200 | UN. | 0,63 | 126,00 | BIOSANI |
| 1 | 253 | Sonda uretral, descartável, estéril, nº. 18, tubo confeccionado em PVC ou silicone transparente, flexível, atóxico em forma de cilindro reto e inteiriço, com extremidade proximal arredondada, fechada, isenta de rebarbas com orifício lateral, extremidade distal com conector padrão moldado e fixo, deve apresentar superfície lisa, uniforme, livre de qualquer defeito prejudicial à sua utilização, comprimento aproximado de 40 cm. CATMAT 437438                       | 200 | UN. | 0,67 | 134,00 | BIOSANI |
| 1 | 254 | Sonda uretral, descartável, estéril, nº. 20, tubo confeccionado em PVC ou silicone transparente, flexível, atóxico em forma de cilindro reto e inteiriço, com extremidade proximal arredondada, fechada, isenta de rebarbas com orifício lateral, extremidade distal com conector padrão moldado e fixo, deve apresentar superfície lisa, uniforme, livre de qualquer defeito prejudicial à sua utilização, comprimento aproximado de 40 cm. CATMAT 437444                       | 200 | UN. | 0,74 | 148,00 | BIOSANI |





|   |     |   |     |     |      |          |           |
|---|-----|---|-----|-----|------|----------|-----------|
| 1 | 256 | Sonda nasogástrica longa nº 16, Estéril, confeccionada em PVC, siliconada, forma de cilindro reto e inteiriço, flexível, atóxica, apirogênica, transparente, descartável, com tampa oclusiva, conector universal, medindo aproximadamente 115 cm de comprimento, extremidade proximal arredondada, aberta com acabamento atraumático, isento de rebarbas, com quatro orifícios laterais distribuídos alternadamente e equidistantes de forma a cobrir todo o diâmetro do tubo, extremidade distal com dispositivo conector universal com tampa, Embalagem Individual. CATMAT 435909 | 50  | UN. | 1,07 | 53,50    | BIOBASE   |
| 1 | 257 | Sonda nasogástrica longa nº 18, Estéril, confeccionada em PVC, siliconada, forma de cilindro reto e inteiriço, flexível, atóxica, apirogênica, transparente, descartável, com tampa oclusiva, conector universal, medindo aproximadamente 115 cm de comprimento, extremidade proximal arredondada, aberta com acabamento atraumático, isento de rebarbas, com quatro orifícios laterais distribuídos alternadamente e equidistantes de forma a cobrir todo o diâmetro do tubo, extremidade distal com dispositivo conector universal com tampa, Embalagem Individual. CATMAT 435910 | 50  | UN. | 1,25 | 62,50    | BIOBASE   |
| 1 | 290 | Touca cirurgica descartável, sanfonada e com elástico, atóxica, confeccionada em TNT 20g, pacote com 100 unidades. CATMAT 428624  | 270 | UN. | 7,20 | 1.944,00 | ANADONA   |
| 1 | 295 | Vaselina 100%, líquida, frasco 100 ml. CATMAT 401692  | 20  | FR  | 8,63 | 172,60   | FACILIMPE |

### 3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR GLOBAL REGISTRADO

3.1. O valor global registrado é de R\$-30.725,51 (TRINTA MIL E SETECENTOS E VINTE E CINCO REAIS E CINQUENTA E UM CENTAVOS).



3.2. No valor previsto estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

#### **4. CLÁUSULA QUARTA - DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. A validade do registro será de 12 (doze) meses, contada a partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, sem possibilidade de prorrogação.

#### **5. CLÁUSULA QUINTA - DAS CONTRATAÇÕES DECORRENTES DO REGISTRO**

5.1. As contratações decorrentes do registro serão formalizadas por meio de nota de empenho de despesa, autorização de compra, ordem de execução de serviço ou outro instrumento equivalente, conforme prevê o art. 62 da Lei Federal nº 8.666/93.

#### **6. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO**

6.1. O fornecimento do objeto será de acordo com a necessidade do Município, de maneira fracionada.

6.1.1. A Secretaria de Saúde enviará Autorização de Compra para a FORNECEDORA no e-mail indicado em sua proposta e os produtos deverão ser entregues no prazo máximo de 15 dias, na Farmácia Municipal anexa ao Centro de Saúde, localizado na Avenida Carmem Ribeiro Pitombo, 90, Centro de Ubiratã-PR;

6.1.2. No caso de recusa do objeto, o prazo para substituição será a metade do prazo inicialmente estipulado para entrega, sujeitando-se a FORNECEDORA às penalidades previstas na Ata de Registro de Preços.

6.1.3. Os prazos mencionados poderão ser alterados na forma que dispõe o art. 57, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93.

6.2. O objeto deverá ser entregue em perfeitas condições, novo, sem uso, devidamente lacrado em embalagem própria, original do fabricante e sem violação, conforme especificação, prazo e local constante no presente Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal, quando couber.

6.3. O objeto deverá ser entregue em veículo próprio da FORNECEDORA, podendo ser ainda através de serviços postais, transportadoras ou outros serviços de entrega, vedada a entrega através de veículos oficiais e/ou servidores do município.

6.3.1. A FORNECEDORA se sujeita ao recebimento provisório do objeto pelo Município para fins de conferência, independente da forma de entrega, cabendo exclusivamente à FORNECEDORA a retirada/substituição do objeto recusado.

6.4. A FORNECEDORA deverá arcar com todas as despesas referentes à entrega do objeto, como transporte, mão de obra, encargos sociais, pedágio, entre outras.

6.5. O objeto deverá ser entregue com declaração da garantia, sob pena de recusa, sendo responsabilidade da FORNECEDORA a substituição e/ou manutenção do objeto durante o período de garantia, sem ônus adicionais ao município.

6.5.1. Para os itens em que não constar tempo de garantia, deverá ser considerado o mínimo legal de três meses;

## **7. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO**

7.1. Após a entrega de cada pedido, o objeto será recebido provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade com a especificação; e definitivamente, após verificação da qualidade e consequente aceitação.

7.2. O Município se reserva ao direito de não aceitar objeto que não estiver em conformidade com as exigências apresentadas no presente Termo de Referência.

7.2.1. O motivo da recusa será fundamentado pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços através de notificação, encaminhada por escrito à FORNECEDORA, através do e-mail o qual foi encaminhada a Ordem de Compras.

7.3. A FORNECEDORA é obrigada a substituir, por conta própria, no todo ou em parte, objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, ainda que tenha sido recebido definitivamente.

7.3.1. No caso de não aceitação do objeto, seja no recebimento provisório ou definitivo, os ônus com a substituição correrão exclusivamente por conta da FORNECEDORA, independente da forma de entrega.

7.4. O objeto que por ventura venha a ser recusado deverá ser substituído no prazo estipulado, sob pena de aplicação das penalidades previstas no presente Termo de Referência.

## **8. CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES**

8.1. São direitos do MUNICÍPIO:

8.1.1. Receber a prestação do objeto nas condições previstas;

8.1.2. Rejeitar, no todo ou em parte, a prestação do objeto que estiver em desacordo com as condições descritas na Ata de Registro de Preços;

8.1.3. Fiscalizar a execução da Ata de Registro de Preços;

8.1.4. Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

8.2. São obrigações do MUNICÍPIO:

8.2.1. Promover, através de seus representantes, o acompanhamento e a fiscalização da Ata de Registro de Preços, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à FORNECEDORA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte daquele;

8.2.2. Cumprir os prazos previstos na Ata de Registro de Preços;

8.2.3. Efetuar o pagamento ajustado, após o recebimento definitivo do objeto solicitado;

8.2.4. Auxiliar no esclarecimento de dúvidas que surjam ao longo da execução da Ata de Registro de Preços;

8.2.5. Decidir sobre eventuais dificuldades na realização do objeto da Ata de Registro de Preços;

8.2.6. Manter, sempre por escrito ou por e-mail, com a FORNECEDORA, os entendimentos sobre o objeto.

8.3. São obrigações da FORNECEDORA:



- 8.3.1. Cumprir todas as obrigações constantes na Ata de Registro de Preços e sua proposta, assumindo exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- 8.3.2. Responsabilizar-se por danos ocasionados ao MUNICÍPIO ou a terceiros, causados durante a execução da Ata de Registro de Preços;
- 8.3.3. Responder por quaisquer compromissos assumidos com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto;
- 8.3.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078 de 1990);
- 8.3.5. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado na Ata de Registro de Preços, o objeto com avarias ou defeitos;
- 8.3.6. Manter contatos com o MUNICÍPIO, sempre por escrito, ressalvados os entendimentos verbais determinados pela urgência do objeto;
- 8.3.7. Comunicar o MUNICÍPIO, com antecedência, os motivos que impossibilitem o cumprimento dos prazos previstos para execução do objeto, com a devida comprovação;
- 8.3.8. Manter durante toda a execução da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e apresentá-las no prazo de máximo de 05 (cinco) dias úteis quando solicitada pelo MUNICÍPIO;
- 8.3.9. Apresentar cópia autêntica do ato constitutivo, estatuto ou contrato social, sempre que houver alteração;
- 8.3.10. Indicar preposto para representá-la durante a execução da Ata de Registro de Preços;
- 8.3.11. Prestar os esclarecimentos julgados necessários, bem como informar e manter atualizado (s) o (s) número (s) de telefone, endereço eletrônico (e-mail) e o nome da pessoa autorizada para contatos;
- 8.3.12. Não utilizar de quaisquer tipos de propaganda visual em benefício de candidato, partido político ou coligação, em veículos ou por funcionários empregados durante a execução dos serviços contratados, sob pena de aplicação das sanções previstas na Lei Eleitoral 9.504/1997, multa e cancelamento da Ata de Registro de Preços;
- 8.3.13. Providenciar a assinatura dos Termos Aditivos e remetê-los ao MUNICÍPIO no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados de seu recebimento, sob pena de aplicação das sanções previstas.

## 9. CLÁUSULA NONA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 9.1. O pagamento será efetuado após recebimento de cada pedido, no prazo de até trinta dias contados do recebimento da Nota Fiscal pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.





9.2. A fatura deverá ser emitida pela empresa, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas e no próprio instrumento de contrato. O faturamento deverá ser realizado em nome do MUNICÍPIO DE UBIRATÃ, CNPJ Nº 76.950.096/0001-10.

9.3. As despesas para atender a contratação estão programadas em dotação orçamentária prevista no orçamento do Município para o exercício de 2022, na classificação abaixo:

| Órgão | Despesa | Categoria    | Descrição                                | Fonte | Valor      |
|-------|---------|--------------|--|-------|------------|
| 0602  | 3068    | 339030210000 | MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIGIEN | 303   | 22.014,00  |
| 0605  | 3080    | 339030210000 | MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIGIEN | 494   | 70.272,14  |
| 0602  | 4213    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 18.362,50  |
| 0602  | 4216    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 25.302,50  |
| 0603  | 4219    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 8.592,00   |
| 0603  | 4220    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 48.432,50  |
| 0605  | 4226    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 21.464,16  |
| 0605  | 4228    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 21.288,43  |
| 0606  | 4231    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 61.515,75  |
| 0605  | 8224    | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 494   | 20.319,55  |
| 0605  | 8225    | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 494   | 6.426,80   |
| 0605  | 8226    | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 494   | 305.716,10 |
| 0606  | 8228    | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 494   | 48.168,51  |
| 0606  | 8230    | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 494   | 156.861,89 |
| 0602  | 8258    | 339030280000 | MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA         | 494   | 4.002,60   |
| 0605  | 8270    | 339030280000 | MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA         | 494   | 227.872,40 |
| 0603  | 9481    | 339032990100 | Outros Materiais para Distribuição Gratu | 384   | 239.130,00 |
| 0603  | 9482    | 339032990100 | Outros Materiais para Distribuição Gratu | 494   | 5.065,40   |
| 0604  | 10996   | 449052420000 | MOBILIÁRIO EM GERAL                      | 494   | 4.486,28   |
| 0605  | 11001   | 449052120000 | APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS        | 494   | 3.584,68   |
| 0606  | 11005   | 449052420000 | MOBILIÁRIO EM GERAL                      | 494   | 1.677,66   |
| 0606  | 11006   | 449052120000 | APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS        | 494   | 2.220,76   |
| 0606  | 11007   | 449052340000 | MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVE | 494   | 14.200,98  |
| 0605  | 11015   | 449052420000 | MOBILIÁRIO EM GERAL                      | 494   | 4.032,32   |
| 0605  | 11022   | 449052080000 | APARELHOS, EQUIP., UT. MÉDICOS-ODONTO.,  | 494   | 41.478,60  |
| 0602  | 11035   | 449052040000 | APARELHOS DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO        | 494   | 3.656,35   |
| 0605  | 11040   | 449052340000 | MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVE | 494   | 15.997,33  |
| 0605  | 11088   | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 303   | 11.005,00  |

9.4. Para liberação do pagamento à FORNECEDORA, as notas fiscais deverão ser entregues ao Fiscal obrigatoriamente acompanhadas dos seguintes documentos:

9.4.1. Prova de Regularidade com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional;

9.4.2. Prova de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

9.4.3. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

## 10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA

10.1. Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo MUNICÍPIO, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX / 100) / 365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = N. de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

## 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

11.1. Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bens registrados.

11.2. Na hipótese do preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a FORNECEDORA será convocada para que promova a redução dos preços.

11.2.1. Em não sendo reduzido o preço, a FORNECEDORA será liberada do compromisso assumido, podendo o MUNICÍPIO convocar os demais fornecedores classificados para, nas mesmas condições, oferecer igual oportunidade de negociação, ou revogar a ata de registro de preços ou parte dela.

11.3. Na hipótese do preço de mercado tornar-se superior ao registrado, e a FORNECEDORA não puder cumprir as obrigações assumidas, este poderá solicitar revisão dos preços, mediante requerimento fundamentado encaminhado diretamente ao Gestor da Ata de Registro de Preços, a ser protocolado antes do pedido de fornecimento, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação relevante nos preços praticados no mercado.

11.3.1. Procedente o pedido, o MUNICÍPIO poderá efetuar a revisão do preço registrado no valor pleiteado pela FORNECEDORA, caso este esteja de acordo com os valores praticados pelo mercado, ou apresentar contraproposta de preço, compatível com o vigente no mercado, para a garantia do equilíbrio econômico-financeiro.

11.3.2. Caso não aceite a contraproposta de preço apresentada pelo MUNICÍPIO, a FORNECEDORA será liberada do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

11.3.3. Não sendo acatado o pedido de revisão, este será indeferido pelo MUNICÍPIO e a FORNECEDORA continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na Ata de Registro de Preços, sob pena de cancelamento do registro do preço da FORNECEDORA e de aplicação das penalidades administrativas previstas.

11.3.4. Na hipótese do cancelamento do registro do preço do fornecedor, prevista no subitem anterior, o MUNICÍPIO poderá convocar os demais fornecedores, na ordem de classificação, para que manifestem interesse em assumir a execução do objeto pelo preço registrado.



## 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

12.1. Caberá a gestão da Ata de Registro de Preços ao servidor Orlando Francisco Vieira da Silva, lotado na Secretaria de Saúde.

12.2. Caberá a fiscalização da Ata de Registro de Preços ao servidor Henrique Cardoso Gonçalves, lotado na Secretaria de Saúde, e na sua ausência, ficará a cargo do servidor Rodrigo Salustiano da Silva, lotado na Secretaria de Saúde.

12.3. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da FORNECEDORA pelos danos causados ao MUNICÍPIO ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos.

12.4. A ação ou omissão total ou parcial da fiscalização do MUNICÍPIO não elide nem diminui a responsabilidade da FORNECEDORA quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes, responsabilizando esta quanto a quaisquer irregularidades.

12.5. As comunicações entre MUNICÍPIO e FORNECEDORA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

12.6. Caberá ao gestor e ao fiscal as atribuições constantes na Portaria nº 05/2022.

## 13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

13.1.1. Advertência;

13.1.2. Multa;

13.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Ubatuba;

13.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

13.2. As multas poderão ser:

13.2.1. De caráter moratório, pelo atraso injustificado na entrega ou execução do objeto da Ata de Registro de Preços, nos seguintes percentuais:

13.2.1.1. 2% (dois por cento) ao dia, incidente sobre o valor correspondente à parcela, etapa ou pedido único em que ocorreu o fato, até o limite máximo de 30 (trinta) dias.

A. Extrapolado o limite máximo de 30 (trinta) dias, o percentual da multa será calculado em dobro.

13.2.1.2. 5% (cinco por cento) pelo descumprimento de qualquer outra cláusula da Ata de Registro de Preços durante sua execução, incidente sobre o valor correspondente à parcela, etapa ou pedido único em que ocorreu o fato.

13.2.2. De caráter compensatório, sem prejuízo das multas moratórias, nos seguintes percentuais:





13.2.2.1. 10% (Dez por cento), incidente sobre o valor correspondente à parcela, etapa ou pedido único em que ocorreu o fato, pela inexecução parcial do objeto;

13.2.2.2. 15% (Quinze por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços, pela sua inexecução total.

13.3. A FORNECEDORA poderá ser suspensa temporariamente de participar em licitação e impedida de contratar com o Município de Ubatuba pelo prazo máximo de 02 (dois) anos, sem prejuízo das demais penalidades previstas, quando:

13.3.1. Abandonar a execução da Ata de Registro de Preços;

13.3.2. Incorrer em inexecução da Ata de Registro de Preços; e

13.3.3. Demais hipóteses previstas em lei.

13.4. A FORNECEDORA poderá ser declarada inidônea para licitar ou contratar com a administração pública pelo prazo máximo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das demais penalidades previstas, quando:

13.4.1. Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, a execução da Ata de Registro de Preços;

13.4.2. Agir, comprovadamente, de má-fé na relação pactuada;

13.4.3. Demais hipóteses previstas em lei.

13.5. Estendem-se os efeitos da penalidade de suspensão do direito de contratar com o Município de Ubatuba ou da declaração de inidoneidade:

13.5.1. Às pessoas físicas que constituíram a pessoa jurídica, as quais permanecem impedidas de licitar com a Administração Pública enquanto perdurarem as causas da penalidade, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;

13.5.2. Às pessoas jurídicas que tenham sócios comuns com as pessoas físicas referidas no subitem anterior.

13.6. As sanções previstas poderão ser aplicadas concomitantemente com a sanção de advertência.

13.7. A FORNECEDORA deverá efetuar o pagamento do valor correspondente à multa no prazo e forma estipulados no termo de aplicação de penalidade, podendo ainda ser descontado de pagamentos a que a mesma tenha direito.

13.7.1. Não havendo o pagamento, o valor devido será inscrito em dívida ativa para futura execução fiscal.

13.8. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

13.9. Concomitante às penalidades previstas, a FORNECEDORA se sujeita ao descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 05 (cinco) anos, para efeito do previsto no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02.

13.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à administração, observado o princípio da proporcionalidade.





13.11. A aplicação das penalidades previstas fica condicionada a ampla defesa e contraditório no devido processo legal, sem prejuízo da defesa prévia.

#### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**

14.1. O presente registro de preços poderá ser cancelado, sem prejuízo das penalidades previstas, quando o fornecedor:

14.1.1. For liberado;

14.1.2. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

14.1.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

14.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

14.1.5. Por razões de interesse público, devidamente justificado.

14.2. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

14.2.1. Por razão de interesse público; ou

14.2.2. A pedido do fornecedor.

14.3. No caso de cancelamento do registro de preços, poderão ser convocados, a critério da Administração, os demais licitantes classificados.

14.4. O cancelamento da Ata de Registro de Preços fica condicionado à ampla defesa e contraditório no devido processo legal, sem prejuízo da defesa prévia.

#### **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VINCULAÇÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

15.1. Ficam vinculados a Ata de Registro de Preços, dela fazendo parte integrante, independentemente de suas transcrições parciais ou totais, o Edital de licitação respectivo e seus anexos e a proposta final da FORNECEDORA.

#### **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

16.1. A presente Ata de Registro de Preços rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 10.520/02, Lei nº 8.078/90 e por outras normas de direito público ou privado que melhor tutelem o interesse público.

#### **17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS**

17.1. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal nº 8.666/93, e dos princípios gerais de direito.

#### **18. CLÁSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO**

# UBIRATÃ

PREFEITURA



UB  
004215

18.1. Fica eleito o foro da Comarca de Ubatuba, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas da Ata de Registro de Preços.

Assim ajustadas, firmam as partes o presente instrumento, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas, para todos os fins de direito.

Ubatuba - Paraná, 21 de dezembro de 2022.

**MUNICÍPIO DE UBIRATÃ**  
Prefeito de Ubatuba

VALE COMERCIO DE  
PRODUTOS MEDICOS E  
HOSPITALARES :326354  
45000134

Assinado de forma digital por  
VALE COMERCIO DE PRODUTOS  
MEDICOS E  
HOSPITALARES :32635445000134  
Dados: 2023.01.09 14:11:36 -03'00'

**VALE COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES - EIRELI**  
Representante legal da empresa



**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 491/2022**  
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 5862/2022**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 182/2022**

O **MUNICÍPIO DE UBIRATÃ**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 76.950.096/0001-10, com sede administrativa a Avenida Nilza de Oliveira Pipino, nº 1852, centro, na cidade de Ubatuba, Estado do Paraná, CEP nº 85.440-000, representado pelo Prefeito Fábio de Oliveira Dalécio, e a empresa **TY BORTHOLIN COMERCIAL LTDA ME**, inscrita no CNPJ nº 05.291.541/0001-30, estabelecida à Rua dos Operários, no nº 148, CEP nº 13617-210, na cidade de Leme, Estado do São Paulo, Telefone nº (19) 3571-1885 e 7807-2062, e-mail (tybortholin@uol.com.br), doravante designada como FORNECEDORA, firmam a presente Ata de Registro de Preços que se regerá pelas condições estabelecidas no Processo Licitatório nº 5862/2022, Pregão Eletrônico nº 182/2022 e de acordo com as cláusulas a seguir:

### **1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O objeto do presente instrumento é **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICOS E DE ENFERMAGEM, MATERIAIS DE LIMPEZA, HIGIENE E DESINFECÇÃO, CURATIVOS, EPIS, INSUMOS, INSTRUMENTAIS, MOBILIÁRIO, ELETRODOMÉSTICOS, EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE, DESTINADOS AS UNIDADES DE SAÚDE.**

### **2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO DETALHAMENTO DO OBJETO**

2.1. A execução do objeto da Ata de Registro de Preços se dará na seguinte especificação, quantidade máxima estimada, valores unitários e totais:

| LOTE | ITEM | DESCRIÇÃO  | QTD | UN  | V. UNIT | V. TOTAL | MARCA        |
|------|------|--|-----|-----|---------|----------|--------------|
| 1    | 219  | Sacola plástica branca, 25cm x 35cm, modelo alça tipo camiseta, fabricada em polietileno virgem de baixa densidade, milho. CATMAT 337512 | 50  | MLh | 54,68   | 2.734,00 | TY BORTHOLIN |
| 1    | 220  | Sacola plástica branca, 40cm x 50cm, modelo alça tipo camiseta, fabricada em polietileno virgem de baixa densidade, milho. CATMAT 302501 | 10  | MLh | 79,34   | 793,40   | TY BORTHOLIN |

### **3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR GLOBAL REGISTRADO**

3.1. O valor global registrado é de **R\$-3.527,40 (TRÊS MIL E QUINHENTOS E VINTE E SETE REAIS E QUARENTA CENTAVOS).**

3.2. No valor previsto estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.



#### 4. CLÁUSULA QUARTA - DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A validade do registro será de 12 (doze) meses, contada a partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, sem possibilidade de prorrogação.

#### 5. CLÁUSULA QUINTA - DAS CONTRATAÇÕES DECORRENTES DO REGISTRO

5.1. As contratações decorrentes do registro serão formalizadas por meio de nota de empenho de despesa, autorização de compra, ordem de execução de serviço ou outro instrumento equivalente, conforme prevê o art. 62 da Lei Federal nº 8.666/93.

#### 6. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1. O fornecimento do objeto será de acordo com a necessidade do Município, de maneira fracionada.

6.1.1. A Secretaria de Saúde enviará Autorização de Compra para a FORNECEDORA no e-mail indicado em sua proposta e os produtos deverão ser entregues no prazo máximo de 15 dias, na Farmácia Municipal anexa ao Centro de Saúde, localizado na Avenida Carmem Ribeiro Pitombo, 90, Centro de Ubatuba-PR;

6.1.2. No caso de recusa do objeto, o prazo para substituição será a metade do prazo inicialmente estipulado para entrega, sujeitando-se a FORNECEDORA às penalidades previstas na Ata de Registro de Preços.

6.1.3. Os prazos mencionados poderão ser alterados na forma que dispõe o art. 57, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93.

6.2. O objeto deverá ser entregue em perfeitas condições, novo, sem uso, devidamente lacrado em embalagem própria, original do fabricante e sem violação, conforme especificação, prazo e local constante no presente Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal, quando couber.

6.3. O objeto deverá ser entregue em veículo próprio da FORNECEDORA, podendo ser ainda através de serviços postais, transportadoras ou outros serviços de entrega, vedada a entrega através de veículos oficiais e/ou servidores do município.

6.3.1. A FORNECEDORA se sujeita ao recebimento provisório do objeto pelo Município para fins de conferência, independente da forma de entrega, cabendo exclusivamente à FORNECEDORA a retirada/substituição do objeto recusado.

6.4. A FORNECEDORA deverá arcar com todas as despesas referentes à entrega do objeto, como transporte, mão de obra, encargos sociais, pedágio, entre outras.

6.5. O objeto deverá ser entregue com declaração da garantia, sob pena de recusa, sendo responsabilidade da FORNECEDORA a substituição e/ou manutenção do objeto durante o período de garantia, sem ônus adicionais ao município.

6.5.1. Para os itens em que não constar tempo de garantia, deverá ser considerado o mínimo legal de três meses;



**7. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO**

7.1. Após a entrega de cada pedido, o objeto será recebido provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade com a especificação; e definitivamente, após verificação da qualidade e consequente aceitação.

7.2. O Município se reserva ao direito de não aceitar objeto que não estiver em conformidade com as exigências apresentadas no presente Termo de Referência.

7.2.1. O motivo da recusa será fundamentado pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços através de notificação, encaminhada por escrito à FORNECEDORA, através do e-mail o qual foi encaminhada a Ordem de Compras.

7.3. A FORNECEDORA é obrigada a substituir, por conta própria, no todo ou em parte, objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, ainda que tenha sido recebido definitivamente.

7.3.1. No caso de não aceitação do objeto, seja no recebimento provisório ou definitivo, os ônus com a substituição correrão exclusivamente por conta da FORNECEDORA, independente da forma de entrega.

7.4. O objeto que por ventura venha a ser recusado deverá ser substituído no prazo estipulado, sob pena de aplicação das penalidades previstas no presente Termo de Referência.

**8. CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES****8.1. São direitos do MUNICÍPIO:**

8.1.1. Receber a prestação do objeto nas condições previstas;

8.1.2. Rejeitar, no todo ou em parte, a prestação do objeto que estiver em desacordo com as condições descritas na Ata de Registro de Preços;

8.1.3. Fiscalizar a execução da Ata de Registro de Preços;

8.1.4. Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

**8.2. São obrigações do MUNICÍPIO:**

8.2.1. Promover, através de seus representantes, o acompanhamento e a fiscalização da Ata de Registro de Preços, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à FORNECEDORA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte daquele;

8.2.2. Cumprir os prazos previstos na Ata de Registro de Preços;

8.2.3. Efetuar o pagamento ajustado, após o recebimento definitivo do objeto solicitado;

8.2.4. Auxiliar no esclarecimento de dúvidas que surjam ao longo da execução da Ata de Registro de Preços;

8.2.5. Decidir sobre eventuais dificuldades na realização do objeto da Ata de Registro de Preços;

8.2.6. Manter, sempre por escrito ou por e-mail, com a FORNECEDORA, os entendimentos sobre o objeto.

**8.3. São obrigações da FORNECEDORA:**



- 8.3.1. Cumprir todas as obrigações constantes na Ata de Registro de Preços e sua proposta, assumindo exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- 8.3.2. Responsabilizar-se por danos ocasionados ao MUNICÍPIO ou a terceiros, causados durante a execução da Ata de Registro de Preços;
- 8.3.3. Responder por quaisquer compromissos assumidos com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto;
- 8.3.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078 de 1990);
- 8.3.5. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado na Ata de Registro de Preços, o objeto com avarias ou defeitos;
- 8.3.6. Manter contatos com o MUNICÍPIO, sempre por escrito, ressalvados os entendimentos verbais determinados pela urgência do objeto;
- 8.3.7. Comunicar o MUNICÍPIO, com antecedência, os motivos que impossibilitem o cumprimento dos prazos previstos para execução do objeto, com a devida comprovação;
- 8.3.8. Manter durante toda a execução da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e apresentá-las no prazo de máximo de 05 (cinco) dias úteis quando solicitada pelo MUNICÍPIO;
- 8.3.9. Apresentar cópia autêntica do ato constitutivo, estatuto ou contrato social, sempre que houver alteração;
- 8.3.10. Indicar preposto para representá-la durante a execução da Ata de Registro de Preços;
- 8.3.11. Prestar os esclarecimentos julgados necessários, bem como informar e manter atualizado (s) o (s) número (s) de telefone, endereço eletrônico (e-mail) e o nome da pessoa autorizada para contatos;
- 8.3.12. Não utilizar de quaisquer tipos de propaganda visual em benefício de candidato, partido político ou coligação, em veículos ou por funcionários empregados durante a execução dos serviços contratados, sob pena de aplicação das sanções previstas na Lei Eleitoral 9.504/1997, multa e cancelamento da Ata de Registro de Preços;
- 8.3.13. Providenciar a assinatura dos Termos Aditivos e remetê-los ao MUNICÍPIO no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados de seu recebimento, sob pena de aplicação das sanções previstas.

## 9. CLÁUSULA NONA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 9.1. O pagamento será efetuado após recebimento de cada pedido, no prazo de até trinta dias contados do recebimento da Nota Fiscal pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.



9.2. A fatura deverá ser emitida pela empresa, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas e no próprio instrumento de contrato. O faturamento deverá ser realizado em nome do MUNICÍPIO DE UBIRATÃ, CNPJ Nº 76.950.096/0001-10.

9.3. As despesas para atender a contratação estão programadas em dotação orçamentária prevista no orçamento do Município para o exercício de 2022, na classificação abaixo:

| Órgão | Despesa | Categoria    | Descrição                                | Fonte | Valor      |
|-------|---------|--------------|--|-------|------------|
| 0602  | 3068    | 339030210000 | MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIGIEN | 303   | 22.014,00  |
| 0605  | 3080    | 339030210000 | MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIGIEN | 494   | 70.272,14  |
| 0602  | 4213    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 18.362,50  |
| 0602  | 4216    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 25.302,50  |
| 0603  | 4219    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 8.592,00   |
| 0603  | 4220    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 48.432,50  |
| 0605  | 4226    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 21.464,16  |
| 0605  | 4228    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 21.288,43  |
| 0606  | 4231    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 61.515,75  |
| 0605  | 8224    | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 494   | 20.319,55  |
| 0605  | 8225    | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 494   | 6.426,80   |
| 0605  | 8226    | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 494   | 305.716,10 |
| 0606  | 8228    | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 494   | 48.168,51  |
| 0606  | 8230    | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 494   | 156.861,89 |
| 0602  | 8258    | 339030280000 | MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA         | 494   | 4.002,60   |
| 0605  | 8270    | 339030280000 | MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA         | 494   | 227.872,40 |
| 0603  | 9481    | 339032990100 | Outros Materiais para Distribuição Gratu | 384   | 239.130,00 |
| 0603  | 9482    | 339032990100 | Outros Materiais para Distribuição Gratu | 494   | 5.065,40   |
| 0604  | 10996   | 449052420000 | MOBILIÁRIO EM GERAL                      | 494   | 4.486,28   |
| 0605  | 11001   | 449052120000 | APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS        | 494   | 3.584,68   |
| 0606  | 11005   | 449052420000 | MOBILIÁRIO EM GERAL                      | 494   | 1.677,66   |
| 0606  | 11006   | 449052120000 | APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS        | 494   | 2.220,76   |
| 0606  | 11007   | 449052340000 | MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVE | 494   | 14.200,98  |
| 0605  | 11015   | 449052420000 | MOBILIÁRIO EM GERAL                      | 494   | 4.032,32   |
| 0605  | 11022   | 449052080000 | APARELHOS, EQUIP., UT. MÉDICOS-ODONTO.,  | 494   | 41.478,60  |
| 0602  | 11035   | 449052040000 | APARELHOS DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO        | 494   | 3.656,35   |
| 0605  | 11040   | 449052340000 | MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVE | 494   | 15.997,33  |
| 0605  | 11088   | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 303   | 11.005,00  |

9.4. Para liberação do pagamento à FORNECEDORA, as notas fiscais deverão ser entregues ao Fiscal obrigatoriamente acompanhadas dos seguintes documentos:

9.4.1. Prova de Regularidade com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional;

9.4.2. Prova de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

9.4.3. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.





## 10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA

10.1. Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo MUNICÍPIO, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX / 100) / 365$$

EM =  $I \times N \times VP$ , onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = N. de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

## 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

11.1. Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bens registrados.

11.2. Na hipótese do preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a FORNECEDORA será convocada para que promova a redução dos preços.

11.2.1. Em não sendo reduzido o preço, a FORNECEDORA será liberada do compromisso assumido, podendo o MUNICÍPIO convocar os demais fornecedores classificados para, nas mesmas condições, oferecer igual oportunidade de negociação, ou revogar a ata de registro de preços ou parte dela.

11.3. Na hipótese do preço de mercado tornar-se superior ao registrado, e a FORNECEDORA não puder cumprir as obrigações assumidas, este poderá solicitar revisão dos preços, mediante requerimento fundamentado encaminhado diretamente ao Gestor da Ata de Registro de Preços, a ser protocolado antes do pedido de fornecimento, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação relevante nos preços praticados no mercado.

11.3.1. Procedente o pedido, o MUNICÍPIO poderá efetuar a revisão do preço registrado no valor pleiteado pela FORNECEDORA, caso este esteja de acordo com os valores praticados pelo mercado, ou apresentar contraproposta de preço, compatível com o vigente no mercado, para a garantia do equilíbrio econômico-financeiro.

11.3.2. Caso não aceite a contraproposta de preço apresentada pelo MUNICÍPIO, a FORNECEDORA será liberada do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

11.3.3. Não sendo acatado o pedido de revisão, este será indeferido pelo MUNICÍPIO e a FORNECEDORA continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na Ata de Registro de Preços, sob pena de cancelamento do registro do preço da FORNECEDORA e de aplicação das penalidades administrativas previstas.

11.3.4. Na hipótese do cancelamento do registro do preço do fornecedor, prevista no subitem anterior, o MUNICÍPIO poderá convocar os demais fornecedores, na ordem de classificação, para que manifestem interesse em assumir a execução do objeto pelo preço registrado.



## 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

12.1. Caberá a gestão da Ata de Registro de Preços ao servidor Orlando Francisco Vieira da Silva, lotado na Secretaria de Saúde.

12.2. Caberá a fiscalização da Ata de Registro de Preços ao servidor Henrique Cardoso Gonçalves, lotado na Secretaria de Saúde, e na sua ausência, ficará a cargo do servidor Rodrigo Salustiano da Silva, lotado na Secretaria de Saúde.

12.3. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da FORNECEDORA pelos danos causados ao MUNICÍPIO ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos.

12.4. A ação ou omissão total ou parcial da fiscalização do MUNICÍPIO não elide nem diminui a responsabilidade da FORNECEDORA quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes, responsabilizando esta quanto a quaisquer irregularidades.

12.5. As comunicações entre MUNICÍPIO e FORNECEDORA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

12.6. Caberá ao gestor e ao fiscal as atribuições constantes na Portaria nº 05/2022.

## 13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

13.1.1. Advertência;

13.1.2. Multa;

13.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Ubatuba;

13.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

13.2. As multas poderão ser:

13.2.1. De caráter moratório, pelo atraso injustificado na entrega ou execução do objeto da Ata de Registro de Preços, nos seguintes percentuais:

13.2.1.1. 2% (dois por cento) ao dia, incidente sobre o valor correspondente à parcela, etapa ou pedido único em que ocorreu o fato, até o limite máximo de 30 (trinta) dias.

A. Extrapolado o limite máximo de 30 (trinta) dias, o percentual da multa será calculado em dobro.

13.2.1.2. 5% (cinco por cento) pelo descumprimento de qualquer outra cláusula da Ata de Registro de Preços durante sua execução, incidente sobre o valor correspondente à parcela, etapa ou pedido único em que ocorreu o fato.



13.2.2. De caráter compensatório, sem prejuízo das multas moratórias, nos seguintes percentuais:

13.2.2.1. 10% (Dez por cento), incidente sobre o valor correspondente à parcela, etapa ou pedido único em que ocorreu o fato, pela inexecução parcial do objeto;

13.2.2.2. 15% (Quinze por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços, pela sua inexecução total.

13.3. A FORNECEDORA poderá ser suspensa temporariamente de participar em licitação e impedida de contratar com o Município de Ubatuba pelo prazo máximo de 02 (dois) anos, sem prejuízo das demais penalidades previstas, quando:

13.3.1. Abandonar a execução da Ata de Registro de Preços;

13.3.2. Incorrer em inexecução da Ata de Registro de Preços; e

13.3.3. Demais hipóteses previstas em lei.

13.4. A FORNECEDORA poderá ser declarada inidônea para licitar ou contratar com a administração pública pelo prazo máximo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das demais penalidades previstas, quando:

13.4.1. Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, a execução da Ata de Registro de Preços;

13.4.2. Agir, comprovadamente, de má-fé na relação pactuada;

13.4.3. Demais hipóteses previstas em lei.

13.5. Estendem-se os efeitos da penalidade de suspensão do direito de contratar com o Município de Ubatuba ou da declaração de inidoneidade:

13.5.1. Às pessoas físicas que constituíram a pessoa jurídica, as quais permanecem impedidas de licitar com a Administração Pública enquanto perdurarem as causas da penalidade, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;

13.5.2. Às pessoas jurídicas que tenham sócios comuns com as pessoas físicas referidas no subitem anterior.

13.6. As sanções previstas poderão ser aplicadas concomitantemente com a sanção de advertência.

13.7. A FORNECEDORA deverá efetuar o pagamento do valor correspondente à multa no prazo e forma estipulados no termo de aplicação de penalidade, podendo ainda ser descontado de pagamentos a que a mesma tenha direito.

13.7.1. Não havendo o pagamento, o valor devido será inscrito em dívida ativa para futura execução fiscal.

13.8. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

13.9. Concomitante às penalidades previstas, a FORNECEDORA se sujeita ao descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 05 (cinco) anos, para efeito do previsto no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02.



13.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13.11. A aplicação das penalidades previstas fica condicionada a ampla defesa e contraditório no devido processo legal, sem prejuízo da defesa prévia.

## 14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

14.1. O presente registro de preços poderá ser cancelado, sem prejuízo das penalidades previstas, quando o fornecedor:

14.1.1. For liberado;

14.1.2. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

14.1.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

14.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

14.1.5. Por razões de interesse público, devidamente justificado.

14.2. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

14.2.1. Por razão de interesse público; ou

14.2.2. A pedido do fornecedor.

14.3. No caso de cancelamento do registro de preços, poderão ser convocados, a critério da Administração, os demais licitantes classificados.

14.4. O cancelamento da Ata de Registro de Preços fica condicionado à ampla defesa e contraditório no devido processo legal, sem prejuízo da defesa prévia.

## 15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VINCULAÇÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1. Ficam vinculados a Ata de Registro de Preços, dela fazendo parte integrante, independentemente de suas transcrições parciais ou totais, o Edital de licitação respectivo e seus anexos e a proposta final da FORNECEDORA.

## 16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

16.1. A presente Ata de Registro de Preços rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 10.520/02, Lei nº 8.078/90 e por outras normas de direito público ou privado que melhor tutelem o interesse público.

## 17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS



17.1. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal nº 8.666/93, e dos princípios gerais de direito.

## 18. CLÁSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

18.1. Fica eleito o foro da Comarca de Ubatuba, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas da Ata de Registro de Preços.

Assim ajustadas, firmam as partes o presente instrumento, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas, para todos os fins de direito.

Ubatuba - Paraná, 21 de dezembro de 2022.

**MUNICÍPIO DE UBIRATÃ**  
Prefeito de Ubatuba

YURI LAVEZZO  
BORTHOLIN:3108  
0040854

Assinado de forma digital por YURI  
LAVEZZO BORTHOLIN:31080040854  
Data: 2023.01.09 16:15:29 -03'00'

**TY BORTHOLIN COMERCIAL LTDA ME.**  
Represente legal pela empresa





ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 490/2022  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 5862/2022  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 182/2022

O **MUNICÍPIO DE UBIRATÃ**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 76.950.096/0001-10, com sede administrativa a Avenida Nilza de Oliveira Pipino, nº 1852, centro, na cidade de Ubatuba, Estado do Paraná, CEP nº 85.440-000, representado pelo Prefeito Fábio de Oliveira Dalécio, e a empresa **NOELI VIEIRA DISTRIBUIDORA DE SOROS E EQUIPAMENTOS MÉDICOS EIRELI**, inscrita no CNPJ nº 01.733.345/0001-17, estabelecida à Rua Alvares Cabral, no nº 1000, no Bairro Petrópolis, CEP nº 99050-070, na cidade de Passo Fundo, Estado do Rio Grande do Sul, Telefone nº (54) 3317-5800, e-mail ([voolmed@voolmed.com.br](mailto:voolmed@voolmed.com.br)) e ([licita@voolmed.com.br](mailto:licita@voolmed.com.br)), doravante designada como FORNECEDORA, firmam a presente Ata de Registro de Preços que se regerá pelas condições estabelecidas no Processo Licitatório nº 5862/2022, Pregão Eletrônico nº 182/2022 e de acordo com as cláusulas a seguir:

## 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICOS E DE ENFERMAGEM, MATERIAIS DE LIMPEZA, HIGIENE E DESINFECÇÃO, CURATIVOS, EPIS, INSUMOS, INSTRUMENTAIS, MOBILIÁRIO, ELETRODOMÉSTICOS, EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE, DESTINADOS AS UNIDADES DE SAÚDE.**

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO DETALHAMENTO DO OBJETO

2.1. A execução do objeto da Ata de Registro de Preços se dará na seguinte especificação, quantidade máxima estimada, valores unitários e totais:

| LOTE | ITEM | DESCRIÇÃO  | QTD   | UN | V. UNIT | V. TOTAL | MARCA        |
|------|------|--|-------|----|---------|----------|--------------|
| 1    | 16   | Álcool Etílico Hidratado na concentração de 70º INPM, líquido, indicado para desinfecção, 1 litro. CATMAT 269941   | 2.000 | FR | 4,96    | 9.920,00 | SUPER VALE   |
| 1    | 113  | Fita cirúrgica microporosa 2,5cm x 10m, confeccionada em fibra de viscose com adesivo acrílico, hipoalergênica, fina, flexível, respirável, de alta fixação, não deve causar dano a pele no momento da remoção, embalagem tipo carretel com capa plástica protetora. CATMAT 437865 | 800   | RL | 2,31    | 1.848,00 | ADPELE       |
| 1    | 114  | Fita cirúrgica microporosa 5cm x 10m, confeccionada em fibra de viscose com adesivo acrílico, hipoalergênica, fina, flexível, respirável, de alta fixação, não deve causar dano a pele no momento da remoção, embalagem tipo carretel com capa plástica protetora. CATMAT 437867   | 600   | RL | 3,74    | 2.244,00 | ADPELE       |
| 1    | 142  | Lâmina de bisturi descartável, nº11,   | 25    | CX | 26,99   | 674,75   | MEDLEVENSOHN |



|   |     |   |    |    |       |        |              |
|---|-----|---|----|----|-------|--------|--------------|
|   |     | em aço carbono, estéril, sem rebarbas, com corte afiado, adaptáveis aos cabo bisturi padrão, embalagem individual, caixa com 100 unidades. CATMAT 445300                                      |    |    |       |        |              |
| 1 | 143 | Lâmina de bisturi descartável, nº15, em aço carbono, estéril, sem rebarbas, com corte afiado, adaptáveis aos cabo bisturi padrão, embalagem individual, caixa com 100 unidades. CATMAT 366903 | 20 | CX | 26,99 | 539,80 | MEDLEVENSOHN |

### 3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR GLOBAL REGISTRADO

3.1. O valor global registrado é de R\$-15.226,55 (QUINZE MIL E DUZENTOS E VINTE E SEIS REAIS E CINQUENTA E CINCO CENTAVOS).

3.2. No valor previsto estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

### 4. CLÁUSULA QUARTA - DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A validade do registro será de 12 (doze) meses, contada a partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, sem possibilidade de prorrogação.

### 5. CLÁUSULA QUINTA - DAS CONTRATAÇÕES DECORRENTES DO REGISTRO

5.1. As contratações decorrentes do registro serão formalizadas por meio de nota de empenho de despesa, autorização de compra, ordem de execução de serviço ou outro instrumento equivalente, conforme prevê o art. 62 da Lei Federal nº 8.666/93.

### 6. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1. O fornecimento do objeto será de acordo com a necessidade do Município, de maneira fracionada.

6.1.1. A Secretaria de Saúde enviará Autorização de Compra para a FORNECEDORA no e-mail indicado em sua proposta e os produtos deverão ser entregues no prazo máximo de 15 dias, na Farmácia Municipal anexa ao Centro de Saúde, localizado na Avenida Carmem Ribeiro Pitombo, 90, Centro de Ubatuba-PR;

6.1.2. No caso de recusa do objeto, o prazo para substituição será a metade do prazo inicialmente estipulado para entrega, sujeitando-se a FORNECEDORA às penalidades previstas na Ata de Registro de Preços.

6.1.3. Os prazos mencionados poderão ser alterados na forma que dispõe o art. 57, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93.

6.2. O objeto deverá ser entregue em perfeitas condições, novo, sem uso, devidamente lacrado em embalagem própria, original do fabricante e sem violação, conforme especificação, prazo e local constante no presente Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal, quando couber.

6.3. O objeto deverá ser entregue em veículo próprio da FORNECEDORA, podendo ser ainda através de serviços postais, transportadoras ou outros serviços de entrega, vedada a entrega através de veículos oficiais e/ou servidores do município.

6.3.1. A FORNECEDORA se sujeita ao recebimento provisório do objeto pelo Município para fins de conferência, independente da forma de entrega, cabendo exclusivamente à FORNECEDORA a retirada/substituição do objeto recusado.

6.4. A FORNECEDORA deverá arcar com todas as despesas referentes à entrega do objeto, como transporte, mão de obra, encargos sociais, pedágio, entre outras.

6.5. O objeto deverá ser entregue com declaração da garantia, sob pena de recusa, sendo responsabilidade da FORNECEDORA a substituição e/ou manutenção do objeto durante o período de garantia, sem ônus adicionais ao município.

6.5.1. Para os itens em que não constar tempo de garantia, deverá ser considerado o mínimo legal de três meses;

## 7. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1. Após a entrega de cada pedido, o objeto será recebido provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade com a especificação; e definitivamente, após verificação da qualidade e consequente aceitação.

7.2. O Município se reserva ao direito de não aceitar objeto que não estiver em conformidade com as exigências apresentadas no presente Termo de Referência.

7.2.1. O motivo da recusa será fundamentado pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços através de notificação, encaminhada por escrito à FORNECEDORA, através do e-mail o qual foi encaminhada a Ordem de Compras.

7.3. A FORNECEDORA é obrigada a substituir, por conta própria, no todo ou em parte, objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, ainda que tenha sido recebido definitivamente.

7.3.1. No caso de não aceitação do objeto, seja no recebimento provisório ou definitivo, os ônus com a substituição correrão exclusivamente por conta da FORNECEDORA, independente da forma de entrega.

7.4. O objeto que por ventura venha a ser recusado deverá ser substituído no prazo estipulado, sob pena de aplicação das penalidades previstas no presente Termo de Referência.

## 8. CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

8.1. São direitos do MUNICÍPIO:

8.1.1. Receber a prestação do objeto nas condições previstas;

8.1.2. Rejeitar, no todo ou em parte, a prestação do objeto que estiver em desacordo com as condições descritas na Ata de Registro de Preços;

8.1.3. Fiscalizar a execução da Ata de Registro de Preços;

8.1.4. Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.





## 8.2. São obrigações do MUNICÍPIO:

8.2.1. Promover, através de seus representantes, o acompanhamento e a fiscalização da Ata de Registro de Preços, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à FORNECEDORA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte daquele;

8.2.2. Cumprir os prazos previstos na Ata de Registro de Preços;

8.2.3. Efetuar o pagamento ajustado, após o recebimento definitivo do objeto solicitado;

8.2.4. Auxiliar no esclarecimento de dúvidas que surjam ao longo da execução da Ata de Registro de Preços;

8.2.5. Decidir sobre eventuais dificuldades na realização do objeto da Ata de Registro de Preços;

8.2.6. Manter, sempre por escrito ou por e-mail, com a FORNECEDORA, os entendimentos sobre o objeto.

## 8.3. São obrigações da FORNECEDORA:

8.3.1. Cumprir todas as obrigações constantes na Ata de Registro de Preços e sua proposta, assumindo exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

8.3.2. Responsabilizar-se por danos ocasionados ao MUNICÍPIO ou a terceiros, causados durante a execução da Ata de Registro de Preços;

8.3.3. Responder por quaisquer compromissos assumidos com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto;

8.3.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078 de 1990);

8.3.5. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado na Ata de Registro de Preços, o objeto com avarias ou defeitos;

8.3.6. Manter contatos com o MUNICÍPIO, sempre por escrito, ressalvados os entendimentos verbais determinados pela urgência do objeto;

8.3.7. Comunicar o MUNICÍPIO, com antecedência, os motivos que impossibilitem o cumprimento dos prazos previstos para execução do objeto, com a devida comprovação;

8.3.8. Manter durante toda a execução da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e apresentá-las no prazo de máximo de 05 (cinco) dias úteis quando solicitada pelo MUNICÍPIO;

8.3.9. Apresentar cópia autêntica do ato constitutivo, estatuto ou contrato social, sempre que houver alteração;

8.3.10. Indicar preposto para representá-la durante a execução da Ata de Registro de Preços;

8.3.11. Prestar os esclarecimentos julgados necessários, bem como informar e manter atualizado (s) o (s) número (s) de telefone, endereço eletrônico (e-mail) e o nome da pessoa autorizada para contatos;





8.3.12. Não utilizar de quaisquer tipos de propaganda visual em benefício de candidato, partido político ou coligação, em veículos ou por funcionários empregados durante a execução dos serviços contratados, sob pena de aplicação das sanções previstas na Lei Eleitoral 9.504/1997, multa e cancelamento da Ata de Registro de Preços;

8.3.13. Providenciar a assinatura dos Termos Aditivos e remetê-los ao MUNICÍPIO no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados de seu recebimento, sob pena de aplicação das sanções previstas.

## 9. CLÁUSULA NONA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

9.1. O pagamento será efetuado após recebimento de cada pedido, no prazo de até trinta dias contados do recebimento da Nota Fiscal pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

9.2. A fatura deverá ser emitida pela empresa, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas e no próprio instrumento de contrato. O faturamento deverá ser realizado em nome do MUNICÍPIO DE UBIRATÃ, CNPJ nº 76.950.096/0001-10.

9.3. As despesas para atender a contratação estão programadas em dotação orçamentária prevista no orçamento do Município para o exercício de 2022, na classificação abaixo:

| Órgão | Despesa | Categoria    | Descrição                                | Fonte | Valor      |
|-------|---------|--------------|--|-------|------------|
| 0602  | 3068    | 339030210000 | MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIGIEN | 303   | 22.014,00  |
| 0605  | 3080    | 339030210000 | MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIGIEN | 494   | 70.272,14  |
| 0602  | 4213    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 18.362,50  |
| 0602  | 4216    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 25.302,50  |
| 0603  | 4219    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 8.592,00   |
| 0603  | 4220    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 48.432,50  |
| 0605  | 4226    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 21.464,16  |
| 0605  | 4228    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 21.288,43  |
| 0606  | 4231    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 61.515,75  |
| 0605  | 8224    | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 494   | 20.319,55  |
| 0605  | 8225    | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 494   | 6.426,80   |
| 0605  | 8226    | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 494   | 305.716,10 |
| 0606  | 8228    | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 494   | 48.168,51  |
| 0606  | 8230    | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 494   | 156.861,89 |
| 0602  | 8258    | 339030280000 | MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA         | 494   | 4.002,60   |
| 0605  | 8270    | 339030280000 | MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA         | 494   | 227.872,40 |
| 0603  | 9481    | 339032990100 | Outros Materiais para Distribuição Gratu | 384   | 239.130,00 |
| 0603  | 9482    | 339032990100 | Outros Materiais para Distribuição Gratu | 494   | 5.065,40   |
| 0604  | 10996   | 449052420000 | MOBILIÁRIO EM GERAL                      | 494   | 4.486,28   |
| 0605  | 11001   | 449052120000 | APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS        | 494   | 3.584,68   |
| 0606  | 11005   | 449052420000 | MOBILIÁRIO EM GERAL                      | 494   | 1.677,66   |
| 0606  | 11006   | 449052120000 | APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS        | 494   | 2.220,76   |
| 0606  | 11007   | 449052340000 | MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVE | 494   | 14.200,98  |
| 0605  | 11015   | 449052420000 | MOBILIÁRIO EM GERAL                      | 494   | 4.032,32   |
| 0605  | 11022   | 449052080000 | APARELHOS, EQUIP., UT. MÉDICOS-ODONTO.,  | 494   | 41.478,60  |
| 0602  | 11035   | 449052040000 | APARELHOS DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO        | 494   | 3.656,35   |
| 0605  | 11040   | 449052340000 | MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVE | 494   | 15.997,33  |



|      |       |              |                     |     |           |
|------|-------|--------------|---------------------|-----|-----------|
| 0605 | 11088 | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR | 303 | 11.005,00 |
|------|-------|--------------|---------------------|-----|-----------|

9.4. Para liberação do pagamento à FORNECEDORA, as notas fiscais deverão ser entregues ao Fiscal obrigatoriamente acompanhadas dos seguintes documentos:

9.4.1. Prova de Regularidade com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional;

9.4.2. Prova de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

9.4.3. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

## 10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA

10.1. Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo MUNICÍPIO, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX / 100) / 365$$

EM =  $I \times N \times VP$ , onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = N. de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

## 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

11.1. Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bens registrados.

11.2. Na hipótese do preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a FORNECEDORA será convocada para que promova a redução dos preços.

11.2.1. Em não sendo reduzido o preço, a FORNECEDORA será liberada do compromisso assumido, podendo o MUNICÍPIO convocar os demais fornecedores classificados para, nas mesmas condições, oferecer igual oportunidade de negociação, ou revogar a ata de registro de preços ou parte dela.

11.3. Na hipótese do preço de mercado tornar-se superior ao registrado, e a FORNECEDORA não puder cumprir as obrigações assumidas, este poderá solicitar revisão dos preços, mediante requerimento fundamentado encaminhado diretamente ao Gestor da Ata de Registro de Preços, a ser protocolado antes do pedido de fornecimento, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação relevante nos preços praticados no mercado.

11.3.1. Procedente o pedido, o MUNICÍPIO poderá efetuar a revisão do preço registrado no valor pleiteado pela FORNECEDORA, caso este esteja de acordo com os valores praticados pelo mercado, ou apresentar



contraproposta de preço, compatível com o vigente no mercado, para a garantia do equilíbrio econômico-financeiro.

11.3.2. Caso não aceite a contraproposta de preço apresentada pelo MUNICÍPIO, a FORNECEDORA será liberada do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

11.3.3. Não sendo acatado o pedido de revisão, este será indeferido pelo MUNICÍPIO e a FORNECEDORA continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na Ata de Registro de Preços, sob pena de cancelamento do registro do preço da FORNECEDORA e de aplicação das penalidades administrativas previstas.

11.3.4. Na hipótese do cancelamento do registro do preço do fornecedor, prevista no subitem anterior, o MUNICÍPIO poderá convocar os demais fornecedores, na ordem de classificação, para que manifestem interesse em assumir a execução do objeto pelo preço registrado.

## 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

12.1. Caberá a gestão da Ata de Registro de Preços ao servidor Orlando Francisco Vieira da Silva, lotado na Secretaria de Saúde.

12.2. Caberá a fiscalização da Ata de Registro de Preços ao servidor Henrique Cardoso Gonçalves, lotado na Secretaria de Saúde, e na sua ausência, ficará a cargo do servidor Rodrigo Salustiano da Silva, lotado na Secretaria de Saúde.

12.3. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da FORNECEDORA pelos danos causados ao MUNICÍPIO ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos.

12.4. A ação ou omissão total ou parcial da fiscalização do MUNICÍPIO não elide nem diminui a responsabilidade da FORNECEDORA quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes, responsabilizando esta quanto a quaisquer irregularidades.

12.5. As comunicações entre MUNICÍPIO e FORNECEDORA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

12.6. Caberá ao gestor e ao fiscal as atribuições constantes na Portaria nº 05/2022.

## 13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

13.1.1. Advertência;

13.1.2. Multa;

13.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Ubatuba;

13.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

13.2. As multas poderão ser:





13.2.1. De caráter moratório, pelo atraso injustificado na entrega ou execução do objeto da Ata de Registro de Preços, nos seguintes percentuais:

13.2.1.1. 2% (dois por cento) ao dia, incidente sobre o valor correspondente à parcela, etapa ou pedido único em que ocorreu o fato, até o limite máximo de 30 (trinta) dias.

A. Extrapolado o limite máximo de 30 (trinta) dias, o percentual da multa será calculado em dobro.

13.2.1.2. 5% (cinco por cento) pelo descumprimento de qualquer outra cláusula da Ata de Registro de Preços durante sua execução, incidente sobre o valor correspondente à parcela, etapa ou pedido único em que ocorreu o fato.

13.2.2. De caráter compensatório, sem prejuízo das multas moratórias, nos seguintes percentuais:

13.2.2.1. 10% (Dez por cento), incidente sobre o valor correspondente à parcela, etapa ou pedido único em que ocorreu o fato, pela inexecução parcial do objeto;

13.2.2.2. 15% (Quinze por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços, pela sua inexecução total.

13.3. A FORNECEDORA poderá ser suspensa temporariamente de participar em licitação e impedida de contratar com o Município de Ubiratã pelo prazo máximo de 02 (dois) anos, sem prejuízo das demais penalidades previstas, quando:

13.3.1. Abandonar a execução da Ata de Registro de Preços;

13.3.2. Incorrer em inexecução da Ata de Registro de Preços; e

13.3.3. Demais hipóteses previstas em lei.

13.4. A FORNECEDORA poderá ser declarada inidônea para licitar ou contratar com a administração pública pelo prazo máximo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das demais penalidades previstas, quando:

13.4.1. Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, a execução da Ata de Registro de Preços;

13.4.2. Agir, comprovadamente, de má-fé na relação pactuada;

13.4.3. Demais hipóteses previstas em lei.

13.5. Estendem-se os efeitos da penalidade de suspensão do direito de contratar com o Município de Ubiratã ou da declaração de inidoneidade:

13.5.1. Às pessoas físicas que constituíram a pessoa jurídica, as quais permanecem impedidas de licitar com a Administração Pública enquanto perdurarem as causas da penalidade, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;

13.5.2. Às pessoas jurídicas que tenham sócios comuns com as pessoas físicas referidas no subitem anterior.

13.6. As sanções previstas poderão ser aplicadas concomitantemente com a sanção de advertência.





13.7. A FORNECEDORA deverá efetuar o pagamento do valor correspondente à multa no prazo e forma estipulados no termo de aplicação de penalidade, podendo ainda ser descontado de pagamentos a que a mesma tenha direito.

13.7.1. Não havendo o pagamento, o valor devido será inscrito em dívida ativa para futura execução fiscal.

13.8. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

13.9. Concomitante às penalidades previstas, a FORNECEDORA se sujeita ao descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 05 (cinco) anos, para efeito do previsto no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02.

13.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13.11. A aplicação das penalidades previstas fica condicionada a ampla defesa e contraditório no devido processo legal, sem prejuízo da defesa prévia.

#### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**

14.1. O presente registro de preços poderá ser cancelado, sem prejuízo das penalidades previstas, quando o fornecedor:

14.1.1. For liberado;

14.1.2. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

14.1.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

14.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

14.1.5. Por razões de interesse público, devidamente justificado.

14.2. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

14.2.1. Por razão de interesse público; ou

14.2.2. A pedido do fornecedor.

14.3. No caso de cancelamento do registro de preços, poderão ser convocados, a critério da Administração, os demais licitantes classificados.

14.4. O cancelamento da Ata de Registro de Preços fica condicionado à ampla defesa e contraditório no devido processo legal, sem prejuízo da defesa prévia.

#### **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VINCULAÇÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**UBIRATÃ**

PREFEITURA



15.1. Ficam vinculados a Ata de Registro de Preços, dela fazendo parte integrante, independentemente de suas transcrições parciais ou totais, o Edital de licitação respectivo e seus anexos e a proposta final da FORNECEDORA.

#### 16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

16.1. A presente Ata de Registro de Preços rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 10.520/02, Lei nº 8.078/90 e por outras normas de direito público ou privado que melhor tutelem o interesse público.

#### 17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS

17.1. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal nº 8.666/93, e dos princípios gerais de direito.

#### 18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

18.1. Fica eleito o foro da Comarca de Ubatuba, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas da Ata de Registro de Preços.

Assim ajustadas, firmam as partes o presente instrumento, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas, para todos os fins de direito.

Ubatuba - Paraná, 21 de dezembro de 2022.

**MUNICÍPIO DE UBIRATÃ**  
Prefeito de Ubatuba

NOELI VIEIRA DISTRIBUIDORA DE SOROS E EQUIPAMENTO:01733345000117  
NOELI VIEIRA DISTRIBUIDORA DE SOROS E EQUIPAMENTOS MÉDICOS EIRELI  
Representante legal da empresa

Assinado de forma digital por NOELI VIEIRA DISTRIBUIDORA DE SOROS E EQUIPAMENTO:01733345000117  
Dados: 2023.01.09 13:53:55 -03'00'

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 478/2022****PROCESSO LICITATÓRIO Nº 5862/2022****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 182/2022**

O **MUNICÍPIO DE UBIRATÃ**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ n.º 76.950.096/0001-10, com sede administrativa a Avenida Nilza de Oliveira Pipino, nº 1852, centro, na cidade de Ubatuba, Estado do Paraná, CEP nº 85.440-000, representado pelo Prefeito Fábio de Oliveira Dalécio, e a empresa **KDN COMÉRCIO ATACADISTA LTDA**, inscrita no CNPJ nº 39.346.590/0001-44, estabelecida à Rua da Luz, no nº 51, CEP nº 86191-770, na cidade de Cambé, Estado do Paraná, Telefone nº (43) 3316-7108, e-mail (kdn.produtoshospitalares@hotmail.com), doravante designada como FORNECEDORA, firmam a presente Ata de Registro de Preços que se regerá pelas condições estabelecidas no Processo Licitatório nº 5862/2022, Pregão Eletrônico nº 182/2022 e de acordo com as cláusulas a seguir:

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O objeto do presente instrumento é **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICOS E DE ENFERMAGEM, MATERIAIS DE LIMPEZA, HIGIENE E DESINFECÇÃO, CURATIVOS, EPIS, INSUMOS, INSTRUMENTAIS, MOBILIÁRIO, ELETRODOMÉSTICOS, EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE, DESTINADOS AS UNIDADES DE SAÚDE.**

**2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO DETALHAMENTO DO OBJETO**

2.1. A execução do objeto da Ata de Registro de Preços se dará na seguinte especificação, quantidade máxima estimada, valores unitários e totais:

| LOTE | ITEM | DESCRIÇÃO  | QTD | UN  | V. UNIT | V. TOTAL | MARCA   |
|------|------|--|-----|-----|---------|----------|---------|
| 1    | 104  | Estetoscópio adulto, com auscultador duplo em aço inox sendo um lado fechado com diafragma e outro lado aberto com sino, hastes em aço inox e tubo em PVC em Y, fone biauricular, incluso par de olivas anatômicas e membrana, 12 meses de garantia. CATMAT 438928 | 20  | UN. | 93,98   | 1.879,60 | PREMIUM |

**3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR GLOBAL REGISTRADO**

3.1. O valor global registrado é de **R\$-1.879,60 (UM MIL E OITOCENTOS E SETENTA E NOVE REAIS E SESSENTA CENTAVOS).**

3.2. No valor previsto estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

**4. CLÁUSULA QUARTA - DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**



4.1. A validade do registro será de 12 (doze) meses, contada a partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, sem possibilidade de prorrogação.

## **5. CLÁUSULA QUINTA - DAS CONTRATAÇÕES DECORRENTES DO REGISTRO**

5.1. As contratações decorrentes do registro serão formalizadas por meio de nota de empenho de despesa, autorização de compra, ordem de execução de serviço ou outro instrumento equivalente, conforme prevê o art. 62 da Lei Federal nº 8.666/93.

## **6. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO**

6.1. O fornecimento do objeto será de acordo com a necessidade do Município, de maneira fracionada.

6.1.1. A Secretaria de Saúde enviará Autorização de Compra para a FORNECEDORA no e-mail indicado em sua proposta e os produtos deverão ser entregues no prazo máximo de 15 dias, na Farmácia Municipal anexa ao Centro de Saúde, localizado na Avenida Carmem Ribeiro Pitombo, 90, Centro de Ubatuba-PR;

6.1.2. No caso de recusa do objeto, o prazo para substituição será a metade do prazo inicialmente estipulado para entrega, sujeitando-se a FORNECEDORA às penalidades previstas na Ata de Registro de Preços.

6.1.3. Os prazos mencionados poderão ser alterados na forma que dispõe o art. 57, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93.

6.2. O objeto deverá ser entregue em perfeitas condições, novo, sem uso, devidamente lacrado em embalagem própria, original do fabricante e sem violação, conforme especificação, prazo e local constante no presente Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal, quando couber.

6.3. O objeto deverá ser entregue em veículo próprio da FORNECEDORA, podendo ser ainda através de serviços postais, transportadoras ou outros serviços de entrega, vedada a entrega através de veículos oficiais e/ou servidores do município.

6.3.1. A FORNECEDORA se sujeita ao recebimento provisório do objeto pelo Município para fins de conferência, independente da forma de entrega, cabendo exclusivamente à FORNECEDORA a retirada/substituição do objeto recusado.

6.4. A FORNECEDORA deverá arcar com todas as despesas referentes à entrega do objeto, como transporte, mão de obra, encargos sociais, pedágio, entre outras.

6.5. O objeto deverá ser entregue com declaração da garantia, sob pena de recusa, sendo responsabilidade da FORNECEDORA a substituição e/ou manutenção do objeto durante o período de garantia, sem ônus adicionais ao município.

6.5.1. Para os itens em que não constar tempo de garantia, deverá ser considerado o mínimo legal de três meses;

## **7. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO**





7.1. Após a entrega de cada pedido, o objeto será recebido provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade com a especificação; e definitivamente, após verificação da qualidade e consequente aceitação.

7.2. O Município se reserva ao direito de não aceitar objeto que não estiver em conformidade com as exigências apresentadas no presente Termo de Referência.

7.2.1. O motivo da recusa será fundamentado pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços através de notificação, encaminhada por escrito à FORNECEDORA, através do e-mail o qual foi encaminhada a Ordem de Compras.

7.3. A FORNECEDORA é obrigada a substituir, por conta própria, no todo ou em parte, objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, ainda que tenha sido recebido definitivamente.

7.3.1. No caso de não aceitação do objeto, seja no recebimento provisório ou definitivo, os ônus com a substituição correrão exclusivamente por conta da FORNECEDORA, independente da forma de entrega.

7.4. O objeto que por ventura venha a ser recusado deverá ser substituído no prazo estipulado, sob pena de aplicação das penalidades previstas no presente Termo de Referência.

## 8. CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

### 8.1. São direitos do MUNICÍPIO:

8.1.1. Receber a prestação do objeto nas condições previstas;

8.1.2. Rejeitar, no todo ou em parte, a prestação do objeto que estiver em desacordo com as condições descritas na Ata de Registro de Preços;

8.1.3. Fiscalizar a execução da Ata de Registro de Preços;

8.1.4. Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

### 8.2. São obrigações do MUNICÍPIO:

8.2.1. Promover, através de seus representantes, o acompanhamento e a fiscalização da Ata de Registro de Preços, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à FORNECEDORA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte daquele;

8.2.2. Cumprir os prazos previstos na Ata de Registro de Preços;

8.2.3. Efetuar o pagamento ajustado, após o recebimento definitivo do objeto solicitado;

8.2.4. Auxiliar no esclarecimento de dúvidas que surjam ao longo da execução da Ata de Registro de Preços;

8.2.5. Decidir sobre eventuais dificuldades na realização do objeto da Ata de Registro de Preços;

8.2.6. Manter, sempre por escrito ou por e-mail, com a FORNECEDORA, os entendimentos sobre o objeto.

### 8.3. São obrigações da FORNECEDORA:

- 8.3.1. Cumprir todas as obrigações constantes na Ata de Registro de Preços e sua proposta, assumindo exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- 8.3.2. Responsabilizar-se por danos ocasionados ao MUNICÍPIO ou a terceiros, causados durante a execução da Ata de Registro de Preços;
- 8.3.3. Responder por quaisquer compromissos assumidos com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto;
- 8.3.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078 de 1990);
- 8.3.5. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado na Ata de Registro de Preços, o objeto com avarias ou defeitos;
- 8.3.6. Manter contatos com o MUNICÍPIO, sempre por escrito, ressalvados os entendimentos verbais determinados pela urgência do objeto;
- 8.3.7. Comunicar o MUNICÍPIO, com antecedência, os motivos que impossibilitem o cumprimento dos prazos previstos para execução do objeto, com a devida comprovação;
- 8.3.8. Manter durante toda a execução da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e apresentá-las no prazo de máximo de 05 (cinco) dias úteis quando solicitada pelo MUNICÍPIO;
- 8.3.9. Apresentar cópia autêntica do ato constitutivo, estatuto ou contrato social, sempre que houver alteração;
- 8.3.10. Indicar preposto para representá-la durante a execução da Ata de Registro de Preços;
- 8.3.11. Prestar os esclarecimentos julgados necessários, bem como informar e manter atualizado (s) o (s) número (s) de telefone, endereço eletrônico (e-mail) e o nome da pessoa autorizada para contatos;
- 8.3.12. Não utilizar de quaisquer tipos de propaganda visual em benefício de candidato, partido político ou coligação, em veículos ou por funcionários empregados durante a execução dos serviços contratados, sob pena de aplicação das sanções previstas na Lei Eleitoral 9.504/1997, multa e cancelamento da Ata de Registro de Preços;
- 8.3.13. Providenciar a assinatura dos Termos Aditivos e remetê-los ao MUNICÍPIO no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados de seu recebimento, sob pena de aplicação das sanções previstas.

## 9. CLÁUSULA NONA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 9.1. O pagamento será efetuado após recebimento de cada pedido, no prazo de até trinta dias contados do recebimento da Nota Fiscal pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.



9.2. A fatura deverá ser emitida pela empresa, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas e no próprio instrumento de contrato. O faturamento deverá ser realizado em nome do MUNICÍPIO DE UBIRATÃ, CNPJ Nº 76.950.096/0001-10.

9.3. As despesas para atender a contratação estão programadas em dotação orçamentária prevista no orçamento do Município para o exercício de 2022, na classificação abaixo:

| Órgão | Despesa | Categoria    | Descrição                                | Fonte | Valor      |
|-------|---------|--------------|--|-------|------------|
| 0602  | 3068    | 339030210000 | MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIGIEN | 303   | 22.014,00  |
| 0605  | 3080    | 339030210000 | MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIGIEN | 494   | 70.272,14  |
| 0602  | 4213    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 18.362,50  |
| 0602  | 4216    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 25.302,50  |
| 0603  | 4219    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 8.592,00   |
| 0603  | 4220    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 48.432,50  |
| 0605  | 4226    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 21.464,16  |
| 0605  | 4228    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 21.288,43  |
| 0606  | 4231    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 61.515,75  |
| 0605  | 8224    | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 494   | 20.319,55  |
| 0605  | 8225    | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 494   | 6.426,80   |
| 0605  | 8226    | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 494   | 305.716,10 |
| 0606  | 8228    | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 494   | 48.168,51  |
| 0606  | 8230    | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 494   | 156.861,89 |
| 0602  | 8258    | 339030280000 | MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA         | 494   | 4.002,60   |
| 0605  | 8270    | 339030280000 | MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA         | 494   | 227.872,40 |
| 0603  | 9481    | 339032990100 | Outros Materiais para Distribuição Gratu | 384   | 239.130,00 |
| 0603  | 9482    | 339032990100 | Outros Materiais para Distribuição Gratu | 494   | 5.065,40   |
| 0604  | 10996   | 449052420000 | MOBILIÁRIO EM GERAL                      | 494   | 4.486,28   |
| 0605  | 11001   | 449052120000 | APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS        | 494   | 3.584,68   |
| 0606  | 11005   | 449052420000 | MOBILIÁRIO EM GERAL                      | 494   | 1.677,66   |
| 0606  | 11006   | 449052120000 | APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS        | 494   | 2.220,76   |
| 0606  | 11007   | 449052340000 | MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVE | 494   | 14.200,98  |
| 0605  | 11015   | 449052420000 | MOBILIÁRIO EM GERAL                      | 494   | 4.032,32   |
| 0605  | 11022   | 449052080000 | APARELHOS, EQUIP., UT. MÉDICOS-ODONTO.,  | 494   | 41.478,60  |
| 0602  | 11035   | 449052040000 | APARELHOS DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO        | 494   | 3.656,35   |
| 0605  | 11040   | 449052340000 | MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVE | 494   | 15.997,33  |
| 0605  | 11088   | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 303   | 11.005,00  |

9.4. Para liberação do pagamento à FORNECEDORA, as notas fiscais deverão ser entregues ao Fiscal obrigatoriamente acompanhadas dos seguintes documentos:

9.4.1. Prova de Regularidade com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional;

9.4.2. Prova de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

9.4.3. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.



**10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA**

10.1. Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo MUNICÍPIO, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX / 100) / 365$$

EM =  $I \times N \times VP$ , onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = N. de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

**11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

11.1. Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bens registrados.

11.2. Na hipótese do preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a FORNECEDORA será convocada para que promova a redução dos preços.

11.2.1. Em não sendo reduzido o preço, a FORNECEDORA será liberada do compromisso assumido, podendo o MUNICÍPIO convocar os demais fornecedores classificados para, nas mesmas condições, oferecer igual oportunidade de negociação, ou revogar a ata de registro de preços ou parte dela.

11.3. Na hipótese do preço de mercado tornar-se superior ao registrado, e a FORNECEDORA não puder cumprir as obrigações assumidas, este poderá solicitar revisão dos preços, mediante requerimento fundamentado encaminhado diretamente ao Gestor da Ata de Registro de Preços, a ser protocolado antes do pedido de fornecimento, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação relevante nos preços praticados no mercado.

11.3.1. Procedente o pedido, o MUNICÍPIO poderá efetuar a revisão do preço registrado no valor pleiteado pela FORNECEDORA, caso este esteja de acordo com os valores praticados pelo mercado, ou apresentar contraproposta de preço, compatível com o vigente no mercado, para a garantia do equilíbrio econômico-financeiro.

11.3.2. Caso não aceite a contraproposta de preço apresentada pelo MUNICÍPIO, a FORNECEDORA será liberada do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

11.3.3. Não sendo acatado o pedido de revisão, este será indeferido pelo MUNICÍPIO e a FORNECEDORA continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na Ata de Registro de Preços, sob pena de cancelamento do registro do preço da FORNECEDORA e de aplicação das penalidades administrativas previstas.

11.3.4. Na hipótese do cancelamento do registro do preço do fornecedor, prevista no subitem anterior, o MUNICÍPIO poderá convocar os demais fornecedores, na ordem de classificação, para que manifestem interesse em assumir a execução do objeto pelo preço registrado.



## 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

12.1. Caberá a gestão da Ata de Registro de Preços ao servidor Orlando Francisco Vieira da Silva, lotado na Secretaria de Saúde.

12.2. Caberá a fiscalização da Ata de Registro de Preços ao servidor Henrique Cardoso Gonçalves, lotado na Secretaria de Saúde, e na sua ausência, ficará a cargo do servidor Rodrigo Salustiano da Silva, lotado na Secretaria de Saúde.

12.3. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da FORNECEDORA pelos danos causados ao MUNICÍPIO ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos.

12.4. A ação ou omissão total ou parcial da fiscalização do MUNICÍPIO não elide nem diminui a responsabilidade da FORNECEDORA quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes, responsabilizando esta quanto a quaisquer irregularidades.

12.5. As comunicações entre MUNICÍPIO e FORNECEDORA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

12.6. Caberá ao gestor e ao fiscal as atribuições constantes na Portaria nº 05/2022.

## 13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

13.1.1. Advertência;

13.1.2. Multa;

13.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Ubatuba;

13.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

13.2. As multas poderão ser:

13.2.1. De caráter moratório, pelo atraso injustificado na entrega ou execução do objeto da Ata de Registro de Preços, nos seguintes percentuais:

13.2.1.1. 2% (dois por cento) ao dia, incidente sobre o valor correspondente à parcela, etapa ou pedido único em que ocorreu o fato, até o limite máximo de 30 (trinta) dias.

A. Extrapolado o limite máximo de 30 (trinta) dias, o percentual da multa será calculado em dobro.

13.2.1.2. 5% (cinco por cento) pelo descumprimento de qualquer outra cláusula da Ata de Registro de Preços durante sua execução, incidente sobre o valor correspondente à parcela, etapa ou pedido único em que ocorreu o fato.



13.2.2. De caráter compensatório, sem prejuízo das multas moratórias, nos seguintes percentuais:

13.2.2.1. 10% (Dez por cento), incidente sobre o valor correspondente à parcela, etapa ou pedido único em que ocorreu o fato, pela inexecução parcial do objeto;

13.2.2.2. 15% (Quinze por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços, pela sua inexecução total.

13.3. A FORNECEDORA poderá ser suspensa temporariamente de participar em licitação e impedida de contratar com o Município de Ubatuba pelo prazo máximo de 02 (dois) anos, sem prejuízo das demais penalidades previstas, quando:

13.3.1. Abandonar a execução da Ata de Registro de Preços;

13.3.2. Incorrer em inexecução da Ata de Registro de Preços; e

13.3.3. Demais hipóteses previstas em lei.

13.4. A FORNECEDORA poderá ser declarada inidônea para licitar ou contratar com a administração pública pelo prazo máximo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das demais penalidades previstas, quando:

13.4.1. Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, a execução da Ata de Registro de Preços;

13.4.2. Agir, comprovadamente, de má-fé na relação pactuada;

13.4.3. Demais hipóteses previstas em lei.

13.5. Estendem-se os efeitos da penalidade de suspensão do direito de contratar com o Município de Ubatuba ou da declaração de inidoneidade:

13.5.1. Às pessoas físicas que constituíram a pessoa jurídica, as quais permanecem impedidas de licitar com a Administração Pública enquanto perdurarem as causas da penalidade, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;

13.5.2. Às pessoas jurídicas que tenham sócios comuns com as pessoas físicas referidas no subitem anterior.

13.6. As sanções previstas poderão ser aplicadas concomitantemente com a sanção de advertência.

13.7. A FORNECEDORA deverá efetuar o pagamento do valor correspondente à multa no prazo e forma estipulados no termo de aplicação de penalidade, podendo ainda ser descontado de pagamentos a que a mesma tenha direito.

13.7.1. Não havendo o pagamento, o valor devido será inscrito em dívida ativa para futura execução fiscal.

13.8. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

13.9. Concomitante às penalidades previstas, a FORNECEDORA se sujeita ao descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 05 (cinco) anos, para efeito do previsto no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02.



13.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13.11. A aplicação das penalidades previstas fica condicionada a ampla defesa e contraditório no devido processo legal, sem prejuízo da defesa prévia.

## 14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

14.1. O presente registro de preços poderá ser cancelado, sem prejuízo das penalidades previstas, quando o fornecedor:

14.1.1. For liberado;

14.1.2. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

14.1.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

14.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

14.1.5. Por razões de interesse público, devidamente justificado.

14.2. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

14.2.1. Por razão de interesse público; ou

14.2.2. A pedido do fornecedor.

14.3. No caso de cancelamento do registro de preços, poderão ser convocados, a critério da Administração, os demais licitantes classificados.

14.4. O cancelamento da Ata de Registro de Preços fica condicionado à ampla defesa e contraditório no devido processo legal, sem prejuízo da defesa prévia.

## 15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VINCULAÇÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1. Ficam vinculados a Ata de Registro de Preços, dela fazendo parte integrante, independentemente de suas transcrições parciais ou totais, o Edital de licitação respectivo e seus anexos e a proposta final da FORNECEDORA.

## 16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

16.1. A presente Ata de Registro de Preços rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 10.520/02, Lei nº 8.078/90 e por outras normas de direito público ou privado que melhor tutelem o interesse público.



**17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS**

17.1. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal nº 8.666/93, e dos princípios gerais de direito.

**18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO**

18.1. Fica eleito o foro da Comarca de Ubatuba, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas da Ata de Registro de Preços.

Assim ajustadas, firmam as partes o presente instrumento, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas, para todos os fins de direito.

Ubatuba - Paraná, 21 de dezembro de 2022.



**MUNICÍPIO DE UBIRATÃ**  
Prefeito de Ubatuba

KAMILLA DARDENGO DO NASCIMENTO:07666437943  
43

Assinado de forma digital por  
KAMILLA DARDENGO DO  
NASCIMENTO:07666437943  
Dados: 2023.01.09 15:17:40 -03'00'

**KDN COMÉRCIO ATACADISTA LTDA**  
Representante legal da empresa





**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 489/2022**  
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 5862/2022**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 182/2022**

O **MUNICÍPIO DE UBIRATÃ**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 76.950.096/0001-10, com sede administrativa a Avenida Nilza de Oliveira Pipino, nº 1852, centro, na cidade de Ubatuba, Estado do Paraná, CEP nº 85.440-000, representado pelo Prefeito Fábio de Oliveira Dalécio, e a empresa **MACMED SOLUÇÕES EM SAÚDE LTDA**, inscrita no CNPJ nº 31.085.156/0001-46, estabelecida à Rua Estrada da Graciosa, no nº 1013, CEP nº 83413-200, na cidade de Colombo, Estado do Paraná, Telefone nº (41) 3675-1398, e-mail (licitação@macmedbrasil.com.br), doravante designada como FORNECEDORA, firmam a presente Ata de Registro de Preços que se regerá pelas condições estabelecidas no Processo Licitatório nº 5862/2022, Pregão Eletrônico nº 182/2022 e de acordo com as cláusulas a seguir:

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O objeto do presente instrumento é **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICOS E DE ENFERMAGEM, MATERIAIS DE LIMPEZA, HIGIENE E DESINFECÇÃO, CURATIVOS, EPIS, INSUMOS, INSTRUMENTAIS, MOBILIÁRIO, ELETRODOMÉSTICOS, EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE, DESTINADOS AS UNIDADES DE SAÚDE.**

**2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO DETALHAMENTO DO OBJETO**

2.1. A execução do objeto da Ata de Registro de Preços se dará na seguinte especificação, quantidade máxima estimada, valores unitários e totais:

| LOTE | ITEM | DESCRIÇÃO   | QTD | UN  | V. UNIT | V. TOTAL | MARCA  |
|------|------|---|-----|-----|---------|----------|--------|
| 1    | 185  | Pinça Crile, 14 cm, curva, confeccionada em aço inoxidável cirúrgico, autoclavável, 12 meses de garantia, embalagem individual. CATMAT 467849                     | 30  | UN. | 27,00   | 810,00   | WELDON |
| 1    | 187  | Pinça Crile, 14 cm, reta, confeccionada em aço inoxidável cirúrgico, autoclavável, 12 meses de garantia, embalagem individual. CATMAT 467844                      | 15  | UN. | 27,00   | 405,00   | WELDON |
| 1    | 191  | Pinça dente de rato, 14 cm, anatômica, confeccionada em aço inoxidável cirúrgico, autoclavável, 12 meses de garantia, embalagem individual. CATMAT 467996         | 30  | UN. | 12,00   | 360,00   | WELDON |
| 1    | 276  | Tesoura cirúrgica curva fina/fina, 14 a 15 cm, confeccionada em aço inoxidável cirúrgico, autoclavável, 12 meses de garantia, embalagem individual. CATMAT 471454 | 15  | UN. | 28,40   | 426,00   | WELDON |
| 1    | 277  | Tesoura cirúrgica reta fina/fina, 14 a 15 cm, confeccionada em aço inoxidável cirúrgico, autoclavável, 12 meses de garantia, embalagem                            | 50  | UN. | 27,05   | 1.352,50 | WELDON |



|   |     |   |    |     |       |          |        |
|---|-----|---|----|-----|-------|----------|--------|
|   |     | individual. CATMAT 471448   |    |     |       |          |        |
| 1 | 278 | Tesoura cirúrgica reta fina/romba, 14 a 15 cm, confeccionada em aço inoxidável cirúrgico, autoclavável, 12 meses de garantia, embalagem individual. CATMAT 471436 | 15 | UN. | 26,90 | 403,50   | WELDON |
| 1 | 279 | Tesoura de mayo curva, 14 a 15 cm, confeccionada em aço inoxidável cirúrgico, autoclavável, 12 meses de garantia, embalagem individual. CATMAT 471480             | 40 | UN. | 39,44 | 1.577,60 | WELDON |
| 1 | 280 | Tesoura de mayo reta, 14 a 15 cm, confeccionada em aço inoxidável cirúrgico, autoclavável, 12 meses de garantia, embalagem individual. CATMAT 471469              | 40 | UN. | 37,76 | 1.510,40 | WELDON |

### 3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR GLOBAL REGISTRADO

3.1. O valor global registrado é de R\$-6.845,00 (SEIS MIL E OITOCENTOS E QUARENTA E CINCO REAIS).

3.2. No valor previsto estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

### 4. CLÁUSULA QUARTA - DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A validade do registro será de 12 (doze) meses, contada a partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, sem possibilidade de prorrogação.

### 5. CLÁUSULA QUINTA - DAS CONTRATAÇÕES DECORRENTES DO REGISTRO

5.1. As contratações decorrentes do registro serão formalizadas por meio de nota de empenho de despesa, autorização de compra, ordem de execução de serviço ou outro instrumento equivalente, conforme prevê o art. 62 da Lei Federal nº 8.666/93.

### 6. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1. O fornecimento do objeto será de acordo com a necessidade do Município, de maneira fracionada.

6.1.1. A Secretaria de Saúde enviará Autorização de Compra para a FORNECEDORA no e-mail indicado em sua proposta e os produtos deverão ser entregues no prazo máximo de 15 dias, na Farmácia Municipal anexa ao Centro de Saúde, localizado na Avenida Carmem Ribeiro Pitombo, 90, Centro de Ubatuba-PR;

6.1.2. No caso de recusa do objeto, o prazo para substituição será a metade do prazo inicialmente estipulado para entrega, sujeitando-se a FORNECEDORA às penalidades previstas na Ata de Registro de Preços.

6.1.3. Os prazos mencionados poderão ser alterados na forma que dispõe o art. 57, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93.



6.2. O objeto deverá ser entregue em perfeitas condições, novo, sem uso, devidamente lacrado em embalagem própria, original do fabricante e sem violação, conforme especificação, prazo e local constante no presente Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal, quando couber.

6.3. O objeto deverá ser entregue em veículo próprio da FORNECEDORA, podendo ser ainda através de serviços postais, transportadoras ou outros serviços de entrega, vedada a entrega através de veículos oficiais e/ou servidores do município.

6.3.1. A FORNECEDORA se sujeita ao recebimento provisório do objeto pelo Município para fins de conferência, independente da forma de entrega, cabendo exclusivamente à FORNECEDORA a retirada/substituição do objeto recusado.

6.4. A FORNECEDORA deverá arcar com todas as despesas referentes à entrega do objeto, como transporte, mão de obra, encargos sociais, pedágio, entre outras.

6.5. O objeto deverá ser entregue com declaração da garantia, sob pena de recusa, sendo responsabilidade da FORNECEDORA a substituição e/ou manutenção do objeto durante o período de garantia, sem ônus adicionais ao município.

6.5.1. Para os itens em que não constar tempo de garantia, deverá ser considerado o mínimo legal de três meses;

## 7. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1. Após a entrega de cada pedido, o objeto será recebido provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade com a especificação; e definitivamente, após verificação da qualidade e consequente aceitação.

7.2. O Município se reserva ao direito de não aceitar objeto que não estiver em conformidade com as exigências apresentadas no presente Termo de Referência.

7.2.1. O motivo da recusa será fundamentado pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços através de notificação, encaminhada por escrito à FORNECEDORA, através do e-mail o qual foi encaminhada a Ordem de Compras.

7.3. A FORNECEDORA é obrigada a substituir, por conta própria, no todo ou em parte, objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, ainda que tenha sido recebido definitivamente.

7.3.1. No caso de não aceitação do objeto, seja no recebimento provisório ou definitivo, os ônus com a substituição correrão exclusivamente por conta da FORNECEDORA, independente da forma de entrega.

7.4. O objeto que por ventura venha a ser recusado deverá ser substituído no prazo estipulado, sob pena de aplicação das penalidades previstas no presente Termo de Referência.

## 8. CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

### 8.1. São direitos do MUNICÍPIO:

8.1.1. Receber a prestação do objeto nas condições previstas;

8.1.2. Rejeitar, no todo ou em parte, a prestação do objeto que estiver em desacordo com as condições descritas na Ata de Registro de Preços;



8.1.3. Fiscalizar a execução da Ata de Registro de Preços;

8.1.4. Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

## 8.2. São obrigações do MUNICÍPIO:

8.2.1. Promover, através de seus representantes, o acompanhamento e a fiscalização da Ata de Registro de Preços, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à FORNECEDORA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte daquele;

8.2.2. Cumprir os prazos previstos na Ata de Registro de Preços;

8.2.3. Efetuar o pagamento ajustado, após o recebimento definitivo do objeto solicitado;

8.2.4. Auxiliar no esclarecimento de dúvidas que surjam ao longo da execução da Ata de Registro de Preços;

8.2.5. Decidir sobre eventuais dificuldades na realização do objeto da Ata de Registro de Preços;

8.2.6. Manter, sempre por escrito ou por e-mail, com a FORNECEDORA, os entendimentos sobre o objeto.

## 8.3. São obrigações da FORNECEDORA:

8.3.1. Cumprir todas as obrigações constantes na Ata de Registro de Preços e sua proposta, assumindo exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

8.3.2. Responsabilizar-se por danos ocasionados ao MUNICÍPIO ou a terceiros, causados durante a execução da Ata de Registro de Preços;

8.3.3. Responder por quaisquer compromissos assumidos com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto;

8.3.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078 de 1990);

8.3.5. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado na Ata de Registro de Preços, o objeto com avarias ou defeitos;

8.3.6. Manter contatos com o MUNICÍPIO, sempre por escrito, ressalvados os entendimentos verbais determinados pela urgência do objeto;

8.3.7. Comunicar o MUNICÍPIO, com antecedência, os motivos que impossibilitem o cumprimento dos prazos previstos para execução do objeto, com a devida comprovação;

8.3.8. Manter durante toda a execução da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e apresentá-las no prazo de máximo de 05 (cinco) dias úteis quando solicitada pelo MUNICÍPIO;

8.3.9. Apresentar cópia autêntica do ato constitutivo, estatuto ou contrato social, sempre que houver alteração;

8.3.10. Indicar preposto para representá-la durante a execução da Ata de Registro de Preços;





8.3.11. Prestar os esclarecimentos julgados necessários, bem como informar e manter atualizado (s) o (s) número (s) de telefone, endereço eletrônico (e-mail) e o nome da pessoa autorizada para contatos;

8.3.12. Não utilizar de quaisquer tipos de propaganda visual em benefício de candidato, partido político ou coligação, em veículos ou por funcionários empregados durante a execução dos serviços contratados, sob pena de aplicação das sanções previstas na Lei Eleitoral 9.504/1997, multa e cancelamento da Ata de Registro de Preços;

8.3.13. Providenciar a assinatura dos Termos Aditivos e remetê-los ao MUNICÍPIO no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados de seu recebimento, sob pena de aplicação das sanções previstas.

## 9. CLÁUSULA NONA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

9.1. O pagamento será efetuado após recebimento de cada pedido, no prazo de até trinta dias contados do recebimento da Nota Fiscal pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

9.2. A fatura deverá ser emitida pela empresa, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas e no próprio instrumento de contrato. O faturamento deverá ser realizado em nome do MUNICÍPIO DE UBIRATÃ, CNPJ Nº 76.950.096/0001-10.

9.3. As despesas para atender a contratação estão programadas em dotação orçamentária prevista no orçamento do Município para o exercício de 2022, na classificação abaixo:

| Órgão | Despesa | Categoria    | Descrição                                | Fonte | Valor      |
|-------|---------|--------------|--|-------|------------|
| 0602  | 3068    | 339030210000 | MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIGIEN | 303   | 22.014,00  |
| 0605  | 3080    | 339030210000 | MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIGIEN | 494   | 70.272,14  |
| 0602  | 4213    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 18.362,50  |
| 0602  | 4216    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 25.302,50  |
| 0603  | 4219    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 8.592,00   |
| 0603  | 4220    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 48.432,50  |
| 0605  | 4226    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 21.464,16  |
| 0605  | 4228    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 21.288,43  |
| 0606  | 4231    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 61.515,75  |
| 0605  | 8224    | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 494   | 20.319,55  |
| 0605  | 8225    | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 494   | 6.426,80   |
| 0605  | 8226    | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 494   | 305.716,10 |
| 0606  | 8228    | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 494   | 48.168,51  |
| 0606  | 8230    | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 494   | 156.861,89 |
| 0602  | 8258    | 339030280000 | MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA         | 494   | 4.002,60   |
| 0605  | 8270    | 339030280000 | MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA         | 494   | 227.872,40 |
| 0603  | 9481    | 339032990100 | Outros Materiais para Distribuição Gratu | 384   | 239.130,00 |
| 0603  | 9482    | 339032990100 | Outros Materiais para Distribuição Gratu | 494   | 5.065,40   |
| 0604  | 10996   | 449052420000 | MOBILIÁRIO EM GERAL                      | 494   | 4.486,28   |
| 0605  | 11001   | 449052120000 | APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS        | 494   | 3.584,68   |
| 0606  | 11005   | 449052420000 | MOBILIÁRIO EM GERAL                      | 494   | 1.677,66   |
| 0606  | 11006   | 449052120000 | APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS        | 494   | 2.220,76   |
| 0606  | 11007   | 449052340000 | MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVE | 494   | 14.200,98  |



|      |       |              |  |     |           |
|------|-------|--------------|--|-----|-----------|
| 0605 | 11015 | 449052420000 | MOBILIÁRIO EM GERAL                      | 494 | 4.032,32  |
| 0605 | 11022 | 449052080000 | APARELHOS, EQUIP., UT. MÉDICOS-ODONTO.,  | 494 | 41.478,60 |
| 0602 | 11035 | 449052040000 | APARELHOS DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO        | 494 | 3.656,35  |
| 0605 | 11040 | 449052340000 | MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVE | 494 | 15.997,33 |
| 0605 | 11088 | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 303 | 11.005,00 |

9.4. Para liberação do pagamento à FORNECEDORA, as notas fiscais deverão ser entregues ao Fiscal obrigatoriamente acompanhadas dos seguintes documentos:

9.4.1. Prova de Regularidade com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional;

9.4.2. Prova de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

9.4.3. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

## 10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA

10.1. Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo MUNICÍPIO, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX / 100) / 365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = N. de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

## 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

11.1. Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bens registrados.

11.2. Na hipótese do preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a FORNECEDORA será convocada para que promova a redução dos preços.

11.2.1. Em não sendo reduzido o preço, a FORNECEDORA será liberada do compromisso assumido, podendo o MUNICÍPIO convocar os demais fornecedores classificados para, nas mesmas condições, oferecer igual oportunidade de negociação, ou revogar a ata de registro de preços ou parte dela.

11.3. Na hipótese do preço de mercado tornar-se superior ao registrado, e a FORNECEDORA não puder cumprir as obrigações assumidas, este poderá solicitar revisão dos preços, mediante requerimento fundamentado encaminhado diretamente ao Gestor da Ata de Registro de Preços, a ser protocolado antes do pedido de



fornecimento, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação relevante nos preços praticados no mercado.

11.3.1. Procedente o pedido, o MUNICÍPIO poderá efetuar a revisão do preço registrado no valor pleiteado pela FORNECEDORA, caso este esteja de acordo com os valores praticados pelo mercado, ou apresentar contraproposta de preço, compatível com o vigente no mercado, para a garantia do equilíbrio econômico-financeiro.

11.3.2. Caso não aceite a contraproposta de preço apresentada pelo MUNICÍPIO, a FORNECEDORA será liberada do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

11.3.3. Não sendo acatado o pedido de revisão, este será indeferido pelo MUNICÍPIO e a FORNECEDORA continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na Ata de Registro de Preços, sob pena de cancelamento do registro do preço da FORNECEDORA e de aplicação das penalidades administrativas previstas.

11.3.4. Na hipótese do cancelamento do registro do preço do fornecedor, prevista no subitem anterior, o MUNICÍPIO poderá convocar os demais fornecedores, na ordem de classificação, para que manifestem interesse em assumir a execução do objeto pelo preço registrado.

## 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

12.1. Caberá a gestão da Ata de Registro de Preços ao servidor Orlando Francisco Vieira da Silva, lotado na Secretaria de Saúde.

12.2. Caberá a fiscalização da Ata de Registro de Preços ao servidor Henrique Cardoso Gonçalves, lotado na Secretaria de Saúde, e na sua ausência, ficará a cargo do servidor Rodrigo Salustiano da Silva, lotado na Secretaria de Saúde.

12.3. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da FORNECEDORA pelos danos causados ao MUNICÍPIO ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos.

12.4. A ação ou omissão total ou parcial da fiscalização do MUNICÍPIO não elide nem diminui a responsabilidade da FORNECEDORA quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes, responsabilizando esta quanto a quaisquer irregularidades.

12.5. As comunicações entre MUNICÍPIO e FORNECEDORA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

12.6. Caberá ao gestor e ao fiscal as atribuições constantes na Portaria nº 05/2022.

## 13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

13.1.1. Advertência;

13.1.2. Multa;





13.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Ubatuba;

13.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

13.2. As multas poderão ser:

13.2.1. De caráter moratório, pelo atraso injustificado na entrega ou execução do objeto da Ata de Registro de Preços, nos seguintes percentuais:

13.2.1.1. 2% (dois por cento) ao dia, incidente sobre o valor correspondente à parcela, etapa ou pedido único em que ocorreu o fato, até o limite máximo de 30 (trinta) dias.

A. Extrapolado o limite máximo de 30 (trinta) dias, o percentual da multa será calculado em dobro.

13.2.1.2. 5% (cinco por cento) pelo descumprimento de qualquer outra cláusula da Ata de Registro de Preços durante sua execução, incidente sobre o valor correspondente à parcela, etapa ou pedido único em que ocorreu o fato.

13.2.2. De caráter compensatório, sem prejuízo das multas moratórias, nos seguintes percentuais:

13.2.2.1. 10% (Dez por cento), incidente sobre o valor correspondente à parcela, etapa ou pedido único em que ocorreu o fato, pela inexecução parcial do objeto;

13.2.2.2. 15% (Quinze por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços, pela sua inexecução total.

13.3. A FORNECEDORA poderá ser suspensa temporariamente de participar em licitação e impedida de contratar com o Município de Ubatuba pelo prazo máximo de 02 (dois) anos, sem prejuízo das demais penalidades previstas, quando:

13.3.1. Abandonar a execução da Ata de Registro de Preços;

13.3.2. Incorrer em inexecução da Ata de Registro de Preços; e

13.3.3. Demais hipóteses previstas em lei.

13.4. A FORNECEDORA poderá ser declarada inidônea para licitar ou contratar com a administração pública pelo prazo máximo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das demais penalidades previstas, quando:

13.4.1. Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, a execução da Ata de Registro de Preços;

13.4.2. Agir, comprovadamente, de má-fé na relação pactuada;

13.4.3. Demais hipóteses previstas em lei.

13.5. Estendem-se os efeitos da penalidade de suspensão do direito de contratar com o Município de Ubatuba ou da declaração de inidoneidade:





13.5.1. Às pessoas físicas que constituíram a pessoa jurídica, as quais permanecem impedidas de licitar com a Administração Pública enquanto perdurarem as causas da penalidade, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;

13.5.2. Às pessoas jurídicas que tenham sócios comuns com as pessoas físicas referidas no subitem anterior.

13.6. As sanções previstas poderão ser aplicadas concomitantemente com a sanção de advertência.

13.7. A FORNECEDORA deverá efetuar o pagamento do valor correspondente à multa no prazo e forma estipulados no termo de aplicação de penalidade, podendo ainda ser descontado de pagamentos a que a mesma tenha direito.

13.7.1. Não havendo o pagamento, o valor devido será inscrito em dívida ativa para futura execução fiscal.

13.8. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

13.9. Concomitante às penalidades previstas, a FORNECEDORA se sujeita ao descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 05 (cinco) anos, para efeito do previsto no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02.

13.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13.11. A aplicação das penalidades previstas fica condicionada a ampla defesa e contraditório no devido processo legal, sem prejuízo da defesa prévia.

#### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**

14.1. O presente registro de preços poderá ser cancelado, sem prejuízo das penalidades previstas, quando o fornecedor:

14.1.1. For liberado;

14.1.2. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

14.1.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

14.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

14.1.5. Por razões de interesse público, devidamente justificado.

14.2. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

14.2.1. Por razão de interesse público; ou

14.2.2. A pedido do fornecedor.



14.3. No caso de cancelamento do registro de preços, poderão ser convocados, a critério da Administração, os demais licitantes classificados.

14.4. O cancelamento da Ata de Registro de Preços fica condicionado à ampla defesa e contraditório no devido processo legal, sem prejuízo da defesa prévia.

## 15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VINCULAÇÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1. Ficam vinculados a Ata de Registro de Preços, dela fazendo parte integrante, independentemente de suas transcrições parciais ou totais, o Edital de licitação respectivo e seus anexos e a proposta final da FORNECEDORA.

## 16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

16.1. A presente Ata de Registro de Preços rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 10.520/02, Lei nº 8.078/90 e por outras normas de direito público ou privado que melhor tutelem o interesse público.

## 17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS

17.1. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal nº 8.666/93, e dos princípios gerais de direito.

## 18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

18.1. Fica eleito o foro da Comarca de Ubatuba, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas da Ata de Registro de Preços.

Assim ajustadas, firmam as partes o presente instrumento, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas, para todos os fins de direito.

Ubatuba - Paraná, 21 de dezembro de 2022.

**MUNICÍPIO DE UBIRATÃ**

Prefeito de Ubatuba

MARLON  
RODRIGUES

ARAUJO:0230127690

2

Assinado de forma digital  
por MARLON RODRIGUES  
ARAUJO:02301276902  
Dados: 2023.01.09  
15:15:29 -03'00'

**MACMED SOLUÇÕES EM SAÚDE LTDA**

Representante legal da empresa



**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 485/2022**  
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 5862/2022**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 182/2022**

O **MUNICÍPIO DE UBIRATÃ**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ n.º 76.950.096/0001-10, com sede administrativa a Avenida Nilza de Oliveira Pipino, nº 1852, centro, na cidade de Ubatuba, Estado do Paraná, CEP nº 85.440-000, representado pelo Prefeito Fábio de Oliveira Dalécio, e a empresa **CMH - CENTRAL DE MEDICAMENTOS HOSPITALARES**, inscrita no CNPJ nº 23.228.076/0001-74, estabelecida à Rua Dr. Mario Clapier Urbinatti, no nº 1434, no Jd. Canadá, CEP nº 87080-120, na cidade de Maringá, Estado do Paraná, Telefone nº (44) 3255-3774, e-mail (licitação@cmhfarmaceutica.com.br), doravante designada como FORNECEDORA, firmam a presente Ata de Registro de Preços que se regerá pelas condições estabelecidas no Processo Licitatório nº 5862/2022, Pregão Eletrônico nº 182/2022 e de acordo com as cláusulas a seguir:

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O objeto do presente instrumento é **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICOS E DE ENFERMAGEM, MATERIAIS DE LIMPEZA, HIGIENE E DESINFECÇÃO, CURATIVOS, EPIS, INSUMOS, INSTRUMENTAIS, MOBILIÁRIO, ELETRODOMÉSTICOS, EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE, DESTINADOS AS UNIDADES DE SAÚDE.**

**2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO DETALHAMENTO DO OBJETO**

2.1. A execução do objeto da Ata de Registro de Preços se dará na seguinte especificação, quantidade máxima estimada, valores unitários e totais:

| LOTE | ITEM | DESCRIÇÃO   | QTD   | UN  | V. UNIT | V. TOTAL | MARCA  |
|------|------|---|-------|-----|---------|----------|--------|
| 1    | 15   | Álcool etílico hidratado líquido, acima de 92,8%, 1 litro. CATMAT 390766.   | 100   | FR  | 6,31    | 631,00   | SAFRA  |
| 1    | 23   | Atadura crepe, 12 cm x 1,8m, 13 fios/cm², mínimo 80% algodão, bordas devidamente acabadas, alta elasticidade, sem desfiamento, alta resistência, macias e absorventes, devidamente enroladas, dermatologicamente testadas, esterilizáveis em autoclave, embalagem contendo 1 unidade. CATMAT 444362 | 7.000 | UN. | 0,41    | 2.898,00 | ERIMAX |
| 1    | 24   | Atadura crepe, 15 cm x 1,8m, 13 fios/cm², mínimo 80% algodão, bordas devidamente acabadas, alta elasticidade, sem desfiamento, alta resistência, macias e absorventes, devidamente enroladas, dermatologicamente testadas, esterilizáveis em autoclave, embalagem contendo 1 unidade. CATMAT 444365 | 6.000 | UN. | 0,46    | 2.760,00 | ERIMAX |



|   |     |  |       |     |      |          |         |
|---|-----|--|-------|-----|------|----------|---------|
| 1 | 25  | Atadura crepe, 20 cm x 1,8m, 13 fios/cm <sup>2</sup> , mínimo 80% algodão, bordas devidamente acabadas, alta elasticidade, sem desfiamento, alta resistência, macias e absorventes, devidamente enroladas, dermatologicamente testadas, esterilizáveis em autoclave, embalagem contendo 1 unidade. CATMAT 444371 | 2.000 | UN. | 0,64 | 1.280,00 | ERIMAX  |
| 1 | 259 | Soro fisiológico, 0,9% cloreto de sódio, sistema fechado, solução estéril e apirogênica, embalagem trilaminada, transparente, com dois bicos iguais, lacre protetor, embalagem tipo bolsa 100ml. CATMAT 452796   | 1.600 | Bsa | 5,75 | 9.200,00 | MARKMED |

### 3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR GLOBAL REGISTRADO

3.1. O valor global registrado é de R\$-16.769,00 (DEZESSEIS MIL E SETECENTOS E SESSENTA E NOVE REAIS).

3.2. No valor previsto estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

### 4. CLÁUSULA QUARTA - DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A validade do registro será de 12 (doze) meses, contada a partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, sem possibilidade de prorrogação.

### 5. CLÁUSULA QUINTA - DAS CONTRATAÇÕES DECORRENTES DO REGISTRO

5.1. As contratações decorrentes do registro serão formalizadas por meio de nota de empenho de despesa, autorização de compra, ordem de execução de serviço ou outro instrumento equivalente, conforme prevê o art. 62 da Lei Federal nº 8.666/93.

### 6. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1. O fornecimento do objeto será de acordo com a necessidade do Município, de maneira fracionada.

6.1.1. A Secretaria de Saúde enviará Autorização de Compra para a FORNECEDORA no e-mail indicado em sua proposta e os produtos deverão ser entregues no prazo máximo de 15 dias, na Farmácia Municipal anexa ao Centro de Saúde, localizado na Avenida Carmem Ribeiro Pitombo, 90, Centro de Ubatuba-PR;

6.1.2. No caso de recusa do objeto, o prazo para substituição será a metade do prazo inicialmente estipulado para entrega, sujeitando-se a FORNECEDORA às penalidades previstas na Ata de Registro de Preços.





6.1.3. Os prazos mencionados poderão ser alterados na forma que dispõe o art. 57, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93.

6.2. O objeto deverá ser entregue em perfeitas condições, novo, sem uso, devidamente lacrado em embalagem própria, original do fabricante e sem violação, conforme especificação, prazo e local constante no presente Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal, quando couber.

6.3. O objeto deverá ser entregue em veículo próprio da FORNECEDORA, podendo ser ainda através de serviços postais, transportadoras ou outros serviços de entrega, vedada a entrega através de veículos oficiais e/ou servidores do município.

6.3.1. A FORNECEDORA se sujeita ao recebimento provisório do objeto pelo Município para fins de conferência, independente da forma de entrega, cabendo exclusivamente à FORNECEDORA a retirada/substituição do objeto recusado.

6.4. A FORNECEDORA deverá arcar com todas as despesas referentes à entrega do objeto, como transporte, mão de obra, encargos sociais, pedágio, entre outras.

6.5. O objeto deverá ser entregue com declaração da garantia, sob pena de recusa, sendo responsabilidade da FORNECEDORA a substituição e/ou manutenção do objeto durante o período de garantia, sem ônus adicionais ao município.

6.5.1. Para os itens em que não constar tempo de garantia, deverá ser considerado o mínimo legal de três meses;

## **7. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO**

7.1. Após a entrega de cada pedido, o objeto será recebido provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade com a especificação; e definitivamente, após verificação da qualidade e consequente aceitação.

7.2. O Município se reserva ao direito de não aceitar objeto que não estiver em conformidade com as exigências apresentadas no presente Termo de Referência.

7.2.1. O motivo da recusa será fundamentado pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços através de notificação, encaminhada por escrito à FORNECEDORA, através do e-mail o qual foi encaminhada a Ordem de Compras.

7.3. A FORNECEDORA é obrigada a substituir, por conta própria, no todo ou em parte, objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, ainda que tenha sido recebido definitivamente.

7.3.1. No caso de não aceitação do objeto, seja no recebimento provisório ou definitivo, os ônus com a substituição correrão exclusivamente por conta da FORNECEDORA, independente da forma de entrega.

7.4. O objeto que por ventura venha a ser recusado deverá ser substituído no prazo estipulado, sob pena de aplicação das penalidades previstas no presente Termo de Referência.

## **8. CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES**

8.1. São direitos do MUNICÍPIO:

8.1.1. Receber a prestação do objeto nas condições previstas;

8.1.2. Rejeitar, no todo ou em parte, a prestação do objeto que estiver em desacordo com as condições descritas na Ata de Registro de Preços;

8.1.3. Fiscalizar a execução da Ata de Registro de Preços;

8.1.4. Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

## 8.2. São obrigações do MUNICÍPIO:

8.2.1. Promover, através de seus representantes, o acompanhamento e a fiscalização da Ata de Registro de Preços, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à FORNECEDORA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte daquele;

8.2.2. Cumprir os prazos previstos na Ata de Registro de Preços;

8.2.3. Efetuar o pagamento ajustado, após o recebimento definitivo do objeto solicitado;

8.2.4. Auxiliar no esclarecimento de dúvidas que surjam ao longo da execução da Ata de Registro de Preços;

8.2.5. Decidir sobre eventuais dificuldades na realização do objeto da Ata de Registro de Preços;

8.2.6. Manter, sempre por escrito ou por e-mail, com a FORNECEDORA, os entendimentos sobre o objeto.

## 8.3. São obrigações da FORNECEDORA:

8.3.1. Cumprir todas as obrigações constantes na Ata de Registro de Preços e sua proposta, assumindo exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

8.3.2. Responsabilizar-se por danos ocasionados ao MUNICÍPIO ou a terceiros, causados durante a execução da Ata de Registro de Preços;

8.3.3. Responder por quaisquer compromissos assumidos com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto;

8.3.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078 de 1990);

8.3.5. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado na Ata de Registro de Preços, o objeto com avarias ou defeitos;

8.3.6. Manter contatos com o MUNICÍPIO, sempre por escrito, ressalvados os entendimentos verbais determinados pela urgência do objeto;

8.3.7. Comunicar o MUNICÍPIO, com antecedência, os motivos que impossibilitem o cumprimento dos prazos previstos para execução do objeto, com a devida comprovação;

8.3.8. Manter durante toda a execução da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e apresentá-las no prazo de máximo de 05 (cinco) dias úteis quando solicitada pelo MUNICÍPIO;

8.3.9. Apresentar cópia autêntica do ato constitutivo, estatuto ou contrato social, sempre que houver alteração;

8.3.10. Indicar preposto para representá-la durante a execução da Ata de Registro de Preços;

8.3.11. Prestar os esclarecimentos julgados necessários, bem como informar e manter atualizado (s) o (s) número (s) de telefone, endereço eletrônico (e-mail) e o nome da pessoa autorizada para contatos;

8.3.12. Não utilizar de quaisquer tipos de propaganda visual em benefício de candidato, partido político ou coligação, em veículos ou por funcionários empregados durante a execução dos serviços contratados, sob pena de aplicação das sanções previstas na Lei Eleitoral 9.504/1997, multa e cancelamento da Ata de Registro de Preços;

8.3.13. Providenciar a assinatura dos Termos Aditivos e remetê-los ao MUNICÍPIO no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados de seu recebimento, sob pena de aplicação das sanções previstas.

## 9. CLÁUSULA NONA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

9.1. O pagamento será efetuado após recebimento de cada pedido, no prazo de até trinta dias contados do recebimento da Nota Fiscal pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

9.2. A fatura deverá ser emitida pela empresa, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas e no próprio instrumento de contrato. O faturamento deverá ser realizado em nome do MUNICÍPIO DE UBIRATÃ, CNPJ Nº 76.950.096/0001-10.

9.3. As despesas para atender a contratação estão programadas em dotação orçamentária prevista no orçamento do Município para o exercício de 2022, na classificação abaixo:

| Órgão | Despesa | Categoria    | Descrição                                | Fonte | Valor      |
|-------|---------|--------------|--|-------|------------|
| 0602  | 3068    | 339030210000 | MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIGIEN | 303   | 22.014,00  |
| 0605  | 3080    | 339030210000 | MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIGIEN | 494   | 70.272,14  |
| 0602  | 4213    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 18.362,50  |
| 0602  | 4216    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 25.302,50  |
| 0603  | 4219    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 8.592,00   |
| 0603  | 4220    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 48.432,50  |
| 0605  | 4226    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 21.464,16  |
| 0605  | 4228    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 21.288,43  |
| 0606  | 4231    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 61.515,75  |
| 0605  | 8224    | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 494   | 20.319,55  |
| 0605  | 8225    | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 494   | 6.426,80   |
| 0605  | 8226    | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 494   | 305.716,10 |
| 0606  | 8228    | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 494   | 48.168,51  |
| 0606  | 8230    | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 494   | 156.861,89 |
| 0602  | 8258    | 339030280000 | MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA         | 494   | 4.002,60   |
| 0605  | 8270    | 339030280000 | MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA         | 494   | 227.872,40 |
| 0603  | 9481    | 339032990100 | Outros Materiais para Distribuição Gratu | 384   | 239.130,00 |
| 0603  | 9482    | 339032990100 | Outros Materiais para Distribuição Gratu | 494   | 5.065,40   |
| 0604  | 10996   | 449052420000 | MOBILIÁRIO EM GERAL                      | 494   | 4.486,28   |





|      |       |              |  |     |           |
|------|-------|--------------|--|-----|-----------|
| 0605 | 11001 | 449052120000 | APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS        | 494 | 3.584,68  |
| 0606 | 11005 | 449052420000 | MOBILIÁRIO EM GERAL                      | 494 | 1.677,66  |
| 0606 | 11006 | 449052120000 | APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS        | 494 | 2.220,76  |
| 0606 | 11007 | 449052340000 | MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVE | 494 | 14.200,98 |
| 0605 | 11015 | 449052420000 | MOBILIÁRIO EM GERAL                      | 494 | 4.032,32  |
| 0605 | 11022 | 449052080000 | APARELHOS, EQUIP., UT. MÉDICOS-ODONTO.,  | 494 | 41.478,60 |
| 0602 | 11035 | 449052040000 | APARELHOS DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO        | 494 | 3.656,35  |
| 0605 | 11040 | 449052340000 | MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVE | 494 | 15.997,33 |
| 0605 | 11088 | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 303 | 11.005,00 |

9.4. Para liberação do pagamento à FORNECEDORA, as notas fiscais deverão ser entregues ao Fiscal obrigatoriamente acompanhadas dos seguintes documentos:

9.4.1. Prova de Regularidade com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional;

9.4.2. Prova de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

9.4.3. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

## 10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA

10.1. Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo MUNICÍPIO, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX / 100) / 365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = N. de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

## 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

11.1. Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bens registrados.

11.2. Na hipótese do preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a FORNECEDORA será convocada para que promova a redução dos preços.

11.2.1. Em não sendo reduzido o preço, a FORNECEDORA será liberada do compromisso assumido, podendo o MUNICÍPIO convocar os demais fornecedores classificados para, nas mesmas condições, oferecer igual oportunidade de negociação, ou revogar a ata de registro de preços ou parte dela.



11.3. Na hipótese do preço de mercado tornar-se superior ao registrado, e a FORNECEDORA não puder cumprir as obrigações assumidas, este poderá solicitar revisão dos preços, mediante requerimento fundamentado encaminhado diretamente ao Gestor da Ata de Registro de Preços, a ser protocolado antes do pedido de fornecimento, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação relevante nos preços praticados no mercado.

11.3.1. Procedente o pedido, o MUNICÍPIO poderá efetuar a revisão do preço registrado no valor pleiteado pela FORNECEDORA, caso este esteja de acordo com os valores praticados pelo mercado, ou apresentar contraproposta de preço, compatível com o vigente no mercado, para a garantia do equilíbrio econômico-financeiro.

11.3.2. Caso não aceite a contraproposta de preço apresentada pelo MUNICÍPIO, a FORNECEDORA será liberada do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

11.3.3. Não sendo acatado o pedido de revisão, este será indeferido pelo MUNICÍPIO e a FORNECEDORA continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na Ata de Registro de Preços, sob pena de cancelamento do registro do preço da FORNECEDORA e de aplicação das penalidades administrativas previstas.

11.3.4. Na hipótese do cancelamento do registro do preço do fornecedor, prevista no subitem anterior, o MUNICÍPIO poderá convocar os demais fornecedores, na ordem de classificação, para que manifestem interesse em assumir a execução do objeto pelo preço registrado.

## 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

12.1. Caberá a gestão da Ata de Registro de Preços ao servidor Orlando Francisco Vieira da Silva, lotado na Secretaria de Saúde.

12.2. Caberá a fiscalização da Ata de Registro de Preços ao servidor Henrique Cardoso Gonçalves, lotado na Secretaria de Saúde, e na sua ausência, ficará a cargo do servidor Rodrigo Salustiano da Silva, lotado na Secretaria de Saúde.

12.3. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da FORNECEDORA pelos danos causados ao MUNICÍPIO ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos.

12.4. A ação ou omissão total ou parcial da fiscalização do MUNICÍPIO não elide nem diminui a responsabilidade da FORNECEDORA quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes, responsabilizando esta quanto a quaisquer irregularidades.

12.5. As comunicações entre MUNICÍPIO e FORNECEDORA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

12.6. Caberá ao gestor e ao fiscal as atribuições constantes na Portaria nº 05/2022.

## 13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

13.1.1. Advertência;



13.1.2. Multa;

13.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Ubatuba;

13.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

13.2. As multas poderão ser:

13.2.1. De caráter moratório, pelo atraso injustificado na entrega ou execução do objeto da Ata de Registro de Preços, nos seguintes percentuais:

13.2.1.1. 2% (dois por cento) ao dia, incidente sobre o valor correspondente à parcela, etapa ou pedido único em que ocorreu o fato, até o limite máximo de 30 (trinta) dias.

A. Extrapolado o limite máximo de 30 (trinta) dias, o percentual da multa será calculado em dobro.

13.2.1.2. 5% (cinco por cento) pelo descumprimento de qualquer outra cláusula da Ata de Registro de Preços durante sua execução, incidente sobre o valor correspondente à parcela, etapa ou pedido único em que ocorreu o fato.

13.2.2. De caráter compensatório, sem prejuízo das multas moratórias, nos seguintes percentuais:

13.2.2.1. 10% (Dez por cento), incidente sobre o valor correspondente à parcela, etapa ou pedido único em que ocorreu o fato, pela inexecução parcial do objeto;

13.2.2.2. 15% (Quinze por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços, pela sua inexecução total.

13.3. A FORNECEDORA poderá ser suspensa temporariamente de participar em licitação e impedida de contratar com o Município de Ubatuba pelo prazo máximo de 02 (dois) anos, sem prejuízo das demais penalidades previstas, quando:

13.3.1. Abandonar a execução da Ata de Registro de Preços;

13.3.2. Incurrir em inexecução da Ata de Registro de Preços; e

13.3.3. Demais hipóteses previstas em lei.

13.4. A FORNECEDORA poderá ser declarada inidônea para licitar ou contratar com a administração pública pelo prazo máximo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das demais penalidades previstas, quando:

13.4.1. Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, a execução da Ata de Registro de Preços;

13.4.2. Agir, comprovadamente, de má-fé na relação pactuada;

13.4.3. Demais hipóteses previstas em lei.



13.5. Estendem-se os efeitos da penalidade de suspensão do direito de contratar com o Município de Ubatuba ou da declaração de inidoneidade:

13.5.1. Às pessoas físicas que constituíram a pessoa jurídica, as quais permanecem impedidas de licitar com a Administração Pública enquanto perdurarem as causas da penalidade, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;

13.5.2. Às pessoas jurídicas que tenham sócios comuns com as pessoas físicas referidas no subitem anterior.

13.6. As sanções previstas poderão ser aplicadas concomitantemente com a sanção de advertência.

13.7. A FORNECEDORA deverá efetuar o pagamento do valor correspondente à multa no prazo e forma estipulados no termo de aplicação de penalidade, podendo ainda ser descontado de pagamentos a que a mesma tenha direito.

13.7.1. Não havendo o pagamento, o valor devido será inscrito em dívida ativa para futura execução fiscal.

13.8. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

13.9. Concomitante às penalidades previstas, a FORNECEDORA se sujeita ao descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 05 (cinco) anos, para efeito do previsto no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02.

13.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13.11. A aplicação das penalidades previstas fica condicionada a ampla defesa e contraditório no devido processo legal, sem prejuízo da defesa prévia.

#### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**

14.1. O presente registro de preços poderá ser cancelado, sem prejuízo das penalidades previstas, quando o fornecedor:

14.1.1. For liberado;

14.1.2. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

14.1.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

14.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

14.1.5. Por razões de interesse público, devidamente justificado.

14.2. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

14.2.1. Por razão de interesse público; ou



14.2.2. A pedido do fornecedor.

14.3. No caso de cancelamento do registro de preços, poderão ser convocados, a critério da Administração, os demais licitantes classificados.

14.4. O cancelamento da Ata de Registro de Preços fica condicionado à ampla defesa e contraditório no devido processo legal, sem prejuízo da defesa prévia.

## 15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VINCULAÇÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1. Ficam vinculados a Ata de Registro de Preços, dela fazendo parte integrante, independentemente de suas transcrições parciais ou totais, o Edital de licitação respectivo e seus anexos e a proposta final da FORNECEDORA.

## 16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

16.1. A presente Ata de Registro de Preços rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 10.520/02, Lei nº 8.078/90 e por outras normas de direito público ou privado que melhor tutelem o interesse público.

## 17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS

17.1. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal nº 8.666/93, e dos princípios gerais de direito.

## 18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

18.1. Fica eleito o foro da Comarca de Ubatuba, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas da Ata de Registro de Preços.

Assim ajustadas, firmam as partes o presente instrumento, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas, para todos os fins de direito.

Ubatuba - Paraná, 21 de dezembro de 2022.

**MUNICÍPIO DE UBIRATÃ**  
Prefeito de Ubatuba

LEANDRO  
ROSSONI:06807436939

Assinado de forma digital por  
LEANDRO ROSSONI:06807436939  
Dados: 2023.01.09 15:26:50 -03'00'

**CMH - CENTRAL DE MEDICAMENTOS HOSPITALARES**  
Representante legal da empresa





205

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 488/2022**  
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 5862/2022**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 182/2022**

O **MUNICÍPIO DE UBIRATÃ**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ n.º 76.950.096/0001-10, com sede administrativa a Avenida Nilza de Oliveira Pipino, nº 1852, centro, na cidade de Ubatuba, Estado do Paraná, CEP nº 85.440-000, representado pelo Prefeito Fábio de Oliveira Dalécio, e a empresa **OLIMPIO EQUIPAMENTOS HOSPITALARES**, inscrita no CNPJ nº 33.583.026/0001-69, estabelecida à Av. Alziro Zarur, no nº 308, CEP nº 87080-590, na cidade de Maringá, Estado do Paraná, Telefone nº (44) 3354-2553, e-mail (juridico@olimpioequipamentos.com.br), doravante designada como FORNECEDORA, firmam a presente Ata de Registro de Preços que se regerá pelas condições estabelecidas no Processo Licitatório nº 5862/2022, Pregão Eletrônico nº 182/2022 e de acordo com as cláusulas a seguir:

## 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICOS E DE ENFERMAGEM, MATERIAIS DE LIMPEZA, HIGIENE E DESINFECÇÃO, CURATIVOS, EPIS, INSUMOS, INSTRUMENTAIS, MOBILIÁRIO, ELETRODOMÉSTICOS, EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE, DESTINADOS AS UNIDADES DE SAÚDE.**

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO DETALHAMENTO DO OBJETO

2.1. A execução do objeto da Ata de Registro de Preços se dará na seguinte especificação, quantidade máxima estimada, valores unitários e totais:

| LOTE | ITEM | DESCRIÇÃO   | QTD | UN  | V. UNIT | V. TOTAL | MARCA    |
|------|------|---|-----|-----|---------|----------|----------|
| 3    | 303  | Mesa auxiliar, confeccionada em aço inox chapa 24, uma prateleira e tampo, pés tubulares 3/4 em aço inox com rodízios, dimensões aproximadas de 60 cm de comprimento x 40cm de largura x 80 cm de altura. CATMAT 389621 | 12  | UN. | 505,00  | 6.060,00 | RENASCER |

## 3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR GLOBAL REGISTRADO

3.1. O valor global registrado é de **R\$-6.060,00 (SEIS MIL E SESSENTA REAIS)**.

3.2. No valor previsto estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

## 4. CLÁUSULA QUARTA - DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS



4.1. A validade do registro será de 12 (doze) meses, contada a partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, sem possibilidade de prorrogação.

## 5. CLÁUSULA QUINTA - DAS CONTRATAÇÕES DECORRENTES DO REGISTRO

5.1. As contratações decorrentes do registro serão formalizadas por meio de nota de empenho de despesa, autorização de compra, ordem de execução de serviço ou outro instrumento equivalente, conforme prevê o art. 62 da Lei Federal nº 8.666/93.

## 6. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1. O fornecimento do objeto será de acordo com a necessidade do Município, de maneira fracionada.

6.1.1. A Secretaria de Saúde enviará Autorização de Compra para a FORNECEDORA no e-mail indicado em sua proposta e os produtos deverão ser entregues no prazo máximo de 15 dias, na Farmácia Municipal anexa ao Centro de Saúde, localizado na Avenida Carmem Ribeiro Pitombo, 90, Centro de Ubatuba-PR;

6.1.2. No caso de recusa do objeto, o prazo para substituição será a metade do prazo inicialmente estipulado para entrega, sujeitando-se a FORNECEDORA às penalidades previstas na Ata de Registro de Preços.

6.1.3. Os prazos mencionados poderão ser alterados na forma que dispõe o art. 57, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93.

6.2. O objeto deverá ser entregue em perfeitas condições, novo, sem uso, devidamente lacrado em embalagem própria, original do fabricante e sem violação, conforme especificação, prazo e local constante no presente Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal, quando couber.

6.3. O objeto deverá ser entregue em veículo próprio da FORNECEDORA, podendo ser ainda através de serviços postais, transportadoras ou outros serviços de entrega, vedada a entrega através de veículos oficiais e/ou servidores do município.

6.3.1. A FORNECEDORA se sujeita ao recebimento provisório do objeto pelo Município para fins de conferência, independente da forma de entrega, cabendo exclusivamente à FORNECEDORA a retirada/substituição do objeto recusado.

6.4. A FORNECEDORA deverá arcar com todas as despesas referentes à entrega do objeto, como transporte, mão de obra, encargos sociais, pedágio, entre outras.

6.5. O objeto deverá ser entregue com declaração da garantia, sob pena de recusa, sendo responsabilidade da FORNECEDORA a substituição e/ou manutenção do objeto durante o período de garantia, sem ônus adicionais ao município.

6.5.1. Para os itens em que não constar tempo de garantia, deverá ser considerado o mínimo legal de três meses;



## 7. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1. Após a entrega de cada pedido, o objeto será recebido provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade com a especificação; e definitivamente, após verificação da qualidade e consequente aceitação.

7.2. O Município se reserva ao direito de não aceitar objeto que não estiver em conformidade com as exigências apresentadas no presente Termo de Referência.

7.2.1. O motivo da recusa será fundamentado pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços através de notificação, encaminhada por escrito à FORNECEDORA, através do e-mail o qual foi encaminhada a Ordem de Compras.

7.3. A FORNECEDORA é obrigada a substituir, por conta própria, no todo ou em parte, objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, ainda que tenha sido recebido definitivamente.

7.3.1. No caso de não aceitação do objeto, seja no recebimento provisório ou definitivo, os ônus com a substituição correrão exclusivamente por conta da FORNECEDORA, independente da forma de entrega.

7.4. O objeto que por ventura venha a ser recusado deverá ser substituído no prazo estipulado, sob pena de aplicação das penalidades previstas no presente Termo de Referência.

## 8. CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

8.1. São direitos do MUNICÍPIO:

8.1.1. Receber a prestação do objeto nas condições previstas;

8.1.2. Rejeitar, no todo ou em parte, a prestação do objeto que estiver em desacordo com as condições descritas na Ata de Registro de Preços;

8.1.3. Fiscalizar a execução da Ata de Registro de Preços;

8.1.4. Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

8.2. São obrigações do MUNICÍPIO:

8.2.1. Promover, através de seus representantes, o acompanhamento e a fiscalização da Ata de Registro de Preços, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à FORNECEDORA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte daquele;

8.2.2. Cumprir os prazos previstos na Ata de Registro de Preços;

8.2.3. Efetuar o pagamento ajustado, após o recebimento definitivo do objeto solicitado;

8.2.4. Auxiliar no esclarecimento de dúvidas que surjam ao longo da execução da Ata de Registro de Preços;

8.2.5. Decidir sobre eventuais dificuldades na realização do objeto da Ata de Registro de Preços;

8.2.6. Manter, sempre por escrito ou por e-mail, com a FORNECEDORA, os entendimentos sobre o objeto.

### 8.3. São obrigações da FORNECEDORA:

8.3.1. Cumprir todas as obrigações constantes na Ata de Registro de Preços e sua proposta, assumindo exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

8.3.2. Responsabilizar-se por danos ocasionados ao MUNICÍPIO ou a terceiros, causados durante a execução da Ata de Registro de Preços;

8.3.3. Responder por quaisquer compromissos assumidos com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto;

8.3.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078 de 1990);

8.3.5. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado na Ata de Registro de Preços, o objeto com avarias ou defeitos;

8.3.6. Manter contatos com o MUNICÍPIO, sempre por escrito, ressalvados os entendimentos verbais determinados pela urgência do objeto;

8.3.7. Comunicar o MUNICÍPIO, com antecedência, os motivos que impossibilitem o cumprimento dos prazos previstos para execução do objeto, com a devida comprovação;

8.3.8. Manter durante toda a execução da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e apresentá-las no prazo de máximo de 05 (cinco) dias úteis quando solicitada pelo MUNICÍPIO;

8.3.9. Apresentar cópia autêntica do ato constitutivo, estatuto ou contrato social, sempre que houver alteração;

8.3.10. Indicar preposto para representá-la durante a execução da Ata de Registro de Preços;

8.3.11. Prestar os esclarecimentos julgados necessários, bem como informar e manter atualizado (s) o (s) número (s) de telefone, endereço eletrônico (e-mail) e o nome da pessoa autorizada para contatos;

8.3.12. Não utilizar de quaisquer tipos de propaganda visual em benefício de candidato, partido político ou coligação, em veículos ou por funcionários empregados durante a execução dos serviços



contratados, sob pena de aplicação das sanções previstas na Lei Eleitoral 9.504/1997, multa e cancelamento da Ata de Registro de Preços;

8.3.13. Providenciar a assinatura dos Termos Aditivos e remetê-los ao MUNICÍPIO no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados de seu recebimento, sob pena de aplicação das sanções previstas.

## 9. CLÁUSULA NONA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

9.1. O pagamento será efetuado após recebimento de cada pedido, no prazo de até trinta dias contados do recebimento da Nota Fiscal pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

9.2. A fatura deverá ser emitida pela empresa, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas e no próprio instrumento de contrato. O faturamento deverá ser realizado em nome do MUNICÍPIO DE UBIRATÃ, CNPJ Nº 76.950.096/0001-10.

9.3. As despesas para atender a contratação estão programadas em dotação orçamentária prevista no orçamento do Município para o exercício de 2022, na classificação abaixo:

| Órgão | Despesa | Categoria    | Descrição                                | Fonte | Valor      |
|-------|---------|--------------|--|-------|------------|
| 0602  | 3068    | 339030210000 | MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIGIEN | 303   | 22.014,00  |
| 0605  | 3080    | 339030210000 | MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIGIEN | 494   | 70.272,14  |
| 0602  | 4213    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 18.362,50  |
| 0602  | 4216    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 25.302,50  |
| 0603  | 4219    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 8.592,00   |
| 0603  | 4220    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 48.432,50  |
| 0605  | 4226    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 21.464,16  |
| 0605  | 4228    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 21.288,43  |
| 0606  | 4231    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 61.515,75  |
| 0605  | 8224    | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 494   | 20.319,55  |
| 0605  | 8225    | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 494   | 6.426,80   |
| 0605  | 8226    | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 494   | 305.716,10 |
| 0606  | 8228    | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 494   | 48.168,51  |
| 0606  | 8230    | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 494   | 156.861,89 |
| 0602  | 8258    | 339030280000 | MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA         | 494   | 4.002,60   |
| 0605  | 8270    | 339030280000 | MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA         | 494   | 227.872,40 |
| 0603  | 9481    | 339032990100 | Outros Materiais para Distribuição Gratu | 384   | 239.130,00 |
| 0603  | 9482    | 339032990100 | Outros Materiais para Distribuição Gratu | 494   | 5.065,40   |
| 0604  | 10996   | 449052420000 | MOBILIÁRIO EM GERAL                      | 494   | 4.486,28   |
| 0605  | 11001   | 449052120000 | APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS        | 494   | 3.584,68   |
| 0606  | 11005   | 449052420000 | MOBILIÁRIO EM GERAL                      | 494   | 1.677,66   |
| 0606  | 11006   | 449052120000 | APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS        | 494   | 2.220,76   |
| 0606  | 11007   | 449052340000 | MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS      | 494   | 14.200,98  |



|      |       |              | DIVE  |     |           |
|------|-------|--------------|---|-----|-----------|
| 0605 | 11015 | 449052420000 | MOBILIÁRIO EM GERAL                         | 494 | 4.032,32  |
| 0605 | 11022 | 449052080000 | APARELHOS, EQUIP., UT. MÉDICOS-<br>ODONTO., | 494 | 41.478,60 |
| 0602 | 11035 | 449052040000 | APARELHOS DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO           | 494 | 3.656,35  |
| 0605 | 11040 | 449052340000 | MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS<br>DIVE | 494 | 15.997,33 |
| 0605 | 11088 | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                         | 303 | 11.005,00 |

9.4. Para liberação do pagamento à FORNECEDORA, as notas fiscais deverão ser entregues ao Fiscal obrigatoriamente acompanhadas dos seguintes documentos:

9.4.1. Prova de Regularidade com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional;

9.4.2. Prova de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

9.4.3. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

## 10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA

10.1. Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo MUNICÍPIO, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX / 100) / 365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = N. de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

## 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

11.1. Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bens registrados.

11.2. Na hipótese do preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a FORNECEDORA será convocada para que promova a redução dos preços.



11.2.1. Em não sendo reduzido o preço, a FORNECEDORA será liberada do compromisso assumido, podendo o MUNICÍPIO convocar os demais fornecedores classificados para, nas mesmas condições, oferecer igual oportunidade de negociação, ou revogar a ata de registro de preços ou parte dela.

11.3. Na hipótese do preço de mercado tornar-se superior ao registrado, e a FORNECEDORA não puder cumprir as obrigações assumidas, este poderá solicitar revisão dos preços, mediante requerimento fundamentado encaminhado diretamente ao Gestor da Ata de Registro de Preços, a ser protocolado antes do pedido de fornecimento, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação relevante nos preços praticados no mercado.

11.3.1. Procedente o pedido, o MUNICÍPIO poderá efetuar a revisão do preço registrado no valor pleiteado pela FORNECEDORA, caso este esteja de acordo com os valores praticados pelo mercado, ou apresentar contraproposta de preço, compatível com o vigente no mercado, para a garantia do equilíbrio econômico-financeiro.

11.3.2. Caso não aceite a contraproposta de preço apresentada pelo MUNICÍPIO, a FORNECEDORA será liberada do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

11.3.3. Não sendo acatado o pedido de revisão, este será indeferido pelo MUNICÍPIO e a FORNECEDORA continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na Ata de Registro de Preços, sob pena de cancelamento do registro do preço da FORNECEDORA e de aplicação das penalidades administrativas previstas.

11.3.4. Na hipótese do cancelamento do registro do preço do fornecedor, prevista no subitem anterior, o MUNICÍPIO poderá convocar os demais fornecedores, na ordem de classificação, para que manifestem interesse em assumir a execução do objeto pelo preço registrado.

## 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

12.1. Caberá a gestão da Ata de Registro de Preços ao servidor Orlando Francisco Vieira da Silva, lotado na Secretaria de Saúde.

12.2. Caberá a fiscalização da Ata de Registro de Preços ao servidor Henrique Cardoso Gonçalves, lotado na Secretaria de Saúde, e na sua ausência, ficará a cargo do servidor Rodrigo Salustiano da Silva, lotado na Secretaria de Saúde.

12.3. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da FORNECEDORA pelos danos causados ao MUNICÍPIO ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos.

12.4. A ação ou omissão total ou parcial da fiscalização do MUNICÍPIO não elide nem diminui a responsabilidade da FORNECEDORA quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes, responsabilizando esta quanto a quaisquer irregularidades.

12.5. As comunicações entre MUNICÍPIO e FORNECEDORA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.





12.6. Caberá ao gestor e ao fiscal as atribuições constantes na Portaria nº 05/2022.

### 13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

13.1.1. Advertência;

13.1.2. Multa;

13.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Ubatuba;

13.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

13.2. As multas poderão ser:

13.2.1. De caráter moratório, pelo atraso injustificado na entrega ou execução do objeto da Ata de Registro de Preços, nos seguintes percentuais:

13.2.1.1. 2% (dois por cento) ao dia, incidente sobre o valor correspondente à parcela, etapa ou pedido único em que ocorreu o fato, até o limite máximo de 30 (trinta) dias.

A. Extrapolado o limite máximo de 30 (trinta) dias, o percentual da multa será calculado em dobro.

13.2.1.2. 5% (cinco por cento) pelo descumprimento de qualquer outra cláusula da Ata de Registro de Preços durante sua execução, incidente sobre o valor correspondente à parcela, etapa ou pedido único em que ocorreu o fato.

13.2.2. De caráter compensatório, sem prejuízo das multas moratórias, nos seguintes percentuais:

13.2.2.1. 10% (Dez por cento), incidente sobre o valor correspondente à parcela, etapa ou pedido único em que ocorreu o fato, pela inexecução parcial do objeto;

13.2.2.2. 15% (Quinze por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços, pela sua inexecução total.

13.3. A FORNECEDORA poderá ser suspensa temporariamente de participar em licitação e impedida de contratar com o Município de Ubatuba pelo prazo máximo de 02 (dois) anos, sem prejuízo das demais penalidades previstas, quando:

13.3.1. Abandonar a execução da Ata de Registro de Preços;

13.3.2. Incurrir em inexecução da Ata de Registro de Preços; e





13.3.3. Demais hipóteses previstas em lei.

13.4. A FORNECEDORA poderá ser declarada inidônea para licitar ou contratar com a administração pública pelo prazo máximo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das demais penalidades previstas, quando:

13.4.1. Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, a execução da Ata de Registro de Preços;

13.4.2. Agir, comprovadamente, de má-fé na relação pactuada;

13.4.3. Demais hipóteses previstas em lei.

13.5. Estendem-se os efeitos da penalidade de suspensão do direito de contratar com o Município de Ubatuba ou da declaração de inidoneidade:

13.5.1. Às pessoas físicas que constituíram a pessoa jurídica, as quais permanecem impedidas de licitar com a Administração Pública enquanto perdurarem as causas da penalidade, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;

13.5.2. Às pessoas jurídicas que tenham sócios comuns com as pessoas físicas referidas no subitem anterior.

13.6. As sanções previstas poderão ser aplicadas concomitantemente com a sanção de advertência.

13.7. A FORNECEDORA deverá efetuar o pagamento do valor correspondente à multa no prazo e forma estipulados no termo de aplicação de penalidade, podendo ainda ser descontado de pagamentos a que a mesma tenha direito.

13.7.1. Não havendo o pagamento, o valor devido será inscrito em dívida ativa para futura execução fiscal.

13.8. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

13.9. Concomitante às penalidades previstas, a FORNECEDORA se sujeita ao descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 05 (cinco) anos, para efeito do previsto no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02.

13.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13.11. A aplicação das penalidades previstas fica condicionada a ampla defesa e contraditório no devido processo legal, sem prejuízo da defesa prévia.

## 14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS



14.1. O presente registro de preços poderá ser cancelado, sem prejuízo das penalidades previstas, quando o fornecedor:

14.1.1. For liberado;

14.1.2. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

14.1.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

14.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

14.1.5. Por razões de interesse público, devidamente justificado.

14.2. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

14.2.1. Por razão de interesse público; ou

14.2.2. A pedido do fornecedor.

14.3. No caso de cancelamento do registro de preços, poderão ser convocados, a critério da Administração, os demais licitantes classificados.

14.4. O cancelamento da Ata de Registro de Preços fica condicionado à ampla defesa e contraditório no devido processo legal, sem prejuízo da defesa prévia.

## **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VINCULAÇÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

15.1. Ficam vinculados a Ata de Registro de Preços, dela fazendo parte integrante, independentemente de suas transcrições parciais ou totais, o Edital de licitação respectivo e seus anexos e a proposta final da FORNECEDORA.

## **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

16.1. A presente Ata de Registro de Preços rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 10.520/02, Lei nº 8.078/90 e por outras normas de direito público ou privado que melhor tutelem o interesse público.

## **17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS**

17.1. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal nº 8.666/93, e dos princípios gerais de direito.

## **18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO**

**UBIRATÃ**

PREFEITURA



004276

18.1. Fica eleito o foro da Comarca de Ubatuba, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas da Ata de Registro de Preços.

Assim ajustadas, firmam as partes o presente instrumento, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas, para todos os fins de direito.

Ubatuba - Paraná, 21 de dezembro de 2022.

**MUNICÍPIO DE UBIRATÃ**  
Prefeito de Ubatuba

OLIMPIO EQUIPAMENTOS  
HOSPITALARES  
EIRELI:33583026000169

Assinado de forma digital por  
OLIMPIO EQUIPAMENTOS  
HOSPITALARES  
EIRELI:33583026000169  
Dados: 2023.01.09 15:41:05 -03'00'

**OLIMPIO EQUIPAMENTOS HOSPITALARES**  
Representante legal da empresa



**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 475/2022**  
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 5862/2022**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 182/2022**

O **MUNICÍPIO DE UBIRATÃ**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 76.950.096/0001-10, com sede administrativa a Avenida Nilza de Oliveira Pipino, nº 1852, centro, na cidade de Ubatuba, Estado do Paraná, CEP nº 85.440-000, representado pelo Prefeito Fábio de Oliveira Dalécio, e a empresa **STAR PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA LTDA**, inscrita no CNPJ nº 40.087.572/0001-74, estabelecida à Rua Publio Pimentel, sala 01, no nº 2213, CEP nº 85806-125, na cidade de Cascavel, Estado do Paraná, Telefone nº (45) 999821187, e-mail (med.oeste@yahoo.com.br), doravante designada como FORNECEDORA, firmam a presente Ata de Registro de Preços que se regerá pelas condições estabelecidas no Processo Licitatório nº 5862/2022, Pregão Eletrônico nº 182/2022 e de acordo com as cláusulas a seguir:

## 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICOS E DE ENFERMAGEM, MATERIAIS DE LIMPEZA, HIGIENE E DESINFECÇÃO, CURATIVOS, EPIS, INSUMOS, INSTRUMENTAIS, MOBILIÁRIO, ELETRODOMÉSTICOS, EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE, DESTINADOS AS UNIDADES DE SAÚDE.**

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO DETALHAMENTO DO OBJETO

2.1. A execução do objeto da Ata de Registro de Preços se dará na seguinte especificação, quantidade máxima estimada, valores unitários e totais:

| LOTE | ITEM | DESCRIÇÃO  | QTD | UN  | V. UNIT | V. TOTAL | MARCA      |
|------|------|--|-----|-----|---------|----------|------------|
| 1    | 14   | Álcool em gel antisséptico na concentração de 70º INPM, neutro, indicado para higienização e desinfecção das mãos, bactericida, sem enxague, dermatologicamente testado, embalagem com válvula pump becker, 500ml/430g. CATMAT 269943. | 800 | FR  | 5,35    | 4.280,00 | VALE VERDE |
| 1    | 183  | Pano multiuso composto de poliéster e viscose, bactericida, absorvível, picotado a cada 50 cm, não deve soltar fiapos e nem agredir a superfície ou pele. Tamanho mínimo 28cm x 300m. CATMAT 380546                                    | 70  | UN. | 92,00   | 6.440,00 | NOBRE      |
| 1    | 184  | Papel toalha branco, interfolhado, tamanho mínimo de 20 cm x 21cm, 100% celulose, duas dobras, folha simples, de alta absorção, sem esfarelamento. Embalagem com 1000 folhas. CATMAT 436328  | 800 | PC  | 9,50    | 7.600,00 | ECOOPEL    |

## 3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR GLOBAL REGISTRADO

3.1. O valor global registrado é de R\$-18.320,00 (DEZOITO MIL E TREZENTOS E VINTE REAIS).





3.2. No valor previsto estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

#### **4. CLÁUSULA QUARTA - DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. A validade do registro será de 12 (doze) meses, contada a partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, sem possibilidade de prorrogação.

#### **5. CLÁUSULA QUINTA - DAS CONTRATAÇÕES DECORRENTES DO REGISTRO**

5.1. As contratações decorrentes do registro serão formalizadas por meio de nota de empenho de despesa, autorização de compra, ordem de execução de serviço ou outro instrumento equivalente, conforme prevê o art. 62 da Lei Federal nº 8.666/93.

#### **6. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO**

6.1. O fornecimento do objeto será de acordo com a necessidade do Município, de maneira fracionada.

6.1.1. A Secretaria de Saúde enviará Autorização de Compra para a FORNECEDORA no e-mail indicado em sua proposta e os produtos deverão ser entregues no prazo máximo de 15 dias, na Farmácia Municipal anexa ao Centro de Saúde, localizado na Avenida Carmem Ribeiro Pitombo, 90, Centro de Ubatuba-PR;

6.1.2. No caso de recusa do objeto, o prazo para substituição será a metade do prazo inicialmente estipulado para entrega, sujeitando-se a FORNECEDORA às penalidades previstas na Ata de Registro de Preços.

6.1.3. Os prazos mencionados poderão ser alterados na forma que dispõe o art. 57, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93.

6.2. O objeto deverá ser entregue em perfeitas condições, novo, sem uso, devidamente lacrado em embalagem própria, original do fabricante e sem violação, conforme especificação, prazo e local constante no presente Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal, quando couber.

6.3. O objeto deverá ser entregue em veículo próprio da FORNECEDORA, podendo ser ainda através de serviços postais, transportadoras ou outros serviços de entrega, vedada a entrega através de veículos oficiais e/ou servidores do município.

6.3.1. A FORNECEDORA se sujeita ao recebimento provisório do objeto pelo Município para fins de conferência, independente da forma de entrega, cabendo exclusivamente à FORNECEDORA a retirada/substituição do objeto recusado.

6.4. A FORNECEDORA deverá arcar com todas as despesas referentes à entrega do objeto, como transporte, mão de obra, encargos sociais, pedágio, entre outras.

6.5. O objeto deverá ser entregue com declaração da garantia, sob pena de recusa, sendo responsabilidade da FORNECEDORA a substituição e/ou manutenção do objeto durante o período de garantia, sem ônus adicionais ao município.



6.5.1. Para os itens em que não constar tempo de garantia, deverá ser considerado o mínimo legal de três meses;

## 7. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1. Após a entrega de cada pedido, o objeto será recebido provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade com a especificação; e definitivamente, após verificação da qualidade e consequente aceitação.

7.2. O Município se reserva ao direito de não aceitar objeto que não estiver em conformidade com as exigências apresentadas no presente Termo de Referência.

7.2.1. O motivo da recusa será fundamentado pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços através de notificação, encaminhada por escrito à FORNECEDORA, através do e-mail o qual foi encaminhada a Ordem de Compras.

7.3. A FORNECEDORA é obrigada a substituir, por conta própria, no todo ou em parte, objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, ainda que tenha sido recebido definitivamente.

7.3.1. No caso de não aceitação do objeto, seja no recebimento provisório ou definitivo, os ônus com a substituição correrão exclusivamente por conta da FORNECEDORA, independente da forma de entrega.

7.4. O objeto que por ventura venha a ser recusado deverá ser substituído no prazo estipulado, sob pena de aplicação das penalidades previstas no presente Termo de Referência.

## 8. CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

### 8.1. São direitos do MUNICÍPIO:

8.1.1. Receber a prestação do objeto nas condições previstas;

8.1.2. Rejeitar, no todo ou em parte, a prestação do objeto que estiver em desacordo com as condições descritas na Ata de Registro de Preços;

8.1.3. Fiscalizar a execução da Ata de Registro de Preços;

8.1.4. Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

### 8.2. São obrigações do MUNICÍPIO:

8.2.1. Promover, através de seus representantes, o acompanhamento e a fiscalização da Ata de Registro de Preços, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à FORNECEDORA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte daquele;

8.2.2. Cumprir os prazos previstos na Ata de Registro de Preços;

8.2.3. Efetuar o pagamento ajustado, após o recebimento definitivo do objeto solicitado;

8.2.4. Auxiliar no esclarecimento de dúvidas que surjam ao longo da execução da Ata de Registro de Preços;

8.2.5. Decidir sobre eventuais dificuldades na realização do objeto da Ata de Registro de Preços;

8.2.6. Manter, sempre por escrito ou por e-mail, com a FORNECEDORA, os entendimentos sobre o objeto.

## 8.3. São obrigações da FORNECEDORA:

- 8.3.1. Cumprir todas as obrigações constantes na Ata de Registro de Preços e sua proposta, assumindo exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- 8.3.2. Responsabilizar-se por danos ocasionados ao MUNICÍPIO ou a terceiros, causados durante a execução da Ata de Registro de Preços;
- 8.3.3. Responder por quaisquer compromissos assumidos com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto;
- 8.3.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078 de 1990);
- 8.3.5. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado na Ata de Registro de Preços, o objeto com avarias ou defeitos;
- 8.3.6. Manter contatos com o MUNICÍPIO, sempre por escrito, ressalvados os entendimentos verbais determinados pela urgência do objeto;
- 8.3.7. Comunicar o MUNICÍPIO, com antecedência, os motivos que impossibilitem o cumprimento dos prazos previstos para execução do objeto, com a devida comprovação;
- 8.3.8. Manter durante toda a execução da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e apresentá-las no prazo de máximo de 05 (cinco) dias úteis quando solicitada pelo MUNICÍPIO;
- 8.3.9. Apresentar cópia autêntica do ato constitutivo, estatuto ou contrato social, sempre que houver alteração;
- 8.3.10. Indicar preposto para representá-la durante a execução da Ata de Registro de Preços;
- 8.3.11. Prestar os esclarecimentos julgados necessários, bem como informar e manter atualizado (s) o (s) número (s) de telefone, endereço eletrônico (e-mail) e o nome da pessoa autorizada para contatos;
- 8.3.12. Não utilizar de quaisquer tipos de propaganda visual em benefício de candidato, partido político ou coligação, em veículos ou por funcionários empregados durante a execução dos serviços contratados, sob pena de aplicação das sanções previstas na Lei Eleitoral 9.504/1997, multa e cancelamento da Ata de Registro de Preços;
- 8.3.13. Providenciar a assinatura dos Termos Aditivos e remetê-los ao MUNICÍPIO no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados de seu recebimento, sob pena de aplicação das sanções previstas.

## 9. CLÁUSULA NONA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 9.1. O pagamento será efetuado após recebimento de cada pedido, no prazo de até trinta dias contados do recebimento da Nota Fiscal pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.





UJ

9.2. A fatura deverá ser emitida pela empresa, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas e no próprio instrumento de contrato. O faturamento deverá ser realizado em nome do MUNICÍPIO DE UBIRATÃ, CNPJ Nº 76.950.096/0001-10.

9.3. As despesas para atender a contratação estão programadas em dotação orçamentária prevista no orçamento do Município para o exercício de 2022, na classificação abaixo:

| Órgão | Despesa | Categoria    | Descrição                                | Fonte | Valor      |
|-------|---------|--------------|--|-------|------------|
| 0602  | 3068    | 339030210000 | MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIGIEN | 303   | 22.014,00  |
| 0605  | 3080    | 339030210000 | MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIGIEN | 494   | 70.272,14  |
| 0602  | 4213    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 18.362,50  |
| 0602  | 4216    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 25.302,50  |
| 0603  | 4219    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 8.592,00   |
| 0603  | 4220    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 48.432,50  |
| 0605  | 4226    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 21.464,16  |
| 0605  | 4228    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 21.288,43  |
| 0606  | 4231    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 61.515,75  |
| 0605  | 8224    | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 494   | 20.319,55  |
| 0605  | 8225    | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 494   | 6.426,80   |
| 0605  | 8226    | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 494   | 305.716,10 |
| 0606  | 8228    | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 494   | 48.168,51  |
| 0606  | 8230    | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 494   | 156.861,89 |
| 0602  | 8258    | 339030280000 | MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA         | 494   | 4.002,60   |
| 0605  | 8270    | 339030280000 | MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA         | 494   | 227.872,40 |
| 0603  | 9481    | 339032990100 | Outros Materiais para Distribuição Gratu | 384   | 239.130,00 |
| 0603  | 9482    | 339032990100 | Outros Materiais para Distribuição Gratu | 494   | 5.065,40   |
| 0604  | 10996   | 449052420000 | MOBILIÁRIO EM GERAL                      | 494   | 4.486,28   |
| 0605  | 11001   | 449052120000 | APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS        | 494   | 3.584,68   |
| 0606  | 11005   | 449052420000 | MOBILIÁRIO EM GERAL                      | 494   | 1.677,66   |
| 0606  | 11006   | 449052120000 | APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS        | 494   | 2.220,76   |
| 0606  | 11007   | 449052340000 | MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVE | 494   | 14.200,98  |
| 0605  | 11015   | 449052420000 | MOBILIÁRIO EM GERAL                      | 494   | 4.032,32   |
| 0605  | 11022   | 449052080000 | APARELHOS, EQUIP., UT. MÉDICOS-ODONTO.,  | 494   | 41.478,60  |
| 0602  | 11035   | 449052040000 | APARELHOS DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO        | 494   | 3.656,35   |
| 0605  | 11040   | 449052340000 | MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVE | 494   | 15.997,33  |
| 0605  | 11088   | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 303   | 11.005,00  |

9.4. Para liberação do pagamento à FORNECEDORA, as notas fiscais deverão ser entregues ao Fiscais obrigatoriamente acompanhadas dos seguintes documentos:

9.4.1. Prova de Regularidade com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional;

9.4.2. Prova de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

9.4.3. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

## 10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA





U

10.1. Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo MUNICÍPIO, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX / 100) / 365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = N. de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

## 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

11.1. Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bens registrados.

11.2. Na hipótese do preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a FORNECEDORA será convocada para que promova a redução dos preços.

11.2.1. Em não sendo reduzido o preço, a FORNECEDORA será liberada do compromisso assumido, podendo o MUNICÍPIO convocar os demais fornecedores classificados para, nas mesmas condições, oferecer igual oportunidade de negociação, ou revogar a ata de registro de preços ou parte dela.

11.3. Na hipótese do preço de mercado tornar-se superior ao registrado, e a FORNECEDORA não puder cumprir as obrigações assumidas, este poderá solicitar revisão dos preços, mediante requerimento fundamentado encaminhado diretamente ao Gestor da Ata de Registro de Preços, a ser protocolado antes do pedido de fornecimento, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação relevante nos preços praticados no mercado.

11.3.1. Procedente o pedido, o MUNICÍPIO poderá efetuar a revisão do preço registrado no valor pleiteado pela FORNECEDORA, caso este esteja de acordo com os valores praticados pelo mercado, ou apresentar contraproposta de preço, compatível com o vigente no mercado, para a garantia do equilíbrio econômico-financeiro.

11.3.2. Caso não aceite a contraproposta de preço apresentada pelo MUNICÍPIO, a FORNECEDORA será liberada do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

11.3.3. Não sendo acatado o pedido de revisão, este será indeferido pelo MUNICÍPIO e a FORNECEDORA continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na Ata de Registro de Preços, sob pena de cancelamento do registro do preço da FORNECEDORA e de aplicação das penalidades administrativas previstas.

11.3.4. Na hipótese do cancelamento do registro do preço do fornecedor, prevista no subitem anterior, o MUNICÍPIO poderá convocar os demais fornecedores, na ordem de classificação, para que manifestem interesse em assumir a execução do objeto pelo preço registrado.

## 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO



12.1. Caberá a gestão da Ata de Registro de Preços ao servidor Orlando Francisco Vieira da Silva, lotado na Secretaria de Saúde.

12.2. Caberá a fiscalização da Ata de Registro de Preços ao servidor Henrique Cardoso Gonçalves, lotado na Secretaria de Saúde, e na sua ausência, ficará a cargo do servidor Rodrigo Salustiano da Silva, lotado na Secretaria de Saúde.

12.3. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da FORNECEDORA pelos danos causados ao MUNICÍPIO ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos.

12.4. A ação ou omissão total ou parcial da fiscalização do MUNICÍPIO não elide nem diminui a responsabilidade da FORNECEDORA quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes, responsabilizando esta quanto a quaisquer irregularidades.

12.5. As comunicações entre MUNICÍPIO e FORNECEDORA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

12.6. Caberá ao gestor e ao fiscal as atribuições constantes na Portaria nº 05/2022.

### 13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

13.1.1. Advertência;

13.1.2. Multa;

13.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Ubatuba;

13.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

13.2. As multas poderão ser:

13.2.1. De caráter moratório, pelo atraso injustificado na entrega ou execução do objeto da Ata de Registro de Preços, nos seguintes percentuais:

13.2.1.1. 2% (dois por cento) ao dia, incidente sobre o valor correspondente à parcela, etapa ou pedido único em que ocorreu o fato, até o limite máximo de 30 (trinta) dias.

A. Extrapolado o limite máximo de 30 (trinta) dias, o percentual da multa será calculado em dobro.

13.2.1.2. 5% (cinco por cento) pelo descumprimento de qualquer outra cláusula da Ata de Registro de Preços durante sua execução, incidente sobre o valor correspondente à parcela, etapa ou pedido único em que ocorreu o fato.

13.2.2. De caráter compensatório, sem prejuízo das multas moratórias, nos seguintes percentuais:

13.2.2.1. 10% (Dez por cento), incidente sobre o valor correspondente à parcela, etapa ou pedido único em que ocorreu o fato, pela inexecução parcial do objeto;

13.2.2.2. 15% (Quinze por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços, pela sua inexecução total.

13.3. A FORNECEDORA poderá ser suspensa temporariamente de participar em licitação e impedida de contratar com o Município de Ubatuba pelo prazo máximo de 02 (dois) anos, sem prejuízo das demais penalidades previstas, quando:

13.3.1. Abandonar a execução da Ata de Registro de Preços;

13.3.2. Incorrer em inexecução da Ata de Registro de Preços; e

13.3.3. Demais hipóteses previstas em lei.

13.4. A FORNECEDORA poderá ser declarada inidônea para licitar ou contratar com a administração pública pelo prazo máximo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das demais penalidades previstas, quando:

13.4.1. Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, a execução da Ata de Registro de Preços;

13.4.2. Agir, comprovadamente, de má-fé na relação pactuada;

13.4.3. Demais hipóteses previstas em lei.

13.5. Estendem-se os efeitos da penalidade de suspensão do direito de contratar com o Município de Ubatuba ou da declaração de inidoneidade:

13.5.1. Às pessoas físicas que constituíram a pessoa jurídica, as quais permanecem impedidas de licitar com a Administração Pública enquanto perdurarem as causas da penalidade, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;

13.5.2. Às pessoas jurídicas que tenham sócios comuns com as pessoas físicas referidas no subitem anterior.

13.6. As sanções previstas poderão ser aplicadas concomitantemente com a sanção de advertência.

13.7. A FORNECEDORA deverá efetuar o pagamento do valor correspondente à multa no prazo e forma estipulados no termo de aplicação de penalidade, podendo ainda ser descontado de pagamentos a que a mesma tenha direito.

13.7.1. Não havendo o pagamento, o valor devido será inscrito em dívida ativa para futura execução fiscal.

13.8. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

13.9. Concomitante às penalidades previstas, a FORNECEDORA se sujeita ao descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 05 (cinco) anos, para efeito do previsto no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02.

13.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13.11. A aplicação das penalidades previstas fica condicionada a ampla defesa e contraditório no devido processo legal, sem prejuízo da defesa prévia.

## 14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

14.1. O presente registro de preços poderá ser cancelado, sem prejuízo das penalidades previstas, quando o fornecedor:

14.1.1. For liberado;

14.1.2. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

14.1.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

14.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

14.1.5. Por razões de interesse público, devidamente justificado.

14.2. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

14.2.1. Por razão de interesse público; ou

14.2.2. A pedido do fornecedor.

14.3. No caso de cancelamento do registro de preços, poderão ser convocados, a critério da Administração, os demais licitantes classificados.

14.4. O cancelamento da Ata de Registro de Preços fica condicionado à ampla defesa e contraditório no devido processo legal, sem prejuízo da defesa prévia.

## 15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VINCULAÇÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1. Ficam vinculados a Ata de Registro de Preços, dela fazendo parte integrante, independentemente de suas transcrições parciais ou totais, o Edital de licitação respectivo e seus anexos e a proposta final da FORNECEDORA.

## 16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

16.1. A presente Ata de Registro de Preços rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 10.520/02, Lei nº 8.078/90 e por outras normas de direito público ou privado que melhor tutelem o interesse público.

## 17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS

17.1. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal nº 8.666/93, e dos princípios gerais de direito.

## 18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO



# UBIRATÃ

PREFEITURA



004286

UB

18.1. Fica eleito o foro da Comarca de Ubatuba, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas da Ata de Registro de Preços.

Assim ajustadas, firmam as partes o presente instrumento, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas, para todos os fins de direito.

Ubatuba - Paraná, 21 de dezembro de 2022.

**MUNICÍPIO DE UBIRATÃ**

Prefeito de Ubatuba

Documento assinado digitalmente

gov.br

EDISSON LUIZ SCHITICOSKI

Data: 09/01/2023 16:07:03-0300

Verifique em <https://verificador.iti.br>

**STAR PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA LTDA**

Representante legal da empresa



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 499/2022  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 5862/2022  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 182/2022

O **MUNICÍPIO DE UBIRATÃ**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 76.950.096/0001-10, com sede administrativa a Avenida Nilza de Oliveira Pipino, nº 1852, centro, na cidade de Ubiratã, Estado do Paraná, CEP nº 85.440-000, representado pelo Prefeito Fábio de Oliveira Dalécio, e a empresa **K F ANTONELLI LTDA**, inscrita no CNPJ nº 48.065.681/0001-00, estabelecida à Rua Vicente Machado, no nº 1305, CEP nº 85812-150, na cidade de Cascavel, Estado do Paraná, Telefone nº (45) 99814-4849, e-mail (antonelli.kf@hotmail.com), doravante designada como FORNECEDORA, firmam a presente Ata de Registro de Preços que se regerá pelas condições estabelecidas no Processo Licitatório nº 5862/2022, Pregão Eletrônico nº 182/2022 e de acordo com as cláusulas a seguir:

## 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICOS E DE ENFERMAGEM, MATERIAIS DE LIMPEZA, HIGIENE E DESINFECÇÃO, CURATIVOS, EPIS, INSUMOS, INSTRUMENTAIS, MOBILIÁRIO, ELETRODOMÉSTICOS, EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE, DESTINADOS AS UNIDADES DE SAÚDE.**

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO DETALHAMENTO DO OBJETO

2.1. A execução do objeto da Ata de Registro de Preços se dará na seguinte especificação, quantidade máxima estimada, valores unitários e totais:

| LOTE | ITEM | DESCRIÇÃO  | QTD | UN  | V. UNIT | V. TOTAL | MARCA  |
|------|------|--|-----|-----|---------|----------|--------|
| 1    | 85   | Dispenser de parede para sabonete líquido ou álcool gel, acionamento por sensor de presença com detecção em até 12 cm de distância, capacidade 700 ml, chave liga/desliga, alimentação por pilhas, cor brana, 6 meses de garantia. CATMAT 330355                                   | 50  | UN. | 196,30  | 9.815,00 | BIOVIS |
| 1    | 86   | Dispenser para papel higiênico rolo de 300 metros, fabricado em polipropileno, abertura com trava ou chave manual, com visor, cor branca, tamanho aproximado 23 cm de altura x 21 cm de largura x 11 cm de profundidade, incluso parafusos e buchas para instalação. CATMAT 422811 | 50  | UN. | 28,00   | 1.400,00 | NOBRE  |
| 1    | 87   | Dispenser para papel toalha interfolhado 2 ou 3 dobras, manual, fabricado em plástico de alta resistência, com visor frontal, capacidade para 500 folhas, fechamento/abertura manual ou com chave, tamanho 25 cm de  | 50  | UN. | 28,00   | 1.400,00 | NOBRE  |

*bela, amada e gentil*

Av. Nilza de Oliveira Pipino - 1852  
CEP 85.440-000 | Fone (44) 3543-8000  
[www.ubirata.pr.gov.br](http://www.ubirata.pr.gov.br)



|   |     |   |     |    |       |          |          |
|---|-----|---|-----|----|-------|----------|----------|
|   |     | largura x 30 cm de altura x 12 cm de espessura, cor branca, incluso kit de instalação. CATMAT 483010  |     |    |       |          |          |
| 1 | 216 | Sabonete líquido cremoso, erva doce, ph fisiológico entre 6 e 8, bem espesso, alta emoliência, deve proporcionar limpeza sem agredir ou recessar a pele. Frasco 5 litros. CATMAT 463131 | 150 | GL | 37,30 | 5.595,00 | PREMISSE |

### 3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR GLOBAL REGISTRADO

3.1. O valor global registrado é de R\$-18.210,00 (DEZOITO MIL E DUZENTOS E DEZ REAIS).

3.2. No valor previsto estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

### 4. CLÁUSULA QUARTA - DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A validade do registro será de 12 (doze) meses, contada a partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, sem possibilidade de prorrogação.

### 5. CLÁUSULA QUINTA - DAS CONTRATAÇÕES DECORRENTES DO REGISTRO

5.1. As contratações decorrentes do registro serão formalizadas por meio de nota de empenho de despesa, autorização de compra, ordem de execução de serviço ou outro instrumento equivalente, conforme prevê o art. 62 da Lei Federal nº 8.666/93.

### 6. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1. O fornecimento do objeto será de acordo com a necessidade do Município, de maneira fracionada.

6.1.1. A Secretaria de Saúde enviará Autorização de Compra para a FORNECEDORA no e-mail indicado em sua proposta e os produtos deverão ser entregues no prazo máximo de 15 dias, na Farmácia Municipal anexa ao Centro de Saúde, localizado na Avenida Carmem Ribeiro Pitombo, 90, Centro de Ubiratã-PR;

6.1.2. No caso de recusa do objeto, o prazo para substituição será a metade do prazo inicialmente estipulado para entrega, sujeitando-se a FORNECEDORA às penalidades previstas na Ata de Registro de Preços.

6.1.3. Os prazos mencionados poderão ser alterados na forma que dispõe o art. 57, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93.

6.2. O objeto deverá ser entregue em perfeitas condições, novo, sem uso, devidamente lacrado em embalagem própria, original do fabricante e sem violação, conforme especificação, prazo e local constante no presente Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal, quando couber.

*bela, amada e gentil*

Av. Nilza de Oliveira Pipino - 1852  
CEP 85.440-000 | Fone (44) 3543-8000  
[www.ubirata.pr.gov.br](http://www.ubirata.pr.gov.br)



6.3. O objeto deverá ser entregue em veículo próprio da FORNECEDORA, podendo ser ainda através de serviços postais, transportadoras ou outros serviços de entrega, vedada a entrega através de veículos oficiais e/ou servidores do município.

6.3.1. A FORNECEDORA se sujeita ao recebimento provisório do objeto pelo Município para fins de conferência, independente da forma de entrega, cabendo exclusivamente à FORNECEDORA a retirada/substituição do objeto recusado.

6.4. A FORNECEDORA deverá arcar com todas as despesas referentes à entrega do objeto, como transporte, mão de obra, encargos sociais, pedágio, entre outras.

6.5. O objeto deverá ser entregue com declaração da garantia, sob pena de recusa, sendo responsabilidade da FORNECEDORA a substituição e/ou manutenção do objeto durante o período de garantia, sem ônus adicionais ao município.

6.5.1. Para os itens em que não constar tempo de garantia, deverá ser considerado o mínimo legal de três meses;

## 7. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1. Após a entrega de cada pedido, o objeto será recebido provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade com a especificação; e definitivamente, após verificação da qualidade e consequente aceitação.

7.2. O Município se reserva ao direito de não aceitar objeto que não estiver em conformidade com as exigências apresentadas no presente Termo de Referência.

7.2.1. O motivo da recusa será fundamentado pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços através de notificação, encaminhada por escrito à FORNECEDORA, através do e-mail o qual foi encaminhada a Ordem de Compras.

7.3. A FORNECEDORA é obrigada a substituir, por conta própria, no todo ou em parte, objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, ainda que tenha sido recebido definitivamente.

7.3.1. No caso de não aceitação do objeto, seja no recebimento provisório ou definitivo, os ônus com a substituição correrão exclusivamente por conta da FORNECEDORA, independente da forma de entrega.

7.4. O objeto que por ventura venha a ser recusado deverá ser substituído no prazo estipulado, sob pena de aplicação das penalidades previstas no presente Termo de Referência.

## 8. CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

### 8.1. São direitos do MUNICÍPIO:

8.1.1. Receber a prestação do objeto nas condições previstas;

8.1.2. Rejeitar, no todo ou em parte, a prestação do objeto que estiver em desacordo com as condições descritas na Ata de Registro de Preços;

8.1.3. Fiscalizar a execução da Ata de Registro de Preços;

8.1.4. Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

*bela, amada e gentil*

Av. Nilza de Oliveira Pipino - 1852  
CEP 85.440-000 | Fone (44) 3543-8000  
[www.ubirata.pr.gov.br](http://www.ubirata.pr.gov.br)





## 8.2. São obrigações do MUNICÍPIO:

8.2.1. Promover, através de seus representantes, o acompanhamento e a fiscalização da Ata de Registro de Preços, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à FORNECEDORA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte daquele;

8.2.2. Cumprir os prazos previstos na Ata de Registro de Preços;

8.2.3. Efetuar o pagamento ajustado, após o recebimento definitivo do objeto solicitado;

8.2.4. Auxiliar no esclarecimento de dúvidas que surjam ao longo da execução da Ata de Registro de Preços;

8.2.5. Decidir sobre eventuais dificuldades na realização do objeto da Ata de Registro de Preços;

8.2.6. Manter, sempre por escrito ou por e-mail, com a FORNECEDORA, os entendimentos sobre o objeto.

## 8.3. São obrigações da FORNECEDORA:

8.3.1. Cumprir todas as obrigações constantes na Ata de Registro de Preços e sua proposta, assumindo exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

8.3.2. Responsabilizar-se por danos ocasionados ao MUNICÍPIO ou a terceiros, causados durante a execução da Ata de Registro de Preços;

8.3.3. Responder por quaisquer compromissos assumidos com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto;

8.3.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078 de 1990);

8.3.5. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado na Ata de Registro de Preços, o objeto com avarias ou defeitos;

8.3.6. Manter contatos com o MUNICÍPIO, sempre por escrito, ressalvados os entendimentos verbais determinados pela urgência do objeto;

8.3.7. Comunicar o MUNICÍPIO, com antecedência, os motivos que impossibilitem o cumprimento dos prazos previstos para execução do objeto, com a devida comprovação;

8.3.8. Manter durante toda a execução da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e apresentá-las no prazo de máximo de 05 (cinco) dias úteis quando solicitada pelo MUNICÍPIO;

8.3.9. Apresentar cópia autêntica do ato constitutivo, estatuto ou contrato social, sempre que houver alteração;

8.3.10. Indicar preposto para representá-la durante a execução da Ata de Registro de Preços;

*bela, amada e gentil*

Av. Nilza de Oliveira Pipino - 1852  
CEP 85.440-000 | Fone (44) 3543-8000  
[www.ubirata.pr.gov.br](http://www.ubirata.pr.gov.br)



8.3.11. Prestar os esclarecimentos julgados necessários, bem como informar e manter atualizado (s) o (s) número (s) de telefone, endereço eletrônico (e-mail) e o nome da pessoa autorizada para contatos;

8.3.12. Não utilizar de quaisquer tipos de propaganda visual em benefício de candidato, partido político ou coligação, em veículos ou por funcionários empregados durante a execução dos serviços contratados, sob pena de aplicação das sanções previstas na Lei Eleitoral 9.504/1997, multa e cancelamento da Ata de Registro de Preços;

8.3.13. Providenciar a assinatura dos Termos Aditivos e remetê-los ao MUNICÍPIO no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados de seu recebimento, sob pena de aplicação das sanções previstas.

## 9. CLÁUSULA NONA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

9.1. O pagamento será efetuado após recebimento de cada pedido, no prazo de até trinta dias contados do recebimento da Nota Fiscal pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

9.2. A fatura deverá ser emitida pela empresa, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas e no próprio instrumento de contrato. O faturamento deverá ser realizado em nome do MUNICÍPIO DE UBIRATÃ, CNPJ Nº 76.950.096/0001-10.

9.3. As despesas para atender a contratação estão programadas em dotação orçamentária prevista no orçamento do Município para o exercício de 2022, na classificação abaixo:

| Órgão | Despesa | Categoria    | Descrição                                | Fonte | Valor      |
|-------|---------|--------------|--|-------|------------|
| 0602  | 3068    | 339030210000 | MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIGIEN | 303   | 22.014,00  |
| 0605  | 3080    | 339030210000 | MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIGIEN | 494   | 70.272,14  |
| 0602  | 4213    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 18.362,50  |
| 0602  | 4216    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 25.302,50  |
| 0603  | 4219    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 8.592,00   |
| 0603  | 4220    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 48.432,50  |
| 0605  | 4226    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 21.464,16  |
| 0605  | 4228    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 21.288,43  |
| 0606  | 4231    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 61.515,75  |
| 0605  | 8224    | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 494   | 20.319,55  |
| 0605  | 8225    | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 494   | 6.426,80   |
| 0605  | 8226    | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 494   | 305.716,10 |
| 0606  | 8228    | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 494   | 48.168,51  |
| 0606  | 8230    | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 494   | 156.861,89 |
| 0602  | 8258    | 339030280000 | MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA         | 494   | 4.002,60   |
| 0605  | 8270    | 339030280000 | MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA         | 494   | 227.872,40 |
| 0603  | 9481    | 339032990100 | Outros Materiais para Distribuição Gratu | 384   | 239.130,00 |
| 0603  | 9482    | 339032990100 | Outros Materiais para Distribuição Gratu | 494   | 5.065,40   |
| 0604  | 10996   | 449052420000 | MOBILIÁRIO EM GERAL                      | 494   | 4.486,28   |
| 0605  | 11001   | 449052120000 | APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS        | 494   | 3.584,68   |
| 0606  | 11005   | 449052420000 | MOBILIÁRIO EM GERAL                      | 494   | 1.677,66   |
| 0606  | 11006   | 449052120000 | APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS        | 494   | 2.220,76   |
| 0606  | 11007   | 449052340000 | MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVE | 494   | 14.200,98  |

*bela, amada e gentil*



|      |       |              |  |     |           |
|------|-------|--------------|--|-----|-----------|
| 0605 | 11015 | 449052420000 | MOBILIÁRIO EM GERAL                      | 494 | 4.032,32  |
| 0605 | 11022 | 449052080000 | APARELHOS, EQUIP., UT. MÉDICOS-ODONTO.,  | 494 | 41.478,60 |
| 0602 | 11035 | 449052040000 | APARELHOS DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO        | 494 | 3.656,35  |
| 0605 | 11040 | 449052340000 | MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVE | 494 | 15.997,33 |
| 0605 | 11088 | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 303 | 11.005,00 |

9.4. Para liberação do pagamento à FORNECEDORA, as notas fiscais deverão ser entregues ao Fiscal obrigatoriamente acompanhadas dos seguintes documentos:

9.4.1. Prova de Regularidade com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional;

9.4.2. Prova de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

9.4.3. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

## 10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA

10.1. Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo MUNICÍPIO, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX / 100) / 365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = N. de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

## 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

11.1. Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bens registrados.

11.2. Na hipótese do preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a FORNECEDORA será convocada para que promova a redução dos preços.

11.2.1. Em não sendo reduzido o preço, a FORNECEDORA será liberada do compromisso assumido, podendo o MUNICÍPIO convocar os demais fornecedores classificados para, nas mesmas condições, oferecer igual oportunidade de negociação, ou revogar a ata de registro de preços ou parte dela.

11.3. Na hipótese do preço de mercado tornar-se superior ao registrado, e a FORNECEDORA não puder cumprir as obrigações assumidas, este poderá solicitar revisão dos preços, mediante requerimento fundamentado encaminhado diretamente ao Gestor da Ata de Registro de Preços, a ser protocolado antes do pedido de

*bela, amada e gentil*

Av. Nilza de Oliveira Pipino - 1852  
CEP 85.440-000 | Fone (44) 3543-8000  
[www.ubirata.pr.gov.br](http://www.ubirata.pr.gov.br)





fornecimento, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação relevante nos preços praticados no mercado.

11.3.1. Procedente o pedido, o MUNICÍPIO poderá efetuar a revisão do preço registrado no valor pleiteado pela FORNECEDORA, caso este esteja de acordo com os valores praticados pelo mercado, ou apresentar contraproposta de preço, compatível com o vigente no mercado, para a garantia do equilíbrio econômico-financeiro.

11.3.2. Caso não aceite a contraproposta de preço apresentada pelo MUNICÍPIO, a FORNECEDORA será liberada do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

11.3.3. Não sendo acatado o pedido de revisão, este será indeferido pelo MUNICÍPIO e a FORNECEDORA continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na Ata de Registro de Preços, sob pena de cancelamento do registro do preço da FORNECEDORA e de aplicação das penalidades administrativas previstas.

11.3.4. Na hipótese do cancelamento do registro do preço do fornecedor, prevista no subitem anterior, o MUNICÍPIO poderá convocar os demais fornecedores, na ordem de classificação, para que manifestem interesse em assumir a execução do objeto pelo preço registrado.

## 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

12.1. Caberá a gestão da Ata de Registro de Preços ao servidor Orlando Francisco Vieira da Silva, lotado na Secretaria de Saúde.

12.2. Caberá a fiscalização da Ata de Registro de Preços ao servidor Henrique Cardoso Gonçalves, lotado na Secretaria de Saúde, e na sua ausência, ficará a cargo do servidor Rodrigo Salustiano da Silva, lotado na Secretaria de Saúde.

12.3. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da FORNECEDORA pelos danos causados ao MUNICÍPIO ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos.

12.4. A ação ou omissão total ou parcial da fiscalização do MUNICÍPIO não elide nem diminui a responsabilidade da FORNECEDORA quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes, responsabilizando esta quanto a quaisquer irregularidades.

12.5. As comunicações entre MUNICÍPIO e FORNECEDORA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

12.6. Caberá ao gestor e ao fiscal as atribuições constantes na Portaria nº 05/2022.

## 13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

13.1.1. Advertência;

13.1.2. Multa;

*bela, amada e gentil*

Av. Nilza de Oliveira Pipino - 1852  
CEP 85.440-000 | Fone (44) 3543-8000  
[www.ubirata.pr.gov.br](http://www.ubirata.pr.gov.br)





13.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Ubatuba;

13.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

13.2. As multas poderão ser:

13.2.1. De caráter moratório, pelo atraso injustificado na entrega ou execução do objeto da Ata de Registro de Preços, nos seguintes percentuais:

13.2.1.1. 2% (dois por cento) ao dia, incidente sobre o valor correspondente à parcela, etapa ou pedido único em que ocorreu o fato, até o limite máximo de 30 (trinta) dias.

A. Extrapolado o limite máximo de 30 (trinta) dias, o percentual da multa será calculado em dobro.

13.2.1.2. 5% (cinco por cento) pelo descumprimento de qualquer outra cláusula da Ata de Registro de Preços durante sua execução, incidente sobre o valor correspondente à parcela, etapa ou pedido único em que ocorreu o fato.

13.2.2. De caráter compensatório, sem prejuízo das multas moratórias, nos seguintes percentuais:

13.2.2.1. 10% (Dez por cento), incidente sobre o valor correspondente à parcela, etapa ou pedido único em que ocorreu o fato, pela inexecução parcial do objeto;

13.2.2.2. 15% (Quinze por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços, pela sua inexecução total.

13.3. A FORNECEDORA poderá ser suspensa temporariamente de participar em licitação e impedida de contratar com o Município de Ubatuba pelo prazo máximo de 02 (dois) anos, sem prejuízo das demais penalidades previstas, quando:

13.3.1. Abandonar a execução da Ata de Registro de Preços;

13.3.2. Incorrer em inexecução da Ata de Registro de Preços; e

13.3.3. Demais hipóteses previstas em lei.

13.4. A FORNECEDORA poderá ser declarada inidônea para licitar ou contratar com a administração pública pelo prazo máximo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das demais penalidades previstas, quando:

13.4.1. Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, a execução da Ata de Registro de Preços;

13.4.2. Agir, comprovadamente, de má-fé na relação pactuada;

13.4.3. Demais hipóteses previstas em lei.

13.5. Estendem-se os efeitos da penalidade de suspensão do direito de contratar com o Município de Ubatuba ou da declaração de inidoneidade:

*bela, amada e gentil*

Av. Nilza de Oliveira Pipino - 1852  
CEP 85.440-000 | Fone (44) 3543-8000  
[www.ubirata.pr.gov.br](http://www.ubirata.pr.gov.br)



13.5.1. Às pessoas físicas que constituíram a pessoa jurídica, as quais permanecem impedidas de licitar com a Administração Pública enquanto perdurarem as causas da penalidade, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;

13.5.2. Às pessoas jurídicas que tenham sócios comuns com as pessoas físicas referidas no subitem anterior.

13.6. As sanções previstas poderão ser aplicadas concomitantemente com a sanção de advertência.

13.7. A FORNECEDORA deverá efetuar o pagamento do valor correspondente à multa no prazo e forma estipulados no termo de aplicação de penalidade, podendo ainda ser descontado de pagamentos a que a mesma tenha direito.

13.7.1. Não havendo o pagamento, o valor devido será inscrito em dívida ativa para futura execução fiscal.

13.8. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

13.9. Concomitante às penalidades previstas, a FORNECEDORA se sujeita ao descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 05 (cinco) anos, para efeito do previsto no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02.

13.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13.11. A aplicação das penalidades previstas fica condicionada a ampla defesa e contraditório no devido processo legal, sem prejuízo da defesa prévia.

#### 14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

14.1. O presente registro de preços poderá ser cancelado, sem prejuízo das penalidades previstas, quando o fornecedor:

14.1.1. For liberado;

14.1.2. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

14.1.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

14.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

14.1.5. Por razões de interesse público, devidamente justificado.

14.2. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

14.2.1. Por razão de interesse público; ou

14.2.2. A pedido do fornecedor.

*bela, amada e gentil*

Av. Nilza de Oliveira Pipino - 1852  
CEP 85.440-000 | Fone (44) 3543-8000  
[www.ubirata.pr.gov.br](http://www.ubirata.pr.gov.br)



14.3. No caso de cancelamento do registro de preços, poderão ser convocados, a critério da Administração, os demais licitantes classificados.

14.4. O cancelamento da Ata de Registro de Preços fica condicionado à ampla defesa e contraditório no devido processo legal, sem prejuízo da defesa prévia.

## 15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VINCULAÇÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1. Ficam vinculados a Ata de Registro de Preços, dela fazendo parte integrante, independentemente de suas transcrições parciais ou totais, o Edital de licitação respectivo e seus anexos e a proposta final da FORNECEDORA.

## 16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

16.1. A presente Ata de Registro de Preços rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 10.520/02, Lei nº 8.078/90 e por outras normas de direito público ou privado que melhor tutelem o interesse público.

## 17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS

17.1. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal nº 8.666/93, e dos princípios gerais de direito.

## 18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

18.1. Fica eleito o foro da Comarca de Ubatuba, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas da Ata de Registro de Preços.

Assim ajustadas, firmam as partes o presente instrumento, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas, para todos os fins de direito.

Ubatuba - Paraná, 21 de dezembro de 2022.

MUNICÍPIO DE UBIRATÃ  
Prefeito de Ubatuba

SILVIA ADRIANE  
MILNICZUK:027362  
22938

Assinado de forma digital por  
SILVIA ADRIANE  
MILNICZUK:02736222938  
Dados: 2023.01.09 16:48:47  
-03'00'

K F ANTONELLI LTDA  
Responsável legal da empresa

*bela, amada e gentil*  
Av. Nilza de Oliveira Pipino - 1852  
CEP 85.440-000 | Fone (44) 3543-8000  
[www.ubirata.pr.gov.br](http://www.ubirata.pr.gov.br)



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 476/2022  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 5862/2022  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 182/2022

O **MUNICÍPIO DE UBIRATÃ**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 76.950.096/0001-10, com sede administrativa a Avenida Nilza de Oliveira Pipino, nº 1852, centro, na cidade de Ubatuba, Estado do Paraná, CEP nº 85.440-000, representado pelo Prefeito Fábio de Oliveira Dalécio, e a empresa **ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA**, inscrita no CNPJ nº 00.802.002/0001-02, estabelecida à Estrada Boa Esperança, no nº 2320, CEP nº 89163-554, na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, Telefone nº (47) 3520 9000, e-mail (licitações@altermed.com.br), doravante designada como FORNECEDORA, firmam a presente Ata de Registro de Preços que se regerá pelas condições estabelecidas no Processo Licitatório nº 5862/2022, Pregão Eletrônico nº 182/2022 e de acordo com as cláusulas a seguir:

### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICOS E DE ENFERMAGEM, MATERIAIS DE LIMPEZA, HIGIENE E DESINFECÇÃO, CURATIVOS, EPIS, INSUMOS, INSTRUMENTAIS, MOBILIÁRIO, ELETRODOMÉSTICOS, EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE, DESTINADOS AS UNIDADES DE SAÚDE.**

### 2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO DETALHAMENTO DO OBJETO

2.1. A execução do objeto da Ata de Registro de Preços se dará na seguinte especificação, quantidade máxima estimada, valores unitários e totais:

| LOTE | ITEM | DESCRIÇÃO  | QTD | UN  | V. UNIT | V. TOTAL | MARCA           |
|------|------|--|-----|-----|---------|----------|-----------------|
| 1    | 4    | Água oxigenada 10 volumes, solução antisséptica, peróxido de hidrogênio a 3%, 100 ml. CATMAT 277319  | 100 | FR  | 3,43    | 343,00   | VIC PHARMA      |
| 1    | 5    | Água oxigenada 10 volumes, solução antisséptica, peróxido de hidrogênio a 3%, 1000 ml. CATMAT 277319   | 50  | FR  | 6,07    | 303,50   | FARMAX - AMARAL |
| 1    | 30   | Bandagem triangular, tecido cru lavável, 100% algodão, dimensões médias: 1,42 x 1,00 x 1,00m. CATMAT 478139  | 80  | UN. | 9,25    | 740,00   | RESGATE SP      |
| 1    | 40   | Cânulas de Guedel: kit com 6 cânulas nº0 (45mm), nº1 (55mm), nº2 (65mm), nº3 (70mm), nº4 (100mm) e nº5 (110mm), formato anatômico, extremidades arredondadas, descartável, não estéril, cores padrão universal. CATMAT 450958      | 10  | KIT | 24,90   | 249,00   | MD              |
| 1    | 62   | Conjunto de talas para imobilização com 4 unidades nos tamanhos PP, P, M e G cada uma de uma cor para fácil identificação do tamanho, composta de tela aramada, maleável, galvanizada, coberta com EVA. CATMAT 469638identificação | 20  | KIT | 41,97   | 839,40   | RESGATE SP      |





|   |     |  |     |     |        |          |                    |
|---|-----|--|-----|-----|--------|----------|--------------------|
|   |     | do tamanho, composta de tela<br>aramada, maleável, galvanizada,<br>coberta com EVA. CATMAT 469638  |     |     |        |          |                    |
| 1 | 84  | Digliconato de clorexidina 2%,<br>solução degermante, com<br>tensoativos, antisséptico tópico,<br>frasco 1 litro. CATMAT 269880  | 80  | UN. | 19,60  | 1.568,00 | VIC PHARMA         |
| 1 | 101 | Especulo vaginal, estéril, tamanho P,<br>com parafuso acoplado, valvas<br>anatômicas de contornos lisos e<br>regulares, formato anatômico e<br>termicamente confortável,<br>produzido em poliestireno cristal,<br>deve permitir excelente<br>transparência e transmissão<br>luminosa. Embalagem individual.<br>CATMAT 479749 | 500 | UN. | 1,23   | 615,00   | KOLPLAST           |
| 1 | 103 | Especulo vaginal, tamanho M,<br>estéril, com parafuso acoplado,<br>valvas anatômicas de contornos lisos<br>e regulares, formato anatômico e<br>termicamente confortável,<br>produzido em poliestireno cristal,<br>deve permitir excelente<br>transparência e transmissão<br>luminosa. Embalagem individual.<br>CATMAT 479748 | 700 | UN. | 1,22   | 854,00   | KOLPLAST           |
| 1 | 105 | Fio de sutura catgut 2-0, absorvível,<br>de origem animal, de boa<br>resistencia, 70 a 75 cm, com agulha<br>em aço inox, 3/8CIR.CIL.3cm. Estéril,<br>Tipo A, Classe IV, caixa com 24<br>envelopes individuais. CATMAT<br>486960  | 4   | CX  | 104,89 | 419,56   | TECHNOFIO -<br>ACE |
| 1 | 106 | Fio de sutura catgut 3-0, absorvível,<br>de origem animal, de boa<br>resistencia, 70 a 75 cm, com agulha<br>em aço inox, 3/8CIR.CIL.3cm. Estéril,<br>Tipo A, Classe IV, caixa com 24<br>envelopes individuais. CATMAT<br>486950  | 4   | CX  | 109,70 | 438,80   | TECHNOFIO -<br>ACE |
| 1 | 116 | Fita indicadora para autoclave, dorso<br>em papel crepado com adesivo<br>acrílico, 19mm x 30m, com tinta<br>reativa, em rolo, embalagem com 1<br>unidade. CATMAT 340859  | 50  | RL  | 4,26   | 213,00   | POLI TAPE          |
| 1 | 117 | Fita métrica flexível, tipo retrátil<br>(trena), confeccionada em PVC ou<br>fibra de vidro, graduação em<br>milímetros, botão de travamento e<br>destravamento com recolhimento  | 60  | UN. | 18,44  | 1.106,40 | MD                 |



|   |     |   |     |     |        |        |            |
|---|-----|---|-----|-----|--------|--------|------------|
|   |     | automático, case em plástico. CATMAT 442457   |     |     |        |        |            |
| 1 | 118 | Fluxômetro para controle de oxigênio, conector fêmea, fabricado em latão/metal cromado de alta resistência, cápsula e bilha em policarbonato, escala de 0 a 15 litros por minuto, pressão de 3,5kgf/cm <sup>2</sup> , esfera em aço inoxidável, botão para regulagem de fluxo em nylon com rosca metálica, cor verde, garantia de 12 meses. CATMAT 280471 | 6   | UN. | 55,55  | 333,30 | IFAB       |
| 1 | 119 | Fluxômetro para controle de oxigênio, conector macho, fabricado em latão/metal cromado de alta resistência, cápsula e bilha em policarbonato, escala de 0 a 15 litros por minuto, pressão de 3,5kgf/cm <sup>2</sup> , esfera em aço inoxidável, botão para regulagem de fluxo em nylon com rosca metálica, cor verde, garantia de 12 meses. CATMAT 280471 | 6   | UN. | 58,49  | 350,94 | IFAB       |
| 1 | 124 | Frasco tipo almotolia, 250 a 300ml, cor ambar, confeccionado em polietileno, bico reto, longo e estreito, tampa tipo rosca, capacidade 250ml a 300ml. CATMAT 279887   | 100 | UN. | 3,01   | 301,00 | J PROLAB   |
| 1 | 130 | Gelo reutilizável, confeccionado em plástico rígido tipo polietileno de alta densidade, com gel a base de polímeros, tamanho 1000 g ou ml, atóxico, inodoro, validade 36 meses. CATMAT 395632   | 50  | UN. | 7,11   | 355,50 | GELOTECH   |
| 1 | 131 | Gelo reutilizável, confeccionado em plástico rígido tipo polietileno de alta densidade, com gel a base de polímeros, tamanho 200 g ou ml, atóxico, inodoro, validade 36 meses. CATMAT 395932  | 50  | UN. | 2,82   | 141,00 | GELOTECH   |
| 1 | 138 | Indicador químico integrador classe 5 para a monitorização e avaliação dos ciclos de esterilização em autoclaves a vapor, reagente a tempo, temperatura e vapor, leitura imediata através da migração de cores, embalagem caixa ou pacote, valor por tira. CATMAT 332346  | 800 | UN. | 0,56   | 448,00 | CLEAN - UP |
| 1 | 141 | Kit parto composto por no mínimo: 01 lençol descartável estéril ou campo cirúrgico; 01 bisturi  | 6   | KIT | 104,98 | 629,88 | RESGATE SP |



|   |     |  |   |     |        |        |    |
|---|-----|--|---|-----|--------|--------|----|
|   |     | descartável, 02 luvas cirúrgicas em látex, 1 compressa cirúrgica estéril, 1 saco de lixo infectante, 02 pulseiras de identificação, 02 clamp umbilical, 1 manta térmica, acondicionados em bolsa ou pacote. CATMAT 463350            |   |     |        |        |    |
| 1 | 147 | Lâmina para laringoscópio convencional Macintosh curva, tamanho nº 2, fabricada em aço inoxidável, acabamento anti-reflexo, arestas arredondadas, esterilizável e autoclavável, inclusa lâmpada, garantia de 12 meses. CATMAT 445347 | 3 | UN. | 115,85 | 347,55 | MD |
| 1 | 148 | Lâmina para laringoscópio convencional Macintosh curva, tamanho nº 3, fabricada em aço inoxidável, acabamento anti-reflexo, arestas arredondadas, esterilizável e autoclavável, inclusa lâmpada, garantia de 12 meses. CATMAT 445348 | 3 | UN. | 116,27 | 348,81 | MD |
| 1 | 149 | Lâmina para laringoscópio convencional Macintosh curva, tamanho nº 4, fabricada em aço inoxidável, acabamento anti-reflexo, arestas arredondadas, esterilizável e autoclavável, inclusa lâmpada, garantia de 12 meses. CATMAT 445349 | 3 | UN. | 114,80 | 344,40 | MD |
| 1 | 150 | Lâmina para laringoscópio convencional Macintosh curva, tamanho nº 5, fabricada em aço inoxidável, acabamento anti-reflexo, arestas arredondadas, esterilizável e autoclavável, inclusa lâmpada, garantia de 12 meses. CATMAT 445350 | 3 | UN. | 125,48 | 376,44 | MD |
| 1 | 152 | Lâmina para laringoscópio convencional Miller reta, tamanho 1, fabricada em aço inoxidável, acabamento anti-reflexo, arestas arredondadas, esterilizável e autoclavável, lâmpada inclusa, garantia de 12 meses. CATMAT 445353        | 3 | UN. | 102,68 | 308,04 | MD |
| 1 | 153 | Lâmina para laringoscópio convencional Miller reta, tamanho 2, fabricada em aço inoxidável, acabamento anti-reflexo, arestas arredondadas, esterilizável e   | 3 | UN. | 102,60 | 307,80 | MD |



|   |     |   |     |     |        |          |            |
|---|-----|---|-----|-----|--------|----------|------------|
|   |     | autoclavável, lâmpada inclusa, garantia de 12 meses. CATMAT 445354  |     |     |        |          |            |
| 1 | 154 | Lâmina para laringoscópio convencional Miller reta, tamanho 3, fabricada em aço inoxidável, acabamento anti-reflexo, arestas arredondadas, esterilizável e autoclavável, lâmpada inclusa, garantia de 12 meses. CATMAT 445355   | 3   | UN. | 106,12 | 318,36   | MD         |
| 1 | 205 | Prancha de resgate adulto, confeccionada em polietileno de no mínimo 16 mm de espessura, orifícios laterais arredondados e anatômicos, impermeável, translúcida, suporte de 180kg de peso, tamanho mínimo 180cmx42cm, com cintos tirantes e fivelas de engate rápido de auto resistência, radiopaca, unidade. CATMAT 421129 | 6   | UN. | 413,29 | 2.479,74 | RESGATE SP |
| 1 | 228 | Seringa descartável, 60ml, sem agulha, bico Luer Slip, estéril, confeccionadas em prolipropileno, boa transparência, siliconização interna com deslize perfeito, com anel de retenção entre êmbolo e cilindro, deve permitir boa leitura com escritas precisas. Embalagem individual. CATMAT 439629                         | 300 | UN. | 1,87   | 561,00   | SR         |
| 1 | 243 | Sonda para suporte nutricional enteral, nº 06, estéril, tubo de poliuretano ou silicone biocompatível, flexível, comprimento mínimo de 60 cm, resistência mínima de 3 meses, com fio guia e peso em aço inox, conector Y em PVC, radiopaca, graduada. Embalagem individual. CATMAT 435897                                   | 30  | UN. | 8,53   | 255,90   | SOLUMED    |
| 1 | 244 | Sonda para suporte nutricional enteral, nº 08, estéril, tubo de poliuretano ou silicone biocompatível, flexível, comprimento mínimo de 60 cm, resistência mínima de 3 meses, com fio guia e peso em aço inox, conector Y em PVC, radiopaca, graduada. Embalagem individual. CATMAT 435900                                   | 30  | UN. | 8,53   | 255,90   | SOLUMED    |





|   |     |  |     |     |       |          |                 |
|---|-----|--|-----|-----|-------|----------|-----------------|
| 1 | 245 | Sonda para suporte nutricional enteral, nº 12, estéril, tubo de poliuretano ou silicone biocompatível, flexível, comprimento mínimo de 100 cm, resistência mínima de 3 meses, com fio guia e peso em aço inox, conector Y em PVC, radiopaca, graduada. CATMAT 438395 | 100 | UN. | 8,53  | 853,00   | SOLUMED         |
| 1 | 262 | Soro fisiológico, 0,9% de cloreto de sódio, uso tópico, com gotejador, frasco 250ml. CATMAT 437160   | 500 | Bsa | 2,76  | 1.380,00 | FARMAX - AMARAL |
| 1 | 263 | Soro fisiológico, 0,9% de cloreto de sódio, uso tópico, com gotejador, frasco 500ml. CATMAT 437160   | 200 | FR  | 3,10  | 620,00   | FARMAX - AMARAL |
| 1 | 264 | Soro fisiológico, 0,9% de cloreto de sódio, uso tópico, com gotejador, frasco 100ml. CATMAT 437160   | 800 | FR  | 2,46  | 1.968,00 | FARMAX - AMARAL |
| 1 | 283 | Tesoura Ponta Romba especial para resgate (corte de vestimentas), 19 cm, lâminas em aço inoxidável com forma curva, cabo plástico resistente, unidade. CATMAT 471655   | 12  | UN. | 26,98 | 323,76   | MD              |
| 1 | 288 | Tintura de benjoim 20% em solução alcóolica, antisséptico, almotolia 100ml. 458605   | 50  | FR  | 12,00 | 600,00   | VIC PHARMA      |

### 3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR GLOBAL REGISTRADO

3.1. O valor global registrado é de R\$-21.897,98 (VINTE E UM MIL E OITOCENTOS E NOVENTA E SETE REAIS E NOVENTA E OITO CENTAVOS).

3.2. No valor previsto estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

### 4. CLÁUSULA QUARTA - DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A validade do registro será de 12 (doze) meses, contada a partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, sem possibilidade de prorrogação.

### 5. CLÁUSULA QUINTA - DAS CONTRATAÇÕES DECORRENTES DO REGISTRO

5.1. As contratações decorrentes do registro serão formalizadas por meio de nota de empenho de despesa, autorização de compra, ordem de execução de serviço ou outro instrumento equivalente, conforme prevê o art. 62 da Lei Federal nº 8.666/93.

### 6. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1. O fornecimento do objeto será de acordo com a necessidade do Município, de maneira fracionada.



6.1.1. A Secretaria de Saúde enviará Autorização de Compra para a FORNECEDORA no e-mail indicado em sua proposta e os produtos deverão ser entregues no prazo máximo de 15 dias, na Farmácia Municipal anexa ao Centro de Saúde, localizado na Avenida Carmem Ribeiro Pitombo, 90, Centro de Ubatuba-PR;

6.1.2. No caso de recusa do objeto, o prazo para substituição será a metade do prazo inicialmente estipulado para entrega, sujeitando-se a FORNECEDORA às penalidades previstas na Ata de Registro de Preços.

6.1.3. Os prazos mencionados poderão ser alterados na forma que dispõe o art. 57, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93.

6.2. O objeto deverá ser entregue em perfeitas condições, novo, sem uso, devidamente lacrado em embalagem própria, original do fabricante e sem violação, conforme especificação, prazo e local constante no presente Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal, quando couber.

6.3. O objeto deverá ser entregue em veículo próprio da FORNECEDORA, podendo ser ainda através de serviços postais, transportadoras ou outros serviços de entrega, vedada a entrega através de veículos oficiais e/ou servidores do município.

6.3.1. A FORNECEDORA se sujeita ao recebimento provisório do objeto pelo Município para fins de conferência, independente da forma de entrega, cabendo exclusivamente à FORNECEDORA a retirada/substituição do objeto recusado.

6.4. A FORNECEDORA deverá arcar com todas as despesas referentes à entrega do objeto, como transporte, mão de obra, encargos sociais, pedágio, entre outras.

6.5. O objeto deverá ser entregue com declaração da garantia, sob pena de recusa, sendo responsabilidade da FORNECEDORA a substituição e/ou manutenção do objeto durante o período de garantia, sem ônus adicionais ao município.

6.5.1. Para os itens em que não constar tempo de garantia, deverá ser considerado o mínimo legal de três meses;

## **7. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO**

7.1. Após a entrega de cada pedido, o objeto será recebido provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade com a especificação; e definitivamente, após verificação da qualidade e consequente aceitação.

7.2. O Município se reserva ao direito de não aceitar objeto que não estiver em conformidade com as exigências apresentadas no presente Termo de Referência.

7.2.1. O motivo da recusa será fundamentado pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços através de notificação, encaminhada por escrito à FORNECEDORA, através do e-mail o qual foi encaminhada a Ordem de Compras.

7.3. A FORNECEDORA é obrigada a substituir, por conta própria, no todo ou em parte, objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, ainda que tenha sido recebido definitivamente.

7.3.1. No caso de não aceitação do objeto, seja no recebimento provisório ou definitivo, os ônus com a substituição correrão exclusivamente por conta da FORNECEDORA, independente da forma de entrega.

7.4. O objeto que por ventura venha a ser recusado deverá ser substituído no prazo estipulado, sob pena de aplicação das penalidades previstas no presente Termo de Referência.

## 8. CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

### 8.1. São direitos do MUNICÍPIO:

- 8.1.1. Receber a prestação do objeto nas condições previstas;
- 8.1.2. Rejeitar, no todo ou em parte, a prestação do objeto que estiver em desacordo com as condições descritas na Ata de Registro de Preços;
- 8.1.3. Fiscalizar a execução da Ata de Registro de Preços;
- 8.1.4. Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

### 8.2. São obrigações do MUNICÍPIO:

- 8.2.1. Promover, através de seus representantes, o acompanhamento e a fiscalização da Ata de Registro de Preços, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à FORNECEDORA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte daquele;
- 8.2.2. Cumprir os prazos previstos na Ata de Registro de Preços;
- 8.2.3. Efetuar o pagamento ajustado, após o recebimento definitivo do objeto solicitado;
- 8.2.4. Auxiliar no esclarecimento de dúvidas que surjam ao longo da execução da Ata de Registro de Preços;
- 8.2.5. Decidir sobre eventuais dificuldades na realização do objeto da Ata de Registro de Preços;
- 8.2.6. Manter, sempre por escrito ou por e-mail, com a FORNECEDORA, os entendimentos sobre o objeto.

### 8.3. São obrigações da FORNECEDORA:

- 8.3.1. Cumprir todas as obrigações constantes na Ata de Registro de Preços e sua proposta, assumindo exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- 8.3.2. Responsabilizar-se por danos ocasionados ao MUNICÍPIO ou a terceiros, causados durante a execução da Ata de Registro de Preços;
- 8.3.3. Responder por quaisquer compromissos assumidos com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto;
- 8.3.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078 de 1990);
- 8.3.5. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado na Ata de Registro de Preços, o objeto com avarias ou defeitos;
- 8.3.6. Manter contatos com o MUNICÍPIO, sempre por escrito, ressalvados os entendimentos verbais determinados pela urgência do objeto;



- 8.3.7. Comunicar o MUNICÍPIO, com antecedência, os motivos que impossibilitem o cumprimento dos prazos previstos para execução do objeto, com a devida comprovação;
- 8.3.8. Manter durante toda a execução da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e apresentá-las no prazo de máximo de 05 (cinco) dias úteis quando solicitada pelo MUNICÍPIO;
- 8.3.9. Apresentar cópia autêntica do ato constitutivo, estatuto ou contrato social, sempre que houver alteração;
- 8.3.10. Indicar preposto para representá-la durante a execução da Ata de Registro de Preços;
- 8.3.11. Prestar os esclarecimentos julgados necessários, bem como informar e manter atualizado (s) o (s) número (s) de telefone, endereço eletrônico (e-mail) e o nome da pessoa autorizada para contatos;
- 8.3.12. Não utilizar de quaisquer tipos de propaganda visual em benefício de candidato, partido político ou coligação, em veículos ou por funcionários empregados durante a execução dos serviços contratados, sob pena de aplicação das sanções previstas na Lei Eleitoral 9.504/1997, multa e cancelamento da Ata de Registro de Preços;
- 8.3.13. Providenciar a assinatura dos Termos Aditivos e remetê-los ao MUNICÍPIO no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados de seu recebimento, sob pena de aplicação das sanções previstas.

## 9. CLÁUSULA NONA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 9.1. O pagamento será efetuado após recebimento de cada pedido, no prazo de até trinta dias contados do recebimento da Nota Fiscal pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.
- 9.2. A fatura deverá ser emitida pela empresa, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas e no próprio instrumento de contrato. O faturamento deverá ser realizado em nome do MUNICÍPIO DE UBIRATÃ, CNPJ Nº 76.950.096/0001-10.
- 9.3. As despesas para atender a contratação estão programadas em dotação orçamentária prevista no orçamento do Município para o exercício de 2022, na classificação abaixo:

| Órgão | Despesa | Categoria    | Descrição                                | Fonte | Valor     |
|-------|---------|--------------|--|-------|-----------|
| 0602  | 3068    | 339030210000 | MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIGIEN | 303   | 22.014,00 |
| 0605  | 3080    | 339030210000 | MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIGIEN | 494   | 70.272,14 |
| 0602  | 4213    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 18.362,50 |
| 0602  | 4216    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 25.302,50 |
| 0603  | 4219    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 8.592,00  |
| 0603  | 4220    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 48.432,50 |
| 0605  | 4226    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 21.464,16 |
| 0605  | 4228    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 21.288,43 |
| 0606  | 4231    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 61.515,75 |
| 0605  | 8224    | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 494   | 20.319,55 |
| 0605  | 8225    | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 494   | 6.426,80  |





|      |       |              |  |     |            |
|------|-------|--------------|--|-----|------------|
| 0605 | 8226  | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 494 | 305.716,10 |
| 0606 | 8228  | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 494 | 48.168,51  |
| 0606 | 8230  | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 494 | 156.861,89 |
| 0602 | 8258  | 339030280000 | MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA         | 494 | 4.002,60   |
| 0605 | 8270  | 339030280000 | MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA         | 494 | 227.872,40 |
| 0603 | 9481  | 339032990100 | Outros Materiais para Distribuição Gratu | 384 | 239.130,00 |
| 0603 | 9482  | 339032990100 | Outros Materiais para Distribuição Gratu | 494 | 5.065,40   |
| 0604 | 10996 | 449052420000 | MOBILIÁRIO EM GERAL                      | 494 | 4.486,28   |
| 0605 | 11001 | 449052120000 | APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS        | 494 | 3.584,68   |
| 0606 | 11005 | 449052420000 | MOBILIÁRIO EM GERAL                      | 494 | 1.677,66   |
| 0606 | 11006 | 449052120000 | APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS        | 494 | 2.220,76   |
| 0606 | 11007 | 449052340000 | MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVE | 494 | 14.200,98  |
| 0605 | 11015 | 449052420000 | MOBILIÁRIO EM GERAL                      | 494 | 4.032,32   |
| 0605 | 11022 | 449052080000 | APARELHOS, EQUIP., UT. MÉDICOS-ODONTO.,  | 494 | 41.478,60  |
| 0602 | 11035 | 449052040000 | APARELHOS DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO        | 494 | 3.656,35   |
| 0605 | 11040 | 449052340000 | MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVE | 494 | 15.997,33  |
| 0605 | 11088 | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 303 | 11.005,00  |

9.4. Para liberação do pagamento à FORNECEDORA, as notas fiscais deverão ser entregues ao Fiscal obrigatoriamente acompanhadas dos seguintes documentos:

9.4.1. Prova de Regularidade com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional;

9.4.2. Prova de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

9.4.3. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

## 10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA

10.1. Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo MUNICÍPIO, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX / 100) / 365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = N. de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

## 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

11.1. Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bens registrados.



11.2. Na hipótese do preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a FORNECEDORA será convocada para que promova a redução dos preços.

11.2.1. Em não sendo reduzido o preço, a FORNECEDORA será liberada do compromisso assumido, podendo o MUNICÍPIO convocar os demais fornecedores classificados para, nas mesmas condições, oferecer igual oportunidade de negociação, ou revogar a ata de registro de preços ou parte dela.

11.3. Na hipótese do preço de mercado tornar-se superior ao registrado, e a FORNECEDORA não puder cumprir as obrigações assumidas, este poderá solicitar revisão dos preços, mediante requerimento fundamentado encaminhado diretamente ao Gestor da Ata de Registro de Preços, a ser protocolado antes do pedido de fornecimento, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação relevante nos preços praticados no mercado.

11.3.1. Procedente o pedido, o MUNICÍPIO poderá efetuar a revisão do preço registrado no valor pleiteado pela FORNECEDORA, caso este esteja de acordo com os valores praticados pelo mercado, ou apresentar contraproposta de preço, compatível com o vigente no mercado, para a garantia do equilíbrio econômico-financeiro.

11.3.2. Caso não aceite a contraproposta de preço apresentada pelo MUNICÍPIO, a FORNECEDORA será liberada do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

11.3.3. Não sendo acatado o pedido de revisão, este será indeferido pelo MUNICÍPIO e a FORNECEDORA continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na Ata de Registro de Preços, sob pena de cancelamento do registro do preço da FORNECEDORA e de aplicação das penalidades administrativas previstas.

11.3.4. Na hipótese do cancelamento do registro do preço do fornecedor, prevista no subitem anterior, o MUNICÍPIO poderá convocar os demais fornecedores, na ordem de classificação, para que manifestem interesse em assumir a execução do objeto pelo preço registrado.

## 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

12.1. Caberá a gestão da Ata de Registro de Preços ao servidor Orlando Francisco Vieira da Silva, lotado na Secretaria de Saúde.

12.2. Caberá a fiscalização da Ata de Registro de Preços ao servidor Henrique Cardoso Gonçalves, lotado na Secretaria de Saúde, e na sua ausência, ficará a cargo do servidor Rodrigo Salustiano da Silva, lotado na Secretaria de Saúde.

12.3. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da FORNECEDORA pelos danos causados ao MUNICÍPIO ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos.

12.4. A ação ou omissão total ou parcial da fiscalização do MUNICÍPIO não elide nem diminui a responsabilidade da FORNECEDORA quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes, responsabilizando esta quanto a quaisquer irregularidades.

12.5. As comunicações entre MUNICÍPIO e FORNECEDORA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

12.6. Caberá ao gestor e ao fiscal as atribuições constantes na Portaria nº 05/2022.



## 13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

13.1.1. Advertência;

13.1.2. Multa;

13.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Ubatuba;

13.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

13.2. As multas poderão ser:

13.2.1. De caráter moratório, pelo atraso injustificado na entrega ou execução do objeto da Ata de Registro de Preços, nos seguintes percentuais:

13.2.1.1. 2% (dois por cento) ao dia, incidente sobre o valor correspondente à parcela, etapa ou pedido único em que ocorreu o fato, até o limite máximo de 30 (trinta) dias.

A. Extrapolado o limite máximo de 30 (trinta) dias, o percentual da multa será calculado em dobro.

13.2.1.2. 5% (cinco por cento) pelo descumprimento de qualquer outra cláusula da Ata de Registro de Preços durante sua execução, incidente sobre o valor correspondente à parcela, etapa ou pedido único em que ocorreu o fato.

13.2.2. De caráter compensatório, sem prejuízo das multas moratórias, nos seguintes percentuais:

13.2.2.1. 10% (Dez por cento), incidente sobre o valor correspondente à parcela, etapa ou pedido único em que ocorreu o fato, pela inexecução parcial do objeto;

13.2.2.2. 15% (Quinze por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços, pela sua inexecução total.

13.3. A FORNECEDORA poderá ser suspensa temporariamente de participar em licitação e impedida de contratar com o Município de Ubatuba pelo prazo máximo de 02 (dois) anos, sem prejuízo das demais penalidades previstas, quando:

13.3.1. Abandonar a execução da Ata de Registro de Preços;

13.3.2. Incorrer em inexecução da Ata de Registro de Preços; e

13.3.3. Demais hipóteses previstas em lei.

13.4. A FORNECEDORA poderá ser declarada inidônea para licitar ou contratar com a administração pública pelo prazo máximo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das demais penalidades previstas, quando:

13.4.1. Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, a execução da Ata de Registro de Preços;



13.4.2. Agir, comprovadamente, de má-fé na relação pactuada;

13.4.3. Demais hipóteses previstas em lei.

13.5. Estendem-se os efeitos da penalidade de suspensão do direito de contratar com o Município de Ubatuba ou da declaração de inidoneidade:

13.5.1. Às pessoas físicas que constituíram a pessoa jurídica, as quais permanecem impedidas de licitar com a Administração Pública enquanto perdurarem as causas da penalidade, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;

13.5.2. Às pessoas jurídicas que tenham sócios comuns com as pessoas físicas referidas no subitem anterior.

13.6. As sanções previstas poderão ser aplicadas concomitantemente com a sanção de advertência.

13.7. A FORNECEDORA deverá efetuar o pagamento do valor correspondente à multa no prazo e forma estipulados no termo de aplicação de penalidade, podendo ainda ser descontado de pagamentos a que a mesma tenha direito.

13.7.1. Não havendo o pagamento, o valor devido será inscrito em dívida ativa para futura execução fiscal.

13.8. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

13.9. Concomitante às penalidades previstas, a FORNECEDORA se sujeita ao descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 05 (cinco) anos, para efeito do previsto no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02.

13.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13.11. A aplicação das penalidades previstas fica condicionada a ampla defesa e contraditório no devido processo legal, sem prejuízo da defesa prévia.

#### 14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

14.1. O presente registro de preços poderá ser cancelado, sem prejuízo das penalidades previstas, quando o fornecedor:

14.1.1. For liberado;

14.1.2. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

14.1.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

14.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

14.1.5. Por razões de interesse público, devidamente justificado.





14.2. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

14.2.1. Por razão de interesse público; ou

14.2.2. A pedido do fornecedor.

14.3. No caso de cancelamento do registro de preços, poderão ser convocados, a critério da Administração, os demais licitantes classificados.

14.4. O cancelamento da Ata de Registro de Preços fica condicionado à ampla defesa e contraditório no devido processo legal, sem prejuízo da defesa prévia.

## 15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VINCULAÇÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1. Ficam vinculados a Ata de Registro de Preços, dela fazendo parte integrante, independentemente de suas transcrições parciais ou totais, o Edital de licitação respectivo e seus anexos e a proposta final da FORNECEDORA.

## 16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

16.1. A presente Ata de Registro de Preços rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 10.520/02, Lei nº 8.078/90 e por outras normas de direito público ou privado que melhor tutelem o interesse público.

## 17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS

17.1. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal nº 8.666/93, e dos princípios gerais de direito.

## 18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

18.1. Fica eleito o foro da Comarca de Ubatuba, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas da Ata de Registro de Preços.

Assim ajustadas, firmam as partes o presente instrumento, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas, para todos os fins de direito.

Ubatuba - Paraná, 21 de dezembro de 2022.

**MUNICÍPIO DE UBIRATÃ**

Prefeito de Ubatuba

**MAICON CORDOVA**

**PEREIRA:015886939**

**70**

**ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA**

Representante legal da empresa

Assinado de forma  
digital por MAICON  
CORDOVA

PEREIRA:01588693970

## TOS DE TÍTULOS

Livro: 179

Folha: 094

1º TRASLADO

ALAMEDA ARISTILIANO RAMOS, 70 - CENTRO - FONE - 47 - 3531-6500  
EMAIL: tabelionato@tabeladellagiustina.com.br

em data de 14/09/2016

**ERMED MATERIAL MÉDICO****IRA, NA FORMA ABAIXO: -----**

uração bastante virem, que aos  
o de dois mil e dezesseis (2016),  
anta Catarina, neste Tabelionato,  
como outorgante, **ALTERMED**  
jurídica de direito privado, inscrita  
sede na Estrada Boa Esperança,  
de Rio do Sul, Estado de Santa  
registrado na Junta Comercial do  
42202072082, em 06.09.1995 e  
do de 26.06.2015, devidamente  
Catarina - JUCESC, sob número  
ada por seu sócio administrador,  
26.07.1966, casado, empresário,  
/1.428.772-SSP-SC, da Carteira  
TRAN-SC e inscrito no CPF(MF)  
nte na Estrada Boa Esperança,  
de Rio do Sul, Estado de Santa  
umentos supra mencionados, de  
o instrumento, através de seu  
u bastante procurador, **MAICON**  
ortador da Carteira de Identidade  
ional de Habilitação número  
) sob número 015.886.939-70,  
eld, número 130, Bairro Fundo  
ita Catarina, para o fim especial  
de licitações, em qualquer  
nvite, concurso, leilão, pregão  
, compra direta) em nome da

## 2º TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTOS DE TÍTULOS

CIDADE E COMARCA DE RIO DO SUL

ESTADO DE SANTA CATARINA

ALAMEDA ARISTILIANO RAMOS, 70 - CENTRO - FONE - 47 - 3531-6500  
EMAIL: tabelionato@tabeladellagiustina.com.br

Livro: 179

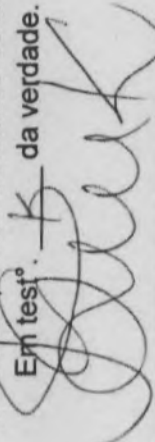
Folha: 095

1º TRASLADO

Escritura Pública protocolada sob o nº 15364 em data de 14/09/2016

da Justiça do Estado de Santa Catarina. Assim a disse do que dou fé e me pediu este  
instrumento o qual foi lido por mim, Escrevente Notarial e sendo achado conforme,  
aceitou, outorgou e assina. Eu, Isabel Sane Kuhn, Escrevente Notarial, que digitei.  
Eu, Maria Zélia Della Giustina, Tabeliã de Notas, subscrevo, dou fé e assino. C.M.  
21514. Emolumentos: R\$ 46,00 + Selo: R\$ 1,70 = R\$ 47,70. Rio do Sul, 14 de  
Setembro de 2016. (a) **ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.** -  
Outorgante representada por **ANACLETO FERRARI, MARIA ZÉLIA DELLA GIUSTINA**  
**TABELIÃ, NADA MAIS. TRASLADADA EM SEGUIDA.** Eu,  
da Tabeliã, digitei, subscrevo, dou fé e assino.

Rio do Sul, 14 de Setembro de 2016.

Em testº.  da verdade.**ISABEL SANE KUHNEN**  
Escrevente Notarial

Poder Judiciário

Estado de Santa Catarina

Selo Digital de Fiscalização

Selo normal

**EKQ32722-R48X**

Confira os dados do ato em:

selo.tjsc.jus.br

004311

Rua XV de Novembro, 64 - Sala 21  
Edifício Pedro Francisco Vargas  
Centro, Itajaí - Santa Catarina  
(47) 3514-7599 | (47) 99748-2223  
www.dautin.com | dautin@dautin.com

20B  
004312



## CERTIFICADO DE PROVA DE AUTENTICIDADE ELETRÔNICA

A DAUTIN BLOCKCHAIN DOCUMENTOS DIGITAIS E SERVIÇOS LTDA, especificada neste ato apenas como **Dautin Blockchain Co.** CERTIFICA para os devidos fins de direito que, o arquivo digital especificado com o tipo documental **Autenticação** e representado pela função hash criptográfica conhecida como SHA-256, de código **67eeb8f0050dc808f46041ee6449a0e8df184643c0a665f2e433083bcee7bea8** foi autenticado de acordo com as Legislações e normas vigentes<sup>1</sup> através da rede blockchain Polygon, sob o identificador único denominado NID **87228** dentro do sistema.

A autenticação eletrônica do documento intitulado **"Procuração - Maicon Cordova Pereira"**, cujo assunto é descrito como **"Procuração - Maicon Cordova Pereira"**, faz prova de que em **05/10/2022 15:22:08**, o responsável **Altermed Material Medico Hospitalar Ltda (00.802.002/0001-02)** tinha posse do arquivo com as mesmas características que foram reproduzidas na prova de autenticidade, sendo de Altermed Material Medico Hospitalar Ltda a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a DAUTIN Blockchain Co.

Este CERTIFICADO foi emitido em **05/10/2022 15:24:20** através do sistema de autenticação eletrônica da empresa DAUTIN Blockchain Co. de acordo com o Art. 10, § 2º da MP 2200-2/2001, Art. 107 do Código Civil e Art. 411, em seus §§ 2º e 3º do Código de Processo Civil, estando dessa maneira de acordo para o cumprimento do Decreto 10278/2020.

Para mais informações sobre a operação acesse o site <https://www.dautin.com> e informe o código da transação blockchain **0xef17b30155716fde1f451d132ff5fe999250f522921ced3b8e44cd5e551e61e4**. Também é possível acessar a consulta através da rede blockchain em <https://polygonscan.com/>

<sup>1</sup> Legislação Vigente: Medida Provisória nº 2200-2/2001, Código Civil e Código de Processo Civil.

**DAUTIN**  
BLOCKCHAIN



Presidência da República Casa Civil  
Subchefia para Assuntos Jurídicos  
MEDIDA PROVISÓRIA 2.200-2  
DE 24 DE AGOSTO DE 2001.





2º TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTOS DE TÍTULOS  
CIDADE E COMARCA DE RIO DO SUL  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
ALAMEDA ARISTILIANO RAMOS, 70 - CENTRO - FONE - 47 - 3314-6300  
EMAIL: tab2@notariato.org.br

## CERTIDÃO

MARIA ZÉLIA DELLA GIUSTINA, TABELIÁ DO 2º OFÍCIO DE NOTAS E PROTESTO DA CIDADE E COMARCA DE RIO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, NA FORMA DA LEI, ETC. CERTIFICO A PEDIDO VERBAL DA PARTE INTERESSADA QUE, REVENDO NESTE TABELIONATO OS LIVROS DE REGISTRO DE PROCURAÇÕES E DEMAIS PAPEIS DO ARQUIVO, PELOS MESMOS VERIFIQUEI QUE ÀS FLS. 094/095, DO LIVRO 179, SE ENCONTRA LAVRADA A PROCURAÇÃO DO SEGUINTE TEOR: PROCURAÇÃO BASTANTE QUE FAZ ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA. A MAICON CORDOVA PEREIRA, NA FORMA ABAIXO: -----

SAIBAM quantos este público instrumento de procuração bastante virem, que aos quatorze (14) dias do mês de setembro (09) do ano de dois mil e dezesseis (2016), nesta cidade e comarca de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, neste Tabelionato, perante mim, Escrevente Notarial, compareceu como outorgante, ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ(MF) sob número 00.802.002/0001-02, com sede na Estrada Boa Esperança, número 2320, Bairro Fundo Canoas, nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, conforme Contrato Social, devidamente registrado na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina - JUCESC, sob número 42202072082, em 06.09.1995 e conforme Consolidação de Contrato Social, datado de 26.06.2015, devidamente registrado na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina - JUCESC, sob número 20150597410, em 08.07.2015, neste ato representada por seu sócio administrador, ANACLETO FERRARI, brasileiro, nascido no dia 26.07.1966, casado, empresário, portador da Carteira de Identidade número 3R1.428.772-SSP-SC, da Carteira Nacional de Habilitação número 03887856352-DETRAN-SC e inscrito no CPF(MF) sob número 523.140.819-00, domiciliado e residente na Estrada Boa Esperança, número 2545, Bairro Fundo Canoas, nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, a presente identificada neste ato pelos documentos supra mencionados, de cuja capacidade jurídica dou fé. Por este público instrumento, através de seu representante, disse que nomeava e constituía seu bastante procurador, MAICON CORDOVA PEREIRA, brasileiro, casado, gerente, portador da Carteira de Identidade número 3.242.195-SESP-SC, da Carteira Nacional de Habilitação número 02034645785-DETRAN-SC e inscrito no CPF(MF) sob número 015.886.939-70, domiciliado e residente na Rua Henrique Munzfeld, número 130, Bairro Fundo Canoas, nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, para o fim especial de onde com esta se apresentar, participar de licitações, em qualquer modalidade (concorrência, tomada de preço, convite, concurso, leilão, pregão presencial e/ou eletrônico, dispensa de licitação, compra direta) em nome da empresa outorgante, podendo para tanto concordar, discordar e aceitando cláusulas e condições; pagar taxas e emolumentos, apresentar provas e documentos representá-la em quaisquer repartições públicas, federais, estaduais e municipais, juntar e retirar documentos, passar recibo e dar quitações, bem como nomear representantes para representá-la nas concorrências e ou licitações, enfim praticar todo e qualquer ato para o cabal e fiel desempenho do presente mandato. (SOB MINUTA). (OS DADOS DO OUTORGANTE). Os documentos apresentados para a lavratura do presente ato se encontram arquivados por meio de fotocópias, conforme determina o parágrafo único do art. 799, do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Santa Catarina. Assim a disse do que dou fé e me pediu este instrumento o qual foi lido por mim, Escrevente Notarial e sendo achado conforme, aceitou, outorgou e assinou. Eu, Isabel Sane Kuhnien, Escrevente Notarial, que digitei, Kelly Letícia Hooss.

Este documento foi assinado por Kelly Letícia Hooss.  
Para validar o documento e suas assinaturas acesse <https://assinatura.e-notariado.org.br/validar> e informe o código 9H3GP.  
LAVS05AM572D-VLXJLJW  
Documento impresso por meio eletrônico. Qualquer emenda ou rasura, sem ressalva, será considerado indicio de adulteração ou tentativa de fraude.



2º TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTOS DE TÍTULOS  
CIDADE E COMARCA DE RIO DO SUL  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
ALAMEDA ARISTILIANO RAMOS, 70 - CENTRO - FONE - 47 - 3314-6300  
EMAIL: tab2@notariato.org.br

assinou. C.M. 21514. Emolumentos: R\$46,00 Selo: R\$ 1,70 = R\$47,70. Selo(s): EKQ32722-R48X.(a) ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA. - Outorgante representada por ANACLETO FERRARI, MARIA ZÉLIA DELLA GIUSTINA - TABELIÁ. Era o que se continha. O referido é verdade do que dou fé. Eu, KELLY LETICIA HOSS, Escrevente Substituta, que digitei, subscrevo dou fé e assino. Emolumentos: R\$12,78 Selo: R\$ 3,11 = R\$15,89.

Rio do Sul, 20 de maio de 2022.

Em testemunho \_\_\_\_\_ da verdade.

Assinado digitalmente por:  
KELLY LETICIA HOSS  
CPF: 071.967.619-84  
CNPJ: 00.802.002/0001-02 - AC Notarial RFB 04  
Data: 2005/05/2022 16:18:07 -03:00



KELLY LETICIA HOSS  
Escrevente Substituta



Este documento foi assinado por KELLY LETICIA HOSS.  
Para validar o documento e suas assinaturas acesse <https://assinatura.e-notariado.org.br/validar> e informe o código 9H3GP.  
LAVS05AM572D-VLXJLJW  
Documento impresso por meio eletrônico. Qualquer emenda ou rasura, sem ressalva, será considerado indicio de adulteração ou tentativa de fraude.





## MANIFESTO DE ASSINATURAS



Código de validação: 9H35P-LAVSD-W5T2D-VJXUW

Este documento foi assinado pelos seguintes signatários nas datas indicadas (Fuso horário de Brasília):

✓ KELLY LETICIA HOSS (CPF 071.567.619-94) em 20/05/2022 16:18

Para verificar as assinaturas acesse <https://assinatura.e-notariado.org.br/validate> e informe o código de validação ou siga o link a abaixo:

<https://assinatura.e-notariado.org.br/validate/9H35P-LAVSD-W5T2D-VJXUW>

LEB  
004314



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 454/2022  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 5862/2022  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 182/2022

O **MUNICÍPIO DE UBIRATÃ**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 76.950.096/0001-10, com sede administrativa a Avenida Nilza de Oliveira Pipino, nº 1852, centro, na cidade de Ubatuba, Estado do Paraná, CEP nº 85.440-000, representado pelo Prefeito Fábio de Oliveira Dalécio, e a empresa **MASTERMEDIC DISTRIBUIDORA LTDA**, inscrita no CNPJ nº 39.840.107/0001-83, estabelecida à Rua Teodoro Bernardo Schlickmann, no nº 328-A, CEP nº 88750-000, na cidade de Braço do Norte, Estado de Santa Catarina, Telefone nº (48) 3658-8249, e-mail (mastermedicvendas@hotmail.com), doravante designada como FORNECEDORA, firmam a presente Ata de Registro de Preços que se regerá pelas condições estabelecidas no Processo Licitatório nº 5862/2022, Pregão Eletrônico nº 182/2022 e de acordo com as cláusulas a seguir:

### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICOS E DE ENFERMAGEM, MATERIAIS DE LIMPEZA, HIGIENE E DESINFECÇÃO, CURATIVOS, EPIS, INSUMOS, INSTRUMENTAIS, MOBILIÁRIO, ELETRODOMÉSTICOS, EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE, DESTINADOS AS UNIDADES DE SAÚDE.**

### 2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO DETALHAMENTO DO OBJETO

2.1. A execução do objeto da Ata de Registro de Preços se dará na seguinte especificação, quantidade máxima estimada, valores unitários e totais:

| LOTE | ITEM | DESCRIÇÃO  | QTD | UN  | V. UNIT | V. TOTAL | MARCA        |
|------|------|--|-----|-----|---------|----------|--------------|
| 1    | 19   | Apalpador de pressão com mola para auriculoterapia, em aço inoxidável, leve, medidas aproximadas de 15cm x 1cm, cores variadas. CATMAT 406036  | 35  | UN. | 40,14   | 1.404,90 | COMPLEMENTAR |
| 1    | 20   | Aplicador para agulhas auriculares, aço inox, com ponta magnética. CATMAT 420285   | 20  | UN. | 40,24   | 804,80   | COMPLEMENTAR |
| 1    | 48   | Colar cervical descartável, confeccionado em polietileno de alta densidade revestido com EVA, fecho com velcro, suporte mentoniano, abertura frontal para análise do pulso carotídeo e abertura para palpação e ventilação da nuca, radiopaco, tamanho G. CATMAT 45600 | 12  | UN. | 15,18   | 182,16   | RESGATE SP   |
| 1    | 49   | Colar cervical descartável, confeccionado em polietileno de alta densidade revestido com EVA, fecho com velcro, suporte mentoniano, abertura   | 12  | UN. | 14,57   | 174,84   | RESGATE SP   |

# UBIRATÃ



P R E F E I T U R A

|   |     |   |     |     |        |          |              |
|---|-----|---|-----|-----|--------|----------|--------------|
|   |     | frontal para análise do pulso carotídeo e abertura para palpação e ventilação da nuca, radiopaco, tamanho M. CATMAT 456005  |     |     |        |          |              |
| 1 | 50  | Colar cervical descartável, confeccionado em polietileno de alta densidade revestido com EVA, fecho com velcro, suporte mentoniano, abertura frontal para análise do pulso carotídeo e abertura para palpação e ventilação da nuca, radiopaco, tamanho P. CATMAT 456006   | 12  | UN. | 15,74  | 188,88   | RESGATE SP   |
| 1 | 61  | Conjunto de eletrodos para bisturi eletrônico compatíveis com o bistuti Emai modelo BP100 Plus, contendo 10 eletrodos com haste de 2,4 mm de diâmetro sendo: 1 eletrodo tipo faca curva pequena (67mm), 1 eletrodo tipo faca reta pequena (67mm), 1 eletrodo tipo faca reta grande (100mm), 1 eletrodo tipo bola (2,1mm), 1 eletrodo tipo bola (4,2mm), 1 eletrodo tipo bola (6,0mm), 1 eletrodo tipo bola (7,5mm), 1 eletrodo tipo alça grande (9,0mm), 1 eletrodo tipo alça pequena (4,5mm), eletrodo tipo agulha (85mm); CATMAT 462997 | 1   | KIT | 454,89 | 454,89   | EMAI         |
| 1 | 201 | Pipeta Pasteur, 1 ml, fabricada em polietileno transparente, graduada, pacote com 500 unidades. CATMAT 410569   | 20  | PC  | 121,65 | 2.433,00 | CRALPLAST    |
| 1 | 203 | Ponto adesivo auricular, cristal/prata/ouro 1,5 mm, com micropore quadrado, com mapa auricular, cartela com 60 unidades. CATMAT 370626  | 250 | crt | 8,07   | 2.017,50 | COMPLEMENTAR |
| 1 | 214 | Reanimador Manual de Silicone Autoclavável Adulto, balão de ventilação com no mínimo 500ml, com valvula unidirecional, máscara facial de silicone de formato  | 9   | UN. | 195,80 | 1.762,20 | FARMATEX     |



|   |     |  |       |     |        |           |          |
|---|-----|--|-------|-----|--------|-----------|----------|
|   |     | anatomico, com conexão e tubo para oxigênio de no mínimo 150 cm, com reservatório de no mínimo 2500 ml. CATMAT 456410  |       |     |        |           |          |
| 1 | 286 | Teste rápido imunocromatografico para detecção qualitativa, simultânea e diferenciada de anticorpos IgG e IgM anti-dengue e antígeno dengue NS1 dos quatro sorotipos do vírus 1,2,3 e 4 em amostras de sangue total, soro ou plasma, sensibilidade mínima de 92% Dengue NS1 Ag e 94% Dengue IgG/IgM, especificidade mínima de 98% Dengue NS1 Ag e 96% Dengue IgG/IgM, embalagem contendo tira e reagente, unidade. CATMAT 412589         | 2.500 | UN. | 16,88  | 42.200,00 | WAMA     |
| 3 | 304 | Mesa para exames clínicos, armação em aço com H de reforço, leito de madeira estofado com espuma densidade 26 revestida em corino ou similiar na cor preta, cabeceira reclinável em até 3 posições, pés com ponteiros plásticos, pintura da estrutura com tratamento antiferruginoso na cor branca ou cinza, capacidade de até 150 kg, dimensões aproximadas de 185 cm de comprimento, 80 cm de altura e 60 cm de largura. CATMAT 363091 | 6     | UN. | 743,61 | 4.461,66  | RENASCER |

### 3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR GLOBAL REGISTRADO

3.1. O valor global registrado é de R\$-56.084,83 (CINQUENTA E SEIS MIL E OITENTA E QUATRO REAIS E OITENTA E TRÊS CENTAVOS).

3.2. No valor previsto estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

### 4. CLÁUSULA QUARTA - DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

JOCIANE OLIVEIRA  
SALASARIO  
PHILIPPI:03384146  
905

Assinado eletronicamente pelo RSCOM  
CNPJ: 06.940.888/0001  
Data: 2023/01/09 17:01:00 -0500





4.1. A validade do registro será de 12 (doze) meses, contada a partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, sem possibilidade de prorrogação.

## 5. CLÁUSULA QUINTA - DAS CONTRATAÇÕES DECORRENTES DO REGISTRO

5.1. As contratações decorrentes do registro serão formalizadas por meio de nota de empenho de despesa, autorização de compra, ordem de execução de serviço ou outro instrumento equivalente, conforme prevê o art. 62 da Lei Federal nº 8.666/93.

## 6. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1. O fornecimento do objeto será de acordo com a necessidade do Município, de maneira fracionada.

6.1.1. A Secretaria de Saúde enviará Autorização de Compra para a FORNECEDORA no e-mail indicado em sua proposta e os produtos deverão ser entregues no prazo máximo de 15 dias, na Farmácia Municipal anexa ao Centro de Saúde, localizado na Avenida Carmem Ribeiro Pitombo, 90, Centro de Ubatuba-PR;

6.1.2. No caso de recusa do objeto, o prazo para substituição será a metade do prazo inicialmente estipulado para entrega, sujeitando-se a FORNECEDORA às penalidades previstas na Ata de Registro de Preços.

6.1.3. Os prazos mencionados poderão ser alterados na forma que dispõe o art. 57, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93.

6.2. O objeto deverá ser entregue em perfeitas condições, novo, sem uso, devidamente lacrado em embalagem própria, original do fabricante e sem violação, conforme especificação, prazo e local constante no presente Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal, quando couber.

6.3. O objeto deverá ser entregue em veículo próprio da FORNECEDORA, podendo ser ainda através de serviços postais, transportadoras ou outros serviços de entrega, vedada a entrega através de veículos oficiais e/ou servidores do município.

6.3.1. A FORNECEDORA se sujeita ao recebimento provisório do objeto pelo Município para fins de conferência, independente da forma de entrega, cabendo exclusivamente à FORNECEDORA a retirada/substituição do objeto recusado.

6.4. A FORNECEDORA deverá arcar com todas as despesas referentes à entrega do objeto, como transporte, mão de obra, encargos sociais, pedágio, entre outras.

6.5. O objeto deverá ser entregue com declaração da garantia, sob pena de recusa, sendo responsabilidade da FORNCEDORA a substituição e/ou manutenção do objeto durante o período de garantia, sem ônus adicionais ao município.

6.5.1. Para os itens em que não constar tempo de garantia, deverá ser considerado o mínimo legal de três meses:

## 7. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1. Após a entrega de cada pedido, o objeto será recebido provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade com a especificação; e definitivamente, após verificação da qualidade e consequente aceitação.



7.2. O Município se reserva ao direito de não aceitar objeto que não estiver em conformidade com as exigências apresentadas no presente Termo de Referência.

7.2.1. O motivo da recusa será fundamentado pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços através de notificação, encaminhada por escrito à FORNECEDORA, através do e-mail o qual foi encaminhada a Ordem de Compras.

7.3. A FORNECEDORA é obrigada a substituir, por conta própria, no todo ou em parte, objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, ainda que tenha sido recebido definitivamente.

7.3.1. No caso de não aceitação do objeto, seja no recebimento provisório ou definitivo, os ônus com a substituição correrão exclusivamente por conta da FORNECEDORA, independente da forma de entrega.

7.4. O objeto que por ventura venha a ser recusado deverá ser substituído no prazo estipulado, sob pena de aplicação das penalidades previstas no presente Termo de Referência.

## **8. CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES**

### **8.1. São direitos do MUNICÍPIO:**

8.1.1. Receber a prestação do objeto nas condições previstas;

8.1.2. Rejeitar, no todo ou em parte, a prestação do objeto que estiver em desacordo com as condições descritas na Ata de Registro de Preços;

8.1.3. Fiscalizar a execução da Ata de Registro de Preços;

8.1.4. Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

### **8.2. São obrigações do MUNICÍPIO:**

8.2.1. Promover, através de seus representantes, o acompanhamento e a fiscalização da Ata de Registro de Preços, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à FORNECEDORA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte daquele;

8.2.2. Cumprir os prazos previstos na Ata de Registro de Preços;

8.2.3. Efetuar o pagamento ajustado, após o recebimento definitivo do objeto solicitado;

8.2.4. Auxiliar no esclarecimento de dúvidas que surjam ao longo da execução da Ata de Registro de Preços;

8.2.5. Decidir sobre eventuais dificuldades na realização do objeto da Ata de Registro de Preços;

8.2.6. Manter, sempre por escrito ou por e-mail, com a FORNECEDORA, os entendimentos sobre o objeto.

### **8.3. São obrigações da FORNECEDORA:**

8.3.1. Cumprir todas as obrigações constantes na Ata de Registro de Preços e sua proposta, assumindo exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

8.3.2. Responsabilizar-se por danos ocasionados ao MUNICÍPIO ou a terceiros, causados durante a execução da Ata de Registro de Preços;



8.3.3. Responder por quaisquer compromissos assumidos com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto;

8.3.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078 de 1990);

8.3.5. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado na Ata de Registro de Preços, o objeto com avarias ou defeitos;

8.3.6. Manter contatos com o MUNICÍPIO, sempre por escrito, ressalvados os entendimentos verbais determinados pela urgência do objeto;

8.3.7. Comunicar o MUNICÍPIO, com antecedência, os motivos que impossibilitem o cumprimento dos prazos previstos para execução do objeto, com a devida comprovação;

8.3.8. Manter durante toda a execução da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e apresentá-las no prazo de máximo de 05 (cinco) dias úteis quando solicitada pelo MUNICÍPIO;

8.3.9. Apresentar cópia autêntica do ato constitutivo, estatuto ou contrato social, sempre que houver alteração;

8.3.10. Indicar preposto para representá-la durante a execução da Ata de Registro de Preços;

8.3.11. Prestar os esclarecimentos julgados necessários, bem como informar e manter atualizado (s) o (s) número (s) de telefone, endereço eletrônico (e-mail) e o nome da pessoa autorizada para contatos;

8.3.12. Não utilizar de quaisquer tipos de propaganda visual em benefício de candidato, partido político ou coligação, em veículos ou por funcionários empregados durante a execução dos serviços contratados, sob pena de aplicação das sanções previstas na Lei Eleitoral 9.504/1997, multa e cancelamento da Ata de Registro de Preços;

8.3.13. Providenciar a assinatura dos Termos Aditivos e remetê-los ao MUNICÍPIO no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados de seu recebimento, sob pena de aplicação das sanções previstas.

## 9. CLÁUSULA NONA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

9.1. O pagamento será efetuado após recebimento de cada pedido, no prazo de até trinta dias contados do recebimento da Nota Fiscal pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

9.2. A fatura deverá ser emitida pela empresa, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas e no próprio instrumento de contrato. O faturamento deverá ser realizado em nome do MUNICÍPIO DE UBIRATÃ, CNPJ nº 76.950.096/0001-10.

9.3. As despesas para atender a contratação estão programadas em dotação orçamentária prevista no orçamento do Município para o exercício de 2022, na classificação abaixo:





| Órgão | Despesa | Categoria    | Descrição                                | Fonte | Valor      |
|-------|---------|--------------|--|-------|------------|
| 0602  | 3068    | 339030210000 | MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIGIEN | 303   | 22.014,00  |
| 0605  | 3080    | 339030210000 | MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIGIEN | 494   | 70.272,14  |
| 0602  | 4213    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 18.362,50  |
| 0602  | 4216    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 25.302,50  |
| 0603  | 4219    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 8.592,00   |
| 0603  | 4220    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 48.432,50  |
| 0605  | 4226    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 21.464,16  |
| 0605  | 4228    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 21.288,43  |
| 0606  | 4231    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 61.515,75  |
| 0605  | 8224    | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 494   | 20.319,55  |
| 0605  | 8225    | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 494   | 6.426,80   |
| 0605  | 8226    | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 494   | 305.716,10 |
| 0606  | 8228    | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 494   | 48.168,51  |
| 0606  | 8230    | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 494   | 156.861,89 |
| 0602  | 8258    | 339030280000 | MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA         | 494   | 4.002,60   |
| 0605  | 8270    | 339030280000 | MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA         | 494   | 227.872,40 |
| 0603  | 9481    | 339032990100 | Outros Materiais para Distribuição Gratu | 384   | 239.130,00 |
| 0603  | 9482    | 339032990100 | Outros Materiais para Distribuição Gratu | 494   | 5.065,40   |
| 0604  | 10996   | 449052420000 | MOBILIÁRIO EM GERAL                      | 494   | 4.486,28   |
| 0605  | 11001   | 449052120000 | APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS        | 494   | 3.584,68   |
| 0606  | 11005   | 449052420000 | MOBILIÁRIO EM GERAL                      | 494   | 1.677,66   |
| 0606  | 11006   | 449052120000 | APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS        | 494   | 2.220,76   |
| 0606  | 11007   | 449052340000 | MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVE | 494   | 14.200,98  |
| 0605  | 11015   | 449052420000 | MOBILIÁRIO EM GERAL                      | 494   | 4.032,32   |
| 0605  | 11022   | 449052080000 | APARELHOS, EQUIP., UT. MÉDICOS-ODONTO.,  | 494   | 41.478,60  |
| 0602  | 11035   | 449052040000 | APARELHOS DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO        | 494   | 3.656,35   |
| 0605  | 11040   | 449052340000 | MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVE | 494   | 15.997,33  |
| 0605  | 11088   | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 303   | 11.005,00  |

9.4. Para liberação do pagamento à FORNECEDORA, as notas fiscais deverão ser entregues ao Fiscal obrigatoriamente acompanhadas dos seguintes documentos:

9.4.1. Prova de Regularidade com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional;

9.4.2. Prova de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

9.4.3. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

## 10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA

10.1. Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo MUNICÍPIO, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo

JOCIANE OLIVEIRA  
SALASARIO  
PHILIPPI:03384146  
905

Assinado de forma digital por  
JOCIANE OLIVEIRA SALASARIO  
PHILIPPI:03384146905  
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC FCDL  
SC v5, ou=B2895970000167,  
ou=Presencial, ou=Certificado PF A1,  
cn=JOCIANE OLIVEIRA SALASARIO  
PHILIPPI:03384146905  
Dados: 2023.01.09 17:02:58 -03'00'





pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX / 100) / 365$$

EM =  $I \times N \times VP$ , onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = N. de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

## 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

11.1. Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bens registrados.

11.2. Na hipótese do preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a FORNECEDORA será convocada para que promova a redução dos preços.

11.2.1. Em não sendo reduzido o preço, a FORNECEDORA será liberada do compromisso assumido, podendo o MUNICÍPIO convocar os demais fornecedores classificados para, nas mesmas condições, oferecer igual oportunidade de negociação, ou revogar a ata de registro de preços ou parte dela.

11.3. Na hipótese do preço de mercado tornar-se superior ao registrado, e a FORNECEDORA não puder cumprir as obrigações assumidas, este poderá solicitar revisão dos preços, mediante requerimento fundamentado encaminhado diretamente ao Gestor da Ata de Registro de Preços, a ser protocolado antes do pedido de fornecimento, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação relevante nos preços praticados no mercado.

11.3.1. Procedente o pedido, o MUNICÍPIO poderá efetuar a revisão do preço registrado no valor pleiteado pela FORNECEDORA, caso este esteja de acordo com os valores praticados pelo mercado, ou apresentar contraproposta de preço, compatível com o vigente no mercado, para a garantia do equilíbrio econômico-financeiro.

11.3.2. Caso não aceite a contraproposta de preço apresentada pelo MUNICÍPIO, a FORNECEDORA será liberada do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

11.3.3. Não sendo acatado o pedido de revisão, este será indeferido pelo MUNICÍPIO e a FORNECEDORA continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na Ata de Registro de Preços, sob pena de cancelamento do registro do preço da FORNECEDORA e de aplicação das penalidades administrativas previstas.

11.3.4. Na hipótese do cancelamento do registro do preço do fornecedor, prevista no subitem anterior, o MUNICÍPIO poderá convocar os demais fornecedores, na ordem de classificação, para que manifestem interesse em assumir a execução do objeto pelo preço registrado.

## 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

12.1. Caberá a gestão da Ata de Registro de Preços ao servidor Orlando Francisco Vieira da Silva, lotado na Secretaria de Saúde.

JOCIANE OLIVEIRA  
SALASARIO  
PHILIPPI:03384146905

Assinado de forma digital por JOCIANE OLIVEIRA SALASARIO PHILIPPI:03384146905  
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC FCDL SC v5, ou=82895970000167, ou=Presencial, ou=Certificado PF A1, cn=JOCIANE OLIVEIRA SALASARIO PHILIPPI:03384146905  
Dados: 2023.01.09 17:03:35 -03'00'



12.2. Caberá a fiscalização da Ata de Registro de Preços ao servidor Henrique Cardoso Gonçalves, lotado na Secretaria de Saúde, e na sua ausência, ficará a cargo do servidor Rodrigo Salustiano da Silva, lotado na Secretaria de Saúde.

12.3. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da FORNECEDORA pelos danos causados ao MUNICÍPIO ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos.

12.4. A ação ou omissão total ou parcial da fiscalização do MUNICÍPIO não elide nem diminui a responsabilidade da FORNECEDORA quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes, responsabilizando esta quanto a quaisquer irregularidades.

12.5. As comunicações entre MUNICÍPIO e FORNECEDORA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

12.6. Caberá ao gestor e ao fiscal as atribuições constantes na Portaria nº 05/2022.

### 13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

13.1.1. Advertência;

13.1.2. Multa;

13.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Ubiratã;

13.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

13.2. As multas poderão ser:

13.2.1. De caráter moratório, pelo atraso injustificado na entrega ou execução do objeto da Ata de Registro de Preços, nos seguintes percentuais:

13.2.1.1. 2% (dois por cento) ao dia, incidente sobre o valor correspondente à parcela, etapa ou pedido único em que ocorreu o fato, até o limite máximo de 30 (trinta) dias.

A. Extrapolado o limite máximo de 30 (trinta) dias, o percentual da multa será calculado em dobro.

13.2.1.2. 5% (cinco por cento) pelo descumprimento de qualquer outra cláusula da Ata de Registro de Preços durante sua execução, incidente sobre o valor correspondente à parcela, etapa ou pedido único em que ocorreu o fato.

13.2.2. De caráter compensatório, sem prejuízo das multas moratórias, nos seguintes percentuais:

13.2.2.1. 10% (Dez por cento), incidente sobre o valor correspondente à parcela, etapa ou pedido único em que ocorreu o fato, pela inexecução parcial do objeto;

JOCIANE OLIVEIRA  
SALASARIO  
PHILIPPI:0338414690

5

Assinado de forma digital por JOCIANE OLIVEIRA SALASARIO PHILIPPI:03384146905  
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC FCDL SC v5, ou=82895970000167, ou=Presencial, ou=Certificado PF A1, cn=JOCIANE OLIVEIRA SALASARIO PHILIPPI:03384146905  
Dados: 2023.01.09 17:03:59 -03'00'



13.2.2.2. 15% (Quinze por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços, pela sua inexecução total.

13.3. A FORNECEDORA poderá ser suspensa temporariamente de participar em licitação e impedida de contratar com o Município de Ubatuba pelo prazo máximo de 02 (dois) anos, sem prejuízo das demais penalidades previstas, quando:

13.3.1. Abandonar a execução da Ata de Registro de Preços;

13.3.2. Incorrer em inexecução da Ata de Registro de Preços; e

13.3.3. Demais hipóteses previstas em lei.

13.4. A FORNECEDORA poderá ser declarada inidônea para licitar ou contratar com a administração pública pelo prazo máximo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das demais penalidades previstas, quando:

13.4.1. Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, a execução da Ata de Registro de Preços;

13.4.2. Agir, comprovadamente, de má-fé na relação pactuada;

13.4.3. Demais hipóteses previstas em lei.

13.5. Estendem-se os efeitos da penalidade de suspensão do direito de contratar com o Município de Ubatuba ou da declaração de inidoneidade:

13.5.1. Às pessoas físicas que constituíram a pessoa jurídica, as quais permanecem impedidas de licitar com a Administração Pública enquanto perdurarem as causas da penalidade, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;

13.5.2. Às pessoas jurídicas que tenham sócios comuns com as pessoas físicas referidas no subitem anterior.

13.6. As sanções previstas poderão ser aplicadas concomitantemente com a sanção de advertência.

13.7. A FORNECEDORA deverá efetuar o pagamento do valor correspondente à multa no prazo e forma estipulados no termo de aplicação de penalidade, podendo ainda ser descontado de pagamentos a que a mesma tenha direito.

13.7.1. Não havendo o pagamento, o valor devido será inscrito em dívida ativa para futura execução fiscal.

13.8. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

13.9. Concomitante às penalidades previstas, a FORNECEDORA se sujeita ao descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 05 (cinco) anos, para efeito do previsto no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02.

13.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13.11. A aplicação das penalidades previstas fica condicionada a ampla defesa e contraditório no devido processo legal, sem prejuízo da defesa prévia.

JOCIANE OLIVEIRA  
SALASARIO  
PHILIPPI:03384146  
905

Assinado de forma digital por JOCIANE OLIVEIRA SALASARIO  
PHILIPPI:03384146905  
DN: cn=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC FCDL SC  
v5, ou=B289597000167,  
ou=Presencial, ou=Certificado PF A1,  
cn=JOCIANE OLIVEIRA SALASARIO  
PHILIPPI:03384146905  
Dados: 2023.01.09 17:04:18 -03'00'



**14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**

14.1. O presente registro de preços poderá ser cancelado, sem prejuízo das penalidades previstas, quando o fornecedor:

14.1.1. For liberado;

14.1.2. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

14.1.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

14.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

14.1.5. Por razões de interesse público, devidamente justificado.

14.2. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

14.2.1. Por razão de interesse público; ou

14.2.2. A pedido do fornecedor.

14.3. No caso de cancelamento do registro de preços, poderão ser convocados, a critério da Administração, os demais licitantes classificados.

14.4. O cancelamento da Ata de Registro de Preços fica condicionado à ampla defesa e contraditório no devido processo legal, sem prejuízo da defesa prévia.

**15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VINCULAÇÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

15.1. Ficam vinculados a Ata de Registro de Preços, dela fazendo parte integrante, independentemente de suas transcrições parciais ou totais, o Edital de licitação respectivo e seus anexos e a proposta final da FORNECEDORA.

**16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

16.1. A presente Ata de Registro de Preços rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 10.520/02, Lei nº 8.078/90 e por outras normas de direito público ou privado que melhor tutelem o interesse público.

**17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS**

17.1. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal nº 8.666/93, e dos princípios gerais de direito.

**18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO**

18.1. Fica eleito o foro da Comarca de Ubiratã, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas da Ata de Registro de Preços.

JOCIANE OLIVEIRA  
SALASARIO  
PHILIPPI:03384146905

Assinado de forma digital por JOCIANE  
OLIVEIRA SALASARIO PHILIPPI:03384146905  
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC FCDL SC v5,  
ou=82895970000167, ou=Presencial,  
ou=Certificado PF A1, cn=JOCIANE  
OLIVEIRA SALASARIO PHILIPPI:03384146905  
Data: 2023.01.05 17:04:28 -03'00'



UBIRATÃ

PREFEITURA



004326

Assim ajustadas, firmam as partes o presente instrumento, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas, para todos os fins de direito.

Ubiratã - Paraná, 21 de dezembro de 2022.

**MUNICÍPIO DE UBIRATÃ**

**Prefeito de Ubatuba**

JOCIANE OLIVEIRA  
SALASARIO  
PHILIPPI:03384146  
905

Assinado de forma digital por  
JOCIANE OLIVEIRA SALASARIO  
PHILIPPI:03384146905  
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC FCDL  
SC v5, ou=82895970000167,  
ou=Presencial, ou=Certificado PF  
A1, cn=JOCIANE OLIVEIRA  
SALASARIO PHILIPPI:03384146905  
Dados: 2023.01.09 17:04:57 -03'00'

**MASTERMEDIC DISTRIBUIDORA LTDA**

Representante legal da empresa



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 493/2022  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 5862/2022  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 182/2022

O MUNICÍPIO DE UBIRATÃ, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 76.950.096/0001-10, com sede administrativa a Avenida Nilza de Oliveira Pipino, nº 1852, centro, na cidade de Ubatuba, Estado do Paraná, CEP nº 85.440-000, representado pelo Prefeito Fábio de Oliveira Dalécio, e a empresa **RVC DISTRIBUIDORA, COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 36.495.092/0001-75, estabelecida à Av. Capitão Casa, no nº 1493, CEP nº 09812-000, na cidade de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, Telefone nº (11) 4330-4312, e-mail (comercial@rvcompany.com.br), doravante designada como FORNECEDORA, firmam a presente Ata de Registro de Preços que se regerá pelas condições estabelecidas no Processo Licitatório nº 5862/2022, Pregão Eletrônico nº 182/2022 e de acordo com as cláusulas a seguir:

### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICOS E DE ENFERMAGEM, MATERIAIS DE LIMPEZA, HIGIENE E DESINFECÇÃO, CURATIVOS, EPIS, INSUMOS, INSTRUMENTAIS, MOBILIÁRIO, ELETRODOMÉSTICOS, EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE, DESTINADOS AS UNIDADES DE SAÚDE.**

### 2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO DETALHAMENTO DO OBJETO

2.1. A execução do objeto da Ata de Registro de Preços se dará na seguinte especificação, quantidade máxima estimada, valores unitários e totais:

| LOTE | ITEM | DESCRIÇÃO  | QTD | UN | V. UNIT | V. TOTAL | MARCA  |
|------|------|--|-----|----|---------|----------|--------|
| 1    | 174  | Luva plástica transparente de polietileno, descartável, não estéril, atóxica, ambidestra, com solda interna, resistente, impermeável, pacote com 100 unidades. CATMAT 423464 | 150 | PC | 2,79    | 418,50   | MBLIFE |

### 3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR GLOBAL REGISTRADO

3.1. O valor global registrado é de **R\$-418,50 (QUATROCENTOS E DEZOITO REAIS E CINQUENTA CENTAVOS).**

3.2. No valor previsto estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

### 4. CLÁUSULA QUARTA - DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A validade do registro será de 12 (doze) meses, contada a partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, sem possibilidade de prorrogação.

### 5. CLÁUSULA QUINTA - DAS CONTRATAÇÕES DECORRENTES DO REGISTRO

*bela, amada e gentil*  
Av. Nilza de Oliveira Pipino - 1852  
CEP 85.440-000 | Fone (44) 3543-8000  
[www.ubirata.pr.gov.br](http://www.ubirata.pr.gov.br)

RVC COMPAN  
COMERCIO I  
SERVICO  
LTDA:3649509  
0175

Assinado digitalmente por RVC COMPANY  
COMERCIO E SERVICOS LTDA:36495090175  
no dia 09/08/2022 às 14:00:00  
Selo: 01-08-2022 14:00:00  
UF: PR  
Pessoa Física: RFB, GLAUCIO  
Pessoa Física: RFB, GLAUCIO  
COMERCIO E SERVICOS LTDA:36495090175  
Razão: Em nome e autor de seu representante



5.1. As contratações decorrentes do registro serão formalizadas por meio de nota de empenho de despesa, autorização de compra, ordem de execução de serviço ou outro instrumento equivalente, conforme prevê o art. 62 da Lei Federal nº 8.666/93.

## 6. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1. O fornecimento do objeto será de acordo com a necessidade do Município, de maneira fracionada.

6.1.1. A Secretaria de Saúde enviará Autorização de Compra para a FORNECEDORA no e-mail indicado em sua proposta e os produtos deverão ser entregues no prazo máximo de 15 dias, na Farmácia Municipal anexa ao Centro de Saúde, localizado na Avenida Carmem Ribeiro Pitombo, 90, Centro de Ubatuba-PR;

6.1.2. No caso de recusa do objeto, o prazo para substituição será a metade do prazo inicialmente estipulado para entrega, sujeitando-se a FORNECEDORA às penalidades previstas na Ata de Registro de Preços.

6.1.3. Os prazos mencionados poderão ser alterados na forma que dispõe o art. 57, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93.

6.2. O objeto deverá ser entregue em perfeitas condições, novo, sem uso, devidamente lacrado em embalagem própria, original do fabricante e sem violação, conforme especificação, prazo e local constante no presente Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal, quando couber.

6.3. O objeto deverá ser entregue em veículo próprio da FORNECEDORA, podendo ser ainda através de serviços postais, transportadoras ou outros serviços de entrega, vedada a entrega através de veículos oficiais e/ou servidores do município.

6.3.1. A FORNECEDORA se sujeita ao recebimento provisório do objeto pelo Município para fins de conferência, independente da forma de entrega, cabendo exclusivamente à FORNECEDORA a retirada/substituição do objeto recusado.

6.4. A FORNECEDORA deverá arcar com todas as despesas referentes à entrega do objeto, como transporte, mão de obra, encargos sociais, pedágio, entre outras.

6.5. O objeto deverá ser entregue com declaração da garantia, sob pena de recusa, sendo responsabilidade da FORNECEDORA a substituição e/ou manutenção do objeto durante o período de garantia, sem ônus adicionais ao município.

6.5.1. Para os itens em que não constar tempo de garantia, deverá ser considerado o mínimo legal de três meses;

## 7. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1. Após a entrega de cada pedido, o objeto será recebido provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade com a especificação; e definitivamente, após verificação da qualidade e consequente aceitação.

7.2. O Município se reserva ao direito de não aceitar objeto que não estiver em conformidade com as exigências apresentadas no presente Termo de Referência.

7.2.1. O motivo da recusa será fundamentado pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços através de notificação, encaminhada por escrito à FORNECEDORA, através do e-mail o qual foi encaminhada a Ordem de Compras.

*bela, amada e gentil*

Av. Nilza de Oliveira Pipino - 1852  
CEP 85.440-000 | Fone (44) 3543-8000  
[www.ubirata.pr.gov.br](http://www.ubirata.pr.gov.br)

RV COMPAN  
COMERCIO  
SERVICO  
LTDA:3649509  
0175

Ata de Registro de Preços nº 01/2017  
Objeto: Compra de medicamentos para o tratamento de doenças infecciosas e parasitárias.  
Valor estimado: R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).  
Validade: 12 (doze) meses.  
Data de emissão: 15/03/2017.  
Assinatura: [Assinatura]



7.3. A FORNECEDORA é obrigada a substituir, por conta própria, no todo ou em parte, objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, ainda que tenha sido recebido definitivamente.

7.3.1. No caso de não aceitação do objeto, seja no recebimento provisório ou definitivo, os ônus com a substituição correrão exclusivamente por conta da FORNECEDORA, independente da forma de entrega.

7.4. O objeto que por ventura venha a ser recusado deverá ser substituído no prazo estipulado, sob pena de aplicação das penalidades previstas no presente Termo de Referência.

## 8. CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

### 8.1. São direitos do MUNICÍPIO:

8.1.1. Receber a prestação do objeto nas condições previstas;

8.1.2. Rejeitar, no todo ou em parte, a prestação do objeto que estiver em desacordo com as condições descritas na Ata de Registro de Preços;

8.1.3. Fiscalizar a execução da Ata de Registro de Preços;

8.1.4. Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

### 8.2. São obrigações do MUNICÍPIO:

8.2.1. Promover, através de seus representantes, o acompanhamento e a fiscalização da Ata de Registro de Preços, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à FORNECEDORA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte daquele;

8.2.2. Cumprir os prazos previstos na Ata de Registro de Preços;

8.2.3. Efetuar o pagamento ajustado, após o recebimento definitivo do objeto solicitado;

8.2.4. Auxiliar no esclarecimento de dúvidas que surjam ao longo da execução da Ata de Registro de Preços;

8.2.5. Decidir sobre eventuais dificuldades na realização do objeto da Ata de Registro de Preços;

8.2.6. Manter, sempre por escrito ou por e-mail, com a FORNECEDORA, os entendimentos sobre o objeto.

### 8.3. São obrigações da FORNECEDORA:

8.3.1. Cumprir todas as obrigações constantes na Ata de Registro de Preços e sua proposta, assumindo exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

8.3.2. Responsabilizar-se por danos ocasionados ao MUNICÍPIO ou a terceiros, causados durante a execução da Ata de Registro de Preços;

8.3.3. Responder por quaisquer compromissos assumidos com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto;

*bela, amada e gentil*

Av. Nilza de Oliveira Pipino - 1852  
CEP 85.440-000 | Fone (44) 3543-8000  
[www.ubirata.pr.gov.br](http://www.ubirata.pr.gov.br)

RV COMPANY  
COMERCIO E  
SERVICO  
LTDA:3649509201  
75

Assinado eletronicamente por RV COMPANY  
COMERCIO E SERVICOS LTDA em 10/04/2019 às 14:05:00  
No CNPJ 3649509201-0001  
Endereço: Rua da República, 100 - Jd. Santa Helena - Curitiba - PR  
CPF: 14.085.888-00  
Assinado por: [Assinatura]





- 8.3.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº8.078 de 1990);
- 8.3.5. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado na Ata de Registro de Preços, o objeto com avarias ou defeitos;
- 8.3.6. Manter contatos com o MUNICÍPIO, sempre por escrito, ressalvados os entendimentos verbais determinados pela urgência do objeto;
- 8.3.7. Comunicar o MUNICÍPIO, com antecedência, os motivos que impossibilitem o cumprimento dos prazos previstos para execução do objeto, com a devida comprovação;
- 8.3.8. Manter durante toda a execução da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e apresentá-las no prazo de máximo de 05 (cinco) dias úteis quando solicitada pelo MUNICÍPIO;
- 8.3.9. Apresentar cópia autêntica do ato constitutivo, estatuto ou contrato social, sempre que houver alteração;
- 8.3.10. Indicar preposto para representá-la durante a execução da Ata de Registro de Preços;
- 8.3.11. Prestar os esclarecimentos julgados necessários, bem como informar e manter atualizado (s) o (s) número (s) de telefone, endereço eletrônico (e-mail) e o nome da pessoa autorizada para contatos;
- 8.3.12. Não utilizar de quaisquer tipos de propaganda visual em benefício de candidato, partido político ou coligação, em veículos ou por funcionários empregados durante a execução dos serviços contratados, sob pena de aplicação das sanções previstas na Lei Eleitoral 9.504/1997, multa e cancelamento da Ata de Registro de Preços;
- 8.3.13. Providenciar a assinatura dos Termos Aditivos e remetê-los ao MUNICÍPIO no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados de seu recebimento, sob pena de aplicação das sanções previstas.

- 8.3.5. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado na Ata de Registro de Preços, o objeto com avarias ou defeitos;

- 8.3.6. Manter contatos com o MUNICÍPIO, sempre por escrito, ressalvados os entendimentos verbais determinados pela urgência do objeto;

- 8.3.7. Comunicar o MUNICÍPIO, com antecedência, os motivos que impossibilitem o cumprimento dos prazos previstos para execução do objeto, com a devida comprovação;

- 8.3.8. Manter durante toda a execução da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e apresentá-las no prazo de máximo de 05 (cinco) dias úteis quando solicitada pelo MUNICÍPIO;

- 8.3.9. Apresentar cópia autêntica do ato constitutivo, estatuto ou contrato social, sempre que houver alteração;

- 8.3.10. Indicar preposto para representá-la durante a execução da Ata de Registro de Preços;

- 8.3.11. Prestar os esclarecimentos julgados necessários, bem como informar e manter atualizado (s) o (s) número (s) de telefone, endereço eletrônico (e-mail) e o nome da pessoa autorizada para contatos;

- 8.3.12. Não utilizar de quaisquer tipos de propaganda visual em benefício de candidato, partido político ou coligação, em veículos ou por funcionários empregados durante a execução dos serviços contratados, sob pena de aplicação das sanções previstas na Lei Eleitoral 9.504/1997, multa e cancelamento da Ata de Registro de Preços;

- 8.3.13. Providenciar a assinatura dos Termos Aditivos e remetê-los ao MUNICÍPIO no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados de seu recebimento, sob pena de aplicação das sanções previstas.

## 9. CLÁUSULA NONA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 9.1. O pagamento será efetuado após recebimento de cada pedido, no prazo de até trinta dias contados do recebimento da Nota Fiscal pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

- 9.2. A fatura deverá ser emitida pela empresa, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas e no próprio instrumento de contrato. O faturamento deverá ser realizado em nome do MUNICÍPIO DE UBIRATÃ, CNPJ nº 76.950.096/0001-10.

- 9.3. As despesas para atender a contratação estão programadas em dotação orçamentária prevista no orçamento do Município para o exercício de 2022, na classificação abaixo:

| Órgão | Despesa | Categoria    | Descrição                                | Fonte | Valor     |
|-------|---------|--------------|--|-------|-----------|
| 0602  | 3068    | 339030210000 | MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIGIEN | 303   | 22.014,00 |
| 0605  | 3080    | 339030210000 | MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIGIEN | 494   | 70.272,14 |

*bela, amada e gentil*

Av. Nilza de Oliveira Pipino - 1852  
CEP 85.440-000 | Fone (44) 3543-8000  
[www.ubirata.pr.gov.br](http://www.ubirata.pr.gov.br)

CEP 85.440-000 | Fone (44) 3543-8000

[www.ubirata.pr.gov.br](http://www.ubirata.pr.gov.br)

RV COMPANY  
COMERCIO E  
SERVICO  
LTDA:364950920  
75

Assinado digitalmente por RV COMPANY  
COMERCIO E SERVICO LTDA 38495001  
NO: CNPJ, S/N: R. L. SAO BERNARDO, C  
Braz, QV:Melhorias/Feirinha, Cui  
19900129000108. OUV:Secretaria de Rec  
Federal do Brasil - RFB. OUV:ARCEPTY,  
RFB e CNPJ A1, CNPJ:RV COMPANY CO  
E SERVICO LTDA 38495001200176



|      |       |              |  |     |            |
|------|-------|--------------|--|-----|------------|
| 0602 | 4213  | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494 | 18.362,50  |
| 0602 | 4216  | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494 | 25.302,50  |
| 0603 | 4219  | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494 | 8.592,00   |
| 0603 | 4220  | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494 | 48.432,50  |
| 0605 | 4226  | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494 | 21.464,16  |
| 0605 | 4228  | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494 | 21.288,43  |
| 0606 | 4231  | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494 | 61.515,75  |
| 0605 | 8224  | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 494 | 20.319,55  |
| 0605 | 8225  | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 494 | 6.426,80   |
| 0605 | 8226  | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 494 | 305.716,10 |
| 0606 | 8228  | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 494 | 48.168,51  |
| 0606 | 8230  | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 494 | 156.861,89 |
| 0602 | 8258  | 339030280000 | MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA         | 494 | 4.002,60   |
| 0605 | 8270  | 339030280000 | MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA         | 494 | 227.872,40 |
| 0603 | 9481  | 339032990100 | Outros Materiais para Distribuição Gratu | 384 | 239.130,00 |
| 0603 | 9482  | 339032990100 | Outros Materiais para Distribuição Gratu | 494 | 5.065,40   |
| 0604 | 10996 | 449052420000 | MOBILIÁRIO EM GERAL                      | 494 | 4.486,28   |
| 0605 | 11001 | 449052120000 | APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS        | 494 | 3.584,68   |
| 0606 | 11005 | 449052420000 | MOBILIÁRIO EM GERAL                      | 494 | 1.677,66   |
| 0606 | 11006 | 449052120000 | APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS        | 494 | 2.220,76   |
| 0606 | 11007 | 449052340000 | MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVE | 494 | 14.200,98  |
| 0605 | 11015 | 449052420000 | MOBILIÁRIO EM GERAL                      | 494 | 4.032,32   |
| 0605 | 11022 | 449052080000 | APARELHOS, EQUIP., UT. MÉDICOS-ODONTO.,  | 494 | 41.478,60  |
| 0602 | 11035 | 449052040000 | APARELHOS DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO        | 494 | 3.656,35   |
| 0605 | 11040 | 449052340000 | MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVE | 494 | 15.997,33  |
| 0605 | 11088 | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 303 | 11.005,00  |

9.4. Para liberação do pagamento à FORNECEDORA, as notas fiscais deverão ser entregues ao Fiscal obrigatoriamente acompanhadas dos seguintes documentos:

9.4.1. Prova de Regularidade com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional;

9.4.2. Prova de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

9.4.3. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

## 10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA

10.1. Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo MUNICÍPIO, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX / 100) / 365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;

*bela, amada e gentil*

Av. Nilza de Oliveira Pipino - 1852  
CEP 85.440-000 | Fone (44) 3543-8000  
[www.ubirata.pr.gov.br](http://www.ubirata.pr.gov.br)

RV COMPANY  
COMERCIO E  
SERVICO  
LTDA:3649509200  
5

Assinado digitalmente por RV COMPANY  
COMERCIO E SERVICOS LTDA:3649509200  
NO CNPJ: 08.981.154/0001-01  
CNPJ: 08.981.154/0001-01  
Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB  
ARQUITETURA E CONSULTORIA  
COMERCIO E SERVICOS  
LTDA:3649509200



TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = N. de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

## 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

11.1. Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bens registrados.

11.2. Na hipótese do preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a FORNECEDORA será convocada para que promova a redução dos preços.

11.2.1. Em não sendo reduzido o preço, a FORNECEDORA será liberada do compromisso assumido, podendo o MUNICÍPIO convocar os demais fornecedores classificados para, nas mesmas condições, oferecer igual oportunidade de negociação, ou revogar a ata de registro de preços ou parte dela.

11.3. Na hipótese do preço de mercado tornar-se superior ao registrado, e a FORNECEDORA não puder cumprir as obrigações assumidas, este poderá solicitar revisão dos preços, mediante requerimento fundamentado encaminhado diretamente ao Gestor da Ata de Registro de Preços, a ser protocolado antes do pedido de fornecimento, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação relevante nos preços praticados no mercado.

11.3.1. Procedente o pedido, o MUNICÍPIO poderá efetuar a revisão do preço registrado no valor pleiteado pela FORNECEDORA, caso este esteja de acordo com os valores praticados pelo mercado, ou apresentar contraproposta de preço, compatível com o vigente no mercado, para a garantia do equilíbrio econômico-financeiro.

11.3.2. Caso não aceite a contraproposta de preço apresentada pelo MUNICÍPIO, a FORNECEDORA será liberada do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

11.3.3. Não sendo acatado o pedido de revisão, este será indeferido pelo MUNICÍPIO e a FORNECEDORA continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na Ata de Registro de Preços, sob pena de cancelamento do registro do preço da FORNECEDORA e de aplicação das penalidades administrativas previstas.

11.3.4. Na hipótese do cancelamento do registro do preço do fornecedor, prevista no subitem anterior, o MUNICÍPIO poderá convocar os demais fornecedores, na ordem de classificação, para que manifestem interesse em assumir a execução do objeto pelo preço registrado.

## 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

12.1. Caberá a gestão da Ata de Registro de Preços ao servidor Orlando Francisco Vieira da Silva, lotado na Secretaria de Saúde.

12.2. Caberá a fiscalização da Ata de Registro de Preços ao servidor Henrique Cardoso Gonçalves, lotado na Secretaria de Saúde, e na sua ausência, ficará a cargo do servidor Rodrigo Salustiano da Silva, lotado na Secretaria de Saúde.

*bela, amada e gentil*

Av. Nilza de Oliveira Pipino - 1852  
CEP 85.440-000 | Fone (44) 3543-8000  
[www.ubirata.pr.gov.br](http://www.ubirata.pr.gov.br)

RV COMPANY  
COMERCIO E  
SERVICO  
LTDA:364950920  
75

Assinado digitalmente por RV COMPANY  
COMERCIO E SERVICOS LTDA em 10/05/2023  
no CNPJ 364950920-0001-75  
Endereço: Rua da Indústria, 100 - Jd. Santa Helena  
Cidade: Curitiba - PR - CEP: 81250-000  
CNPJ: 364950920-0001-75  
RV COMPANY COMERCIO E SERVICOS  
LTDA





12.3. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da FORNECEDORA pelos danos causados ao MUNICÍPIO ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos.

12.4. A ação ou omissão total ou parcial da fiscalização do MUNICÍPIO não elide nem diminui a responsabilidade da FORNECEDORA quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes, responsabilizando esta quanto a quaisquer irregularidades.

12.5. As comunicações entre MUNICÍPIO e FORNECEDORA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

12.6. Caberá ao gestor e ao fiscal as atribuições constantes na Portaria nº 05/2022.

### 13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

13.1.1. Advertência;

13.1.2. Multa;

13.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Ubiratã;

13.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

13.2. As multas poderão ser:

13.2.1. De caráter moratório, pelo atraso injustificado na entrega ou execução do objeto da Ata de Registro de Preços, nos seguintes percentuais:

13.2.1.1. 2% (dois por cento) ao dia, incidente sobre o valor correspondente à parcela, etapa ou pedido único em que ocorreu o fato, até o limite máximo de 30 (trinta) dias.

A. Extrapolado o limite máximo de 30 (trinta) dias, o percentual da multa será calculado em dobro.

13.2.1.2. 5% (cinco por cento) pelo descumprimento de qualquer outra cláusula da Ata de Registro de Preços durante sua execução, incidente sobre o valor correspondente à parcela, etapa ou pedido único em que ocorreu o fato.

13.2.2. De caráter compensatório, sem prejuízo das multas moratórias, nos seguintes percentuais:

13.2.2.1. 10% (Dez por cento), incidente sobre o valor correspondente à parcela, etapa ou pedido único em que ocorreu o fato, pela inexecução parcial do objeto;

13.2.2.2. 15% (Quinze por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços, pela sua inexecução total.

*bela, amada e gentil*

Av. Nilza de Oliveira Pipino - 1852  
CEP 85.440-000 | Fone (44) 3543-8000  
[www.ubirata.pr.gov.br](http://www.ubirata.pr.gov.br)

RV COMPANY  
COMERCIO E  
SERVICO  
LTDA:364950920  
175

Assinado eletronicamente por RV COMPANY  
COMERCIO E SERVICO LTDA 364950920  
NO: 0181, 01/01/2025, 14:04:10, 14/01/2025, 14:04:10  
Brasil, 01/01/2025, 14:04:10, 14/01/2025, 14:04:10  
1086119000108: 01/01/2025, 14:04:10, 14/01/2025, 14:04:10  
Federal do Brasil - 01/01/2025, 14:04:10, 14/01/2025, 14:04:10  
RFB e CNPJ/AT: 01/01/2025, 14:04:10, 14/01/2025, 14:04:10  
e 01/01/2025, 14:04:10, 14/01/2025, 14:04:10







# UBIRATÃ

PREFEITURA



263  
004336

Assim ajustadas, firmam as partes o presente instrumento, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas, para todos os fins de direito.

Ubitatã - Paraná, 21 de dezembro de 2022.

MUNICÍPIO DE UBIRATÃ

Prefeito de Ubitatã

RV COMPANY  
COMERCIO E SERVICO  
LTDA:36495092000175

Assinado digitalmente por RV COMPANY COMERCIO E SERVICO  
LTDA:36495092000175  
ND: C=BR, S=SP, L=SAO BERNARDO, O=ICP-Brasil, OU=Videoconferencia, OU=19860129000106, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=ARCERTFY, OU=RFB e-CNPJ A1, CN=RV COMPANY COMERCIO E SERVICO LTDA:36495092000175  
Razão: Eu sou o autor deste documento  
Localização:  
Data: 2023.01.09 17:06:59-03'00'  
Foxit PDF Reader Versão: 12.0.2

RVC DISTRIBUIDORA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA

Representante legal da empresa

*bela, amada e gentil*

Av. Nilza de Oliveira Pipino - 1852  
CEP 85.440-000 | Fone (44) 3543-8000  
[www.ubirata.pr.gov.br](http://www.ubirata.pr.gov.br)



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 464/2022  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 5862/2022  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 182/2022

O **MUNICÍPIO DE UBIRATÃ**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 76.950.096/0001-10, com sede administrativa a Avenida Nilza de Oliveira Pipino, nº 1852, centro, na cidade de Ubatuba, Estado do Paraná, CEP nº 85.440-000, representado pelo Prefeito Fábio de Oliveira Dalécio, e a empresa **VIDA BIOTECNOLOGIA LTDA**, inscrita no CNPJ nº 11.308.834/0001-85, estabelecida à Av. José Candido da Silveira, no nº 2100, CEP nº 31035-536, na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, Telefone nº (31) 3267-3964, e-mail (licit@vidabiotecnologia.com.br), doravante designada como FORNECEDORA, firmam a presente Ata de Registro de Preços que se regerá pelas condições estabelecidas no Processo Licitatório nº 5862/2022, Pregão Eletrônico nº 182/2022 e de acordo com as cláusulas a seguir:

## 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICOS E DE ENFERMAGEM, MATERIAIS DE LIMPEZA, HIGIENE E DESINFECÇÃO, CURATIVOS, EPIS, INSUMOS, INSTRUMENTAIS, MOBILIÁRIO, ELETRODOMÉSTICOS, EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE, DESTINADOS AS UNIDADES DE SAÚDE.**

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO DETALHAMENTO DO OBJETO

2.1. A execução do objeto da Ata de Registro de Preços se dará na seguinte especificação, quantidade máxima estimada, valores unitários e totais:

| LOTE | ITEM | DESCRIÇÃO  | QTD   | UN  | V. UNIT | V. TOTAL  | MARCA |
|------|------|--|-------|-----|---------|-----------|-------|
| 1    | 287  | Teste rápido para coronavírus imunocromatográfico, através da detecção qualitativa de antígeno, em amostras de swab da nasofaringe, precisão de 97%, resultado em 20 minutos, embalagem contendo no mínimo tira reagente, haste flexível esterilizada para coleta (SWAB), tubo de coleta de amostra de secreção, reagente. CATMAT 467276 | 2.500 | UN. | 4,64    | 11.600,00 | VIDA  |

## 3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR GLOBAL REGISTRADO

3.1. O valor global registrado é de **R\$-11.600,00 (ONZE MIL E SEISCENTOS REAIS).**

3.2. No valor previsto estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

## 4. CLÁUSULA QUARTA - DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A validade do registro será de **12 (doze) meses**, contada a partir da assinatura da Ata de Registro de Preços sem possibilidade de prorrogação.

CLAUDINEI  
PEREIRA DE  
OLIVEIRA:0127583  
8669

Assinado de forma digital  
por CLAUDINEI PEREIRA DE  
OLIVEIRA:01275838669  
Dados: 2023.01.09 17:46:56  
-03'00'





## 5. CLÁUSULA QUINTA - DAS CONTRATAÇÕES DECORRENTES DO REGISTRO

5.1. As contratações decorrentes do registro serão formalizadas por meio de nota de empenho de despesa, autorização de compra, ordem de execução de serviço ou outro instrumento equivalente, conforme prevê o art. 62 da Lei Federal nº 8.666/93.

## 6. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1. O fornecimento do objeto será de acordo com a necessidade do Município, de maneira fracionada.

6.1.1. A Secretaria de Saúde enviará Autorização de Compra para a FORNECEDORA no e-mail indicado em sua proposta e os produtos deverão ser entregues no prazo máximo de 15 dias, na Farmácia Municipal anexa ao Centro de Saúde, localizado na Avenida Carmem Ribeiro Pitombo, 90, Centro de Ubatuba-PR;

6.1.2. No caso de recusa do objeto, o prazo para substituição será a metade do prazo inicialmente estipulado para entrega, sujeitando-se a FORNECEDORA às penalidades previstas na Ata de Registro de Preços.

6.1.3. Os prazos mencionados poderão ser alterados na forma que dispõe o art. 57, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93.

6.2. O objeto deverá ser entregue em perfeitas condições, novo, sem uso, devidamente lacrado em embalagem própria, original do fabricante e sem violação, conforme especificação, prazo e local constante no presente Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal, quando couber.

6.3. O objeto deverá ser entregue em veículo próprio da FORNECEDORA, podendo ser ainda através de serviços postais, transportadoras ou outros serviços de entrega, vedada a entrega através de veículos oficiais e/ou servidores do município.

6.3.1. A FORNECEDORA se sujeita ao recebimento provisório do objeto pelo Município para fins de conferência, independente da forma de entrega, cabendo exclusivamente à FORNECEDORA a retirada/substituição do objeto recusado.

6.4. A FORNECEDORA deverá arcar com todas as despesas referentes à entrega do objeto, como transporte, mão de obra, encargos sociais, pedágio, entre outras.

6.5. O objeto deverá ser entregue com declaração da garantia, sob pena de recusa, sendo responsabilidade da FORNECEDORA a substituição e/ou manutenção do objeto durante o período de garantia, sem ônus adicionais ao município.

6.5.1. Para os itens em que não constar tempo de garantia, deverá ser considerado o mínimo legal de três meses;

## 7. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1. Após a entrega de cada pedido, o objeto será recebido provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade com a especificação; e definitivamente, após verificação da qualidade e consequente aceitação.

7.2. O Município se reserva ao direito de não aceitar objeto que não estiver em conformidade com as exigências apresentadas no presente Termo de Referência.



7.2.1. O motivo da recusa será fundamentado pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços através de notificação, encaminhada por escrito à FORNECEDORA, através do e-mail o qual foi encaminhada a Ordem de Compras.

7.3. A FORNECEDORA é obrigada a substituir, por conta própria, no todo ou em parte, objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, ainda que tenha sido recebido definitivamente.

7.3.1. No caso de não aceitação do objeto, seja no recebimento provisório ou definitivo, os ônus com a substituição correrão exclusivamente por conta da FORNECEDORA, independente da forma de entrega.

7.4. O objeto que por ventura venha a ser recusado deverá ser substituído no prazo estipulado, sob pena de aplicação das penalidades previstas no presente Termo de Referência.

## **8. CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES**

### **8.1. São direitos do MUNICÍPIO:**

8.1.1. Receber a prestação do objeto nas condições previstas;

8.1.2. Rejeitar, no todo ou em parte, a prestação do objeto que estiver em desacordo com as condições descritas na Ata de Registro de Preços;

8.1.3. Fiscalizar a execução da Ata de Registro de Preços;

8.1.4. Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

### **8.2. São obrigações do MUNICÍPIO:**

8.2.1. Promover, através de seus representantes, o acompanhamento e a fiscalização da Ata de Registro de Preços, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à FORNECEDORA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte daquele;

8.2.2. Cumprir os prazos previstos na Ata de Registro de Preços;

8.2.3. Efetuar o pagamento ajustado, após o recebimento definitivo do objeto solicitado;

8.2.4. Auxiliar no esclarecimento de dúvidas que surjam ao longo da execução da Ata de Registro de Preços;

8.2.5. Decidir sobre eventuais dificuldades na realização do objeto da Ata de Registro de Preços;

8.2.6. Manter, sempre por escrito ou por e-mail, com a FORNECEDORA, os entendimentos sobre o objeto.

### **8.3. São obrigações da FORNECEDORA:**

8.3.1. Cumprir todas as obrigações constantes na Ata de Registro de Preços e sua proposta, assumindo exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

8.3.2. Responsabilizar-se por danos ocasionados ao MUNICÍPIO ou a terceiros, causados durante a execução da Ata de Registro de Preços;

8.3.3. Responder por quaisquer compromissos assumidos com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto;



8.3.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078 de 1990);

8.3.5. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado na Ata de Registro de Preços, o objeto com avarias ou defeitos;

8.3.6. Manter contatos com o MUNICÍPIO, sempre por escrito, ressalvados os entendimentos verbais determinados pela urgência do objeto;

8.3.7. Comunicar o MUNICÍPIO, com antecedência, os motivos que impossibilitem o cumprimento dos prazos previstos para execução do objeto, com a devida comprovação;

8.3.8. Manter durante toda a execução da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e apresentá-las no prazo de máximo de 05 (cinco) dias úteis quando solicitada pelo MUNICÍPIO;

8.3.9. Apresentar cópia autêntica do ato constitutivo, estatuto ou contrato social, sempre que houver alteração;

8.3.10. Indicar preposto para representá-la durante a execução da Ata de Registro de Preços;

8.3.11. Prestar os esclarecimentos julgados necessários, bem como informar e manter atualizado (s) o (s) número (s) de telefone, endereço eletrônico (e-mail) e o nome da pessoa autorizada para contatos;

8.3.12. Não utilizar de quaisquer tipos de propaganda visual em benefício de candidato, partido político ou coligação, em veículos ou por funcionários empregados durante a execução dos serviços contratados, sob pena de aplicação das sanções previstas na Lei Eleitoral 9.504/1997, multa e cancelamento da Ata de Registro de Preços;

8.3.13. Providenciar a assinatura dos Termos Aditivos e remetê-los ao MUNICÍPIO no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados de seu recebimento, sob pena de aplicação das sanções previstas.

## 9. CLÁUSULA NONA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

9.1. O pagamento será efetuado após recebimento de cada pedido, no prazo de até trinta dias contados do recebimento da Nota Fiscal pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

9.2. A fatura deverá ser emitida pela empresa, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas e no próprio instrumento de contrato. O faturamento deverá ser realizado em nome do MUNICÍPIO DE UBIRATÃ, CNPJ Nº 76.950.096/0001-10.

9.3. As despesas para atender a contratação estão programadas em dotação orçamentária prevista no orçamento do Município para o exercício de 2022, na classificação abaixo:

| Órgão | Despesa | Categoria    | Descrição                                | Fonte | Valor     |
|-------|---------|--------------|--|-------|-----------|
| 0602  | 3068    | 339030210000 | MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIGIEN | 303   | 22.014,00 |
| 0605  | 3080    | 339030210000 | MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIGIEN | 494   | 70.272,14 |
| 0602  | 4213    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 18.362,50 |





|      |       |              |  |     |            |
|------|-------|--------------|--|-----|------------|
| 0602 | 4216  | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494 | 25.302,50  |
| 0603 | 4219  | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494 | 8.592,00   |
| 0603 | 4220  | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494 | 48.432,50  |
| 0605 | 4226  | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494 | 21.464,16  |
| 0605 | 4228  | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494 | 21.288,43  |
| 0606 | 4231  | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494 | 61.515,75  |
| 0605 | 8224  | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 494 | 20.319,55  |
| 0605 | 8225  | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 494 | 6.426,80   |
| 0605 | 8226  | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 494 | 305.716,10 |
| 0606 | 8228  | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 494 | 48.168,51  |
| 0606 | 8230  | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 494 | 156.861,89 |
| 0602 | 8258  | 339030280000 | MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA         | 494 | 4.002,60   |
| 0605 | 8270  | 339030280000 | MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA         | 494 | 227.872,40 |
| 0603 | 9481  | 339032990100 | Outros Materiais para Distribuição Gratu | 384 | 239.130,00 |
| 0603 | 9482  | 339032990100 | Outros Materiais para Distribuição Gratu | 494 | 5.065,40   |
| 0604 | 10996 | 449052420000 | MOBILIÁRIO EM GERAL                      | 494 | 4.486,28   |
| 0605 | 11001 | 449052120000 | APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS        | 494 | 3.584,68   |
| 0606 | 11005 | 449052420000 | MOBILIÁRIO EM GERAL                      | 494 | 1.677,66   |
| 0606 | 11006 | 449052120000 | APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS        | 494 | 2.220,76   |
| 0606 | 11007 | 449052340000 | MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVE | 494 | 14.200,98  |
| 0605 | 11015 | 449052420000 | MOBILIÁRIO EM GERAL                      | 494 | 4.032,32   |
| 0605 | 11022 | 449052080000 | APARELHOS, EQUIP., UT. MÉDICOS-ODONTO.,  | 494 | 41.478,60  |
| 0602 | 11035 | 449052040000 | APARELHOS DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO        | 494 | 3.656,35   |
| 0605 | 11040 | 449052340000 | MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVE | 494 | 15.997,33  |
| 0605 | 11088 | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 303 | 11.005,00  |

9.4. Para liberação do pagamento à FORNECEDORA, as notas fiscais deverão ser entregues ao Fiscal obrigatoriamente acompanhadas dos seguintes documentos:

9.4.1. Prova de Regularidade com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional;

9.4.2. Prova de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

9.4.3. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

#### 10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA

10.1. Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo MUNICÍPIO, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX / 100) / 365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$





I = Índice de atualização financeira;  
TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;  
EM = Encargos moratórios;  
N = N. de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;  
VP = Valor da parcela em atraso.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

11.1. Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bens registrados.

11.2. Na hipótese do preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a FORNECEDORA será convocada para que promova a redução dos preços.

11.2.1. Em não sendo reduzido o preço, a FORNECEDORA será liberada do compromisso assumido, podendo o MUNICÍPIO convocar os demais fornecedores classificados para, nas mesmas condições, oferecer igual oportunidade de negociação, ou revogar a ata de registro de preços ou parte dela.

11.3. Na hipótese do preço de mercado tornar-se superior ao registrado, e a FORNECEDORA não puder cumprir as obrigações assumidas, este poderá solicitar revisão dos preços, mediante requerimento fundamentado encaminhado diretamente ao Gestor da Ata de Registro de Preços, a ser protocolado antes do pedido de fornecimento, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação relevante nos preços praticados no mercado.

11.3.1. Procedente o pedido, o MUNICÍPIO poderá efetuar a revisão do preço registrado no valor pleiteado pela FORNECEDORA, caso este esteja de acordo com os valores praticados pelo mercado, ou apresentar contraproposta de preço, compatível com o vigente no mercado, para a garantia do equilíbrio econômico-financeiro.

11.3.2. Caso não aceite a contraproposta de preço apresentada pelo MUNICÍPIO, a FORNECEDORA será liberada do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

11.3.3. Não sendo acatado o pedido de revisão, este será indeferido pelo MUNICÍPIO e a FORNECEDORA continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na Ata de Registro de Preços, sob pena de cancelamento do registro do preço da FORNECEDORA e de aplicação das penalidades administrativas previstas.

11.3.4. Na hipótese do cancelamento do registro do preço do fornecedor, prevista no subitem anterior, o MUNICÍPIO poderá convocar os demais fornecedores, na ordem de classificação, para que manifestem interesse em assumir a execução do objeto pelo preço registrado.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO**

12.1. Caberá a gestão da Ata de Registro de Preços ao servidor Orlando Francisco Vieira da Silva, lotado na Secretaria de Saúde.

12.2. Caberá a fiscalização da Ata de Registro de Preços ao servidor Henrique Cardoso Gonçalves, lotado na Secretaria de Saúde, e na sua ausência, ficará a cargo do servidor Rodrigo Salustiano da Silva, lotado na Secretaria de Saúde.



12.3. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da FORNECEDORA pelos danos causados ao MUNICÍPIO ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos.

12.4. A ação ou omissão total ou parcial da fiscalização do MUNICÍPIO não elide nem diminui a responsabilidade da FORNECEDORA quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes, responsabilizando esta quanto a quaisquer irregularidades.

12.5. As comunicações entre MUNICÍPIO e FORNECEDORA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

12.6. Caberá ao gestor e ao fiscal as atribuições constantes na Portaria nº 05/2022.

### **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

13.1. Poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

13.1.1. Advertência;

13.1.2. Multa;

13.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Ubatuba;

13.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

13.2. As multas poderão ser:

13.2.1. De caráter moratório, pelo atraso injustificado na entrega ou execução do objeto da Ata de Registro de Preços, nos seguintes percentuais:

13.2.1.1. 2% (dois por cento) ao dia, incidente sobre o valor correspondente à parcela, etapa ou pedido único em que ocorreu o fato, até o limite máximo de 30 (trinta) dias.

A. Extrapolado o limite máximo de 30 (trinta) dias, o percentual da multa será calculado em dobro.

13.2.1.2. 5% (cinco por cento) pelo descumprimento de qualquer outra cláusula da Ata de Registro de Preços durante sua execução, incidente sobre o valor correspondente à parcela, etapa ou pedido único em que ocorreu o fato.

13.2.2. De caráter compensatório, sem prejuízo das multas moratórias, nos seguintes percentuais:

13.2.2.1. 10% (Dez por cento), incidente sobre o valor correspondente à parcela, etapa ou pedido único em que ocorreu o fato, pela inexecução parcial do objeto;

13.2.2.2. 15% (Quinze por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços, pela sua inexecução total.



13.3. A FORNECEDORA poderá ser suspensão temporariamente de participar em licitação e impedida de contratar com o Município de Ubatuba pelo prazo máximo de 02 (dois) anos, sem prejuízo das demais penalidades previstas, quando:

13.3.1. Abandonar a execução da Ata de Registro de Preços;

13.3.2. Incorrer em inexecução da Ata de Registro de Preços; e

13.3.3. Demais hipóteses previstas em lei.

13.4. A FORNECEDORA poderá ser declarada inidônea para licitar ou contratar com a administração pública pelo prazo máximo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das demais penalidades previstas, quando:

13.4.1. Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, a execução da Ata de Registro de Preços;

13.4.2. Agir, comprovadamente, de má-fé na relação pactuada;

13.4.3. Demais hipóteses previstas em lei.

13.5. Estendem-se os efeitos da penalidade de suspensão do direito de contratar com o Município de Ubatuba ou da declaração de inidoneidade:

13.5.1. Às pessoas físicas que constituíram a pessoa jurídica, as quais permanecem impedidas de licitar com a Administração Pública enquanto perdurarem as causas da penalidade, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;

13.5.2. Às pessoas jurídicas que tenham sócios comuns com as pessoas físicas referidas no subitem anterior.

13.6. As sanções previstas poderão ser aplicadas concomitantemente com a sanção de advertência.

13.7. A FORNECEDORA deverá efetuar o pagamento do valor correspondente à multa no prazo e forma estipulados no termo de aplicação de penalidade, podendo ainda ser descontado de pagamentos a que a mesma tenha direito.

13.7.1. Não havendo o pagamento, o valor devido será inscrito em dívida ativa para futura execução fiscal.

13.8. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

13.9. Concomitante às penalidades previstas, a FORNECEDORA se sujeita ao descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 05 (cinco) anos, para efeito do previsto no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02.

13.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13.11. A aplicação das penalidades previstas fica condicionada a ampla defesa e contraditório no devido processo legal, sem prejuízo da defesa prévia.

#### 14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS



14.1. O presente registro de preços poderá ser cancelado, sem prejuízo das penalidades previstas, quando o fornecedor:

14.1.1. For liberado;

14.1.2. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

14.1.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

14.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

14.1.5. Por razões de interesse público, devidamente justificado.

14.2. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

14.2.1. Por razão de interesse público; ou

14.2.2. A pedido do fornecedor.

14.3. No caso de cancelamento do registro de preços, poderão ser convocados, a critério da Administração, os demais licitantes classificados.

14.4. O cancelamento da Ata de Registro de Preços fica condicionado à ampla defesa e contraditório no devido processo legal, sem prejuízo da defesa prévia.

#### **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VINCULAÇÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

15.1. Ficam vinculados a Ata de Registro de Preços, dela fazendo parte integrante, independentemente de suas transcrições parciais ou totais, o Edital de licitação respectivo e seus anexos e a proposta final da FORNECEDORA.

#### **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

16.1. A presente Ata de Registro de Preços rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 10.520/02, Lei nº 8.078/90 e por outras normas de direito público ou privado que melhor tutelem o interesse público.

#### **17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS**

17.1. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal nº 8.666/93, e dos princípios gerais de direito.

#### **18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO**



UBIRATÃ

PREFEITURA



LCB  
004346

18.1. Fica eleito o foro da Comarca de Ubatã, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas da Ata de Registro de Preços.

Assim ajustadas, firmam as partes o presente instrumento, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas, para todos os fins de direito.

Ubatã - Paraná, 21 de dezembro de 2022.

**MUNICÍPIO DE UBIRATÃ**

Prefeito de Ubatã

CLAUDINEI  
PEREIRA DE

OLIVEIRA:0127583  
8669

Assinado de forma digital  
por CLAUDINEI PEREIRA DE  
OLIVEIRA:01275838669  
Dados: 2023.01.09 17:47:19  
-03'00'

**VIDA BIOTECNOLOGIA LTDA**

Representante legal da empresa



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 456/2022

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 5862/2022

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 182/2022

O **MUNICÍPIO DE UBIRATÃ**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ n.º 76.950.096/0001-10, com sede administrativa a Avenida Nilza de Oliveira Pipino, nº 1852, centro, na cidade de Ubatuba, Estado do Paraná, CEP nº 85.440-000, representado pelo Prefeito Fábio de Oliveira Dalécio, e a empresa **HORIZONTE INDUSTRIA E COMÉRCIO DE APARELHOS MÉDICO HOSPITALAR LTDA-EPP**, inscrita no CNPJ nº 08.890.798/0001-04, estabelecida à Rua José Claudino dos Santos, no nº 245, CEP nº 07661-725, na cidade de Mairiporã, Estado de São Paulo, Telefone nº (11) 4486-4211, e-mail (atendimento@horizontehospitalar.com.br), doravante designada como FORNECEDORA, firmam a presente Ata de Registro de Preços que se regerá pelas condições estabelecidas no Processo Licitatório nº 5862/2022, Pregão Eletrônico nº 182/2022 e de acordo com as cláusulas a seguir:

### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICOS E DE ENFERMAGEM, MATERIAIS DE LIMPEZA, HIGIENE E DESINFECÇÃO, CURATIVOS, EPIS, INSUMOS, INSTRUMENTAIS, MOBILIÁRIO, ELETRODOMÉSTICOS, EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE, DESTINADOS AS UNIDADES DE SAÚDE.**

### 2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO DETALHAMENTO DO OBJETO

2.1. A execução do objeto da Ata de Registro de Preços se dará na seguinte especificação, quantidade máxima estimada, valores unitários e totais:

| LOTE | ITEM | DESCRIÇÃO   | QTD | UN  | V. UNIT | V. TOTAL | MARCA                |
|------|------|---|-----|-----|---------|----------|----------------------|
| 1    | 21   | Aspirador tipo venturi para rede canalizada de gás, tampa injetada em Nylon com inserto de metal, botão de controle do fluxo de aspiração e bico de sucção, com frasco de vidro autoclavável de 500ml, conexão padrão ABNT NBR 11906. CATMAT 459171 | 25  | UN. | 110,00  | 2.750,00 | HORIZONTE HOSPITALAR |

### 3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR GLOBAL REGISTRADO

3.1. O valor global registrado é de **R\$-2.750,00 (DOIS MIL E SETECENTOS E CINQUENTA REAIS).**

3.2. No valor previsto estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

### 4. CLÁUSULA QUARTA - DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A validade do registro será de 12 (doze) meses, contada a partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, sem possibilidade de prorrogação.



## 5. CLÁUSULA QUINTA - DAS CONTRATAÇÕES DECORRENTES DO REGISTRO

5.1. As contratações decorrentes do registro serão formalizadas por meio de nota de empenho de despesa, autorização de compra, ordem de execução de serviço ou outro instrumento equivalente, conforme prevê o art. 62 da Lei Federal nº 8.666/93.

## 6. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1. O fornecimento do objeto será de acordo com a necessidade do Município, de maneira fracionada.

6.1.1. A Secretaria de Saúde enviará Autorização de Compra para a FORNECEDORA no e-mail indicado em sua proposta e os produtos deverão ser entregues no prazo máximo de 15 dias, na Farmácia Municipal anexa ao Centro de Saúde, localizado na Avenida Carmem Ribeiro Pitombo, 90, Centro de Ubatuba-PR;

6.1.2. No caso de recusa do objeto, o prazo para substituição será a metade do prazo inicialmente estipulado para entrega, sujeitando-se a FORNECEDORA às penalidades previstas na Ata de Registro de Preços.

6.1.3. Os prazos mencionados poderão ser alterados na forma que dispõe o art. 57, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93.

6.2. O objeto deverá ser entregue em perfeitas condições, novo, sem uso, devidamente lacrado em embalagem própria, original do fabricante e sem violação, conforme especificação, prazo e local constante no presente Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal, quando couber.

6.3. O objeto deverá ser entregue em veículo próprio da FORNECEDORA, podendo ser ainda através de serviços postais, transportadoras ou outros serviços de entrega, vedada a entrega através de veículos oficiais e/ou servidores do município.

6.3.1. A FORNECEDORA se sujeita ao recebimento provisório do objeto pelo Município para fins de conferência, independente da forma de entrega, cabendo exclusivamente à FORNECEDORA a retirada/substituição do objeto recusado.

6.4. A FORNECEDORA deverá arcar com todas as despesas referentes à entrega do objeto, como transporte, mão de obra, encargos sociais, pedágio, entre outras.

6.5. O objeto deverá ser entregue com declaração da garantia, sob pena de recusa, sendo responsabilidade da FORNECEDORA a substituição e/ou manutenção do objeto durante o período de garantia, sem ônus adicionais ao município.

6.5.1. Para os itens em que não constar tempo de garantia, deverá ser considerado o mínimo legal de três meses;

## 7. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1. Após a entrega de cada pedido, o objeto será recebido provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade com a especificação; e definitivamente, após verificação da qualidade e consequente aceitação.

7.2. O Município se reserva ao direito de não aceitar objeto que não estiver em conformidade com as exigências apresentadas no presente Termo de Referência.



7.2.1. O motivo da recusa será fundamentado pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços através de notificação, encaminhada por escrito à FORNECEDORA, através do e-mail o qual foi encaminhada a Ordem de Compras.

7.3. A FORNECEDORA é obrigada a substituir, por conta própria, no todo ou em parte, objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, ainda que tenha sido recebido definitivamente.

7.3.1. No caso de não aceitação do objeto, seja no recebimento provisório ou definitivo, os ônus com a substituição correrão exclusivamente por conta da FORNECEDORA, independente da forma de entrega.

7.4. O objeto que por ventura venha a ser recusado deverá ser substituído no prazo estipulado, sob pena de aplicação das penalidades previstas no presente Termo de Referência.

## **8. CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES**

### **8.1. São direitos do MUNICÍPIO:**

8.1.1. Receber a prestação do objeto nas condições previstas;

8.1.2. Rejeitar, no todo ou em parte, a prestação do objeto que estiver em desacordo com as condições descritas na Ata de Registro de Preços;

8.1.3. Fiscalizar a execução da Ata de Registro de Preços;

8.1.4. Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

### **8.2. São obrigações do MUNICÍPIO:**

8.2.1. Promover, através de seus representantes, o acompanhamento e a fiscalização da Ata de Registro de Preços, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à FORNECEDORA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte daquele;

8.2.2. Cumprir os prazos previstos na Ata de Registro de Preços;

8.2.3. Efetuar o pagamento ajustado, após o recebimento definitivo do objeto solicitado;

8.2.4. Auxiliar no esclarecimento de dúvidas que surjam ao longo da execução da Ata de Registro de Preços;

8.2.5. Decidir sobre eventuais dificuldades na realização do objeto da Ata de Registro de Preços;

8.2.6. Manter, sempre por escrito ou por e-mail, com a FORNECEDORA, os entendimentos sobre o objeto.

### **8.3. São obrigações da FORNECEDORA:**

8.3.1. Cumprir todas as obrigações constantes na Ata de Registro de Preços e sua proposta, assumindo exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

8.3.2. Responsabilizar-se por danos ocasionados ao MUNICÍPIO ou a terceiros, causados durante a execução da Ata de Registro de Preços;



8.3.3. Responder por quaisquer compromissos assumidos com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto;

8.3.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078 de 1990);

8.3.5. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado na Ata de Registro de Preços, o objeto com avarias ou defeitos;

8.3.6. Manter contatos com o MUNICÍPIO, sempre por escrito, ressalvados os entendimentos verbais determinados pela urgência do objeto;

8.3.7. Comunicar o MUNICÍPIO, com antecedência, os motivos que impossibilitem o cumprimento dos prazos previstos para execução do objeto, com a devida comprovação;

8.3.8. Manter durante toda a execução da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e apresentá-las no prazo de máximo de 05 (cinco) dias úteis quando solicitada pelo MUNICÍPIO;

8.3.9. Apresentar cópia autêntica do ato constitutivo, estatuto ou contrato social, sempre que houver alteração;

8.3.10. Indicar preposto para representá-la durante a execução da Ata de Registro de Preços;

8.3.11. Prestar os esclarecimentos julgados necessários, bem como informar e manter atualizado (s) o (s) número (s) de telefone, endereço eletrônico (e-mail) e o nome da pessoa autorizada para contatos;

8.3.12. Não utilizar de quaisquer tipos de propaganda visual em benefício de candidato, partido político ou coligação, em veículos ou por funcionários empregados durante a execução dos serviços contratados, sob pena de aplicação das sanções previstas na Lei Eleitoral 9.504/1997, multa e cancelamento da Ata de Registro de Preços;

8.3.13. Providenciar a assinatura dos Termos Aditivos e remetê-los ao MUNICÍPIO no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados de seu recebimento, sob pena de aplicação das sanções previstas.

## 9. CLÁUSULA NONA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

9.1. O pagamento será efetuado após recebimento de cada pedido, no prazo de até trinta dias contados do recebimento da Nota Fiscal pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

9.2. A fatura deverá ser emitida pela empresa, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas e no próprio instrumento de contrato. O faturamento deverá ser realizado em nome do MUNICÍPIO DE UBIRATÃ, CNPJ Nº 76.950.096/0001-10.

9.3. As despesas para atender a contratação estão programadas em dotação orçamentária prevista no orçamento do Município para o exercício de 2022, na classificação abaixo:



| Órgão | Despesa | Categoria    | Descrição                                | Fonte | Valor      |
|-------|---------|--------------|--|-------|------------|
| 0602  | 3068    | 339030210000 | MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIGIEN | 303   | 22.014,00  |
| 0605  | 3080    | 339030210000 | MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIGIEN | 494   | 70.272,14  |
| 0602  | 4213    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 18.362,50  |
| 0602  | 4216    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 25.302,50  |
| 0603  | 4219    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 8.592,00   |
| 0603  | 4220    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 48.432,50  |
| 0605  | 4226    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 21.464,16  |
| 0605  | 4228    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 21.288,43  |
| 0606  | 4231    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 61.515,75  |
| 0605  | 8224    | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 494   | 20.319,55  |
| 0605  | 8225    | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 494   | 6.426,80   |
| 0605  | 8226    | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 494   | 305.716,10 |
| 0606  | 8228    | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 494   | 48.168,51  |
| 0606  | 8230    | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 494   | 156.861,89 |
| 0602  | 8258    | 339030280000 | MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA         | 494   | 4.002,60   |
| 0605  | 8270    | 339030280000 | MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA         | 494   | 227.872,40 |
| 0603  | 9481    | 339032990100 | Outros Materiais para Distribuição Gratu | 384   | 239.130,00 |
| 0603  | 9482    | 339032990100 | Outros Materiais para Distribuição Gratu | 494   | 5.065,40   |
| 0604  | 10996   | 449052420000 | MOBILIÁRIO EM GERAL                      | 494   | 4.486,28   |
| 0605  | 11001   | 449052120000 | APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS        | 494   | 3.584,68   |
| 0606  | 11005   | 449052420000 | MOBILIÁRIO EM GERAL                      | 494   | 1.677,66   |
| 0606  | 11006   | 449052120000 | APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS        | 494   | 2.220,76   |
| 0606  | 11007   | 449052340000 | MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVE | 494   | 14.200,98  |
| 0605  | 11015   | 449052420000 | MOBILIÁRIO EM GERAL                      | 494   | 4.032,32   |
| 0605  | 11022   | 449052080000 | APARELHOS, EQUIP., UT. MÉDICOS-ODONTO.,  | 494   | 41.478,60  |
| 0602  | 11035   | 449052040000 | APARELHOS DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO        | 494   | 3.656,35   |
| 0605  | 11040   | 449052340000 | MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVE | 494   | 15.997,33  |
| 0605  | 11088   | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 303   | 11.005,00  |

9.4. Para liberação do pagamento à FORNECEDORA, as notas fiscais deverão ser entregues ao Fiscal obrigatoriamente acompanhadas dos seguintes documentos:

9.4.1. Prova de Regularidade com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional;

9.4.2. Prova de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

9.4.3. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

## 10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA

10.1. Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo MUNICÍPIO, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo



pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX / 100) / 365$$

EM =  $I \times N \times VP$ , onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = N. de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

11.1. Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bens registrados.

11.2. Na hipótese do preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a FORNECEDORA será convocada para que promova a redução dos preços.

11.2.1. Em não sendo reduzido o preço, a FORNECEDORA será liberada do compromisso assumido, podendo o MUNICÍPIO convocar os demais fornecedores classificados para, nas mesmas condições, oferecer igual oportunidade de negociação, ou revogar a ata de registro de preços ou parte dela.

11.3. Na hipótese do preço de mercado tornar-se superior ao registrado, e a FORNECEDORA não puder cumprir as obrigações assumidas, este poderá solicitar revisão dos preços, mediante requerimento fundamentado encaminhado diretamente ao Gestor da Ata de Registro de Preços, a ser protocolado antes do pedido de fornecimento, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação relevante nos preços praticados no mercado.

11.3.1. Procedente o pedido, o MUNICÍPIO poderá efetuar a revisão do preço registrado no valor pleiteado pela FORNECEDORA, caso este esteja de acordo com os valores praticados pelo mercado, ou apresentar contraproposta de preço, compatível com o vigente no mercado, para a garantia do equilíbrio econômico-financeiro.

11.3.2. Caso não aceite a contraproposta de preço apresentada pelo MUNICÍPIO, a FORNECEDORA será liberada do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

11.3.3. Não sendo acatado o pedido de revisão, este será indeferido pelo MUNICÍPIO e a FORNECEDORA continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na Ata de Registro de Preços, sob pena de cancelamento do registro do preço da FORNECEDORA e de aplicação das penalidades administrativas previstas.

11.3.4. Na hipótese do cancelamento do registro do preço do fornecedor, prevista no subitem anterior, o MUNICÍPIO poderá convocar os demais fornecedores, na ordem de classificação, para que manifestem interesse em assumir a execução do objeto pelo preço registrado.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO**





25

12.1. Caberá a gestão da Ata de Registro de Preços ao servidor Orlando Francisco Vieira da Silva, lotado na Secretaria de Saúde.

12.2. Caberá a fiscalização da Ata de Registro de Preços ao servidor Henrique Cardoso Gonçalves, lotado na Secretaria de Saúde, e na sua ausência, ficará a cargo do servidor Rodrigo Salustiano da Silva, lotado na Secretaria de Saúde.

12.3. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da FORNECEDORA pelos danos causados ao MUNICÍPIO ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos.

12.4. A ação ou omissão total ou parcial da fiscalização do MUNICÍPIO não elide nem diminui a responsabilidade da FORNECEDORA quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes, responsabilizando esta quanto a quaisquer irregularidades.

12.5. As comunicações entre MUNICÍPIO e FORNECEDORA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

12.6. Caberá ao gestor e ao fiscal as atribuições constantes na Portaria nº 05/2022.

### 13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

13.1.1. Advertência;

13.1.2. Multa;

13.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Ubatuba;

13.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

13.2. As multas poderão ser:

13.2.1. De caráter moratório, pelo atraso injustificado na entrega ou execução do objeto da Ata de Registro de Preços, nos seguintes percentuais:

13.2.1.1. 2% (dois por cento) ao dia, incidente sobre o valor correspondente à parcela, etapa ou pedido único em que ocorreu o fato, até o limite máximo de 30 (trinta) dias.

A. Extrapolado o limite máximo de 30 (trinta) dias, o percentual da multa será calculado em dobro.

13.2.1.2. 5% (cinco por cento) pelo descumprimento de qualquer outra cláusula da Ata de Registro de Preços durante sua execução, incidente sobre o valor correspondente à parcela, etapa ou pedido único em que ocorreu o fato.

13.2.2. De caráter compensatório, sem prejuízo das multas moratórias, nos seguintes percentuais:





13.2.2.1. 10% (Dez por cento), incidente sobre o valor correspondente à parcela, etapa ou pedido único em que ocorreu o fato, pela inexecução parcial do objeto;

13.2.2.2. 15% (Quinze por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços, pela sua inexecução total.

13.3. A FORNECEDORA poderá ser suspensa temporariamente de participar em licitação e impedida de contratar com o Município de Ubatuba pelo prazo máximo de 02 (dois) anos, sem prejuízo das demais penalidades previstas, quando:

13.3.1. Abandonar a execução da Ata de Registro de Preços;

13.3.2. Incorrer em inexecução da Ata de Registro de Preços; e

13.3.3. Demais hipóteses previstas em lei.

13.4. A FORNECEDORA poderá ser declarada inidônea para licitar ou contratar com a administração pública pelo prazo máximo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das demais penalidades previstas, quando:

13.4.1. Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, a execução da Ata de Registro de Preços;

13.4.2. Agir, comprovadamente, de má-fé na relação pactuada;

13.4.3. Demais hipóteses previstas em lei.

13.5. Estendem-se os efeitos da penalidade de suspensão do direito de contratar com o Município de Ubatuba ou da declaração de inidoneidade:

13.5.1. Às pessoas físicas que constituíram a pessoa jurídica, as quais permanecem impedidas de licitar com a Administração Pública enquanto perdurarem as causas da penalidade, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;

13.5.2. Às pessoas jurídicas que tenham sócios comuns com as pessoas físicas referidas no subitem anterior.

13.6. As sanções previstas poderão ser aplicadas concomitantemente com a sanção de advertência.

13.7. A FORNECEDORA deverá efetuar o pagamento do valor correspondente à multa no prazo e forma estipulados no termo de aplicação de penalidade, podendo ainda ser descontado de pagamentos a que a mesma tenha direito.

13.7.1. Não havendo o pagamento, o valor devido será inscrito em dívida ativa para futura execução fiscal.

13.8. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

13.9. Concomitante às penalidades previstas, a FORNECEDORA se sujeita ao descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 05 (cinco) anos, para efeito do previsto no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02.

13.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à administração, observado o princípio da proporcionalidade.



13.11. A aplicação das penalidades previstas fica condicionada a ampla defesa e contraditório no devido processo legal, sem prejuízo da defesa prévia.

## 14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

14.1. O presente registro de preços poderá ser cancelado, sem prejuízo das penalidades previstas, quando o fornecedor:

14.1.1. For liberado;

14.1.2. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

14.1.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

14.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

14.1.5. Por razões de interesse público, devidamente justificado.

14.2. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

14.2.1. Por razão de interesse público; ou

14.2.2. A pedido do fornecedor.

14.3. No caso de cancelamento do registro de preços, poderão ser convocados, a critério da Administração, os demais licitantes classificados.

14.4. O cancelamento da Ata de Registro de Preços fica condicionado à ampla defesa e contraditório no devido processo legal, sem prejuízo da defesa prévia.

## 15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VINCULAÇÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1. Ficam vinculados a Ata de Registro de Preços, dela fazendo parte integrante, independentemente de suas transcrições parciais ou totais, o Edital de licitação respectivo e seus anexos e a proposta final da FORNECEDORA.

## 16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

16.1. A presente Ata de Registro de Preços rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 10.520/02, Lei nº 8.078/90 e por outras normas de direito público ou privado que melhor tutelem o interesse público.

## 17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS



17.1. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal nº 8.666/93, e dos princípios gerais de direito.

## 18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

18.1. Fica eleito o foro da Comarca de Ubatuba, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas da Ata de Registro de Preços.

Assim ajustadas, firmam as partes o presente instrumento, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas, para todos os fins de direito.

Ubatuba - Paraná, 21 de dezembro de 2022.

**MUNICÍPIO DE UBIRATÃ**

Prefeito de Ubatuba



Assinado de forma digital por  
HORIZONTE INDUSTRIA E  
COMERCIO DE APARELHOS  
MEDIC:08890798000104  
Dados: 2023.01.09 18:30:49  
-03'00'

**HORIZONTE INDUSTRIA E COMÉRCIO DE APARELHOS MÉDICO HOSPITALAR LTDA-EPP**  
Representante legal da empresa



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 465/2022  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 5862/2022  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 182/2022

O MUNICÍPIO DE UBIRATÃ, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 76.950.096/0001-10, com sede administrativa a Avenida Nilza de Oliveira Pipino, nº 1852, centro, na cidade de Ubatuba, Estado do Paraná, CEP nº 85.440-000, representado pelo Prefeito Fábio de Oliveira Dalécio, e a empresa VIOLA MIX MÓVEIS - EIRELI, inscrita no CNPJ nº 36.953.803/0001-08, estabelecida à Rua Francisco Escorsin, no nº 1256, CEP nº 87570-000, na cidade de Francisco Alves, Estado do Paraná, Telefone nº (44) 99844-8477, e-mail (violamoveis@hotmail.com), doravante designada como FORNECEDORA, firmam a presente Ata de Registro de Preços que se regerá pelas condições estabelecidas no Processo Licitatório nº 5862/2022, Pregão Eletrônico nº 182/2022 e de acordo com as cláusulas a seguir:

## 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICOS E DE ENFERMAGEM, MATERIAIS DE LIMPEZA, HIGIENE E DESINFECÇÃO, CURATIVOS, EPIS, INSUMOS, INSTRUMENTAIS, MOBILIÁRIO, ELETRODOMÉSTICOS, EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE, DESTINADOS AS UNIDADES DE SAÚDE.

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO DETALHAMENTO DO OBJETO

2.1. A execução do objeto da Ata de Registro de Preços se dará na seguinte especificação, quantidade máxima estimada, valores unitários e totais:

| LOTE | ITEM | DESCRIÇÃO   | QTD | UN  | V. UNIT  | V. TOTAL | MARCA        |
|------|------|---|-----|-----|----------|----------|--------------|
| 3    | 298  | Armário vitrine, 2 portas com fechadura cilíndrica, fundo e teto em chapa de aço com pintura anticorrosão, portas e laterais de vidro 3mm, 4 Prateleiras de vidro 4mm, dimensões externas aproximadas 65 cm de comprimento x 40 cm de profundidade x 160 cm de altura, pés com ponteira plástica ou emborrachada, cor branca. CATMAT 365063 | 2   | UN. | 1.400,00 | 2.800,00 | FORÇA MÉDICA |
| 3    | 299  | Fogão de piso, 4 bocas, mesa sobreposta, botões na mesa, acendimento elétrico bivolt, mesa em inox, tampo de vidro temperado, 1 queimador rápido e 3 semi rápidos, botões removíveis, forno de 50 litros com revestimento esmaltado e iluminação, pés ajustáveis, cor branca e/ou preta, 12 meses de garantia. CATMAT 399202                | 4   | UN. | 880,00   | 3.520,00 | ATLAS        |
| 3    | 305  | Quadro branco magnético, 120 cm x 90 cm, fabricado em mdf com revestimento em laminado melamínico, moldura de alumínio de   | 16  | UN. | 252,00   | 4.032,00 | CORTIAR      |





1 cm, com suporte para apagador,  
incluso acessórios de instalação.  
CATMAT 464327

### 3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR GLOBAL REGISTRADO

3.1. O valor global registrado é de R\$-10.352,00 (DEZ MIL E TREZENTOS E CINQUENTA E DOIS REAIS).

3.2. No valor previsto estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

### 4. CLÁUSULA QUARTA - DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A validade do registro será de 12 (doze) meses, contada a partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, sem possibilidade de prorrogação.

### 5. CLÁUSULA QUINTA - DAS CONTRATAÇÕES DECORRENTES DO REGISTRO

5.1. As contratações decorrentes do registro serão formalizadas por meio de nota de empenho de despesa, autorização de compra, ordem de execução de serviço ou outro instrumento equivalente, conforme prevê o art. 62 da Lei Federal nº 8.666/93.

### 6. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1. O fornecimento do objeto será de acordo com a necessidade do Município, de maneira fracionada.

6.1.1. A Secretaria de Saúde enviará Autorização de Compra para a FORNECEDORA no e-mail indicado em sua proposta e os produtos deverão ser entregues no prazo máximo de 15 dias, na Farmácia Municipal anexa ao Centro de Saúde, localizado na Avenida Carmem Ribeiro Pitombo, 90, Centro de Ubiratã-PR;

6.1.2. No caso de recusa do objeto, o prazo para substituição será a metade do prazo inicialmente estipulado para entrega, sujeitando-se a FORNECEDORA às penalidades previstas na Ata de Registro de Preços.

6.1.3. Os prazos mencionados poderão ser alterados na forma que dispõe o art. 57, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93.

6.2. O objeto deverá ser entregue em perfeitas condições, novo, sem uso, devidamente lacrado em embalagem própria, original do fabricante e sem violação, conforme especificação, prazo e local constante no presente Term de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal, quando couber.

6.3. O objeto deverá ser entregue em veículo próprio da FORNECEDORA, podendo ser ainda através de serviços postais, transportadoras ou outros serviços de entrega, vedada a entrega através de veículos oficiais e/o servidores do município.

6.3.1. A FORNECEDORA se sujeita ao recebimento provisório do objeto pelo Município para fins de conferência, independente da forma de entrega, cabendo exclusivamente à FORNECEDORA retirada/substituição do objeto recusado.



6.4. A FORNECEDORA deverá arcar com todas as despesas referentes à entrega do objeto, como transporte, mão de obra, encargos sociais, pedágio, entre outras.

6.5. O objeto deverá ser entregue com declaração da garantia, sob pena de recusa, sendo responsabilidade da FORNECEDORA a substituição e/ou manutenção do objeto durante o período de garantia, sem ônus adicionais ao município.

6.5.1. Para os itens em que não constar tempo de garantia, deverá ser considerado o mínimo legal de três meses;

## 7. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1. Após a entrega de cada pedido, o objeto será recebido provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade com a especificação; e definitivamente, após verificação da qualidade e consequente aceitação.

7.2. O Município se reserva ao direito de não aceitar objeto que não estiver em conformidade com as exigências apresentadas no presente Termo de Referência.

7.2.1. O motivo da recusa será fundamentado pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços através de notificação, encaminhada por escrito à FORNECEDORA, através do e-mail o qual foi encaminhada a Ordem de Compras.

7.3. A FORNECEDORA é obrigada a substituir, por conta própria, no todo ou em parte, objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, ainda que tenha sido recebido definitivamente.

7.3.1. No caso de não aceitação do objeto, seja no recebimento provisório ou definitivo, os ônus com a substituição correrão exclusivamente por conta da FORNECEDORA, independente da forma de entrega.

7.4. O objeto que por ventura venha a ser recusado deverá ser substituído no prazo estipulado, sob pena de aplicação das penalidades previstas no presente Termo de Referência.

## 8. CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

### 8.1. São direitos do MUNICÍPIO:

8.1.1. Receber a prestação do objeto nas condições previstas;

8.1.2. Rejeitar, no todo ou em parte, a prestação do objeto que estiver em desacordo com as condições descritas na Ata de Registro de Preços;

8.1.3. Fiscalizar a execução da Ata de Registro de Preços;

8.1.4. Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

### 8.2. São obrigações do MUNICÍPIO:

8.2.1. Promover, através de seus representantes, o acompanhamento e a fiscalização da Ata de Registro de Preços, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à FORNECEDORA as ocorrências e quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte daquele;

8.2.2. Cumprir os prazos previstos na Ata de Registro de Preços;



- 8.2.3. Efetuar o pagamento ajustado, após o recebimento definitivo do objeto solicitado;
- 8.2.4. Auxiliar no esclarecimento de dúvidas que surjam ao longo da execução da Ata de Registro de Preços;
- 8.2.5. Decidir sobre eventuais dificuldades na realização do objeto da Ata de Registro de Preços;
- 8.2.6. Manter, sempre por escrito ou por e-mail, com a FORNECEDORA, os entendimentos sobre o objeto.

### 8.3. São obrigações da FORNECEDORA:

- 8.3.1. Cumprir todas as obrigações constantes na Ata de Registro de Preços e sua proposta, assumindo exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- 8.3.2. Responsabilizar-se por danos ocasionados ao MUNICÍPIO ou a terceiros, causados durante a execução da Ata de Registro de Preços;
- 8.3.3. Responder por quaisquer compromissos assumidos com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto;
- 8.3.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078 de 1990);
- 8.3.5. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado na Ata de Registro de Preços, o objeto com avarias ou defeitos;
- 8.3.6. Manter contatos com o MUNICÍPIO, sempre por escrito, ressalvados os entendimentos verbais determinados pela urgência do objeto;
- 8.3.7. Comunicar o MUNICÍPIO, com antecedência, os motivos que impossibilitem o cumprimento dos prazos previstos para execução do objeto, com a devida comprovação;
- 8.3.8. Manter durante toda a execução da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e apresentá-las no prazo de máximo de 05 (cinco) dias úteis quando solicitada pelo MUNICÍPIO;
- 8.3.9. Apresentar cópia autêntica do ato constitutivo, estatuto ou contrato social, sempre que houver alteração;
- 8.3.10. Indicar preposto para representá-la durante a execução da Ata de Registro de Preços;
- 8.3.11. Prestar os esclarecimentos julgados necessários, bem como informar e manter atualizado (s) o (s) número (s) de telefone, endereço eletrônico (e-mail) e o nome da pessoa autorizada para contatos;
- 8.3.12. Não utilizar de quaisquer tipos de propaganda visual em benefício de candidato, partido político ou coligação, em veículos ou por funcionários empregados durante a execução dos serviços contratados, sob pena de aplicação das sanções previstas na Lei Eleitoral 9.504/1997, multa e cancelamento da Ata de Registro de Preços;
- 8.3.13. Providenciar a assinatura dos Termos Aditivos e remetê-los ao MUNICÍPIO no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados de seu recebimento, sob pena de aplicação das sanções previstas.



## 9. CLÁUSULA NONA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

9.1. O pagamento será efetuado após recebimento de cada pedido, no prazo de até trinta dias contados do recebimento da Nota Fiscal pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

9.2. A fatura deverá ser emitida pela empresa, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas e no próprio instrumento de contrato. O faturamento deverá ser realizado em nome do MUNICÍPIO DE UBIRATÃ, CNPJ Nº 76.950.096/0001-10.

9.3. As despesas para atender a contratação estão programadas em dotação orçamentária prevista no orçamento do Município para o exercício de 2022, na classificação abaixo:

| Órgão | Despesa | Categoria    | Descrição                                | Fonte | Valor      |
|-------|---------|--------------|--|-------|------------|
| 0602  | 3068    | 339030210000 | MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIGIEN | 303   | 22.014,00  |
| 0605  | 3080    | 339030210000 | MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIGIEN | 494   | 70.272,14  |
| 0602  | 4213    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 18.362,50  |
| 0602  | 4216    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 25.302,50  |
| 0603  | 4219    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 8.592,00   |
| 0603  | 4220    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 48.432,50  |
| 0605  | 4226    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 21.464,16  |
| 0605  | 4228    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 21.288,43  |
| 0606  | 4231    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 61.515,75  |
| 0605  | 8224    | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 494   | 20.319,55  |
| 0605  | 8225    | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 494   | 6.426,80   |
| 0605  | 8226    | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 494   | 305.716,10 |
| 0606  | 8228    | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 494   | 48.168,51  |
| 0606  | 8230    | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 494   | 156.861,89 |
| 0602  | 8258    | 339030280000 | MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA         | 494   | 4.002,60   |
| 0605  | 8270    | 339030280000 | MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA         | 494   | 227.872,40 |
| 0603  | 9481    | 339032990100 | Outros Materiais para Distribuição Gratu | 384   | 239.130,00 |
| 0603  | 9482    | 339032990100 | Outros Materiais para Distribuição Gratu | 494   | 5.065,40   |
| 0604  | 10996   | 449052420000 | MOBILIÁRIO EM GERAL                      | 494   | 4.486,28   |
| 0605  | 11001   | 449052120000 | APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS        | 494   | 3.584,68   |
| 0606  | 11005   | 449052420000 | MOBILIÁRIO EM GERAL                      | 494   | 1.677,66   |
| 0606  | 11006   | 449052120000 | APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS        | 494   | 2.220,76   |
| 0606  | 11007   | 449052340000 | MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVE | 494   | 14.200,98  |
| 0605  | 11015   | 449052420000 | MOBILIÁRIO EM GERAL                      | 494   | 4.032,32   |
| 0605  | 11022   | 449052080000 | APARELHOS, EQUIP., UT. MÉDICOS-ODONTO.,  | 494   | 41.478,60  |
| 0602  | 11035   | 449052040000 | APARELHOS DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO        | 494   | 3.656,35   |
| 0605  | 11040   | 449052340000 | MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVE | 494   | 15.997,33  |
| 0605  | 11088   | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 303   | 11.005,00  |

9.4. Para liberação do pagamento à FORNECEDORA, as notas fiscais deverão ser entregues ao Fiscal obrigatoriamente acompanhadas dos seguintes documentos:

9.4.1. Prova de Regularidade com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional;





9.4.2. Prova de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

9.4.3. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

## 10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA

10.1. Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo MUNICÍPIO, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX / 100) / 365$$

EM =  $I \times N \times VP$ , onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = N. de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

## 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

11.1. Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bens registrados.

11.2. Na hipótese do preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a FORNECEDORA será convocada para que promova a redução dos preços.

11.2.1. Em não sendo reduzido o preço, a FORNECEDORA será liberada do compromisso assumido, podendo o MUNICÍPIO convocar os demais fornecedores classificados para, nas mesmas condições, oferecer igual oportunidade de negociação, ou revogar a ata de registro de preços ou parte dela.

11.3. Na hipótese do preço de mercado tornar-se superior ao registrado, e a FORNECEDORA não puder cumprir as obrigações assumidas, este poderá solicitar revisão dos preços, mediante requerimento fundamentado encaminhado diretamente ao Gestor da Ata de Registro de Preços, a ser protocolado antes do pedido de fornecimento, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação relevante nos preços praticados no mercado.

11.3.1. Procedente o pedido, o MUNICÍPIO poderá efetuar a revisão do preço registrado no valor pleiteado pela FORNECEDORA, caso este esteja de acordo com os valores praticados pelo mercado, ou apresentar contraproposta de preço, compatível com o vigente no mercado, para a garantia do equilíbrio econômico-financeiro.

11.3.2. Caso não aceite a contraproposta de preço apresentada pelo MUNICÍPIO, a FORNECEDORA será liberada do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

11.3.3. Não sendo acatado o pedido de revisão, este será indeferido pelo MUNICÍPIO e a FORNECEDORA continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na Ata de Registro de Preços, sob pena



de cancelamento do registro do preço da FORNECEDORA e de aplicação das penalidades administrativas previstas.

11.3.4. Na hipótese do cancelamento do registro do preço do fornecedor, prevista no subitem anterior, o MUNICÍPIO poderá convocar os demais fornecedores, na ordem de classificação, para que manifestem interesse em assumir a execução do objeto pelo preço registrado.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO**

12.1. Caberá a gestão da Ata de Registro de Preços ao servidor Orlando Francisco Vieira da Silva, lotado na Secretaria de Saúde.

12.2. Caberá a fiscalização da Ata de Registro de Preços ao servidor Henrique Cardoso Gonçalves, lotado na Secretaria de Saúde, e na sua ausência, ficará a cargo do servidor Rodrigo Salustiano da Silva, lotado na Secretaria de Saúde.

12.3. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da FORNECEDORA pelos danos causados ao MUNICÍPIO ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos.

12.4. A ação ou omissão total ou parcial da fiscalização do MUNICÍPIO não elide nem diminui a responsabilidade da FORNECEDORA quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes, responsabilizando esta quanto a quaisquer irregularidades.

12.5. As comunicações entre MUNICÍPIO e FORNECEDORA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

12.6. Caberá ao gestor e ao fiscal as atribuições constantes na Portaria nº 05/2022.

## **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

13.1. Poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

13.1.1. Advertência;

13.1.2. Multa;

13.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Ubatuba;

13.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

13.2. As multas poderão ser:

13.2.1. De caráter moratório, pelo atraso injustificado na entrega ou execução do objeto da Ata de Registro de Preços, nos seguintes percentuais:

13.2.1.1. 2% (dois por cento) ao dia, incidente sobre o valor correspondente à parcela, etapa ou pedido único em que ocorreu o fato, até o limite máximo de 30 (trinta) dias.

A. Extrapolado o limite máximo de 30 (trinta) dias, o percentual da multa será calculado em dobro.



13.2.1.2. 5% (cinco por cento) pelo descumprimento de qualquer outra cláusula da Ata de Registro de Preços durante sua execução, incidente sobre o valor correspondente à parcela, etapa ou pedido único em que ocorreu o fato.

13.2.2. De caráter compensatório, sem prejuízo das multas moratórias, nos seguintes percentuais:

13.2.2.1. 10% (Dez por cento), incidente sobre o valor correspondente à parcela, etapa ou pedido único em que ocorreu o fato, pela inexecução parcial do objeto;

13.2.2.2. 15% (Quinze por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços, pela sua inexecução total.

13.3. A FORNECEDORA poderá ser suspensa temporariamente de participar em licitação e impedida de contratar com o Município de Ubatuba pelo prazo máximo de 02 (dois) anos, sem prejuízo das demais penalidades previstas, quando:

13.3.1. Abandonar a execução da Ata de Registro de Preços;

13.3.2. Incorrer em inexecução da Ata de Registro de Preços; e

13.3.3. Demais hipóteses previstas em lei.

13.4. A FORNECEDORA poderá ser declarada inidônea para licitar ou contratar com a administração pública pelo prazo máximo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das demais penalidades previstas, quando:

13.4.1. Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, a execução da Ata de Registro de Preços;

13.4.2. Agir, comprovadamente, de má-fé na relação pactuada;

13.4.3. Demais hipóteses previstas em lei.

13.5. Estendem-se os efeitos da penalidade de suspensão do direito de contratar com o Município de Ubatuba ou da declaração de inidoneidade:

13.5.1. Às pessoas físicas que constituíram a pessoa jurídica, as quais permanecem impedidas de licitar com a Administração Pública enquanto perdurarem as causas da penalidade, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;

13.5.2. Às pessoas jurídicas que tenham sócios comuns com as pessoas físicas referidas no subitem anterior.

13.6. As sanções previstas poderão ser aplicadas concomitantemente com a sanção de advertência.

13.7. A FORNECEDORA deverá efetuar o pagamento do valor correspondente à multa no prazo e forma estipulados no termo de aplicação de penalidade, podendo ainda ser descontado de pagamentos a que a mesma tenha direito.

13.7.1. Não havendo o pagamento, o valor devido será inscrito em dívida ativa para futura execução fiscal.

13.8. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.





13.9. Concomitante às penalidades previstas, a FORNECEDORA se sujeita ao descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 05 (cinco) anos, para efeito do previsto no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02.

13.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13.11. A aplicação das penalidades previstas fica condicionada a ampla defesa e contraditório no devido processo legal, sem prejuízo da defesa prévia.

#### 14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

14.1. O presente registro de preços poderá ser cancelado, sem prejuízo das penalidades previstas, quando o fornecedor:

14.1.1. For liberado;

14.1.2. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

14.1.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

14.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

14.1.5. Por razões de interesse público, devidamente justificado.

14.2. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

14.2.1. Por razão de interesse público; ou

14.2.2. A pedido do fornecedor.

14.3. No caso de cancelamento do registro de preços, poderão ser convocados, a critério da Administração, os demais licitantes classificados.

14.4. O cancelamento da Ata de Registro de Preços fica condicionado à ampla defesa e contraditório no devido processo legal, sem prejuízo da defesa prévia.

#### 15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VINCULAÇÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1. Ficam vinculados a Ata de Registro de Preços, dela fazendo parte integrante, independentemente de suas transcrições parciais ou totais, o Edital de licitação respectivo e seus anexos e a proposta final da FORNECEDORA.

#### 16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

16.1. A presente Ata de Registro de Preços rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 10.520/02, Lei nº 8.078/90 e por outras normas de direito público ou privado que melhor tutelem o interesse público.





**17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS**

17.1. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal nº 8.666/93, e dos princípios gerais de direito.

**18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO**

18.1. Fica eleito o foro da Comarca de Ubatuba, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas da Ata de Registro de Preços.

Assim ajustadas, firmam as partes o presente instrumento, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas, para todos os fins de direito.

Ubatuba - Paraná, 21 de dezembro de 2022.

**MUNICÍPIO DE UBIRATÃ**  
Prefeito de Ubatuba

EMANUELE  
APARECIDA ALVES  
DA  
CRUZ:10953975916

Assinado de forma  
digital por EMANUELE  
APARECIDA ALVES DA  
CRUZ:10953975916  
Dados: 2023.01.10  
08:29:14 -03'00'

**VIOLA MIX MÓVEIS - EIRELI**  
Representante legal da empresa



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 457/2022  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 5862/2022  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 182/2022

O MUNICÍPIO DE UBIRATÃ, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 76.950.096/0001-10, com sede administrativa a Avenida Nilza de Oliveira Pipino, nº 1852, centro, na cidade de Ubatuba, Estado do Paraná, CEP nº 85.440-000, representado pelo Prefeito Fábio de Oliveira Dalécio, e a empresa **INOVAMED HOSPITALAR LTDA**, inscrita no CNPJ nº 12.889.035/0001-02, estabelecida à Rua Dr. João Caruso, nº 2115, CEP nº 99706-250, na cidade de Erechim, Estado do Rio Grande do Sul, Telefone nº (54) 2106-7930, e-mail (roselaine.s@inovamedhospitalar.com), doravante designada como FORNECEDORA, firmam a presente Ata de Registro de Preços que se regerá pelas condições estabelecidas no Processo Licitatório nº 5862/2022, Pregão Eletrônico nº 182/2022 e de acordo com as cláusulas a seguir:

## 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICOS E DE ENFERMAGEM, MATERIAIS DE LIMPEZA, HIGIENE E DESINFECÇÃO, CURATIVOS, EPIS, INSUMOS, INSTRUMENTAIS, MOBILIÁRIO, ELETRODOMÉSTICOS, EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE, DESTINADOS AS UNIDADES DE SAÚDE.**

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO DETALHAMENTO DO OBJETO

2.1. A execução do objeto da Ata de Registro de Preços se dará na seguinte especificação, quantidade máxima estimada, valores unitários e totais:

| LOTE | ITEM | DESCRIÇÃO  | QTD | UN  | V. UNIT | V. TOTAL | MARCA                |
|------|------|--|-----|-----|---------|----------|----------------------|
| 1    | 95   | Equipo 2 vias, multiplicador de acesso venoso, 2 conectores luer lock fêmea com tampa rosqueável, com clamp de fechamento rápido nas vias, tubo de 18 cm em PVC flexível, conector tipo Luer Slip universal para acesso venoso, atóxico e apirogênico e descartável. Embalagem individual. CATMAT 415428 | 200 | UN. | 0,69    | 138,00   | DESCARPACK EQUIPO IN |
| 1    | 132  | Hidratante a base de A.G.E com vitaminas A e E, frasco 200 ml. CATMAT 348002   | 150 | FR  | 6,63    | 994,50   | TROL COSMETICOS      |
| 1    | 180  | Óleo a base de A.G.E com vitaminas A e E, dermatologicamente testada e hipoalergênica, frasco 200ml. CATMAT 281657   | 140 | FR  | 6,62    | 926,80   | DERMATROL ALMOTOLIA  |
| 1    | 221  | Seringa descartável, 10 ml, sem agulha, bico Luer Lock, estéril, confeccionadas em prolipropileno, boa transparência, siliconização interna com deslize perfeito,  | 400 | UN. | 0,31    | 124,00   | DESCARPACK           |



|   |     |   |       |     |      |          |            |
|---|-----|---|-------|-----|------|----------|------------|
|   |     | com anel de retenção entre êmbolo e cilindro, deve permitir boa leitura com escritas precisas. Embalagem individual. CATMAT 439626  |       |     |      |          |            |
| 1 | 222 | Seringa descartável, 10ml, sem agulha, bico Luer Slip, estéril, confeccionadas em prolipropileno, boa transparência, siliconização interna com deslize perfeito, com anel de retenção entre êmbolo e cilindro, deve permitir boa leitura com escritas precisas. Embalagem individual. CATMAT 439626 | 3.500 | UN. | 0,31 | 1.085,00 | DESCARPACK |

### 3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR GLOBAL REGISTRADO

3.1. O valor global registrado é de R\$-3.268,30 (TRÊS MIL E DUZENTOS E SESSENTA E OITO REAIS E TRINTA CENTAVOS).

3.2. No valor previsto estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

### 4. CLÁUSULA QUARTA - DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A validade do registro será de 12 (doze) meses, contada a partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, sem possibilidade de prorrogação.

### 5. CLÁUSULA QUINTA - DAS CONTRATAÇÕES DECORRENTES DO REGISTRO

5.1. As contratações decorrentes do registro serão formalizadas por meio de nota de empenho de despesa autorização de compra, ordem de execução de serviço ou outro instrumento equivalente, conforme prevê o art 62 da Lei Federal nº 8.666/93.

### 6. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1. O fornecimento do objeto será de acordo com a necessidade do Município, de maneira fracionada.

6.1.1. A Secretaria de Saúde enviará Autorização de Compra para a FORNECEDORA no e-mail indicado em sua proposta e os produtos deverão ser entregues no prazo máximo de 15 dias, na Farmácia Municipal anexa ao Centro de Saúde, localizado na Avenida Carmem Ribeiro Pitombo, 90, Centro de Ubatuba-PR;

6.1.2. No caso de recusa do objeto, o prazo para substituição será a metade do prazo inicialmente estipulado para entrega, sujeitando-se a FORNECEDORA às penalidades previstas na Ata de Registro de Preços.

6.1.3. Os prazos mencionados poderão ser alterados na forma que dispõe o art. 57, § 1º da Lei Federal 8.666/93.



6.2. O objeto deverá ser entregue em perfeitas condições, novo, sem uso, devidamente lacrado em embalagem própria, original do fabricante e sem violação, conforme especificação, prazo e local constante no presente Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal, quando couber.

6.3. O objeto deverá ser entregue em veículo próprio da FORNECEDORA, podendo ser ainda através de serviços postais, transportadoras ou outros serviços de entrega, vedada a entrega através de veículos oficiais e/ou servidores do município.

6.3.1. A FORNECEDORA se sujeita ao recebimento provisório do objeto pelo Município para fins de conferência, independente da forma de entrega, cabendo exclusivamente à FORNECEDORA a retirada/substituição do objeto recusado.

6.4. A FORNECEDORA deverá arcar com todas as despesas referentes à entrega do objeto, como transporte, mão de obra, encargos sociais, pedágio, entre outras.

6.5. O objeto deverá ser entregue com declaração da garantia, sob pena de recusa, sendo responsabilidade da FORNECEDORA a substituição e/ou manutenção do objeto durante o período de garantia, sem ônus adicionais ao município.

6.5.1. Para os itens em que não constar tempo de garantia, deverá ser considerado o mínimo legal de três meses;

## 7. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1. Após a entrega de cada pedido, o objeto será recebido provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade com a especificação; e definitivamente, após verificação da qualidade e consequente aceitação.

7.2. O Município se reserva ao direito de não aceitar objeto que não estiver em conformidade com as exigências apresentadas no presente Termo de Referência.

7.2.1. O motivo da recusa será fundamentado pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços através de notificação, encaminhada por escrito à FORNECEDORA, através do e-mail o qual foi encaminhada a Ordem de Compras.

7.3. A FORNECEDORA é obrigada a substituir, por conta própria, no todo ou em parte, objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, ainda que tenha sido recebido definitivamente.

7.3.1. No caso de não aceitação do objeto, seja no recebimento provisório ou definitivo, os ônus com a substituição correrão exclusivamente por conta da FORNECEDORA, independente da forma de entrega.

7.4. O objeto que por ventura venha a ser recusado deverá ser substituído no prazo estipulado, sob pena de aplicação das penalidades previstas no presente Termo de Referência.

## 8. CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

8.1. São direitos do MUNICÍPIO:

8.1.1. Receber a prestação do objeto nas condições previstas;

8.1.2. Rejeitar, no todo ou em parte, a prestação do objeto que estiver em desacordo com as condições descritas na Ata de Registro de Preços;



8.1.3. Fiscalizar a execução da Ata de Registro de Preços;

8.1.4. Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

8.2. São obrigações do MUNICÍPIO:

8.2.1. Promover, através de seus representantes, o acompanhamento e a fiscalização da Ata de Registro de Preços, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à FORNECEDORA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte daquele;

8.2.2. Cumprir os prazos previstos na Ata de Registro de Preços;

8.2.3. Efetuar o pagamento ajustado, após o recebimento definitivo do objeto solicitado;

8.2.4. Auxiliar no esclarecimento de dúvidas que surjam ao longo da execução da Ata de Registro de Preços;

8.2.5. Decidir sobre eventuais dificuldades na realização do objeto da Ata de Registro de Preços;

8.2.6. Manter, sempre por escrito ou por e-mail, com a FORNECEDORA, os entendimentos sobre o objeto.

8.3. São obrigações da FORNECEDORA:

8.3.1. Cumprir todas as obrigações constantes na Ata de Registro de Preços e sua proposta, assumindo exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

8.3.2. Responsabilizar-se por danos ocasionados ao MUNICÍPIO ou a terceiros, causados durante a execução da Ata de Registro de Preços;

8.3.3. Responder por quaisquer compromissos assumidos com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto;

8.3.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078 de 1990);

8.3.5. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado na Ata de Registro de Preços, o objeto com avarias ou defeitos;

8.3.6. Manter contatos com o MUNICÍPIO, sempre por escrito, ressalvados os entendimentos verbais determinados pela urgência do objeto;

8.3.7. Comunicar o MUNICÍPIO, com antecedência, os motivos que impossibilitem o cumprimento dos prazos previstos para execução do objeto, com a devida comprovação;

8.3.8. Manter durante toda a execução da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e apresentá-las no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis quando solicitada pelo MUNICÍPIO;

8.3.9. Apresentar cópia autêntica do ato constitutivo, estatuto ou contrato social, sempre que houver alteração;



8.3.10. Indicar preposto para representá-la durante a execução da Ata de Registro de Preços;

8.3.11. Prestar os esclarecimentos julgados necessários, bem como informar e manter atualizado (s) o (s) número (s) de telefone, endereço eletrônico (e-mail) e o nome da pessoa autorizada para contatos;

8.3.12. Não utilizar de quaisquer tipos de propaganda visual em benefício de candidato, partido político ou coligação, em veículos ou por funcionários empregados durante a execução dos serviços contratados, sob pena de aplicação das sanções previstas na Lei Eleitoral 9.504/1997, multa e cancelamento da Ata de Registro de Preços;

8.3.13. Providenciar a assinatura dos Termos Aditivos e remetê-los ao MUNICÍPIO no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados de seu recebimento, sob pena de aplicação das sanções previstas.

## 9. CLÁUSULA NONA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

9.1. O pagamento será efetuado após recebimento de cada pedido, no prazo de até trinta dias contados do recebimento da Nota Fiscal pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

9.2. A fatura deverá ser emitida pela empresa, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas e no próprio instrumento de contrato. O faturamento deverá ser realizado em nome do MUNICÍPIO DE UBIRATÃ, CNPJ Nº 76.950.096/0001-10.

9.3. As despesas para atender a contratação estão programadas em dotação orçamentária prevista no orçamento do Município para o exercício de 2022, na classificação abaixo:

| Órgão | Despesa | Categoria    | Descrição                                | Fonte | Valor      |
|-------|---------|--------------|--|-------|------------|
| 0602  | 3068    | 339030210000 | MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIGIEN | 303   | 22.014,00  |
| 0605  | 3080    | 339030210000 | MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIGIEN | 494   | 70.272,14  |
| 0602  | 4213    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 18.362,50  |
| 0602  | 4216    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 25.302,50  |
| 0603  | 4219    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 8.592,00   |
| 0603  | 4220    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 48.432,50  |
| 0605  | 4226    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 21.464,16  |
| 0605  | 4228    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 21.288,43  |
| 0606  | 4231    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 61.515,75  |
| 0605  | 8224    | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 494   | 20.319,55  |
| 0605  | 8225    | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 494   | 6.426,80   |
| 0605  | 8226    | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 494   | 305.716,10 |
| 0606  | 8228    | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 494   | 48.168,51  |
| 0606  | 8230    | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 494   | 156.861,89 |
| 0602  | 8258    | 339030280000 | MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA         | 494   | 4.002,60   |
| 0605  | 8270    | 339030280000 | MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA         | 494   | 227.872,40 |
| 0603  | 9481    | 339032990100 | Outros Materiais para Distribuição Gratu | 384   | 239.130,00 |
| 0603  | 9482    | 339032990100 | Outros Materiais para Distribuição Gratu | 494   | 5.065,40   |
| 0604  | 10996   | 449052420000 | MOBILIÁRIO EM GERAL                      | 494   | 4.486,28   |
| 0605  | 11001   | 449052120000 | APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS        | 494   | 3.584,68   |
| 0606  | 11005   | 449052420000 | MOBILIÁRIO EM GERAL                      | 494   | 1.677,66   |
| 0606  | 11006   | 449052120000 | APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS        | 494   | 2.220,76   |



|      |       |              |  |     |           |
|------|-------|--------------|--|-----|-----------|
| 0606 | 11007 | 449052340000 | MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVE | 494 | 14.200,98 |
| 0605 | 11015 | 449052420000 | MOBILIÁRIO EM GERAL                      | 494 | 4.032,32  |
| 0605 | 11022 | 449052080000 | APARELHOS, EQUIP., UT. MÉDICOS-ODONTO.,  | 494 | 41.478,60 |
| 0602 | 11035 | 449052040000 | APARELHOS DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO        | 494 | 3.656,35  |
| 0605 | 11040 | 449052340000 | MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVE | 494 | 15.997,33 |
| 0605 | 11088 | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 303 | 11.005,00 |

9.4. Para liberação do pagamento à FORNECEDORA, as notas fiscais deverão ser entregues ao Fiscal obrigatoriamente acompanhadas dos seguintes documentos:

9.4.1. Prova de Regularidade com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional;

9.4.2. Prova de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

9.4.3. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

### 10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA

10.1. Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo MUNICÍPIO, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX / 100) / 365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = N. de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

### 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

11.1. Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bens registrados.

11.2. Na hipótese do preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a FORNECEDORA será convocada para que promova a redução dos preços.

11.2.1. Em não sendo reduzido o preço, a FORNECEDORA será liberada do compromisso assumido, podendo o MUNICÍPIO convocar os demais fornecedores classificados para, nas mesmas condições, oferecer igual oportunidade de negociação, ou revogar a ata de registro de preços ou parte dela.

11.3. Na hipótese do preço de mercado tornar-se superior ao registrado, e a FORNECEDORA não puder cumprir as obrigações assumidas, este poderá solicitar revisão dos preços, mediante requerimento fundamentado





encaminhado diretamente ao Gestor da Ata de Registro de Preços, a ser protocolado antes do pedido de fornecimento, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação relevante nos preços praticados no mercado.

11.3.1. Procedente o pedido, o MUNICÍPIO poderá efetuar a revisão do preço registrado no valor pleiteado pela FORNECEDORA, caso este esteja de acordo com os valores praticados pelo mercado, ou apresentar contraproposta de preço, compatível com o vigente no mercado, para a garantia do equilíbrio econômico-financeiro.

11.3.2. Caso não aceite a contraproposta de preço apresentada pelo MUNICÍPIO, a FORNECEDORA será liberada do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

11.3.3. Não sendo acatado o pedido de revisão, este será indeferido pelo MUNICÍPIO e a FORNECEDORA continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na Ata de Registro de Preços, sob pena de cancelamento do registro do preço da FORNECEDORA e de aplicação das penalidades administrativas previstas.

11.3.4. Na hipótese do cancelamento do registro do preço do fornecedor, prevista no subitem anterior, o MUNICÍPIO poderá convocar os demais fornecedores, na ordem de classificação, para que manifestem interesse em assumir a execução do objeto pelo preço registrado.

## 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

12.1. Caberá a gestão da Ata de Registro de Preços ao servidor Orlando Francisco Vieira da Silva, lotado na Secretaria de Saúde.

12.2. Caberá a fiscalização da Ata de Registro de Preços ao servidor Henrique Cardoso Gonçalves, lotado na Secretaria de Saúde, e na sua ausência, ficará a cargo do servidor Rodrigo Salustiano da Silva, lotado na Secretaria de Saúde.

12.3. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da FORNECEDORA pelos danos causados ao MUNICÍPIO ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos.

12.4. A ação ou omissão total ou parcial da fiscalização do MUNICÍPIO não elide nem diminui a responsabilidade da FORNECEDORA quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes, responsabilizando esta quanto a quaisquer irregularidades.

12.5. As comunicações entre MUNICÍPIO e FORNECEDORA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

12.6. Caberá ao gestor e ao fiscal as atribuições constantes na Portaria nº 05/2022.

## 13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

13.1.1. Advertência;

13.1.2. Multa;





13.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Ubatuba;

13.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

13.2. As multas poderão ser:

13.2.1. De caráter moratório, pelo atraso injustificado na entrega ou execução do objeto da Ata de Registro de Preços, nos seguintes percentuais:

13.2.1.1. 2% (dois por cento) ao dia, incidente sobre o valor correspondente à parcela, etapa ou pedido único em que ocorreu o fato, até o limite máximo de 30 (trinta) dias.

A. Extrapolado o limite máximo de 30 (trinta) dias, o percentual da multa será calculado em dobro.

13.2.1.2. 5% (cinco por cento) pelo descumprimento de qualquer outra cláusula da Ata de Registro de Preços durante sua execução, incidente sobre o valor correspondente à parcela, etapa ou pedido único em que ocorreu o fato.

13.2.2. De caráter compensatório, sem prejuízo das multas moratórias, nos seguintes percentuais:

13.2.2.1. 10% (Dez por cento), incidente sobre o valor correspondente à parcela, etapa ou pedido único em que ocorreu o fato, pela inexecução parcial do objeto;

13.2.2.2. 15% (Quinze por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços, pela sua inexecução total.

13.3. A FORNECEDORA poderá ser suspensa temporariamente de participar em licitação e impedida de contratar com o Município de Ubatuba pelo prazo máximo de 02 (dois) anos, sem prejuízo das demais penalidades previstas, quando:

13.3.1. Abandonar a execução da Ata de Registro de Preços;

13.3.2. Incurrir em inexecução da Ata de Registro de Preços; e

13.3.3. Demais hipóteses previstas em lei.

13.4. A FORNECEDORA poderá ser declarada inidônea para licitar ou contratar com a administração pública pelo prazo máximo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das demais penalidades previstas, quando:

13.4.1. Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, a execução da Ata de Registro de Preços;

13.4.2. Agir, comprovadamente, de má-fé na relação pactuada;

13.4.3. Demais hipóteses previstas em lei.

13.5. Estendem-se os efeitos da penalidade de suspensão do direito de contratar com o Município de Ubatuba ou da declaração de inidoneidade:



13.5.1. Às pessoas físicas que constituíram a pessoa jurídica, as quais permanecem impedidas de licitar com a Administração Pública enquanto perdurarem as causas da penalidade, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;

13.5.2. Às pessoas jurídicas que tenham sócios comuns com as pessoas físicas referidas no subitem anterior.

13.6. As sanções previstas poderão ser aplicadas concomitantemente com a sanção de advertência.

13.7. A FORNECEDORA deverá efetuar o pagamento do valor correspondente à multa no prazo e forma estipulados no termo de aplicação de penalidade, podendo ainda ser descontado de pagamentos a que a mesma tenha direito.

13.7.1. Não havendo o pagamento, o valor devido será inscrito em dívida ativa para futura execução fiscal.

13.8. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

13.9. Concomitante às penalidades previstas, a FORNECEDORA se sujeita ao descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 05 (cinco) anos, para efeito do previsto no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02.

13.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13.11. A aplicação das penalidades previstas fica condicionada a ampla defesa e contraditório no devido processo legal, sem prejuízo da defesa prévia.

#### 14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

14.1. O presente registro de preços poderá ser cancelado, sem prejuízo das penalidades previstas, quando o fornecedor:

14.1.1. For liberado;

14.1.2. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

14.1.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

14.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

14.1.5. Por razões de interesse público, devidamente justificado.

14.2. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

14.2.1. Por razão de interesse público; ou

14.2.2. A pedido do fornecedor.



14.3. No caso de cancelamento do registro de preços, poderão ser convocados, a critério da Administração, os demais licitantes classificados.

14.4. O cancelamento da Ata de Registro de Preços fica condicionado à ampla defesa e contraditório no devido processo legal, sem prejuízo da defesa prévia.

## 15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VINCULAÇÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1. Ficam vinculados a Ata de Registro de Preços, dela fazendo parte integrante, independentemente de suas transcrições parciais ou totais, o Edital de licitação respectivo e seus anexos e a proposta final da FORNECEDORA.

## 16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

16.1. A presente Ata de Registro de Preços rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 10.520/02, Lei nº 8.078/90 e por outras normas de direito público ou privado que melhor tutelem o interesse público.

## 17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS

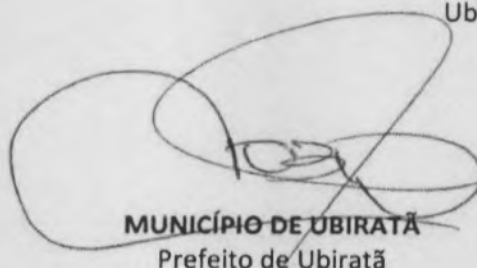
17.1. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal nº 8.666/93, e dos princípios gerais de direito.

## 18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

18.1. Fica eleito o foro da Comarca de Ubatuba, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas da Ata de Registro de Preços.

Assim ajustadas, firmam as partes o presente instrumento, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas, para todos os fins de direito.

Ubatuba - Paraná, 21 de dezembro de 2022.



MUNICÍPIO DE UBIRATÃ  
Prefeito de Ubatuba

CLARICE  
PIETROSKI:01861  
397054

Assinado de forma digital por  
CLARICE PIETROSKI:01861397054  
Dados: 2023.01.10 08:46:54 -03'00'

INOVAMED HOSPITALAR LTDA  
Representante legal da empresa

## PROCURAÇÃO

**OUTORGANTE:** INOVAMED HOSPITALAR LTDA, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob o nº 12.889.035/0001-02, sediada da Rua Dr. João Caruso, nº 2115, bairro Distrito Industrial, Erechim/RS, por intermédio de seu representante legal, Sr. Vanderlei Stievens, brasileiro, solteiro, empresário, inscrito no CPF sob nº 007.304.360-55, Carteira de Identidade nº 4083341612 SSP/RS.

**OUTORGADA:** Clarice Pietroski, brasileira, solteira, Auxiliar Administrativo, regularmente inscrita no CPF sob o nº 018.613.970-54 e Carteira de Identidade sob o nº 1091334423 SJS/RS, residente e domiciliada na Rua Leodoro Dias da Silva, nº 550, Bairro Novo Horizonte, Erechim/RS, CEP: 99704-634.

**PODERES:** Pelo presente instrumento particular de procuração, a Outorgante nomeia e constitui a Outorgada sua bastante procuradora, em todo território Nacional, com a finalidade exclusiva de representá-la em processos licitatórios com fins comerciais atinentes a atividade da Outorgante, estando a outorgada autorizada a manifestar-se verbalmente, assinar atas, renunciar e interpor recursos, assinar, retirar e entregar propostas, declarações e demais documentos que se façam necessários a sua habilitação, assinar instrumentos contratuais e praticar demais atos pertinentes, sempre em observância a todos os preceitos legais pertinentes, especialmente a Lei de Licitações (Lei nº 8.666/93), Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/21) e Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/13) brasileiras e demais legislações correlatas. É vedado o substabelecimento.

Esta procuração é válida a partir da data de sua assinatura até o dia 31 (trinta e um) do mês de julho do ano de 2023 (dois mil e vinte e três).

Erechim/RS, 07 de dezembro de 2022 (dois mil e vinte e dois).

  
Vanderlei Stievens  
Sócio-Gerente

Vanderlei Stievens  
Sócio-Gerente  
RG: 4083341612  
CPF: 007.304.360-55





004378  
LOB

2º TABELIONATO - Bel. Roberto Cavassola - Tabelião Designado  
Rua Itália, 110 - 99700-014 - Erechim - RS - Fone: (54) 3321.5772  
E-mail: cartorio@2taberechim.com

Reconheço a autenticidade da firma de Vandenei  
Stevens que assina por INOVAMED HOSPITALAR  
LTDA, indicada com a seta.  
Em testemunho da verdade.  
Erechim, 9 de dezembro de 2022 1084864 - 36594  
Emol: R\$ 6,00 + Seio digital: R\$  
0183.01.2200001.82617

Bel. Roberto Paula Obowicz  
Escritório Autorizado  
Tabelionato - Erechim - RS



Rua XV de Novembro, 64 - Sala 21  
Edifício Pedro Francisco Vargas  
Centro, Itajaí - Santa Catarina  
(47) 3514-7599 | (47) 99748-2223  
www.dautin.com | dautin@dautin.com



## CERTIFICADO DE PROVA DE AUTENTICIDADE ELETRÔNICA

A DAUTIN BLOCKCHAIN DOCUMENTOS DIGITAIS E SERVIÇOS LTDA, especificada neste ato apenas como **Dautin Blockchain Co.** CERTIFICA para os devidos fins de direito que, o arquivo digital especificado com o tipo documental **Autenticação** e representado pela função hash criptográfica conhecida como SHA-256, de código **57a6b95e0123c8c86437e94b81a65614772d26502863fe7d270cd564618cb955** foi autenticado de acordo com as Legislações e normas vigentes<sup>1</sup> através da rede blockchain Ethereum Classic, sob o identificador único denominado NID **100036** dentro do sistema.

A autenticação eletrônica do documento intitulado **"PROCURAÇÃO CLARICE"**, cujo assunto é descrito como **"PROCURAÇÃO CLARICE"**, faz prova de que em **13/12/2022 08:15:36**, o responsável **Inovamed Hospitalar Ltda (12.889.035/0001-02)** tinha posse do arquivo com as mesmas características que foram reproduzidas na prova de autenticidade, sendo de Inovamed Hospitalar Ltda a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a DAUTIN Blockchain Co.

Este CERTIFICADO foi emitido em **13/12/2022 08:16:42** através do sistema de autenticação eletrônica da empresa DAUTIN Blockchain Co. de acordo com o Art. 10, § 2º da MP 2200-2/2001, Art. 107 do Código Civil e Art. 411, em seus §§ 2º e 3º do Código de Processo Civil, estando dessa maneira de acordo para o cumprimento do Decreto 10278/2020.

Para mais informações sobre a operação acesse o site <https://www.dautin.com> e informe o código da transação blockchain **0x370e6820ec6eb1f5587510a8a9a62fa0aa4e35d930a2b60403a609972782369e**. Também é possível acessar a consulta através da rede blockchain em <https://blockscout.com/etc/mainnet/>

<sup>1</sup> Legislação Vigente: Medida Provisória nº 2200-2/2001, Código Civil e Código de Processo Civil.

**DAUTIN**  
BLOCKCHAIN



Presidência da República Casa Civil  
Subchefia para Assuntos Jurídicos  
MEDIDA PROVISÓRIA 2.200-2  
DE 24 DE AGOSTO DE 2001.



004380  
LJB

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DAS CIDADES  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO  
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

RS

NOME: CLARICE PIETROSKI

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR / UF: 1091334423 SJS/II RS

CPF: 018.613.970-54 DATA NASCIMENTO: 08/07/1989

FILIAÇÃO: ROMANO PIETROSKI  
INES MORANDI PIETROSKI

PERMISSÃO: ACC: CAT. HAB: B

Nº REGISTRO: 04661977870 VALIDADE: 03/11/2023 1ª HABILITAÇÃO: 04/06/2009

OBSERVAÇÕES:

ASSINATURA DO PORTADOR: Clarice Pietroski

LOCAL: XRECHIM, RS DATA EMISSÃO: 05/11/2018

ASSINATURA DO EMISSOR: Paulo Roberto Pires Gomes

78485207809  
RS213473704

RIO GRANDE DO SUL

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 1727116674

PROIBIDO PLASTIFICAR 1727116674

Documento Autenticado Digitalmente de acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V 8º, 41 e 52 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6º Inc. XII da Lei Estadual 8.721/2008 autêntico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferido neste ato.  
O referido é verdade. Dou fé. \*\*\*\*\* Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br ou Consulte o Documento em: https://azevedobastos.not.br/documento/40371811208467156844



ARTÓRIO Autenticação Digital Código: 40371811208467156844-1  
Data: 18/11/2020 16:32:52  
Valor Total do Ato: R\$ 4,56  
Selo Digital Tipo Normal C: AKR99069-9LI3:



Nº: 06.870-0  
Cartório Azevêdo Bastos  
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145  
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB  
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br  
https://azevedobastos.not.br

Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti

TJPB



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
ESTADO DA PARAÍBA  
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS  
FUNDADO EM 1888

227  
- 004381

PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

Av. Eptácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB  
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484  
<http://www.azevedobastos.not.br>  
E-mail: [cartorio@azevedobastos.not.br](mailto:cartorio@azevedobastos.not.br)



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARA para os devidos fins de direito que, o documento em anexo identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital<sup>1</sup> ou na referida serventia, foi autenticado de acordo com as Legislações e normas vigentes<sup>2</sup>.

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos da atividade Notarial e Registral no Estado da Paraíba, foi instituído pela Lei Nº 10.132, de 06 de novembro de 2013, a aplicação obrigatória de um Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial em todos os atos de notas e registro, composto de um código único (por exemplo: Selo Digital: ABC12345-X1X2) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser verificada e confirmada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <https://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa INOVAMED HOSPITALAR LTDA tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa INOVAMED HOSPITALAR LTDA a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em 18/11/2020 16:37:38 (hora local) através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevêdo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa INOVAMED HOSPITALAR LTDA ou ao Cartório pelo endereço de e-mail [autentica@azevedobastos.not.br](mailto:autentica@azevedobastos.not.br)

Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o Código de Autenticação Digital..

Esta Declaração é válida por tempo indeterminado e está disponível para consulta em nosso site.

<sup>1</sup>Código de Autenticação Digital: 40371811208467156844-1

<sup>2</sup>Legislações Vigentes: Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013 e Provimento CGJ N° 003/2014.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05b29642914c2741ce00c6d1ec7fa6e7e28a669072e45c4dea8c350f5a7aea8009bb9ff2d6620ea77a9fccb0e9c89e38f18d360a502598a4b64b936683b44a5523a



Presidência da República  
Casa Civil  
Medida Provisória Nº 2.200-2,  
de 24 de agosto de 2001.







**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 463/2022**  
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 5862/2022**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 182/2022**

O **MUNICÍPIO DE UBIRATÃ**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 76.950.096/0001-10, com sede administrativa a Avenida Nilza de Oliveira Pipino, nº 1852, centro, na cidade de Ubatuba, Estado do Paraná, CEP nº 85.440-000, representado pelo Prefeito Fábio de Oliveira Dalécio, e a empresa **PABLO LUIS MARTINS - ME**, inscrita no CNPJ nº 09.138.326/0001-54, estabelecida à Rua Salvador da Silva Porto, no nº 23, CEP nº 88106-692, na cidade de São José, Estado de Santa Catarina, Telefone nº (48) 3375-4436, e-mail (handtecequipamentos@gmail.com), doravante designada como FORNECEDORA, firmam a presente Ata de Registro de Preços que se regerá pelas condições estabelecidas no Processo Licitatório nº 5862/2022, Pregão Eletrônico nº 182/2022 e de acordo com as cláusulas a seguir:

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O objeto do presente instrumento é **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICOS E DE ENFERMAGEM, MATERIAIS DE LIMPEZA, HIGIENE E DESINFECÇÃO, CURATIVOS, EPIS, INSUMOS, INSTRUMENTAIS, MOBILIÁRIO, ELETRODOMÉSTICOS, EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE, DESTINADOS AS UNIDADES DE SAÚDE.**

**2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO DETALHAMENTO DO OBJETO**

2.1. A execução do objeto da Ata de Registro de Preços se dará na seguinte especificação, quantidade máxima estimada, valores unitários e totais:

| LOTE | ITEM | DESCRIÇÃO  | QTD | UN  | V. UNIT | V. TOTAL | MARCA   |
|------|------|--|-----|-----|---------|----------|---------|
| 1    | 28   | Bacia fabricada em aço inox de alta durabilidade, redonda, diâmetro mínimo de 40cm, capacidade cerca de 5 a 6 litros, unidade. CATMAT 439955 | 20  | UN. | 102,02  | 2.040,40 | KE HOME |

**3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR GLOBAL REGISTRADO**

3.1. O valor global registrado é de **R\$-2.040,40 (DOIS MIL E QUARENTA REAIS E QUARENTA CENTAVOS)**.

3.2. No valor previsto estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

**4. CLÁUSULA QUARTA - DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. A validade do registro será de 12 (doze) meses, contada a partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, sem possibilidade de prorrogação.

**5. CLÁUSULA QUINTA - DAS CONTRATAÇÕES DECORRENTES DO REGISTRO**



5.1. As contratações decorrentes do registro serão formalizadas por meio de nota de empenho de despesa, autorização de compra, ordem de execução de serviço ou outro instrumento equivalente, conforme prevê o art. 62 da Lei Federal nº 8.666/93.

## **6. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO**

6.1. O fornecimento do objeto será de acordo com a necessidade do Município, de maneira fracionada.

6.1.1. A Secretaria de Saúde enviará Autorização de Compra para a FORNECEDORA no e-mail indicado em sua proposta e os produtos deverão ser entregues no prazo máximo de 15 dias, na Farmácia Municipal anexa ao Centro de Saúde, localizado na Avenida Carmem Ribeiro Pitombo, 90, Centro de Ubatuba-PR;

6.1.2. No caso de recusa do objeto, o prazo para substituição será a metade do prazo inicialmente estipulado para entrega, sujeitando-se a FORNECEDORA às penalidades previstas na Ata de Registro de Preços.

6.1.3. Os prazos mencionados poderão ser alterados na forma que dispõe o art. 57, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93.

6.2. O objeto deverá ser entregue em perfeitas condições, novo, sem uso, devidamente lacrado em embalagem própria, original do fabricante e sem violação, conforme especificação, prazo e local constante no presente Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal, quando couber.

6.3. O objeto deverá ser entregue em veículo próprio da FORNECEDORA, podendo ser ainda através de serviços postais, transportadoras ou outros serviços de entrega, vedada a entrega através de veículos oficiais e/ou servidores do município.

6.3.1. A FORNECEDORA se sujeita ao recebimento provisório do objeto pelo Município para fins de conferência, independente da forma de entrega, cabendo exclusivamente à FORNECEDORA a retirada/substituição do objeto recusado.

6.4. A FORNECEDORA deverá arcar com todas as despesas referentes à entrega do objeto, como transporte, mão de obra, encargos sociais, pedágio, entre outras.

6.5. O objeto deverá ser entregue com declaração da garantia, sob pena de recusa, sendo responsabilidade da FORNECEDORA a substituição e/ou manutenção do objeto durante o período de garantia, sem ônus adicionais ao município.

6.5.1. Para os itens em que não constar tempo de garantia, deverá ser considerado o mínimo legal de três meses;

## **7. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO**

7.1. Após a entrega de cada pedido, o objeto será recebido provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade com a especificação; e definitivamente, após verificação da qualidade e consequente aceitação.

7.2. O Município se reserva ao direito de não aceitar objeto que não estiver em conformidade com as exigências apresentadas no presente Termo de Referência.

7.2.1. O motivo da recusa será fundamentado pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços através de notificação, encaminhada por escrito à FORNECEDORA, através do e-mail o qual foi encaminhada a Ordem de Compras.

7.3. A FORNECEDORA é obrigada a substituir, por conta própria, no todo ou em parte, objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, ainda que tenha sido recebido definitivamente.

7.3.1. No caso de não aceitação do objeto, seja no recebimento provisório ou definitivo, os ônus com a substituição correrão exclusivamente por conta da FORNECEDORA, independente da forma de entrega.

7.4. O objeto que por ventura venha a ser recusado deverá ser substituído no prazo estipulado, sob pena de aplicação das penalidades previstas no presente Termo de Referência.

## **8. CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES**

### **8.1. São direitos do MUNICÍPIO:**

8.1.1. Receber a prestação do objeto nas condições previstas;

8.1.2. Rejeitar, no todo ou em parte, a prestação do objeto que estiver em desacordo com as condições descritas na Ata de Registro de Preços;

8.1.3. Fiscalizar a execução da Ata de Registro de Preços;

8.1.4. Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

### **8.2. São obrigações do MUNICÍPIO:**

8.2.1. Promover, através de seus representantes, o acompanhamento e a fiscalização da Ata de Registro de Preços, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à FORNECEDORA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte daquele;

8.2.2. Cumprir os prazos previstos na Ata de Registro de Preços;

8.2.3. Efetuar o pagamento ajustado, após o recebimento definitivo do objeto solicitado;

8.2.4. Auxiliar no esclarecimento de dúvidas que surjam ao longo da execução da Ata de Registro de Preços;

8.2.5. Decidir sobre eventuais dificuldades na realização do objeto da Ata de Registro de Preços;

8.2.6. Manter, sempre por escrito ou por e-mail, com a FORNECEDORA, os entendimentos sobre o objeto.

### **8.3. São obrigações da FORNECEDORA:**

8.3.1. Cumprir todas as obrigações constantes na Ata de Registro de Preços e sua proposta, assumindo exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

8.3.2. Responsabilizar-se por danos ocasionados ao MUNICÍPIO ou a terceiros, causados durante a execução da Ata de Registro de Preços;

8.3.3. Responder por quaisquer compromissos assumidos com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto;





8.3.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078 de 1990);

8.3.5. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado na Ata de Registro de Preços, o objeto com avarias ou defeitos;

8.3.6. Manter contatos com o MUNICÍPIO, sempre por escrito, ressalvados os entendimentos verbais determinados pela urgência do objeto;

8.3.7. Comunicar o MUNICÍPIO, com antecedência, os motivos que impossibilitem o cumprimento dos prazos previstos para execução do objeto, com a devida comprovação;

8.3.8. Manter durante toda a execução da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e apresentá-las no prazo de máximo de 05 (cinco) dias úteis quando solicitada pelo MUNICÍPIO;

8.3.9. Apresentar cópia autêntica do ato constitutivo, estatuto ou contrato social, sempre que houver alteração;

8.3.10. Indicar preposto para representá-la durante a execução da Ata de Registro de Preços;

8.3.11. Prestar os esclarecimentos julgados necessários, bem como informar e manter atualizado (s) o (s) número (s) de telefone, endereço eletrônico (e-mail) e o nome da pessoa autorizada para contatos;

8.3.12. Não utilizar de quaisquer tipos de propaganda visual em benefício de candidato, partido político ou coligação, em veículos ou por funcionários empregados durante a execução dos serviços contratados, sob pena de aplicação das sanções previstas na Lei Eleitoral 9.504/1997, multa e cancelamento da Ata de Registro de Preços;

8.3.13. Providenciar a assinatura dos Termos Aditivos e remetê-los ao MUNICÍPIO no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados de seu recebimento, sob pena de aplicação das sanções previstas.

## 9. CLÁUSULA NONA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

9.1. O pagamento será efetuado após recebimento de cada pedido, no prazo de até trinta dias contados do recebimento da Nota Fiscal pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

9.2. A fatura deverá ser emitida pela empresa, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas e no próprio instrumento de contrato. O faturamento deverá ser realizado em nome do MUNICÍPIO DE UBIRATÃ, CNPJ Nº 76.950.096/0001-10.

9.3. As despesas para atender a contratação estão programadas em dotação orçamentária prevista no orçamento do Município para o exercício de 2022, na classificação abaixo:

| Órgão | Despesa | Categoria    | Descrição                                | Fonte | Valor     |
|-------|---------|--------------|--|-------|-----------|
| 0602  | 3068    | 339030210000 | MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIGIEN | 303   | 22.014,00 |
| 0605  | 3080    | 339030210000 | MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIGIEN | 494   | 70.272,14 |
| 0602  | 4213    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 18.362,50 |





|      |       |              |  |     |            |
|------|-------|--------------|--|-----|------------|
| 0602 | 4216  | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494 | 25.302,50  |
| 0603 | 4219  | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494 | 8.592,00   |
| 0603 | 4220  | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494 | 48.432,50  |
| 0605 | 4226  | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494 | 21.464,16  |
| 0605 | 4228  | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494 | 21.288,43  |
| 0606 | 4231  | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494 | 61.515,75  |
| 0605 | 8224  | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 494 | 20.319,55  |
| 0605 | 8225  | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 494 | 6.426,80   |
| 0605 | 8226  | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 494 | 305.716,10 |
| 0606 | 8228  | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 494 | 48.168,51  |
| 0606 | 8230  | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 494 | 156.861,89 |
| 0602 | 8258  | 339030280000 | MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA         | 494 | 4.002,60   |
| 0605 | 8270  | 339030280000 | MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA         | 494 | 227.872,40 |
| 0603 | 9481  | 339032990100 | Outros Materiais para Distribuição Gratu | 384 | 239.130,00 |
| 0603 | 9482  | 339032990100 | Outros Materiais para Distribuição Gratu | 494 | 5.065,40   |
| 0604 | 10996 | 449052420000 | MOBILIÁRIO EM GERAL                      | 494 | 4.486,28   |
| 0605 | 11001 | 449052120000 | APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS        | 494 | 3.584,68   |
| 0606 | 11005 | 449052420000 | MOBILIÁRIO EM GERAL                      | 494 | 1.677,66   |
| 0606 | 11006 | 449052120000 | APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS        | 494 | 2.220,76   |
| 0606 | 11007 | 449052340000 | MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVE | 494 | 14.200,98  |
| 0605 | 11015 | 449052420000 | MOBILIÁRIO EM GERAL                      | 494 | 4.032,32   |
| 0605 | 11022 | 449052080000 | APARELHOS, EQUIP., UT. MÉDICOS-ODONTO.,  | 494 | 41.478,60  |
| 0602 | 11035 | 449052040000 | APARELHOS DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO        | 494 | 3.656,35   |
| 0605 | 11040 | 449052340000 | MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVE | 494 | 15.997,33  |
| 0605 | 11088 | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 303 | 11.005,00  |

9.4. Para liberação do pagamento à FORNECEDORA, as notas fiscais deverão ser entregues ao Fiscal obrigatoriamente acompanhadas dos seguintes documentos:

9.4.1. Prova de Regularidade com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional;

9.4.2. Prova de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

9.4.3. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

### 10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA

10.1. Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo MUNICÍPIO, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX / 100) / 365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$



I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = N. de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

## 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

11.1. Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bens registrados.

11.2. Na hipótese do preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a FORNECEDORA será convocada para que promova a redução dos preços.

11.2.1. Em não sendo reduzido o preço, a FORNECEDORA será liberada do compromisso assumido, podendo o MUNICÍPIO convocar os demais fornecedores classificados para, nas mesmas condições, oferecer igual oportunidade de negociação, ou revogar a ata de registro de preços ou parte dela.

11.3. Na hipótese do preço de mercado tornar-se superior ao registrado, e a FORNECEDORA não puder cumprir as obrigações assumidas, este poderá solicitar revisão dos preços, mediante requerimento fundamentado encaminhado diretamente ao Gestor da Ata de Registro de Preços, a ser protocolado antes do pedido de fornecimento, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação relevante nos preços praticados no mercado.

11.3.1. Procedente o pedido, o MUNICÍPIO poderá efetuar a revisão do preço registrado no valor pleiteado pela FORNECEDORA, caso este esteja de acordo com os valores praticados pelo mercado, ou apresentar contraproposta de preço, compatível com o vigente no mercado, para a garantia do equilíbrio econômico-financeiro.

11.3.2. Caso não aceite a contraproposta de preço apresentada pelo MUNICÍPIO, a FORNECEDORA será liberada do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

11.3.3. Não sendo acatado o pedido de revisão, este será indeferido pelo MUNICÍPIO e a FORNECEDORA continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na Ata de Registro de Preços, sob pena de cancelamento do registro do preço da FORNECEDORA e de aplicação das penalidades administrativas previstas.

11.3.4. Na hipótese do cancelamento do registro do preço do fornecedor, prevista no subitem anterior, o MUNICÍPIO poderá convocar os demais fornecedores, na ordem de classificação, para que manifestem interesse em assumir a execução do objeto pelo preço registrado.

## 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

12.1. Caberá a gestão da Ata de Registro de Preços ao servidor Orlando Francisco Vieira da Silva, lotado na Secretaria de Saúde.

12.2. Caberá a fiscalização da Ata de Registro de Preços ao servidor Henrique Cardoso Gonçalves, lotado na Secretaria de Saúde, e na sua ausência, ficará a cargo do servidor Rodrigo Salustiano da Silva, lotado na Secretaria de Saúde.

12.3. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da FORNECEDORA pelos danos causados ao MUNICÍPIO ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos.

12.4. A ação ou omissão total ou parcial da fiscalização do MUNICÍPIO não elide nem diminui a responsabilidade da FORNECEDORA quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes, responsabilizando esta quanto a quaisquer irregularidades.

12.5. As comunicações entre MUNICÍPIO e FORNECEDORA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

12.6. Caberá ao gestor e ao fiscal as atribuições constantes na Portaria nº 05/2022.

### 13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

13.1.1. Advertência;

13.1.2. Multa;

13.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Ubatuba;

13.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

13.2. As multas poderão ser:

13.2.1. De caráter moratório, pelo atraso injustificado na entrega ou execução do objeto da Ata de Registro de Preços, nos seguintes percentuais:

13.2.1.1. 2% (dois por cento) ao dia, incidente sobre o valor correspondente à parcela, etapa ou pedido único em que ocorreu o fato, até o limite máximo de 30 (trinta) dias.

A. Extrapolado o limite máximo de 30 (trinta) dias, o percentual da multa será calculado em dobro.

13.2.1.2. 5% (cinco por cento) pelo descumprimento de qualquer outra cláusula da Ata de Registro de Preços durante sua execução, incidente sobre o valor correspondente à parcela, etapa ou pedido único em que ocorreu o fato.

13.2.2. De caráter compensatório, sem prejuízo das multas moratórias, nos seguintes percentuais:

13.2.2.1. 10% (Dez por cento), incidente sobre o valor correspondente à parcela, etapa ou pedido único em que ocorreu o fato, pela inexecução parcial do objeto;

13.2.2.2. 15% (Quinze por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços, pela sua inexecução total.



13.3. A FORNECEDORA poderá ser suspensa temporariamente de participar em licitação e impedida de contratar com o Município de Ubiratã pelo prazo máximo de 02 (dois) anos, sem prejuízo das demais penalidades previstas, quando:

13.3.1. Abandonar a execução da Ata de Registro de Preços;

13.3.2. Incorrer em inexecução da Ata de Registro de Preços; e

13.3.3. Demais hipóteses previstas em lei.

13.4. A FORNECEDORA poderá ser declarada inidônea para licitar ou contratar com a administração pública pelo prazo máximo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das demais penalidades previstas, quando:

13.4.1. Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, a execução da Ata de Registro de Preços;

13.4.2. Agir, comprovadamente, de má-fé na relação pactuada;

13.4.3. Demais hipóteses previstas em lei.

13.5. Estendem-se os efeitos da penalidade de suspensão do direito de contratar com o Município de Ubiratã ou da declaração de inidoneidade:

13.5.1. Às pessoas físicas que constituíram a pessoa jurídica, as quais permanecem impedidas de licitar com a Administração Pública enquanto perdurarem as causas da penalidade, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;

13.5.2. Às pessoas jurídicas que tenham sócios comuns com as pessoas físicas referidas no subitem anterior.

13.6. As sanções previstas poderão ser aplicadas concomitantemente com a sanção de advertência.

13.7. A FORNECEDORA deverá efetuar o pagamento do valor correspondente à multa no prazo e forma estipulados no termo de aplicação de penalidade, podendo ainda ser descontado de pagamentos a que a mesma tenha direito.

13.7.1. Não havendo o pagamento, o valor devido será inscrito em dívida ativa para futura execução fiscal.

13.8. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

13.9. Concomitante às penalidades previstas, a FORNECEDORA se sujeita ao descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 05 (cinco) anos, para efeito do previsto no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02.

13.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13.11. A aplicação das penalidades previstas fica condicionada a ampla defesa e contraditório no devido processo legal, sem prejuízo da defesa prévia.

## 14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS





14.1. O presente registro de preços poderá ser cancelado, sem prejuízo das penalidades previstas, quando o fornecedor:

14.1.1. For liberado;

14.1.2. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

14.1.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

14.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

14.1.5. Por razões de interesse público, devidamente justificado.

14.2. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

14.2.1. Por razão de interesse público; ou

14.2.2. A pedido do fornecedor.

14.3. No caso de cancelamento do registro de preços, poderão ser convocados, a critério da Administração, os demais licitantes classificados.

14.4. O cancelamento da Ata de Registro de Preços fica condicionado à ampla defesa e contraditório no devido processo legal, sem prejuízo da defesa prévia.

## **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VINCULAÇÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

15.1. Ficam vinculados a Ata de Registro de Preços, dela fazendo parte integrante, independentemente de suas transcrições parciais ou totais, o Edital de licitação respectivo e seus anexos e a proposta final da FORNECEDORA.

## **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

16.1. A presente Ata de Registro de Preços rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 10.520/02, Lei nº 8.078/90 e por outras normas de direito público ou privado que melhor tutelem o interesse público.

## **17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS**

17.1. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal nº 8.666/93, e dos princípios gerais de direito.

## **18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO**

18.1. Fica eleito o foro da Comarca de Ubatuba, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas da Ata de Registro de Preços.

**UBIRATÃ**

PREFEITURA



004331

Assim ajustadas, firmam as partes o presente instrumento, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas, para todos os fins de direito.

Ubitatã - Paraná, 21 de dezembro de 2022.

**MUNICÍPIO DE UBIRATÃ**

Prefeito de Ubitatã

**PABLO LUIS  
MARTINS:02235753  
990**

**PABLO LUIS MARTINS - ME**  
Representante legal da empresa

Assinado digitalmente por PABLO LUIS MARTINS:02235753990  
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=VideoConferencia, OU=15400783000178, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A1, OU=(em branco), CN=PABLO LUIS MARTINS:02235753990  
Razão: Eu sou o autor deste documento  
Localização:  
Data: 2023.01.10 10:05:12-03'00'  
Foxit PDF Reader Versão: 12.1.0



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 495/2022

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 5862/2022

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 182/2022

O **MUNICÍPIO DE UBIRATÃ**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ n.º 76.950.096/0001-10, com sede administrativa a Avenida Nilza de Oliveira Pipino, nº 1852, centro, na cidade de Ubatuba, Estado do Paraná, CEP nº 85.440-000, representado pelo Prefeito Fábio de Oliveira Dalécio, e a empresa **PROTFLEX PRODUTOS INDUSTRIAIS EIRELI**, inscrita no CNPJ nº 09.505.300/0001-05, estabelecida à Rua Pedro Augusto Bossardi, nº 743, CEP nº 83420-000, na cidade de Quatro Barras, Estado do Paraná, Telefone nº (41) 3672-4422, e-mail (licitacao2@protflex.net.br), doravante designada como FORNECEDORA, firmam a presente Ata de Registro de Preços que se regerá pelas condições estabelecidas no Processo Licitatório nº 5862/2022, Pregão Eletrônico nº 182/2022 e de acordo com as cláusulas a seguir:

### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICOS E DE ENFERMAGEM, MATERIAIS DE LIMPEZA, HIGIENE E DESINFECÇÃO, CURATIVOS, EPIS, INSUMOS, INSTRUMENTAIS, MOBILIÁRIO, ELETRODOMÉSTICOS, EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE, DESTINADOS AS UNIDADES DE SAÚDE.**

### 2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO DETALHAMENTO DO OBJETO

2.1. A execução do objeto da Ata de Registro de Preços se dará na seguinte especificação, quantidade máxima estimada, valores unitários e totais:

| LOTE | ITEM | DESCRIÇÃO   | QTD | UN | V. UNIT | V. TOTAL | MARCA      |
|------|------|---|-----|----|---------|----------|------------|
| 1    | 169  | Luva para procedimento M, SEM pó, não estéril, descartável, ambidestra, resistente, formato anatômico, boa elasticidade e resistência, com tensão de ruptura mínima, totalmente impermeável a água, isenta de quaisquer defeitos, caixa com 100 unidades. CATMAT 337450 | 50  | CX | 16,70   | 835,00   | DESCARPACK |
| 1    | 172  | Luva para procedimento P, SEM pó, não estéril, descartável, ambidestra, resistente, formato anatômico, boa elasticidade e resistência, com tensão de ruptura mínima, totalmente impermeável a água, isenta de quaisquer defeitos, caixa com 100 unidades. CATMAT 375935 | 50  | CX | 18,99   | 949,50   | DESCARPACK |

### 3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR GLOBAL REGISTRADO

3.1. O valor global registrado é de **R\$-1.784,50 (UM MIL E SETECENTOS E OITENTA E QUATRO REAIS E CINQUENTA CENTAVOS).**

*bela, amada e gentil*

Av. Nilza de Oliveira Pipino - 1852  
CEP 85.440-000 | Fone (44) 3543-8000  
[www.ubirata.pr.gov.br](http://www.ubirata.pr.gov.br)

CRISTHOER DE BOVI HARTINGER  
PRODUTOS  
HIDRAULICOS:35  
324165000101  
Assinado de forma digital por CRISTHOER DE BOVI HARTINGER PRODUTOS HIDRAULICOS:352416500101  
Data: 2023.01.10 10:05:01



3.2. No valor previsto estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

#### 4. CLÁUSULA QUARTA - DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A validade do registro será de 12 (doze) meses, contada a partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, sem possibilidade de prorrogação.

#### 5. CLÁUSULA QUINTA - DAS CONTRATAÇÕES DECORRENTES DO REGISTRO

5.1. As contratações decorrentes do registro serão formalizadas por meio de nota de empenho de despesa, autorização de compra, ordem de execução de serviço ou outro instrumento equivalente, conforme prevê o art. 62 da Lei Federal nº 8.666/93.

#### 6. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1. O fornecimento do objeto será de acordo com a necessidade do Município, de maneira fracionada.

6.1.1. A Secretaria de Saúde enviará Autorização de Compra para a FORNECEDORA no e-mail indicado em sua proposta e os produtos deverão ser entregues no prazo máximo de 15 dias, na Farmácia Municipal anexa ao Centro de Saúde, localizado na Avenida Carmem Ribeiro Pitombo, 90, Centro de Ubatuba-PR;

6.1.2. No caso de recusa do objeto, o prazo para substituição será a metade do prazo inicialmente estipulado para entrega, sujeitando-se a FORNECEDORA às penalidades previstas na Ata de Registro de Preços.

6.1.3. Os prazos mencionados poderão ser alterados na forma que dispõe o art. 57, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93.

6.2. O objeto deverá ser entregue em perfeitas condições, novo, sem uso, devidamente lacrado em embalagem própria, original do fabricante e sem violação, conforme especificação, prazo e local constante no presente Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal, quando couber.

6.3. O objeto deverá ser entregue em veículo próprio da FORNECEDORA, podendo ser ainda através de serviços postais, transportadoras ou outros serviços de entrega, vedada a entrega através de veículos oficiais e/ou servidores do município.

6.3.1. A FORNECEDORA se sujeita ao recebimento provisório do objeto pelo Município para fins de conferência, independente da forma de entrega, cabendo exclusivamente à FORNECEDORA a retirada/substituição do objeto recusado.

6.4. A FORNECEDORA deverá arcar com todas as despesas referentes à entrega do objeto, como transporte, mão de obra, encargos sociais, pedágio, entre outras.

6.5. O objeto deverá ser entregue com declaração da garantia, sob pena de recusa, sendo responsabilidade da FORNECEDORA a substituição e/ou manutenção do objeto durante o período de garantia, sem ônus adicionais ao município.

*bela, amada e gentil*

Av. Nilza de Oliveira Pipino - 1852  
CEP 85.440-000 | Fone (44) 3543-8000  
[www.ubirata.pr.gov.br](http://www.ubirata.pr.gov.br)





6.5.1. Para os itens em que não constar tempo de garantia, deverá ser considerado o mínimo legal de três meses;

## **7. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO**

7.1. Após a entrega de cada pedido, o objeto será recebido provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade com a especificação; e definitivamente, após verificação da qualidade e consequente aceitação.

7.2. O Município se reserva ao direito de não aceitar objeto que não estiver em conformidade com as exigências apresentadas no presente Termo de Referência.

7.2.1. O motivo da recusa será fundamentado pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços através de notificação, encaminhada por escrito à FORNECEDORA, através do e-mail o qual foi encaminhada a Ordem de Compras.

7.3. A FORNECEDORA é obrigada a substituir, por conta própria, no todo ou em parte, objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, ainda que tenha sido recebido definitivamente.

7.3.1. No caso de não aceitação do objeto, seja no recebimento provisório ou definitivo, os ônus com a substituição correrão exclusivamente por conta da FORNECEDORA, independente da forma de entrega.

7.4. O objeto que por ventura venha a ser recusado deverá ser substituído no prazo estipulado, sob pena de aplicação das penalidades previstas no presente Termo de Referência.

## **8. CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES**

### **8.1. São direitos do MUNICÍPIO:**

8.1.1. Receber a prestação do objeto nas condições previstas;

8.1.2. Rejeitar, no todo ou em parte, a prestação do objeto que estiver em desacordo com as condições descritas na Ata de Registro de Preços;

8.1.3. Fiscalizar a execução da Ata de Registro de Preços;

8.1.4. Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

### **8.2. São obrigações do MUNICÍPIO:**

8.2.1. Promover, através de seus representantes, o acompanhamento e a fiscalização da Ata de Registro de Preços, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à FORNECEDORA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte daquele;

8.2.2. Cumprir os prazos previstos na Ata de Registro de Preços;

8.2.3. Efetuar o pagamento ajustado, após o recebimento definitivo do objeto solicitado;

8.2.4. Auxiliar no esclarecimento de dúvidas que surjam ao longo da execução da Ata de Registro de Preços;

8.2.5. Decidir sobre eventuais dificuldades na realização do objeto da Ata de Registro de Preços;

*bela, amada e gentil*

Av. Nilza de Oliveira Pipino - 1852  
CEP 85.440-000 | Fone (44) 3543-8000  
[www.ubirata.pr.gov.br](http://www.ubirata.pr.gov.br)



8.2.6. Manter, sempre por escrito ou por e-mail, com a FORNECEDORA, os entendimentos sobre o objeto.

### 8.3. São obrigações da FORNECEDORA:

8.3.1. Cumprir todas as obrigações constantes na Ata de Registro de Preços e sua proposta, assumindo exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

8.3.2. Responsabilizar-se por danos ocasionados ao MUNICÍPIO ou a terceiros, causados durante a execução da Ata de Registro de Preços;

8.3.3. Responder por quaisquer compromissos assumidos com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto;

8.3.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078 de 1990);

8.3.5. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado na Ata de Registro de Preços, o objeto com avarias ou defeitos;

8.3.6. Manter contatos com o MUNICÍPIO, sempre por escrito, ressalvados os entendimentos verbais determinados pela urgência do objeto;

8.3.7. Comunicar o MUNICÍPIO, com antecedência, os motivos que impossibilitem o cumprimento dos prazos previstos para execução do objeto, com a devida comprovação;

8.3.8. Manter durante toda a execução da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e apresentá-las no prazo de máximo de 05 (cinco) dias úteis quando solicitada pelo MUNICÍPIO;

8.3.9. Apresentar cópia autêntica do ato constitutivo, estatuto ou contrato social, sempre que houver alteração;

8.3.10. Indicar preposto para representá-la durante a execução da Ata de Registro de Preços;

8.3.11. Prestar os esclarecimentos julgados necessários, bem como informar e manter atualizado (s) o (s) número (s) de telefone, endereço eletrônico (e-mail) e o nome da pessoa autorizada para contatos;

8.3.12. Não utilizar de quaisquer tipos de propaganda visual em benefício de candidato, partido político ou coligação, em veículos ou por funcionários empregados durante a execução dos serviços contratados, sob pena de aplicação das sanções previstas na Lei Eleitoral 9.504/1997, multa e cancelamento da Ata de Registro de Preços;

8.3.13. Providenciar a assinatura dos Termos Aditivos e remetê-los ao MUNICÍPIO no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados de seu recebimento, sob pena de aplicação das sanções previstas.

### 9. CLÁUSULA NONA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

9.1. O pagamento será efetuado após recebimento de cada pedido, no prazo de até trinta dias contados do recebimento da Nota Fiscal pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços. Em caso de irregularidade na emissão dos

*bela, amada e gentil*

Av. Nilza de Oliveira Pipino - 1852  
CEP 85.440-000 | Fone (44) 3543-8000  
[www.ubirata.pr.gov.br](http://www.ubirata.pr.gov.br)



documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

9.2. A fatura deverá ser emitida pela empresa, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas e no próprio instrumento de contrato. O faturamento deverá ser realizado em nome do MUNICÍPIO DE UBIRATÃ, CNPJ Nº 76.950.096/0001-10.

9.3. As despesas para atender a contratação estão programadas em dotação orçamentária prevista no orçamento do Município para o exercício de 2022, na classificação abaixo:

| Órgão | Despesa | Categoria    | Descrição                                | Fonte | Valor      |
|-------|---------|--------------|--|-------|------------|
| 0602  | 3068    | 339030210000 | MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIGIEN | 303   | 22.014,00  |
| 0605  | 3080    | 339030210000 | MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIGIEN | 494   | 70.272,14  |
| 0602  | 4213    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 18.362,50  |
| 0602  | 4216    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 25.302,50  |
| 0603  | 4219    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 8.592,00   |
| 0603  | 4220    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 48.432,50  |
| 0605  | 4226    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 21.464,16  |
| 0605  | 4228    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 21.288,43  |
| 0606  | 4231    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 61.515,75  |
| 0605  | 8224    | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 494   | 20.319,55  |
| 0605  | 8225    | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 494   | 6.426,80   |
| 0605  | 8226    | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 494   | 305.716,10 |
| 0606  | 8228    | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 494   | 48.168,51  |
| 0606  | 8230    | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 494   | 156.861,89 |
| 0602  | 8258    | 339030280000 | MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA         | 494   | 4.002,60   |
| 0605  | 8270    | 339030280000 | MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA         | 494   | 227.872,40 |
| 0603  | 9481    | 339032990100 | Outros Materiais para Distribuição Gratu | 384   | 239.130,00 |
| 0603  | 9482    | 339032990100 | Outros Materiais para Distribuição Gratu | 494   | 5.065,40   |
| 0604  | 10996   | 449052420000 | MOBILIÁRIO EM GERAL                      | 494   | 4.486,28   |
| 0605  | 11001   | 449052120000 | APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS        | 494   | 3.584,68   |
| 0606  | 11005   | 449052420000 | MOBILIÁRIO EM GERAL                      | 494   | 1.677,66   |
| 0606  | 11006   | 449052120000 | APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS        | 494   | 2.220,76   |
| 0606  | 11007   | 449052340000 | MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVE | 494   | 14.200,98  |
| 0605  | 11015   | 449052420000 | MOBILIÁRIO EM GERAL                      | 494   | 4.032,32   |
| 0605  | 11022   | 449052080000 | APARELHOS, EQUIP., UT. MÉDICOS-ODONTO.,  | 494   | 41.478,60  |
| 0602  | 11035   | 449052040000 | APARELHOS DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO        | 494   | 3.656,35   |
| 0605  | 11040   | 449052340000 | MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVE | 494   | 15.997,33  |
| 0605  | 11088   | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 303   | 11.005,00  |

9.4. Para liberação do pagamento à FORNECEDORA, as notas fiscais deverão ser entregues ao Fiscal obrigatoriamente acompanhadas dos seguintes documentos:

9.4.1. Prova de Regularidade com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional;

9.4.2. Prova de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

*bela, amada e gentil*

Av. Nilza de Oliveira Pipino - 1852  
CEP 85.440-000 | Fone (44) 3543-8000  
[www.ubirata.pr.gov.br](http://www.ubirata.pr.gov.br)

CRISTHOER DE BOVI HARTINGER  
PRODUTOS HIDRAULICOS:353  
Assinado de forma digital por CRISTHOER DE BOVI HARTINGER PRODUTO: HIDRAULICOS:3532416  
00101  
Dados: 2023.01.10





9.4.3. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

## 10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA

10.1. Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo MUNICÍPIO, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX / 100) / 365$$

EM =  $I \times N \times VP$ , onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = N. de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

## 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

11.1. Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bens registrados.

11.2. Na hipótese do preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a FORNECEDORA será convocada para que promova a redução dos preços.

11.2.1. Em não sendo reduzido o preço, a FORNECEDORA será liberada do compromisso assumido, podendo o MUNICÍPIO convocar os demais fornecedores classificados para, nas mesmas condições, oferecer igual oportunidade de negociação, ou revogar a ata de registro de preços ou parte dela.

11.3. Na hipótese do preço de mercado tornar-se superior ao registrado, e a FORNECEDORA não puder cumprir as obrigações assumidas, este poderá solicitar revisão dos preços, mediante requerimento fundamentado encaminhado diretamente ao Gestor da Ata de Registro de Preços, a ser protocolado antes do pedido de fornecimento, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação relevante nos preços praticados no mercado.

11.3.1. Procedente o pedido, o MUNICÍPIO poderá efetuar a revisão do preço registrado no valor pleiteado pela FORNECEDORA, caso este esteja de acordo com os valores praticados pelo mercado, ou apresentar contraproposta de preço, compatível com o vigente no mercado, para a garantia do equilíbrio econômico-financeiro.

11.3.2. Caso não aceite a contraproposta de preço apresentada pelo MUNICÍPIO, a FORNECEDORA será liberada do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

11.3.3. Não sendo acatado o pedido de revisão, este será indeferido pelo MUNICÍPIO e a FORNECEDORA continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na Ata de Registro de Preços, sob pena de cancelamento do registro do preço da FORNECEDORA e de aplicação das penalidades administrativas previstas.

*bela, amada e gentil*

Av. Nilza de Oliveira Pipino - 1852  
CEP 85.440-000 | Fone (44) 3543-8000  
[www.ubirata.pr.gov.br](http://www.ubirata.pr.gov.br)





11.3.4. Na hipótese do cancelamento do registro do preço do fornecedor, prevista no subitem anterior, o MUNICÍPIO poderá convocar os demais fornecedores, na ordem de classificação, para que manifestem interesse em assumir a execução do objeto pelo preço registrado.

## 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

12.1. Caberá a gestão da Ata de Registro de Preços ao servidor Orlando Francisco Vieira da Silva, lotado na Secretaria de Saúde.

12.2. Caberá a fiscalização da Ata de Registro de Preços ao servidor Henrique Cardoso Gonçalves, lotado na Secretaria de Saúde, e na sua ausência, ficará a cargo do servidor Rodrigo Salustiano da Silva, lotado na Secretaria de Saúde.

12.3. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da FORNECEDORA pelos danos causados ao MUNICÍPIO ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos.

12.4. A ação ou omissão total ou parcial da fiscalização do MUNICÍPIO não elide nem diminui a responsabilidade da FORNECEDORA quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes, responsabilizando esta quanto a quaisquer irregularidades.

12.5. As comunicações entre MUNICÍPIO e FORNECEDORA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

12.6. Caberá ao gestor e ao fiscal as atribuições constantes na Portaria nº 05/2022.

## 13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

13.1.1. Advertência;

13.1.2. Multa;

13.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Ubatuba;

13.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

13.2. As multas poderão ser:

13.2.1. De caráter moratório, pelo atraso injustificado na entrega ou execução do objeto da Ata de Registro de Preços, nos seguintes percentuais:

13.2.1.1. 2% (dois por cento) ao dia, incidente sobre o valor correspondente à parcela, etapa ou pedido único em que ocorreu o fato, até o limite máximo de 30 (trinta) dias.

A. Extrapolado o limite máximo de 30 (trinta) dias, o percentual da multa será calculado em dobro.

*bela, amada e gentil*

Av. Nilza de Oliveira Pipino - 1852  
CEP 85.440-000 | Fone (44) 3543-8000  
[www.ubirata.pr.gov.br](http://www.ubirata.pr.gov.br)

CRISTHOFER DE BOVI HARTINGER  
PRODUTOS  
HIDRAULICOS:35  
Assinado de forma dig. por CRISTHOFER DE BOVI HARTINGER PRODUTO: HIDRAULICOS:353241e 00101  
Dados: 2023.01.10



13.2.1.2. 5% (cinco por cento) pelo descumprimento de qualquer outra cláusula da Ata de Registro de Preços durante sua execução, incidente sobre o valor correspondente à parcela, etapa ou pedido único em que ocorreu o fato.

13.2.2. De caráter compensatório, sem prejuízo das multas moratórias, nos seguintes percentuais:

13.2.2.1. 10% (Dez por cento), incidente sobre o valor correspondente à parcela, etapa ou pedido único em que ocorreu o fato, pela inexecução parcial do objeto;

13.2.2.2. 15% (Quinze por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços, pela sua inexecução total.

13.3. A FORNECEDORA poderá ser suspensa temporariamente de participar em licitação e impedida de contratar com o Município de Ubatuba pelo prazo máximo de 02 (dois) anos, sem prejuízo das demais penalidades previstas, quando:

13.3.1. Abandonar a execução da Ata de Registro de Preços;

13.3.2. Incorrer em inexecução da Ata de Registro de Preços; e

13.3.3. Demais hipóteses previstas em lei.

13.4. A FORNECEDORA poderá ser declarada inidônea para licitar ou contratar com a administração pública pelo prazo máximo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das demais penalidades previstas, quando:

13.4.1. Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, a execução da Ata de Registro de Preços;

13.4.2. Agir, comprovadamente, de má-fé na relação pactuada;

13.4.3. Demais hipóteses previstas em lei.

13.5. Estendem-se os efeitos da penalidade de suspensão do direito de contratar com o Município de Ubatuba ou da declaração de inidoneidade:

13.5.1. Às pessoas físicas que constituíram a pessoa jurídica, as quais permanecem impedidas de licitar com a Administração Pública enquanto perdurarem as causas da penalidade, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;

13.5.2. Às pessoas jurídicas que tenham sócios comuns com as pessoas físicas referidas no subitem anterior.

13.6. As sanções previstas poderão ser aplicadas concomitantemente com a sanção de advertência.

13.7. A FORNECEDORA deverá efetuar o pagamento do valor correspondente à multa no prazo e forma estipulados no termo de aplicação de penalidade, podendo ainda ser descontado de pagamentos a que a mesma tenha direito.

13.7.1. Não havendo o pagamento, o valor devido será inscrito em dívida ativa para futura execução fiscal.

13.8. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

*bela, amada e gentil*

Av. Nilza de Oliveira Pipino - 1852  
CEP 85.440-000 | Fone (44) 3543-8000  
[www.ubirata.pr.gov.br](http://www.ubirata.pr.gov.br)

CRISTHOFER DE  
BOVI HARTINGER  
PRODUTOS  
HIDRAULICOS:353

Assinado de forma digital  
por CRISTHOFER DE BOVI  
HARTINGER PRODUTOS  
HIDRAULICOS:35324165-  
00101  
Dados: 2023.01.10



13.9. Concomitante às penalidades previstas, a FORNECEDORA se sujeita ao descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 05 (cinco) anos, para efeito do previsto no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02.

13.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13.11. A aplicação das penalidades previstas fica condicionada a ampla defesa e contraditório no devido processo legal, sem prejuízo da defesa prévia.

#### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**

14.1. O presente registro de preços poderá ser cancelado, sem prejuízo das penalidades previstas, quando o fornecedor:

14.1.1. For liberado;

14.1.2. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

14.1.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

14.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

14.1.5. Por razões de interesse público, devidamente justificado.

14.2. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

14.2.1. Por razão de interesse público; ou

14.2.2. A pedido do fornecedor.

14.3. No caso de cancelamento do registro de preços, poderão ser convocados, a critério da Administração, os demais licitantes classificados.

14.4. O cancelamento da Ata de Registro de Preços fica condicionado à ampla defesa e contraditório no devido processo legal, sem prejuízo da defesa prévia.

#### **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VINCULAÇÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

15.1. Ficam vinculados a Ata de Registro de Preços, dela fazendo parte integrante, independentemente de suas transcrições parciais ou totais, o Edital de licitação respectivo e seus anexos e a proposta final da FORNECEDORA.

#### **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

*bela, amada e gentil*

Av. Nilza de Oliveira Pipino - 1852  
CEP 85.440-000 | Fone (44) 3543-8000  
[www.ubirata.pr.gov.br](http://www.ubirata.pr.gov.br)

# UBIRATÃ

PREFEITURA



004401

16.1. A presente Ata de Registro de Preços rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 10.520/02, Lei nº 8.078/90 e por outras normas de direito público ou privado que melhor tutelem o interesse público.

## 17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS

17.1. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal nº 8.666/93, e dos princípios gerais de direito.

## 18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

18.1. Fica eleito o foro da Comarca de Ubiratã, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas da Ata de Registro de Preços.

Assim ajustadas, firmam as partes o presente instrumento, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas, para todos os fins de direito.

Ubiratã - Paraná, 21 de dezembro de 2022.

**MUNICÍPIO DE UBIRATÃ**

**CRISTHOFER DE BOVI**

**HARTINGER**

**PRODUTOS**

**HIDRAULICOS:353241**

**65000101**

Assinado de forma digital por

CRISTHOFER DE BOVI

HARTINGER PRODUTOS

HIDRAULICOS:3532416500010

1

Dados: 2023.01.10 10:03:57

-03'00'

**PROTFLEX PRODUTOS INDUSTRIAIS EIRELI**

Represente legal da empresa

*bela, amada e gentil*

Av. Nilza de Oliveira Pipino - 1852  
CEP 85.440-000 | Fone (44) 3543-8000  
[www.ubirata.pr.gov.br](http://www.ubirata.pr.gov.br)





ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 471/2022

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 5862/2022

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 182/2022

O **MUNICÍPIO DE UBIRATÃ**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 76.950.096/0001-10, com sede administrativa a Avenida Nilza de Oliveira Pipino, nº 1852, centro, na cidade de Ubatuba, Estado do Paraná, CEP nº 85.440-000, representado pelo Prefeito Fábio de Oliveira Dalécio, e a empresa **RGN INSTRUMENTOS E EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 22.654.814/0001-82, estabelecida à Rua Pascoal Bevilacqua, nº 3885, CEP nº 15020-280, na cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, Telefone nº (17) 3304-7701, e-mail (vendas2@rhoss.com.br), doravante designada como FORNECEDORA, firmam a presente Ata de Registro de Preços que se regerá pelas condições estabelecidas no Processo Licitatório nº 5862/2022, Pregão Eletrônico nº 182/2022 e de acordo com as cláusulas a seguir:

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O objeto do presente instrumento é **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICOS E DE ENFERMAGEM, MATERIAIS DE LIMPEZA, HIGIENE E DESINFECÇÃO, CURATIVOS, EPIS, INSUMOS, INSTRUMENTAIS, MOBILIÁRIO, ELETRODOMÉSTICOS, EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE, DESTINADOS AS UNIDADES DE SAÚDE.**

**2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO DETALHAMENTO DO OBJETO**

2.1. A execução do objeto da Ata de Registro de Preços se dará na seguinte especificação, quantidade máxima estimada, valores unitários e totais:

| LOTE | ITEM | DESCRIÇÃO  | QTD | UN  | V. UNIT | V. TOTAL | MARCA    |
|------|------|--|-----|-----|---------|----------|----------|
| 1    | 36   | Cabo para laringoscópio, convencional, lâmpada halógena 2,5V, adulto, tamanho médio, confeccionado em aço inox ou metal cromado com superfície recartilhada, alimentação a pilhas, esterilizável e autoclavável, compatibilidade com cabos convencionais em geral, incluso estojo, garantia de 12 meses. CATMAT 445448 | 6   | UN. | 232,79  | 1.396,74 | MISSOURI |
| 1    | 39   | Caneta padrão autoclavável para bisturi elétrico, baixa cirurgia, função dissecação e coagulação, acionamento por pedal, compatível com bisturi modelos BP 100 Plus. CATMAT 435590   | 2   | UN. | 286,34  | 572,68   | SC       |
| 1    | 65   | Cuba para assepsia em aço inox, redonda, 200 ml, 09 cm x 05 cm. CATMAT 439209.   | 20  | UN. | 19,99   | 399,80   | FAMI     |
| 1    | 66   | Cuba rim fabricada em aço inox de alta durabilidade, tamanho 26 x 12 x 6 cm, capacidade 750ml, unidade. CATMAT 439214  | 20  | UN. | 49,42   | 988,40   | GOLGRAN  |



|   |     |  |     |     |       |          |          |
|---|-----|--|-----|-----|-------|----------|----------|
| 1 | 157 | Lanterna clínica portátil, LED 3V, com tampa, haste de aço com função liga/desliga, cabo e cabeçote em alumínio anodizado, alimentação pilhas AAA, com clipe de bolso, garantia de 12 meses. CATMAT 445191 | 6   | UN. | 30,99 | 185,94   | MISSOURI |
| 1 | 186 | Pinça Cheron, 24 cm, confeccionada em aço inoxidável cirúrgico, autoclavável, 12 meses de garantia, embalagem individual. CATMAT 467873  | 15  | UN. | 57,41 | 861,15   | GOLGRAN  |
| 1 | 188 | Pinça de adson, 12 cm, serrilhada, confeccionada em aço inoxidável cirúrgico, autoclavável, 12 meses de garantia, embalagem individual. CATMAT 468017  | 100 | UN. | 13,99 | 1.399,00 | GOLGRAN  |
| 1 | 189 | Pinça de dissecação 14 cm, anatômica, serrilhada, confeccionada em aço inox, autoclavável, 12 meses de garantia, embalagem individual. CATMAT 467745   | 40  | UN. | 12,00 | 480,00   | GOLGRAN  |
| 1 | 190 | Pinça dente de rato, 12 cm, anatômica, confeccionada em aço inoxidável cirúrgico, autoclavável, 12 meses de garantia, embalagem individual. CATMAT 467995  | 15  | UN. | 15,06 | 225,90   | GOLGRAN  |
| 1 | 192 | Pinça dissecação 12 cm, anatômica, serrilhada, confeccionada em aço inoxidável cirúrgico, autoclavável, 12 meses de garantia, embalagem individual. CATMAT 467744  | 50  | UN. | 15,19 | 759,50   | GOLGRAN  |
| 1 | 193 | Pinça kelly 14 cm, curva, confeccionada em aço inoxidável cirúrgico, autoclavável, 12 meses de garantia, embalagem individual. CATMAT 467838   | 6   | UN. | 28,01 | 168,06   | GOLGRAN  |
| 1 | 195 | Pinça Kocher, 14cm, curva, confeccionada em aço inoxidável cirúrgico, autoclavável, 12 meses de garantia, embalagem individual. CATMAT 467806  | 12  | UN. | 37,14 | 445,68   | GOLGRAN  |
| 1 | 196 | Pinça Kocher, 14cm, reta, confeccionada em aço inoxidável cirúrgico, autoclavável, 12 meses de garantia, embalagem individual. CATMAT 467799   | 12  | UN. | 37,36 | 448,32   | GOLGRAN  |
| 1 | 198 | Pinça mosquito, 12 cm, curva, confeccionada em aço inoxidável cirúrgico, autoclavável, 12 meses de   | 15  | UN. | 26,39 | 395,85   | GOLGRAN  |



|   |     |  |    |     |       |        |         |
|---|-----|--|----|-----|-------|--------|---------|
|   |     | garantia, embalagem individual. CATMAT 467857  |    |     |       |        |         |
| 1 | 199 | Pinça mosquito, 12 cm, reta, confeccionada em aço inoxidável cirúrgico, autoclavável, 12 meses de garantia, embalagem individual. CATMAT 467854                | 30 | UN. | 26,39 | 791,70 | GOLGRAN |
| 1 | 204 | Porta Agulha Mayo Hegar, 14 cm, confeccionada em aço inoxidável cirúrgico, autoclavável, 10 anos de garantia, embalagem individual. CATMAT 471145              | 15 | UN. | 32,41 | 486,15 | GOLGRAN |
| 1 | 272 | Tentacânula de 15 cm a 16 cm, confeccionada em aço inoxidável cirúrgico, autoclavável. Embalagem individual. CATMAT 601277                                     | 15 | Bsa | 9,76  | 146,40 | GOLGRAN |
| 1 | 281 | Tesoura iris curva, 11 a 12 cm, ponta fina, confeccionada em aço inoxidável cirúrgico, autoclavável, 12 meses de garantia, embalagem individual. CATMAT 471573 | 15 | UN. | 20,69 | 310,35 | GOLGRAN |
| 1 | 282 | Tesoura iris reta, 11 a 12 cm, ponta fina, confeccionada em aço inoxidável cirúrgico, autoclavável, 12 meses de garantia, embalagem individual. CATMAT 471570  | 15 | UN. | 21,49 | 322,35 | GOLGRAN |
| 1 | 284 | Tesoura spencer reta, 10cm a 13cm, confeccionada em aço inoxidável cirúrgico, autoclavável, 12 meses de garantia, embalagem individual. CATMAT 471593          | 15 | UN. | 37,42 | 561,30 | GOLGRAN |

### 3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR GLOBAL REGISTRADO

3.1. O valor global registrado é de R\$-11.345,27 (ONZE MIL E TREZENTOS E QUARENTA E CINCO REAIS E VINTE E SETE CENTAVOS).

3.2. No valor previsto estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

### 4. CLÁUSULA QUARTA - DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A validade do registro será de 12 (doze) meses, contada a partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, sem possibilidade de prorrogação.



## 5. CLÁUSULA QUINTA - DAS CONTRATAÇÕES DECORRENTES DO REGISTRO

5.1. As contratações decorrentes do registro serão formalizadas por meio de nota de empenho de despesa, autorização de compra, ordem de execução de serviço ou outro instrumento equivalente, conforme prevê o art. 62 da Lei Federal nº 8.666/93.

## 6. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1. O fornecimento do objeto será de acordo com a necessidade do Município, de maneira fracionada.

6.1.1. A Secretaria de Saúde enviará Autorização de Compra para a FORNECEDORA no e-mail indicado em sua proposta e os produtos deverão ser entregues no prazo máximo de 15 dias, na Farmácia Municipal anexa ao Centro de Saúde, localizado na Avenida Carmem Ribeiro Pitombo, 90, Centro de Ubatuba-PR;

6.1.2. No caso de recusa do objeto, o prazo para substituição será a metade do prazo inicialmente estipulado para entrega, sujeitando-se a FORNECEDORA às penalidades previstas na Ata de Registro de Preços.

6.1.3. Os prazos mencionados poderão ser alterados na forma que dispõe o art. 57, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93.

6.2. O objeto deverá ser entregue em perfeitas condições, novo, sem uso, devidamente lacrado em embalagem própria, original do fabricante e sem violação, conforme especificação, prazo e local constante no presente Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal, quando couber.

6.3. O objeto deverá ser entregue em veículo próprio da FORNECEDORA, podendo ser ainda através de serviços postais, transportadoras ou outros serviços de entrega, vedada a entrega através de veículos oficiais e/ou servidores do município.

6.3.1. A FORNECEDORA se sujeita ao recebimento provisório do objeto pelo Município para fins de conferência, independente da forma de entrega, cabendo exclusivamente à FORNECEDORA a retirada/substituição do objeto recusado.

6.4. A FORNECEDORA deverá arcar com todas as despesas referentes à entrega do objeto, como transporte, mão de obra, encargos sociais, pedágio, entre outras.

6.5. O objeto deverá ser entregue com declaração da garantia, sob pena de recusa, sendo responsabilidade da FORNECEDORA a substituição e/ou manutenção do objeto durante o período de garantia, sem ônus adicionais ao município.

6.5.1. Para os itens em que não constar tempo de garantia, deverá ser considerado o mínimo legal de três meses;

## 7. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1. Após a entrega de cada pedido, o objeto será recebido provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade com a especificação; e definitivamente, após verificação da qualidade e consequente aceitação.



7.2. O Município se reserva ao direito de não aceitar objeto que não estiver em conformidade com as exigências apresentadas no presente Termo de Referência.

7.2.1. O motivo da recusa será fundamentado pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços através de notificação, encaminhada por escrito à FORNECEDORA, através do e-mail o qual foi encaminhada a Ordem de Compras.

7.3. A FORNECEDORA é obrigada a substituir, por conta própria, no todo ou em parte, objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, ainda que tenha sido recebido definitivamente.

7.3.1. No caso de não aceitação do objeto, seja no recebimento provisório ou definitivo, os ônus com a substituição correrão exclusivamente por conta da FORNECEDORA, independente da forma de entrega.

7.4. O objeto que por ventura venha a ser recusado deverá ser substituído no prazo estipulado, sob pena de aplicação das penalidades previstas no presente Termo de Referência.

## 8. CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

### 8.1. São direitos do MUNICÍPIO:

8.1.1. Receber a prestação do objeto nas condições previstas;

8.1.2. Rejeitar, no todo ou em parte, a prestação do objeto que estiver em desacordo com as condições descritas na Ata de Registro de Preços;

8.1.3. Fiscalizar a execução da Ata de Registro de Preços;

8.1.4. Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

### 8.2. São obrigações do MUNICÍPIO:

8.2.1. Promover, através de seus representantes, o acompanhamento e a fiscalização da Ata de Registro de Preços, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à FORNECEDORA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte daquele;

8.2.2. Cumprir os prazos previstos na Ata de Registro de Preços;

8.2.3. Efetuar o pagamento ajustado, após o recebimento definitivo do objeto solicitado;

8.2.4. Auxiliar no esclarecimento de dúvidas que surjam ao longo da execução da Ata de Registro de Preços;

8.2.5. Decidir sobre eventuais dificuldades na realização do objeto da Ata de Registro de Preços;

8.2.6. Manter, sempre por escrito ou por e-mail, com a FORNECEDORA, os entendimentos sobre o objeto.

### 8.3. São obrigações da FORNECEDORA:

8.3.1. Cumprir todas as obrigações constantes na Ata de Registro de Preços e sua proposta, assumindo exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;



- 8.3.2. Responsabilizar-se por danos ocasionados ao MUNICÍPIO ou a terceiros, causados durante a execução da Ata de Registro de Preços;
- 8.3.3. Responder por quaisquer compromissos assumidos com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto;
- 8.3.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078 de 1990);
- 8.3.5. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado na Ata de Registro de Preços, o objeto com avarias ou defeitos;
- 8.3.6. Manter contatos com o MUNICÍPIO, sempre por escrito, ressalvados os entendimentos verbais determinados pela urgência do objeto;
- 8.3.7. Comunicar o MUNICÍPIO, com antecedência, os motivos que impossibilitem o cumprimento dos prazos previstos para execução do objeto, com a devida comprovação;
- 8.3.8. Manter durante toda a execução da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e apresentá-las no prazo de máximo de 05 (cinco) dias úteis quando solicitada pelo MUNICÍPIO;
- 8.3.9. Apresentar cópia autêntica do ato constitutivo, estatuto ou contrato social, sempre que houver alteração;
- 8.3.10. Indicar preposto para representá-la durante a execução da Ata de Registro de Preços;
- 8.3.11. Prestar os esclarecimentos julgados necessários, bem como informar e manter atualizado (s) o (s) número (s) de telefone, endereço eletrônico (e-mail) e o nome da pessoa autorizada para contatos;
- 8.3.12. Não utilizar de quaisquer tipos de propaganda visual em benefício de candidato, partido político ou coligação, em veículos ou por funcionários empregados durante a execução dos serviços contratados, sob pena de aplicação das sanções previstas na Lei Eleitoral 9.504/1997, multa e cancelamento da Ata de Registro de Preços;
- 8.3.13. Providenciar a assinatura dos Termos Aditivos e remetê-los ao MUNICÍPIO no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados de seu recebimento, sob pena de aplicação das sanções previstas.

## **9. CLÁUSULA NONA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

- 9.1. O pagamento será efetuado após recebimento de cada pedido, no prazo de até trinta dias contados do recebimento da Nota Fiscal pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.
- 9.2. A fatura deverá ser emitida pela empresa, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas e no próprio instrumento de contrato. O faturamento deverá ser realizado em nome do MUNICÍPIO DE UBIRATÃ, CNPJ Nº 76.950.096/0001-10.



9.3. As despesas para atender a contratação estão programadas em dotação orçamentária prevista no orçamento do Município para o exercício de 2022, na classificação abaixo:

| Órgão | Despesa | Categoria    | Descrição                                | Fonte | Valor      |
|-------|---------|--------------|--|-------|------------|
| 0602  | 3068    | 339030210000 | MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIGIEN | 303   | 22.014,00  |
| 0605  | 3080    | 339030210000 | MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIGIEN | 494   | 70.272,14  |
| 0602  | 4213    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 18.362,50  |
| 0602  | 4216    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 25.302,50  |
| 0603  | 4219    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 8.592,00   |
| 0603  | 4220    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 48.432,50  |
| 0605  | 4226    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 21.464,16  |
| 0605  | 4228    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 21.288,43  |
| 0606  | 4231    | 339030990100 | Materiais diversos para consumo          | 494   | 61.515,75  |
| 0605  | 8224    | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 494   | 20.319,55  |
| 0605  | 8225    | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 494   | 6.426,80   |
| 0605  | 8226    | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 494   | 305.716,10 |
| 0606  | 8228    | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 494   | 48.168,51  |
| 0606  | 8230    | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 494   | 156.861,89 |
| 0602  | 8258    | 339030280000 | MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA         | 494   | 4.002,60   |
| 0605  | 8270    | 339030280000 | MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA         | 494   | 227.872,40 |
| 0603  | 9481    | 339032990100 | Outros Materiais para Distribuição Gratu | 384   | 239.130,00 |
| 0603  | 9482    | 339032990100 | Outros Materiais para Distribuição Gratu | 494   | 5.065,40   |
| 0604  | 10996   | 449052420000 | MOBILIÁRIO EM GERAL                      | 494   | 4.486,28   |
| 0605  | 11001   | 449052120000 | APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS        | 494   | 3.584,68   |
| 0606  | 11005   | 449052420000 | MOBILIÁRIO EM GERAL                      | 494   | 1.677,66   |
| 0606  | 11006   | 449052120000 | APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS        | 494   | 2.220,76   |
| 0606  | 11007   | 449052340000 | MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVE | 494   | 14.200,98  |
| 0605  | 11015   | 449052420000 | MOBILIÁRIO EM GERAL                      | 494   | 4.032,32   |
| 0605  | 11022   | 449052080000 | APARELHOS, EQUIP., UT. MÉDICOS-ODONTO.,  | 494   | 41.478,60  |
| 0602  | 11035   | 449052040000 | APARELHOS DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO        | 494   | 3.656,35   |
| 0605  | 11040   | 449052340000 | MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVE | 494   | 15.997,33  |
| 0605  | 11088   | 339030360000 | MATERIAL HOSPITALAR                      | 303   | 11.005,00  |

9.4. Para liberação do pagamento à FORNECEDORA, as notas fiscais deverão ser entregues ao Fiscal obrigatoriamente acompanhadas dos seguintes documentos:

9.4.1. Prova de Regularidade com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional;

9.4.2. Prova de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

9.4.3. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

## 10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA



10.1. Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo MUNICÍPIO, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX / 100) / 365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = N. de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

## 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

11.1. Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bens registrados.

11.2. Na hipótese do preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a FORNECEDORA será convocada para que promova a redução dos preços.

11.2.1. Em não sendo reduzido o preço, a FORNECEDORA será liberada do compromisso assumido, podendo o MUNICÍPIO convocar os demais fornecedores classificados para, nas mesmas condições, oferecer igual oportunidade de negociação, ou revogar a ata de registro de preços ou parte dela.

11.3. Na hipótese do preço de mercado tornar-se superior ao registrado, e a FORNECEDORA não puder cumprir as obrigações assumidas, este poderá solicitar revisão dos preços, mediante requerimento fundamentado encaminhado diretamente ao Gestor da Ata de Registro de Preços, a ser protocolado antes do pedido de fornecimento, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação relevante nos preços praticados no mercado.

11.3.1. Procedente o pedido, o MUNICÍPIO poderá efetuar a revisão do preço registrado no valor pleiteado pela FORNECEDORA, caso este esteja de acordo com os valores praticados pelo mercado, ou apresentar contraproposta de preço, compatível com o vigente no mercado, para a garantia do equilíbrio econômico-financeiro.

11.3.2. Caso não aceite a contraproposta de preço apresentada pelo MUNICÍPIO, a FORNECEDORA será liberada do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

11.3.3. Não sendo acatado o pedido de revisão, este será indeferido pelo MUNICÍPIO e a FORNECEDORA continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na Ata de Registro de Preços, sob pena de cancelamento do registro do preço da FORNECEDORA e de aplicação das penalidades administrativas previstas.

11.3.4. Na hipótese do cancelamento do registro do preço do fornecedor, prevista no subitem anterior, o MUNICÍPIO poderá convocar os demais fornecedores, na ordem de classificação, para que manifestem interesse em assumir a execução do objeto pelo preço registrado.



**12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO**

12.1. Caberá a gestão da Ata de Registro de Preços ao servidor Orlando Francisco Vieira da Silva, lotado na Secretaria de Saúde.

12.2. Caberá a fiscalização da Ata de Registro de Preços ao servidor Henrique Cardoso Gonçalves, lotado na Secretaria de Saúde, e na sua ausência, ficará a cargo do servidor Rodrigo Salustiano da Silva, lotado na Secretaria de Saúde.

12.3. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da FORNECEDORA pelos danos causados ao MUNICÍPIO ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos.

12.4. A ação ou omissão total ou parcial da fiscalização do MUNICÍPIO não elide nem diminui a responsabilidade da FORNECEDORA quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes, responsabilizando esta quanto a quaisquer irregularidades.

12.5. As comunicações entre MUNICÍPIO e FORNECEDORA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

12.6. Caberá ao gestor e ao fiscal as atribuições constantes na Portaria nº 05/2022.

**13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

13.1. Poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

13.1.1. Advertência;

13.1.2. Multa;

13.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Ubatuba;

13.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

13.2. As multas poderão ser:

13.2.1. De caráter moratório, pelo atraso injustificado na entrega ou execução do objeto da Ata de Registro de Preços, nos seguintes percentuais:

13.2.1.1. 2% (dois por cento) ao dia, incidente sobre o valor correspondente à parcela, etapa ou pedido único em que ocorreu o fato, até o limite máximo de 30 (trinta) dias.

A. Extrapolado o limite máximo de 30 (trinta) dias, o percentual da multa será calculado em dobro.

13.2.1.2. 5% (cinco por cento) pelo descumprimento de qualquer outra cláusula da Ata de Registro de Preços durante sua execução, incidente sobre o valor correspondente à parcela, etapa ou pedido único em que ocorreu o fato.

13.2.2. De caráter compensatório, sem prejuízo das multas moratórias, nos seguintes percentuais:



13.2.2.1. 10% (Dez por cento), incidente sobre o valor correspondente à parcela, etapa ou pedido único em que ocorreu o fato, pela inexecução parcial do objeto;

13.2.2.2. 15% (Quinze por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços, pela sua inexecução total.

13.3. A FORNECEDORA poderá ser suspensa temporariamente de participar em licitação e impedida de contratar com o Município de Ubatuba pelo prazo máximo de 02 (dois) anos, sem prejuízo das demais penalidades previstas, quando:

13.3.1. Abandonar a execução da Ata de Registro de Preços;

13.3.2. Incorrer em inexecução da Ata de Registro de Preços; e

13.3.3. Demais hipóteses previstas em lei.

13.4. A FORNECEDORA poderá ser declarada inidônea para licitar ou contratar com a administração pública pelo prazo máximo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das demais penalidades previstas, quando:

13.4.1. Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, a execução da Ata de Registro de Preços;

13.4.2. Agir, comprovadamente, de má-fé na relação pactuada;

13.4.3. Demais hipóteses previstas em lei.

13.5. Estendem-se os efeitos da penalidade de suspensão do direito de contratar com o Município de Ubatuba ou da declaração de inidoneidade:

13.5.1. Às pessoas físicas que constituíram a pessoa jurídica, as quais permanecem impedidas de licitar com a Administração Pública enquanto perdurarem as causas da penalidade, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;

13.5.2. Às pessoas jurídicas que tenham sócios comuns com as pessoas físicas referidas no subitem anterior.

13.6. As sanções previstas poderão ser aplicadas concomitantemente com a sanção de advertência.

13.7. A FORNECEDORA deverá efetuar o pagamento do valor correspondente à multa no prazo e forma estipulados no termo de aplicação de penalidade, podendo ainda ser descontado de pagamentos a que a mesma tenha direito.

13.7.1. Não havendo o pagamento, o valor devido será inscrito em dívida ativa para futura execução fiscal.

13.8. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

13.9. Concomitante às penalidades previstas, a FORNECEDORA se sujeita ao descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 05 (cinco) anos, para efeito do previsto no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02.



13.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13.11. A aplicação das penalidades previstas fica condicionada a ampla defesa e contraditório no devido processo legal, sem prejuízo da defesa prévia.

## 14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

14.1. O presente registro de preços poderá ser cancelado, sem prejuízo das penalidades previstas, quando o fornecedor:

14.1.1. For liberado;

14.1.2. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

14.1.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

14.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

14.1.5. Por razões de interesse público, devidamente justificado.

14.2. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

14.2.1. Por razão de interesse público; ou

14.2.2. A pedido do fornecedor.

14.3. No caso de cancelamento do registro de preços, poderão ser convocados, a critério da Administração, os demais licitantes classificados.

14.4. O cancelamento da Ata de Registro de Preços fica condicionado à ampla defesa e contraditório no devido processo legal, sem prejuízo da defesa prévia.

## 15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VINCULAÇÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1. Ficam vinculados a Ata de Registro de Preços, dela fazendo parte integrante, independentemente de suas transcrições parciais ou totais, o Edital de licitação respectivo e seus anexos e a proposta final da FORNECEDORA.

## 16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

16.1. A presente Ata de Registro de Preços rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 10.520/02, Lei nº 8.078/90 e por outras normas de direito público ou privado que melhor tutelem o interesse público.



**17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS**

17.1. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal nº 8.666/93, e dos princípios gerais de direito.

**18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO**

18.1. Fica eleito o foro da Comarca de Ubatuba, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas da Ata de Registro de Preços.

Assim ajustadas, firmam as partes o presente instrumento, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas, para todos os fins de direito.

Ubatuba - Paraná, 21 de dezembro de 2022.

**MUNICÍPIO DE UBIRATÃ**  
Prefeito de Ubatuba

RAPHAEL  
GONCALVES  
NICLESIO:  
36965252863

Assinado digitalmente por RAPHAEL GONCALVES  
NICLESIO 36965252863  
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=AC SOLUTI Multis v5,  
OU=Paraná, CN=Raphael Gonçalves,  
OU=Paraná, CN=Raphael Gonçalves,  
NICESIO 36965252863  
Razão: Eu concordo com os termos definidos por minha  
assinatura neste documento.  
Localização: sua localização de assinatura aqui  
Data: 2023.01.10 10:42:15 -0100  
Font: PDF Reader Versão: 11.2.2

**RGN INSTRUMENTOS E EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA**  
Representante legal da empresa